



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

CECÍLIA BARTHEL CARNEIRO CAMPELLO

**A CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO ATRAVÉS DAS  
INTERVENÇÕES ARQUITETÔNICAS NO BAIRRO DO RECIFE NO SÉCULO XXI**

Recife  
2021

CECÍLIA BARTHEL CARNEIRO CAMPELLO

**A CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO ATRAVÉS DAS  
INTERVENÇÕES ARQUITETÔNICAS NO BAIRRO DO RECIFE NO SÉCULO XXI**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Arqueologia na Área de Concentração Arqueologia e Patrimônio Cultural.

Orientador: Prof. Dr. Scott Joseph Allen

Recife

2021

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Valdicéa Alves Silva, CRB4-1260

C193c Campello, Cecília Barthel Carneiro.  
A conservação do patrimônio arqueológico através das Intervenções  
arquitetônicas no bairro do Recife no século XXI / Cecília Barthel Carneiro  
Campello - 2021.  
224f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Scott Joseph Allen.  
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.  
Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Recife, 2021.  
Inclui referências e anexo.

1. Arqueologia. 2. Conservação recifense. 3. Trabalho - Análise. 4.  
Patrimônio arqueológico. I. Allen, Scott Joseph (Orientador). II. Título.

930.1 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2021-186)

CECÍLIA BARTHEL CARNEIRO CAMPELLO

A Conservação do Patrimônio Arqueológico através das Intervenções Arquitetônicas  
no Bairro do Recife no século XXI

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Arqueologia. Área de Concentração: Arqueologia e Conservação do Patrimônio Cultural do Nordeste

Aprovada em: 26/02/2021.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Scott Joseph Allen (Orientador)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Catarina Peregrino Torres Ramos (Examinadora Interna)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. Fernando Antônio Guerra de Souza (Examinador Externo)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. Marcos Antônio Gomes de Mattos de Albuquerque (Examinador Externo)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Natalia Miranda Vieira-de-Araújo (Examinadora Externa)  
Universidade Federal de Pernambuco

## AGRADECIMENTOS

À minha família, que se manteve presente durante essa jornada, com apoio constante, sem a qual eu jamais teria conseguido transpor esta etapa. À minha mãe, Rosemei Barthel, ao meu marido Robson Alves Oliveira, à minha filha Sarah Barthel Campello Oliveira, ao meu irmão Edgard Bezerra Carneiro Campello Filho, à minha avó Maria Ester Barthel e aos meus tios Roger Roberto Barthel e Stela Glaucia Alves Barthel.

Aos amigos e colegas de profissão, Josué Lopes, Pollyana Calado, Pedro Valadares, Yuri Menezes, Ana Nascimento, por atenderem às minhas solicitações.

Às amigas Manuela Pieren, pelo apoio e material fornecido, e a Cristina Maffioletti, pelo apoio e conversas de estímulo durante os desafios enfrentados.

Às professoras Betânia Brendle, pela orientação durante os primeiros passos e apoio na criação do tema, e Natália Miranda, pela disponibilidade e contribuições imprescindíveis.

Ao professor Jorge Tinoco, pelo encorajamento, correções e contribuições.

Ao meu orientador Scott Joseph Allen, pelo apoio nos diversos obstáculos que se apresentaram durante a pesquisa, sou imensamente grata pelo crédito, pela amizade, pelo exemplo e pelos ensinamentos.

Aos professores Marcos Albuquerque, Veleda Lucena e José Luiz Mota Menezes, pela paciência e disponibilidade em compartilhar suas experiências e conhecimentos.

Ainda há aqueles que já transpuseram o plano material, mas que eu não poderia deixar de agradecer e reverenciar *In Memoriam*: Ao meu pai, Edgard Bezerra Carneiro Campello, à minha avó Nilce Bezerra Carneiro Campello e ao meu tio José Bezerra Carneiro Campello.

## RESUMO

A presente tese apresenta o panorama da conservação do patrimônio arqueológico no Bairro do Recife a partir dos resultados da análise das intervenções arquitetônicas e sua integração com as estruturas arqueológicas evidenciadas nas primeiras duas décadas do século XXI. Este período se destacou pela intensificação das pesquisas arqueológicas e consequente evidenciações que ocorreram de forma paralela às transformações urbanas no mesmo período (Plano de Reabilitação do Bairro do Recife, 1987; Plano de Revitalização do Bairro do Recife, 1992). As intervenções ocorridas nos remanescentes do Convento e Igreja Madre de Deus e Alfândega (atual Paço Alfândega), do Baluarte Porta da Terra, da Sinagoga Kahal Zur Israel e da Igreja de Nossa Senhora do Pilar foram selecionadas como estudo de casos por reunirem o testemunho arqueológico de grande relevância histórica para o Bairro e terem sido alvo de intervenções arquitetônicas que reúnem diferentes motivações, posturas, critérios e abordagens conservativas. As fontes utilizadas reuniram os relatórios arqueológicos e demais publicações sobre os sítios e os projetos arquitetônicos de intervenção. A análise considerou as abordagens conceituais, critérios e princípios adotados nessas intervenções, buscando revelar ideologias, teoria e práticas de intervenções contemporâneas, assim como a integração com as pesquisas arqueológicas no trato desses bens. O resultado dessa análise confirmou a ideia de que a Arqueologia é um eficiente instrumento sociopolítico capaz de resgatar o valor arqueológico dos bens culturais na construção de um discurso que o ressignifique e estabeleça suas funções sociais no presente, quando seus resultados são incorporados ao projeto de intervenção arquitetônica por meio de um processo interdisciplinar.

**Palavras-Chave:** arqueologia da arquitetura; intervenção; patrimônio arqueológico.

## ABSTRACT

This thesis presents the panorama of the conservation of the archaeological heritage, by putting in perspective the results of the analysis of the architectural interventions and their integration with the archaeological structures evidenced in Bairro do Recife in the first two decades of the 21st century. This period stood out for the intensification of archaeological research and consequential evidences that occurred in parallel with urban transformations in the same period (Plano de Reabilitação do Bairro do Recife, 1987; Plano de Revitalização do Bairro do Recife, 1992). The interventions that took place in the remnants of the Madre de Deus and Alfândega Convent and Church (now Paço Alfândega), the Baluarte Porta da Terra, the Synagogue Kahal Zur Israel and the Church of Nossa Senhora do Pilar were selected as a case study for bringing up the archaeological testimony of great historical relevance of the neighborhood, and having been the target of architectural interventions that combine different motivations, attitudes, criteria and conservative approaches. The sources used comprehended the archaeological reports and other publications on the sites and the architectural projects of interventions. The analysis considered the conceptual approaches, criteria and principles adopted in these interventions, seeking to reveal ideologies, theory and practices of contemporary interventions, as well as the integration with archaeological research in the treatment of these works. The result of this analysis is supported by the ideas of archeologist Hugo Benavides (2013) of the role of Archeology as a socio-political agent and the criticism about the impact of capitalism on conservation practices, where the use value over the symbolic value of archaeological heritage ends defining a monetized concept of archaeological heritage, reflecting the distance between discourse and practices for the conservation of archaeological heritage in the contemporaneity of Bairro do Recife in the 21st century.

**Keywords:** archeology of architecture; intervention; archaeological heritage.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Igreja de Nossa Senhora da Graça.....	67
Figura 2 - Sinagoga Kahal Zur Israel.....	68
Figura 3 - Modelo de leitura paramental e representação da sequência estratigráfica sobre fachada da Igreja de São Gião da Nazaré.....	80
Figura 4 - Modelo de representação das Unidades estratigráficas sobre fachada do Mosteiro de São Martinho de Tibães.....	83
Figura 5 - Modelo de representação cronotipológico para leitura paramental desenvolvido na Catedral de Vitoria-Gateiz .....	84
Figura 6 - Síntese da cronologia construtiva da casa de D. Yayá.....	85
Figura 7 - Esquema operatório da Arqueologia da Arquitetura proposto por Riccardo Francovich (1988).....	87
Figura 8 - Ruínas Complexo de comunicação da Cultura Sérvia.....	99
Figura 9 - Ruínas – Complexo de comunicação da Cultura Sérvia .....	99
Figura 10 - Cais do Valongo .....	100
Figura 11 - Cais do Valongo.....	102
Figura 12 - Guarda-corpo de proteção das estruturas arqueológicas no interior da Igreja São Frei Pedro Gonçalves.....	104
Figura 13 - Seção da ruína da cidade fortificada de Berna com tratamento museológico - Bahnhof (Estação Central) .....	106
Figura 14 - Castelo de Berlim após a Reconstrução .....	108
Figura 15 - Castelo de Berlim antes da Reconstrução em 1898. ....	109
Figura 16 - Fraüenkirche, Dresden, Alemanha, no início de sua Reconstrução .....	110
Figura 17 - Fraüenkirche, Dresden, Alemanha após a Reconstrução .....	110
Figura 18 - Catedral de Colônia .....	112
Figura 19 - Parte externa reconstruída, atual SESI Ouro Preto .....	113
Figura 20 - Interior do SESI Ouro Preto – MG .....	114
Figura 21: Kolumba Museum: antigo altar mor remanescentes do período romano .....	117
Figura 22 - Edifício do Museu e biblioteca do Complexo Santuário do Caraça, MG .....	118

Figura 23 - Interior do Museu onde estão expostos os objetos relacionados a sua história.....	119
Figura 24 - Pátio interno da Pinacoteca de São Paulo. ....	120
Figura 25 - O complexo do museu em vista aérea .....	120
Figura 26 - Arado com dupla empunhadura exposto na área externa do complexo .....	121
Figura 27 - Igreja dos Santos Cosme e Damião, Igarassu. ....	123
Figura 28 - Expansão Urbana do Recife desde o Século XVII até 1906 .....	127
Figura 29 - Bairro do Recife após a grande demolição, 1913 .....	130
Figura 30 - Comunidade do Pilar sem pavimentação e serviços de infraestrutura urbana previstos no Programa de Revitalização, 2019.....	137
Figura 31 - Sobrado do Pilar antes do arruinamento .....	137
Figura 32 - Sobrado do Pilar depois do arruinamento .....	137
Figura 33 - Edificações do Pilar antes do arruinamento .....	138
Figura 34 - Edificações do Pilar depois do arruinamento .....	138
Figura 35 - Paço Alfândega, 1906 .....	147
Figura 35 - Paço Alfândega, 2015 .....	147
Figura 37 - Planta de compatibilização dos resultados arqueológicos .....	149
Figura 38 - Planta baixa térrea do Shopping Paço Alfândega .....	151
Figura 39 - Reconstrução digital do convento oratoriano após a 3º etapa construtiva .....	151
Figura 40 - O edifício da Alfândega em 1852 .....	152
Figura 41 - Localização do paço Alfândega .....	153
Figura 42 - Brasão da Santa Casa de Misericórdia .....	154
Figura 43 - Escultura sobre frontispício sobre a data de 1932 .....	154
Figura 44 - Escadas em madeira localizadas na Ala Norte .....	155
Figura 45 - Viga interceptando a arcada do antigo convento oratoriano .....	156
Figura 46 - Topo da antiga parede do período conventual sobressaindo-se no pavimento superior.....	156
Figura 47 -Corte longitudinal esquemático mostrando detalhes dos novos elementos concebidos no projeto.....	157
Figura 48 - Indicação de alguns elementos de destaque que revelam o contraste entre o novo e o antigo.....	158
Figura 49 - Visão longitudinal do Baluarte Porta da Terra no século XVII .....	162
Figura 50 - Malha alfanumérica do quadriculamento adotado .....	163
Figura 51 - Planta baixa da estrutura do Baluarte Porta da Terra .....	164

Figura 52 - Amostra de objetos do cotidiano evidenciados durante as prospecções Arqueológicas.....	166
Figura 53 - Amostra de objetos do cotidiano evidenciados durante as prospecções arqueológicas.....	166
Figura 54 - Sítio Baluarte Porta da Terra com presença de acúmulo de água e manchas de Infiltração.....	167
Figura 55 - Guarda-corpo do sítio Baluarte Porta da Terra com vidro depredado .....	167
Figura 56 - Secção mostrando o preenchimento das lacunas realizado segundo projeto de restauro.....	168
Figura 57 - Museu a céu aberto – Baluarte Porta da Terra .....	169
Figura 58 - Mapa de 1648 com os imóveis (em vermelho) onde funcionou a sinagoga .....	174
Figura 59 - Corte longitudinal extraído do projeto de restauração distinguindo o antigo do contemporâneo.....	177
Figura 60 - Locais de vestígios arqueológicos preservados e integrados ao projeto de intervenção através de tratamento museológico.....	178
Figura 61 - O “mikvé” durante as prospecções arqueológicas .....	179
Figura 62 - O “mikvé” após a intervenção arquitetônica de caráter expositivo .....	179
Figura 63 - Mobiliário para exposição dos objetos arqueológicos .....	180
Figura 64 - Contexto urbanístico da igreja do Pilar ao fundo, mostrando a quadra 55 onde foram evidenciados os enterramentos em acompanhamento arqueológico da Fundação Seridó.....	184
Figura 65 - Igreja Madre de Deus após a reforma da antiga capela .....	185
Figura 66 - Perímetro pesquisado pela Arqueologia. Fonte: Rosangela Alves .....	187
Figura 67 - Demarcação das estruturas arquitetônicas evidenciadas pela Fundação Seridó.....	188
Figura 68 - Artefatos evidenciados na Quadra-55. Fonte: Fundação Seridó .....	189
Figura 69 - Localização dos enterramentos em relação as estruturas arquitetônicas .....	189
Figura 70 - Esquema da estratigrafia da área prospectada .....	190
Figura 70 - Parte frontal da igreja .....	191
Figura 71 - Parte lateral esquerda da igreja do Pilar.....	191
Figuras 72 - Planta baixa com a indicação dos espaços internos. Fonte: Lêda Giustina.....	192
Figura 73 - Representação gráfica do mapa de danos da fachada principal.....	193

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>2</b>	<b>O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO COMO RECURSO SOCIOPOLITICO NA CONTEMPORANEIDADE</b> .....	22
2.1	A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO A PARTIR DA ATRIBUIÇÃO DE VALOR.....	26
2.2	ALÉM DAS APARÊNCIAS: AS IDEOLOGIAS E A CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NO SÉCULO XXI NO BAIRRO DO RECIFE. ....	39
2.3	AS CONTRIBUIÇÕES DAS RECOMENDAÇÕES INTERNACIONAIS E DAS DIRETRIZES LEGAIS NO BRASIL PARA A CONTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL .....	45
2.4	O PAPEL DO IPHAN EM RELAÇÃO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO EM PERNAMBUCO.....	54
<b>3</b>	<b>ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA</b> .....	63
3.1	O SURGIMENTO DA ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA E SUA ATUAÇÃO.....	63
3.2	A ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA COMO FERRAMENTA SOCIAL E POLÍTICA .	73
3.3	MÉTODOS E APLICAÇÕES DA ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA NA ATUALIDADE.....	77
<b>4</b>	<b>PROJETO DE RESTAURO</b> .....	88
4.1	INTERVENÇÕES ARQUITETÔNICAS NO SÉCULO XX - COEXISTÊNCIA ENTRE O PASSADO E O PRESENTE ATRAVÉS DE DIVERSAS ABORDAGENS.....	96
4.1.1	A preservação da ruína arqueológica.....	97
4.1.2	A reconstrução.....	107
4.1.3	A coexistência entre os vestígios de diferentes períodos na restauração arquitetônica .....	115
<b>5</b>	<b>OS IMPACTOS NA CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO ATRAVÉS DAS INTERVENÇÕES ARQUITETÔNICAS, NO SÉCULO XXI, NO BAIRRO DO RECIFE</b> .....	125
5.1	DISCURSO <i>VERSUS</i> PRÁTICA – UMA INTERPRETAÇÃO DAS PRÁTICAS DE CONSERVAÇÃO NO BAIRRO DO RECIFE NO SÉCULO XXI.....	127

5.2	PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS E INTERVENÇÕES ARQUITETÔNICAS NO BAIRRO DO RECIFE .....	140
5.3	METODOLOGIA DE ANÁLISE.....	144
5.4	ANÁLISE DAS INTERVENÇÕES ARQUITETÔNICAS SOBRE OS BENS CULTURAIS E SEU TRATO COM AS ESTRUTURAS ARQUEOLÓGICAS NO BAIRRO DO RECIFE ENTRE OS ANOS 2000 – 2015.....	147
5.5	PAÇO ALFÂNDEGA (2000-2004).....	147
5.5.1	Prospecção arqueológica .....	148
5.5.2	Projeto de intervenção .....	153
5.5.3	Análise da relação entre a arqueologia e arquitetura.....	158
5.6	BALUARTE PORTA DA TERRA (2004-2005) .....	162
5.6.1	Prospecção Arqueológica .....	163
5.6.2	Projeto de intervenção .....	167
5.6.3	Análise da relação entre a arqueologia e arquitetura.....	169
5.7	SINAGOGA KAHAL ZUR ISRAEL (2000-2002).....	173
5.7.1	Prospecção Arqueológica .....	175
5.7.2	Projeto de intervenção .....	176
5.7.3	Análise da relação entre a arqueologia e arquitetura.....	181
5.8	IGREJA NOSSA SENHORA DO PILAR (2009-2013).....	183
5.8.1	Prospecção arqueológica .....	186
5.8.2	Projeto de intervenção.....	191
5.8.3	Análise da relação entre a arqueologia e a arquitetura.....	194
6.	PANORAMA DA CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO ATRAVÉS DAS INTERVENÇÕES ARQUITETÔNICAS NO BAIRRO DO RECIFE NO SÉCULO XXI.....	196
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	200
	REFERÊNCIAS.....	203
	ANEXOS.....	213
	QUESTIONÁRIO INSTRUMENTAL PARA ANÁLISE DA TESE DO DOUTORADO EM ARQUEOLOGIA, NA UFPE, INTITULADA “ARQUEOLOGIA E RESTAURAÇÃO - ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS”.....	213

ANEXO A – Questionário respondido pelo Arqueólogo Prof. Marcos Albuquerque.....	213
ANEXO B – Questionário respondido pelo Arquiteto Prof. José Luiz da Mota Menezes .....	215
ANEXO C – Questionário respondido pelo Arquiteto Prof. Jorge Eduardo Tinoco .....	218
ANEXO D – Questionário respondido pelo Arquiteto Restaurador Pedro Valadares.....	220
ANEXO E – Questionário respondido pelo Arqueóloga Prof <sup>ª</sup> Ana Lúcia Nascimento .....	223

## 1 INTRODUÇÃO

A história da atual pesquisa se originou há alguns anos, quando, na ocasião da graduação em Arquitetura, a autora se deparou com uma situação de degradação do patrimônio arqueológico da região que frequentava para recreação, hoje conhecido como Parque Estadual Pedra da Boca, na Paraíba. As pinturas rupestres localizadas em um abrigo sob rocha haviam sofrido degradação pela presença de uma capela de uma santa cimentada sobre elas alguns anos antes, além da constante presença de fuligem em função das velas acesas nas romarias que atraíam centenas de pessoas todos os anos.

Esse cenário provocou imediatamente a reflexão sobre a constante transformação da cultura, da diversidade das manifestações culturais e ainda do modo como a sobreposição dos vestígios materiais culturais refletem essa dinâmica. Essa reflexão está presente no Trabalho de graduação em Arquitetura da autora intitulado, Requalificação do Parque Estadual Pedra da Boca -PB (2006).

A partir de então, várias etapas foram percorridas na busca por compreender mais profundamente a formação do conceito de patrimônio, os critérios que envolvem a sua eleição e os mecanismos para a sua preservação. Por esta razão, a autora realizou uma pesquisa sobre diagnósticos do estado de conservação de edifícios históricos intitulado, Mapa de Danos: Origem, função, conteúdo, método e modelos (2008). No entanto, o âmbito técnico apesar de indispensável ao processo de restauração e conservação dos edifícios responde o “como”, mas não responde o “por quê” dos acontecimentos que despertaram o interesse original sobre o tema.

Na expectativa de aproximação do universo teórico e arqueológico da conservação do patrimônio cultural em meio as transformações sociais e urbanas, o Bairro do Recife se apresentou como um laboratório fértil para investigação do tema. A ocupação do Bairro se originou com uma singela vila de pescadores, em um istmo próximo a vila de Olinda e os acontecimentos subsequentes o tornaram o cenário de batalhas, revoltas, manifestações religiosas, atividades comerciais e portuárias, construções diversas, tráfego de pessoas a pé ou em carroças puxadas por animais, atividades de pesca em pequenas embarcações e demais atividades que deixaram rastros de sua existência ocultadas em seu subterrâneo e o fizeram como o ponto de partida para a expansão da cidade do Recife.

O crescente número de evidências arqueológicas em consequência das obras de implantação dos Planos de Reabilitação (1987) e de Revitalização (1992) do Bairro do Recife despertou a urgência de um plano de conservação que abrangesse tais vestígios. Foi o caso das obras de implantação das redes de distribuição elétrica e dos dutos para fibra ótica para o Porto Digital, que resultaram na identificação de vestígios arqueológicos como o Baluarte Porta da Terra, do alicerce da Sinagoga Kahal Zur Israel, da paliçada de proteção da cidade e a antiga Travessa do Corpo Santo, evidenciados pelos arqueólogos Marcos Albuquerque, Veleda Lucena e a equipe de professores da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Esses acompanhamentos evidenciaram vestígios provenientes dos cinco séculos de ocupação do Bairro, afirmando sua condição de um rico sítio arqueológico urbano colonial.

Desde então a grande quantidade de intervenções ocorridas sobre os bens arqueológicos provocou a necessidade do conhecimento sobre quais parâmetros técnicos e teóricos estão sendo praticados. Logo, a investigação desse processo se torna relevante para a compreensão de como está sendo construído o significado do patrimônio arqueológico no presente na tentativa de aproximação entre a ciência com a sociedade a quem pertence o patrimônio. Por esta razão se torna útil refletir sobre: Qual tem sido a atuação social, política e cultural da Arqueologia no século XXI? Como o patrimônio arqueológico tem servido a sociedade?

Esses questionamentos estão alinhados com as preocupações que permeiam os objetivos do Desenvolvimento Sustentável que prevê as ações humanas sobre o meio ambiente, procurando o equilíbrio entre os meios ecológico, social e econômico. Cabendo deste modo, a necessidade do contínuo desenvolvimento do viés crítico da Arqueologia e seu papel social responsável por construir um patrimônio que dê voz aos grupos historicamente oprimidos e nas interpretações de uma perspectiva não colonialista, aliados a um tipo de intervenção arquitetônica que ressignifique os bens culturais ao contexto cultural, social e urbano contemporâneo.

A Arquitetura nesse contexto, se apresenta como um instrumento que pode adaptar, preservar, restaurar, destruir e até mesmo falsear de acordo com a proposta de intervenção arquitetônica. A restauração de edificações que carregam em si a história de igrejas, conventos, castelos, habitações, fortificações ou qualquer outra função que tiverem desempenhado originalmente e ao longo de sua existência, se mostra como um campo fértil para que ocorra esse debate.

As posturas adotadas pela Arquitetura, irão definir a forma como o bem será ressignificado e absorvido no presente. Portanto, as abordagens de preservação das estruturas

arqueológicas, em relação aos projetos de intervenção arquitetônica, se mostraram como indicadores eficientes na análise da dinâmica de preservação dos valores simbólicos das ruínas arqueológicas, já que são destituídas de tais funções, na atualidade.

A Arquitetura neste campo, atua com base na disciplina do Restauro, a qual dispõe de um amplo acervo documental, com discussões que vêm se desenvolvendo desde o século XIX, sobre a conservação do patrimônio cultural edificado. As discussões abordaram questões polêmicas e casos emblemáticos, com desafios estabelecidos desde as reconstruções no período pós-II Guerra na Europa, até a inserção de elementos contemporâneos e descaracterizações das edificações pré-existentes nos centros históricos da América Latina. Esse campo abrange as práticas da Arqueologia e da Arquitetura na conservação do patrimônio e na contemporaneidade, envolvendo as recomendações internacionais, leis, políticas públicas e as próprias disciplinas *per se*.

No contexto da Arqueologia Histórica, o subcampo da Arqueologia da Arquitetura tem realizado esforços no sentido de se aproximar do edifício através da elaboração de sua história ao longo do tempo, através de metodologias arqueológicas que funcionem como documento histórico e simbólico, que constitua uma fonte para a Arquitetura, História e História da Arte (SANTOS apud CABALLERO ZOREDA, 2009). Esta denominação se deve aos arqueólogos, que desenvolvem trabalhos no campo, como: Borrazás (2002), Caballero Zoreda (1997; 2002; 2009), Quiròs Castillo (2002), Regina Tirello (2007), Luís Cláudio Symanski (2009), Rosana Najjar (2005).

Essa história engloba a compreensão da cultura e dos processos que deram origem ao bem cultural. Desta forma o edifício é visto como contexto arqueológico, o que permite a adição de interpretação arqueológica aos novos dados obtidos durante a prospecção. Portanto, as especificidades da disciplina da Arqueologia da Arquitetura, englobando o objetivo, a metodologia de pesquisa e os métodos de campo, fornecem um caráter específico de utilidade única ao patrimônio edificado.

As fontes documentais da década de 1980 até o início do século XXI sobre a Arqueologia da Arquitetura quase sempre pertencem a Espanha e Itália, embora alguns trabalhos no Brasil tenham alcançado notoriedade, como a pesquisa arqueológica da Casa de Dona Yayá, coordenada pela arqueóloga Regina Tirello (2007).

Se trata de um edifício histórico de valor cultural pertencente a Universidade de São Paulo, onde foram desenvolvidas pesquisas no âmbito da Arqueologia da Arquitetura a partir

de 1989. A pesquisa resultou em dados heterogêneos sobre materiais, técnicas e procedimentos construtivos e artísticos da edificação cuja leitura possibilita a interpretação sobre a história do bem e contribui diretamente para a preservação de sua materialidade. A área tem demonstrado avanços principalmente nas questões metodológicas e tecnológicas, como exposto no corpo do trabalho, no entanto carece ainda de publicações que aprofundem filosoficamente as suas ações.

Contudo é relevante ressaltar que apesar de ambas as áreas, a Arquitetura e a Arqueologia possuem o interesse em comum da preservação da materialidade e imaterialidade do bem cultural, se faz necessário distinguir a natureza das atividades de investigação, desenvolvidas por arquitetos como Jorge Tinoco (2007), Jorge Passos (s/d), Renata Lopes (s/d), Pedro Valadares (s/d). que precedem o projeto de restauração, através de ações como prospecções parietais, de forro ou de piso, em busca de pistas das transformações físicas, sofridas pelo edifício, da investigação desenvolvida pelos arqueólogos em que as transformações materiais constituem um meio para o alcance das informações antropológicas que o bem potencialmente oferece.

Esta discussão se torna delicada no campo da conservação do patrimônio, onde é preciso estabelecer limites de atuação das áreas ao mesmo tempo em que se compreende a necessidade de aproximação entre elas. Não há como avançar na direção da conservação evitando adentrar em assuntos desconfortáveis e é com essa pretensão que esta pesquisa procurou responder algumas questões: Qual o papel da Arqueologia e da Arquitetura para a restauração/conservação do patrimônio construído? A interdisciplinaridade está presente nos processos de conservação? Como esta relação vêm acontecendo? É possível criar uma interface eficiente entre as áreas?

Ao que parece, a rivalidade parte principalmente da preocupação com a destruição do mais recente para acessar o mais antigo. Direcionar as decisões projetuais em relação ao bem cultural considerando a coexistência temporal, a harmonia e a funcionalidade sem excluir as informações antropológicas atribuídas ao mesmo. As ações devem partir de questionamentos instigados na área da conservação do patrimônio a exemplo dos levantados por Baeta (2014), como: Até que ponto se justificaria a perda de fragmentos de tecido urbano preexistente para viabilizar a pesquisa arqueológica? O vestígio mais antigo é tido sempre como mais relevante que o mais recente, e que, portanto, sua recuperação autoriza a destruição daqueles extratos mais novos e superficiais, mesmo se a massa edificada que está ocultando os resquícios arqueológicos subjacentes se reconhece como de capital importância? Qual é realmente a grande perda que esse tipo de atitude pode provocar para os centros históricos consolidados?

Sob a perspectiva arqueológica apresentam-se os questionamentos: Os acréscimos arquitetônicos contemporâneos atribuem valor ao pré-existente? São realmente necessários? A função deve prevalecer sobre a estrutura pré-existente ou deve-se adaptar à realidade temporal da intervenção? As ruínas devem ser tratadas como santuários isolados ou podem interagir com novos elementos arquitetônicos e urbanos?

Comumente afirmado na disciplina da Arqueologia, o contexto é o protagonista do artefato, o qual sempre apresentará desafios, questionamentos e soluções específicas. Entretanto, procurar compreender a perspectiva da Arquitetura poderá despertar uma sensibilidade necessária aos arqueólogos e aproximar as duas áreas de maneira mais amistosa e construtiva para o patrimônio.

O fato é que os desafios no campo da conservação do patrimônio cultural são inúmeros, de cunhos político, técnico e teórico. Entre os quais estão a evidenciação dos extratos mais antigos do sítio, a escolha sobre o que permanecerá em evidência, a narrativa arqueológica contada através dos vestígios, assim como a integração material e funcional de forma harmoniosa entre as diversas fases do edifício. O rol de desafios para arqueólogos e arquitetos parece não ter fim. Baseando-se nessas questões, a área da conservação dos edifícios históricos e ruínas arqueológicas demonstra a necessidade de discussões sobre a integração entre as disciplinas da Arqueologia e da Arquitetura de forma que a prática possa cada vez mais se aproximar do ideal teórico.

Na busca por compreender a natureza desta integração e o ponto de intersecção entre essas duas disciplinas, ou seja, o patrimônio, apresentaram-se dois conceitos potencialmente contributivos para essa pesquisa. O primeiro trata da interdisciplinaridade que é compreendida como o estudo sobre o conhecimento que derruba os muros disciplinares, isto é, não é propriamente a disciplina científica, mas a reflexão sobre as diversas áreas no intuito de não mais segmentar os estudos disciplinares (JAPIASSÚ, 1976).

O segundo conceito trata da interface, comumente utilizado na área da informática para denominar o modo como ocorre a “comunicação” entre duas partes distintas e que não podem se conectar diretamente. A função de uma interface é decodificar uma linguagem para outra, tornando possível a comunicação as duas áreas. Deste modo é possível concluir que tais conceitos se complementam e podem ser explorados na busca pela aproximação entre a Arquitetura e a Arqueologia em prol da conservação do patrimônio.

O papel da Arqueologia em relação à restauração do patrimônio no Brasil veio se delineando desde meados do século XX até o momento atual. Essa relação veio se transformando ao longo do tempo, onde o papel da Arqueologia Histórica se originou “operando em nível meramente arqueográfico, sem explorar o seu potencial interpretativo” (GASPAR, 2003, p: 270) até o seu estado atual, que continua buscando sua autonomia, na interação com as diversas áreas, incluindo, nesse caso, a Arquitetura. Essa afirmação vem gerando pesquisas e estudos tratados no corpo desta pesquisa, sob a tutela da Arqueologia da Arquitetura.

Várias das questões expostas acima já foram discutidas e seus resultados se encontram em artigos e principalmente nas Cartas Patrimoniais expostas no Capítulo 1. Esta pesquisa considerou as experiências arqueológicas e interventivas desenvolvidas no sítio histórico do Bairro do Recife<sup>1</sup>, desde de o ano 2000 até 2015, período em que ocorreram as principais intervenções no Bairro, como uma produtiva oportunidade de usá-las como base analítica na busca por abordar a importância da integração entre as duas áreas na conservação do patrimônio histórico e seus desdobramentos.

Para dar cumprimento à legislação brasileira<sup>2</sup> que protege os monumentos arqueológicos e controla as atividades que exigem escavações em áreas de interesse, como é o caso do Bairro do Recife, se deu início a diversos projetos de acompanhamentos arqueológicos. Entretanto, a escassez de prospecções arqueológicas relacionadas às intervenções nos edifícios históricos corrobora a formulação da hipótese de que o processo de gestão de conservação do sítio histórico do Bairro do Recife se subordina numerosas vezes aos interesses comerciais em função dos históricos e culturais. Fato que influencia diretamente na ordem das etapas de projetos de conservação dos edifícios históricos em que a pesquisa histórica e arqueológica deve preceder as etapas de intervenção arquitetônica, incorrendo em perdas significativas para o patrimônio quando ocorre o contrário.

Uma vez que o objetivo central é atender às demandas imobiliárias e turísticas, o conhecimento efetivo sobre o bem passa a segundo plano. Deixando ao cargo de protagonista

---

<sup>1</sup>O Bairro do Recife foi tombado como Sítio Histórico em 1998 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

<sup>2</sup>Portaria 7/1988, do IPHAN e na Recomendação de 20 de setembro de 2000 do Ministério Público Federal.

a intervenção arquitetônica fundamentada em fontes parciais, também submetida à função útil ao modelo de gestão atuante.

A relação da Arqueologia com a Restauração pode ser aferida desde a decisão de agregar ou não ao edifício o sítio arqueológico, como uma maneira de contar mais completamente a história sobre o bem cultural através da passagem do tempo, incluindo as alterações físicas e mudanças de uso. A incorporação do sítio arqueológico à estrutura arquitetônica e urbana mais recente, atribui um novo significado à vivência social e cultural contemporânea, ressignificando desta forma o patrimônio.

Procura-se compreender do que é “feito” esse patrimônio, o processo de formação, além dos critérios e juízos de valor que guiaram e guiam essas escolhas. Isto aproxima o processo investigativo sobre a restauração do patrimônio a um diagnóstico mais realista, uma vez que o alvo da Arqueologia da Arquitetura são os bens eleitos como representação cultural de uma sociedade e, portanto, à necessidade de compreender o processo que leva à sua formação, que como tal, é indissociável das variáveis que cabem a um processo científico.

A opção por manter um sítio arqueológico e incorporá-lo ao espaço urbano na contemporaneidade deve ser feito com minúcia e consideração pelos valores arqueológicos, históricos, arquitetônicos e urbanísticos. Isso se traduz em um grande desafio para todas as áreas envolvidas.

A estruturação desta pesquisa está organizada em cinco capítulos, de forma que o leitor possa acompanhar o desenvolvimento do tema “patrimônio” desde sua concepção até os desdobramentos para a conservação.

Deste modo, o Capítulo 1 se dedica à uma breve contextualização sobre a ideia de patrimônio histórico concebido de forma mais estática, e sua transformação ao longo do tempo já assumindo o caráter dinâmico da cultura relacionando-o ao conceito de patrimônio como produto desta. Este capítulo também tratou do surgimento do conceito de patrimônio arqueológico e as tentativas de classificar os sítios e normatizá-los a fim de criar mecanismos de sua proteção e gestão. O segundo tópico deste capítulo discute a prática da conservação através do conceito de ideologia, o qual procura explicar a razão pela qual os eventos ocorrem ao invés de se limitar ao “como” ocorrem. Buscando através deste conhecimento um

posicionamento consciente ideológico como fundamento auxiliar analítico dos estudos de casos e seus contextos.

O terceiro item do Capítulo 1 trata das contribuições fornecidas pelas Recomendações Internacionais, denominadas Cartas Patrimoniais, destacando-se os documentos que mencionam o trato do patrimônio arqueológico através da restauração. Este capítulo também aborda os documentos mais recentes, que refletem a mudança de mentalidade global na busca por soluções mais sustentáveis do ponto de vista político, ambiental e econômico. Esses documentos são considerados como parâmetros teóricos do “ideal” a ser atingido pelas práticas de conservação em todas as esferas geográficas considerando os seus contextos locais. O item 1.4 aborda a trajetória institucional da preservação partindo-se da esfera federal, através da criação do antigo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que deu origem ao atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), até as esferas estadual e municipal. Este item buscou contextualizar as intervenções em relação à gestão do IPHAN, cujo papel de regulamentação e fiscalização balizaram as pesquisas arqueológicas e intervenções arquitetônicas desde a sua criação.

Em seguida, a origem e o crescente desenvolvimento da Arqueologia da Arquitetura são tratados no Capítulo 2, demonstrando através de alguns casos, a importância da especialização do campo arqueológico na abordagem ao edifício histórico. Procurando destacar o caráter único, da distinção ideológica e metodológica da disciplina em relação a Restauração Arquitetônica. Também discute a Arqueologia da Arquitetura considerando seu papel ativo político e social através da Conservação dos bens culturais.

O Capítulo 3 trata da disciplina da Restauração Arquitetônica, aborda de forma sintética e crítica o percurso das ideias e teorias originais da Restauração e Conservação do patrimônio construído e se utiliza de exemplos de intervenções, classificando-os entre a preservação das ruínas arqueológicas; as reconstruções ocorridas na Alemanha em bens arruinados pelas duas grandes guerras mundiais, que acabou se tornando um laboratório de variadas posturas projetuais intervencionistas; na coexistência entre os vestígios de diferentes períodos na restauração arquitetônica.

O Capítulo 4 se dividiu entre quatro tópicos, onde o primeiro foi destinado a contextualização histórica e geográfica, procurando captar os aspectos ideológicos que influenciaram as transformações urbanas durante o período de ocupação do Bairro do Recife.

O segundo tópico abordou as pesquisas arqueológicas e intervenções ocorridas no Bairro; o terceiro tópico esclareceu sobre a metodologia de análise aplicada às quatro intervenções selecionadas como estudo de casos; no quarto e último tópico se expõe a tabulação dos dados referentes as intervenções do Paço Alfândega, do Baluarte Porta da Terra, da Sinagoga Kahal Zur Israel e da Igreja Nossa Senhora do Pilar.

Esses dados foram coletados através de dissertações, artigos, plantas arquitetônicas e pelos relatórios oficiais entregues ao IPHAN, cujas informações, como a descrição da metodologia utilizada, os artefatos evidenciados e as interpretações permitiram parametrizar não só a prática arqueológica e arquitetônica, mas a relação de interdisciplinaridade presente ou não no processo e etapas que envolvem a intervenção de um bem cultural.

O Capítulo 5 trata da análise dos dados coletados considerando os quesitos de interdisciplinaridade e interface entre as disciplinas da Arqueologia e da Arquitetura, dos aspectos simbólicos da intervenção vivenciadas através da relação com o entorno social e espacial assim como papel ativo das intervenções, como agentes sociais e políticos na construção do patrimônio na contemporaneidade. Finalmente no item 5.1 estão as considerações finais onde se encontra os apontamentos sobre a constatação de que a conservação do patrimônio arqueológico depende da perfeita articulação entre os aspectos; Conceito; Técnico-científico e Gestão na sua intervenção. Também prevê a necessidade da adoção de um gestor do patrimônio, que servirá na mediação ou como interface entre a sociedade, os técnicos e o poder público (IPHAN). Além disto, sugere soluções de intervenção sobre as ruínas arqueológicas mais conciliadoras que não se limitem na volta a obscuridade ou na “sacralização” com o objetivo de sua ressignificação e integração ao contexto social, cultural e urbano contemporâneo. Considera-se, portanto, a necessidade de um ideal norteador para as pesquisas arqueológicas em conjunto com as intervenções arquitetônicas que considerem prioritariamente os valores simbólicos e patrimoniais do bem sobre os comerciais.

Tais reflexões buscam propor a possibilidade de redirecionamento as ações de preservação do Bairro e da relação da arquitetura sobre o patrimônio arqueológico, com vistas à construção de um espaço urbano equitativo e plural, na coexistência entre os diversos períodos que formaram o espaço urbano, conhecido atualmente.

## 2 O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO COMO RECURSO SOCIOPOLÍTICO NA CONTEMPORANEIDADE

A construção do patrimônio cultural se fundamenta no reconhecimento de valores históricos, arqueológicos, artísticos, paisagístico etc. A Arqueologia nesse contexto se apresenta como um campo metodológico capaz de alcançar resultados não atingíveis por outros campos da ciência. A conservação do patrimônio cultural na contemporaneidade, ao menos no discurso, demonstra um interesse na busca por soluções mais conciliadoras diante das diversas representações sociais.

Esse discurso, que permeou a transição do século XX para o século XXI, promoveu a inclusão e o reconhecimento de valores a partir das perspectivas diversas ambientais, históricas e sociais. Esta visão tem sido repetidamente discutida em congressos e encontros, promovidos por organizações científicas e governamentais<sup>3</sup>, como a Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano (1972), seguida pela Eco-1992 ocorrida no Rio de Janeiro, assim como o encontro sobre Habitat ocorrido em Istambul (1996).

Questões como a do Desenvolvimento Sustentável<sup>4</sup>, sendo um conceito usado pela primeira vez em 1987 – no Relatório Brundtland elaborado pela Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) – envolve o equilíbrio entre o meio ecológico, social e econômico, culminaram na consciência de uma visão sistêmica e articulada das ações humanas sobre o meio ambiente, fortalecendo a necessidade sobre a interação entre as várias áreas do saber, na busca por soluções sustentáveis.

Essas ideias partiram da complementação do conceito de Desenvolvimento Sustentável, *a posteriori*, com a definição de “desenvolvimento culturalmente sustentável baseado em ideias, valores, padrões estéticos, morais e intelectuais compartilhados pelas comunidades” (JOKILEHTO, 2002, p. 16). E a transformação do conceito para Desenvolvimento Humano Sustentável<sup>5</sup> veio como contraposição a ideia de “desenvolvimento” como sinônimo de crescimento econômico. Envolve uma ampla gama de dimensões, como justiça social e

---

<sup>3</sup> A exemplo da publicação de 2003, “Gestão do Patrimônio Cultural Integrado” promovido pela UFPE, UNESCO, ICCROM.

<sup>4</sup> AMADORA. Câmara Municipal. Disponível em: [www.cm-amadora.pt](http://www.cm-amadora.pt). Acesso em: 26/01/2020.

<sup>5</sup> Conceito criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), através do Cultural Diversity and Biodiversity for Sustainable Development, 2003.

desenvolvimento econômico, bens materiais e o bem-estar humano, investimento social, garantia dos direitos humanos etc. Inerente às ciências humanas, o enfoque sobre a sustentabilidade sociopolítica é dado na busca pelo desenvolvimento do tecido social nos seus componentes humanos e culturais.

Neste panorama, a Arquitetura, na área da Conservação, foi desafiada na mediação entre o crescimento da cidade e a permanência da história, assim como a Arqueologia, que ampliou os horizontes na compreensão da atuação enquanto ciência e agente ativo, nas transformações sociais e políticas diante da construção do passado e do presente. Defende-se que a preocupação social deveria ser tratada como sinônimo de ética, em toda disciplina, sobretudo, daquelas que são classificadas como Ciências Humanas. Neste caso, ambas possuem o dever de assumir um papel político ativo, na busca por cumprir os compromissos com a sustentabilidade.

Seguindo essa tendência, a disciplina arqueológica, como ferramenta investigativa e interpretativa, buscou instrumentos do universo simbólico na intenção de compreender as complexas relações sociais e culturais humanas do passado. A esse respeito, Copè (2008, p. 1) diz que “deixa de tratar apenas de eventos ou de cultura material. Passa a ser compreendida enquanto um evento e uma produção material”. A partir do entendimento da cultura como dinâmica, o passado se funde com o presente, através do que é representado materialmente pelos vestígios.

A partir dessa conscientização, surge o questionamento sobre como a Arqueologia poderá contribuir para a construção de uma sociedade mais justa? A resposta para essa questão direciona a disciplina para os contextos específicos de seus interesses. Arqueologia transcende a busca pela recuperação do passado, ampliando os objetivos sobre a compreensão do significado e reverberações determinantes na construção da sociedade atual, incorporando de forma categórica os aspectos políticos como “realidade essencial na análise histórica das nossas nações (na América Latina)” (BENAVIDES, 2013, p. 164). Logo, na América Latina a perspectiva adotada pela Arqueologia social se apresentou capaz de reunir as ferramentas necessárias, através do comprometimento com a filosofia anti-imperialista e da associação com a antropologia tradicional, seguindo com a proposta de assumir um papel ativo na busca pelas profundas e necessárias transformações dessa realidade das sociedades neocoloniais na América Latina (BENAVIDES, 2013).

Essa abordagem, busca sobretudo corrigir uma herança de dominação ibérica que culminou em prejuízos de identidade cultural, pobreza e exploração que se perpetuam até os dias atuais. Parte da premissa de que para atingir a libertação das ideologias de dominação é necessário o resgate da autenticidade cultural dos grupos oprimidos (mulheres, mestiços, negros, indígenas...) através de uma nova narrativa histórica fornecida pela Arqueologia. Para este fim, uma das preocupações da Arqueologia social, partindo do conceito dinâmico de cultura, está na inclusão da comunidade na preservação do sítio como essencial para o desenvolvimento autônomo do local.

Um dos exemplos sobre as ideias aplicadas da Arqueologia social pode ser observado no caso da elaboração do Programa Cochasquí, em torno do sítio pré-hispânico Cochasquí, no Equador, em 1991. O Programa se caracterizou pela natureza interdisciplinar, quando vislumbrou o potencial do sítio para a comunidade autóctone do entorno, com o propósito de que se tornassem responsáveis no futuro pela direção do sítio.

Essa proposta se baseava na preocupação não somente com a intervenção física do sítio, mas com a cultura de forma mais abrangente, onde a prioridade não seria a autossuficiência econômica, e sim a acessibilidade a todos os equatorianos. Em casos similares, a Arqueologia atua além do empirismo científico, pensando no resgate de um espaço mais equitativo no contexto sócio-político atual (BENEVIDES, 1999).

Logo, a Arqueologia social através dos adeptos latino-americanos, entre os quais se encontram Luis Bate (1977, 1978), Luis Lumbreras (1981), Manuel Gándara (1985), Fernando López (1984, 1985), Ignacio Rodriguez (1985), Hugo Benevides (1999), tem demonstrado grande potencial ao lidar com o sentido filosófico da disciplina, considerando o contexto neocolonial e seu reflexo na sociedade, indo na contramão das limitações físicas do sítio, defendidas pelos críticos dessa abordagem.

O contexto psíquico neocolonial no qual o Bairro do Recife se encontra, condiciona a percepção dos que nele estão inseridos, mas também fornece as ferramentas para, a partir dessa consciência, agir no desmonte dessa estrutura a qual Benavides (2013) se refere como “existência dominada” e que permanece reproduzindo uma sociedade fadada às desigualdades e à sobreposição do valor econômico sobre os demais bairros. Se observa, a partir daí, um esforço teórico do viés social da Arqueologia para a reformulação do sujeito latino-americano, na construção de uma identidade cultural ativa.

A Arqueologia, enquanto ciência social, repercute na compreensão do conceito de patrimônio arqueológico, na medida em que assume o conceito dinâmico de cultura e se preocupa com os aspectos socioculturais e atuação política no presente. A partir desse entendimento, os resultados gerados pela Arqueologia irão compreender os aspectos culturais do passado, com novo sentido no presente e novas perspectivas futuras.

Portanto, o que se compreende atualmente como patrimônio arqueológico exposto no Art. 1 da Carta de Lausanne por exemplo, deveria transcender os aspectos materiais desta definição, que apesar de não atribuir um distanciamento cronológico de reconhecimento de seu potencial (atribuição de valor) em relação aos vestígios, não abrange a imaterialidade das dinâmicas socioculturais no contexto local presente.

Compreende a porção do patrimônio material para a qual os métodos de Arqueologia fornecem conhecimentos primários. Engloba todos os vestígios da existência humana e interessa todos os lugares onde há indícios de atividades humanas, não importando quais sejam elas, estruturais e vestígios abandonados de todo tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associados (IPHAN, 1990, p. 1).

Nesse contexto é conveniente adota-se o conceito de sítio arqueológico urbano (não confundir patrimônio arqueológico com sítio arqueológico), considerando-se apenas a materialidade, e exemplificando as várias formas em que são encontrados, como na definição abaixo:

Os sítios arqueológicos históricos podem ser identificados pela presença de vestígios materiais oriundos do processo de ocupação do território pós-contato, tais como: - todas as estruturas, ruínas e edificações construídas com o objetivo de defesa ou ocupação (...) Vestígios, estruturas e outros bens materiais que possam contribuir na compreensão da memória nacional pós-contato (BASTOS, 2007, p. 88).

Os bens arqueológicos podem ser identificados nas três classificações: Os sítios arqueológicos como bens materiais e por vezes como paisagens culturais e os artefatos como bens materiais e imateriais. Como observado, as definições abrangentes do patrimônio arqueológico, alcançadas na contemporaneidade, demonstram uma mobilidade entre as esferas da materialidade e da imaterialidade.

Na relação entre a Arqueologia e a Arquitetura nesse processo, avalia-se como os resultados arqueológicos estão sendo incorporados na construção do patrimônio, através das ações de intervenção e restauração dos bens culturais, culminarão em reflexões de legitimidade da transmissão dos valores patrimoniais do bem em uma narrativa politicamente útil a sociedade contemporânea em relação à conservação da memória sob a perspectiva reformulada.

Para que haja uma maior compreensão de todo o processo de construção do conceito de patrimônio arqueológico, se faz necessário retomar às origens de sua criação e desdobramentos até a conservação no século XXI.

## 2.1 A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO A PARTIR DA ATRIBUIÇÃO DE VALOR

A construção do conceito de patrimônio cultural, na sua origem, esteve intimamente ligada à ideia de valor atribuído aos objetos e edifícios que detinham parte do universo simbólico de um povo ou cultura. CHOAY (2017) descreve essa gênese a partir da Antiguidade<sup>6</sup>, na procura dos Atáidas pelas esculturas e objetos de arte decorativa gregos, pelos quais se promoveu a primeira escavação em 210 a. C., incitando posteriormente a produção de réplicas dos grandes monumentos clássicos na capital, Pérgamo. Este episódio reflete o interesse por objetos que possuíam valores patrimoniais mais próximos ao conceito atual e não possuíam propriamente “(...) valor de tesouros, religiosos ou fúnebres. Tais como foram acumulados nos túmulos egípcios (...) ou à categoria de curiosidades, recolhidas ao sabor das guerras, rapinas, viagens ou heranças pelos curiosos dos tempos” (CHOAY, 2017, p. 32).

Historicamente, são identificadas por Choay (2017) três fases de afirmação da ideia de patrimônio. A primeira fase ocorreu no século XVIII e foi marcada pela preocupação do Estado na construção de uma identidade nacional através de símbolos comuns do passado. A segunda fase ocorreu no período entre guerras, onde o termo patrimônio foi utilizado com recorrência pelas instituições internacionais e uma terceira fase de ampliação da ideia de patrimônio entre as décadas de 1960 e 1980.

---

<sup>6</sup> E. V. Hansen, *The Attalides of Pergamon*, Ithaca: Cornell University Press, 1947.

Um ponto constante de concordância é que o patrimônio é construído através da identificação e do reconhecimento. Tal o caso do Capitólio Romano, que foi palco da cerimônia simbólica de coroação poucos anos após a visita de Petrarca, em 1341, para celebrar os méritos do poeta. Eis que nascia o patrimônio romano! Não a materialidade, logicamente, pois esta já existia, mas, como produto de reconhecimento de um legado histórico e artístico. Logo o patrimônio foi o produto da época de seu reconhecimento e não construção física e continua sendo recriado e ressignificado cada vez que é reconhecido ao longo de sua existência. Uma vez que se compreende que o patrimônio nasce com o reconhecimento e não com a construção material propriamente, surgem questionamentos sobre que critérios de reconhecimento são válidos ou usados para a criação do patrimônio?

Outra ocasião em que se identifica o interesse pelos valores patrimoniais foi registrada através do poeta italiano Francesco Petrarca, que se comoveu durante uma visita às ruínas romanas em 1337. Seus pensamentos refletiram a melancolia sobre a glória da história romana que testemunhou o mundo pagão e cristão, induzindo-o à criação da obra poética, na qual se referiu à Roma Antiga através do termo “*Deploratio urbis*” ao mesmo tempo em que protestou contra a negligência e destruição das ruínas pelos próprios romanos (JOKILEHTO, 1999). É possível observar nessa manifestação tanto a preocupação com a perpetuação do legado material como uma identificação temporal, pois enquanto os pensadores cristãos antes dele viam Roma a partir da criação de sua própria história, Petrarca destacou-a como o legado Clássico em meio à História Antiga, a partir do momento em que se sentiu à parte deste período.

A partir do século XV já foi possível identificar uma transformação de pensamento em que a valorização das obras pelas características artísticas e históricas acontece em detrimento dos grandes monumentos clássicos representantes da grandeza helenística, desta forma surgiu o valor de rememoração ligado ao valor histórico-artístico do qual se falará mais adiante.

À primeira vista, a questão da hierarquia dos valores responsáveis pela criação de um patrimônio pode parecer superficial ou secundária, entretanto quando se trata das ações de conservação não é rara a situação em que se tem que optar por um dos valores a preservar-se. Em um exemplo ilustrativo, mas não distante da realidade, os arquitetos restauradores se deparam com situações como esta: Completamos o arco pleno, exemplar de um período neoclássico histórico relevante para tal sociedade ou deixaremos este seccionado em ruínas, demonstrando os processos de deterioração e modificação ao longo do tempo? O valor estético sobre o histórico? O arquitetônico sobre o arqueológico? Tais decisões, assim como outras

mais complexas irão fatalmente refletir questões ideológicas e culturais do tempo em que estão sendo realizadas.

A situação hipotética citada acima tem o objetivo de demonstrar a necessidade da compreensão profunda da complexidade e multiplicidade dos valores envolvidos e da criação de uma interface entre as diversas áreas, para que seja tomada a decisão mais viável do ponto de vista da preservação patrimonial. Para dar início à discussão sobre a atribuição de valores é indispensável citar as contribuições do historiador de arte austríaco Alois Riegl (2014), que em um momento de evidente transformação da sociedade onde valores antigos e novos coexistiam na passagem do século XIX para o século XX, concebeu “O Culto Moderno dos Monumentos”.

Um dos pontos identificados por Riegl (2014) remete às transformações da ideia do patrimônio do valor histórico para o valor de antiguidade do monumento. Na obra se evidencia sua posição em tratar os valores atribuídos ao monumento como evento histórico, ou seja, considerando o contexto contemporâneo às atribuições. Para Riegl o valor histórico está diretamente relacionado com a própria noção de história do autor, que chama histórico “tudo aquilo que foi, e não é mais hoje em dia” (RIEGL, 2014, p. 37). O monumento histórico é produto da sociedade moderna, um evento histórico delimitado pelo tempo e espaço.

O conceito de valor histórico é complexo e dinâmico e tem como requisito que haja a compreensão do que é história, que por si já levanta questões tais como: a consideração do caráter excludente dos atores que a narraram ou mesmo a distância temporal determinante ao parecer histórico.

Riegl procurou analisar o monumento a partir de diferentes perspectivas a percepções dos indivíduos e não do Estado. Considerando as formas de recepção, de percepção e de fruição dos monumentos. Explicando a sua definição do conceito de valor artístico, que já assumia o caráter moderno de expressão artística mais ampla e relativa, variando segundo a perspectiva de cada um:

Segundo a concepção antiga, uma obra de arte possuía um valor artístico na medida em que ele respondesse às exigências de uma estética supostamente objetiva, mas não sucedeu nesses dias dar lugar a alguma formulação incontestável. Segundo a concepção moderna, o valor de arte de um monumento se mede pela maneira com que ele satisfaça às exigências da vontade artística moderna (RIEGL, 2014, p. 41).

Na citação acima, Riegl torna evidente a natureza dinâmica e temporal do valor artístico, compreendendo-o como produto de tendências e ideias contemporâneas ao momento do reconhecimento da obra como dotada de valor estético. Apesar da criação de “O Culto Moderno dos Monumentos” ter sido resposta a uma demanda prática na busca por estabelecer uma base teórica para empreender e reorganizar a legislação de conservação dos monumentos austríacos em 1903, o historiador terminou por produzir uma reunião de reflexões e proposições acerca das tomadas de decisões em relação as práticas e políticas relativas aos monumentos, aludindo desta forma ao *background* do processo de criação do patrimônio.

A obra de Riegl (2014) se divide em três capítulos, sendo o primeiro onde apresenta discussões sobre os valores atribuídos aos monumentos e sua evolução histórica, o segundo capítulo trata dos valores de rememoração e sua relação com o culto dos monumentos e, finalmente, o último capítulo aborda os valores de contemporaneidade e sua relação com o culto dos monumentos.

Entre as discussões colocadas no primeiro capítulo, se define o monumento como produto humano na intenção de conservar para a consciência das gerações futuras uma ação ou destino. Riegl (2014) demonstra com essa definição a relação direta do monumento com a memória coletiva de uma sociedade. Faz-se uma ressalva para esclarecer que neste momento monumento e patrimônio ainda eram vistos como sinônimos, situação que se transformou somente a partir de meados do século XX. Ainda no primeiro capítulo, os monumentos são classificados como intencionais e não intencionais. Deixando em destaque que apesar de os primeiros não terem deixado de serem produzidos, o segundo tipo se alinha a ideia de patrimônio, nos quais os valores artísticos-históricos são atribuídos pela sociedade moderna como citado anteriormente.

No segundo capítulo, o autor trata especificamente dos valores de rememoração, divididos em: valor de antiguidade, valor histórico e valor de rememoração intencional. Dessa forma, Riegl (2014) abre a possibilidade de balizar as ações conservativas relacionando-as à identificação do valor atribuído ao monumento.

O valor de antiguidade deveria ser acessível a todos os olhares, especialmente os menos treinados das massas. As características de ancianidade do monumento devem ser percebidas imediatamente e sobressair dentre as demais. É o aspecto de decomposição atribuído pela

passagem do tempo e pelas intempéries, onde se faz aflorar no espectador a nostalgia das pátinas da vida do monumento.

Desta forma, o valor de antiguidade parte do pressuposto que para a conservação é preciso manter o estado natural e evitar qualquer intervenção. Assumindo-se que o patrimônio é produto da criação moderna, o valor de ancianidade a ele atribuído preconiza a preservação q natureza de forma análoga à dos seres vivos, em que deve ser respeitado o ciclo natural livremente, devendo ser evitada apenas a morte prematura.

O valor histórico, em contraste com o valor de antiguidade, exige certo conhecimento em História da Arte, uma vez que o monumento é a representação de um estado particular e único de desenvolvimento da criação humana, por esta razão para que o valor histórico seja preservado é necessário que se mantenha o mais fiel ao estado original, entendido como o momento da construção. Admitindo-se como medida de conservação a paralisação do estado de deterioração e a permanência das transformações sofridas pelo edifício no decorrer de sua existência como registro histórico e documental.

Já o valor de rememoração intencional é atribuído a classe dos monumentos que foram concebidos para comemoração de um evento pontual ou complexo passado, este se aproxima mais dos valores de contemporaneidade que remete a uma criação recente, buscando sempre uma impressão de completa integridade.

Os valores de contemporaneidade foram expostos no terceiro e último capítulo do *Denkmalkultus*<sup>7</sup>. O autor classificou-os em dois tipos, sendo o de uso prático ou simplesmente de uso e o valor de arte. O primeiro deverá atender às demandas práticas e materiais humanas, enquanto o segundo deverá alimentar o espírito. O valor de arte foi dividido ainda em valor de arte relativo ou valor de novidade. O valor de arte relativo é atribuído a capacidade de sensibilização do expectador moderno em relação as características do monumento antigo, enquanto que o valor de novidade possui o “O caráter acabado do novo, que se exprime da maneira mais simples por uma forma que ainda conserva sua integridade e sua policromia intacta (...)” (RIEGL, 2014, p. 96).

A perspectiva Riegliana sobre o patrimônio, apesar de ter sido concebida há mais de um século, legou uma base fundamental para a conservação na contemporaneidade. A classificação quanto aos valores dos monumentos se uniu a uma tendência de transformação social de

---

<sup>7</sup> Nome original do Culto Moderno dos Monumentos, 1903.

horizontalidade e popularização das expressões artísticas. As ideias foram absorvidas nas discussões posteriores acerca da conservação do patrimônio de maneira ampla nos encontros internacionais ocorridos desde a década de 1930. De modo que não apenas a gama de monumentos potenciais foi ampliada, mas as diretrizes para a conservação de cada categoria de monumento relacionado diretamente ao valor atribuído pela cognição humana criadora do patrimônio.

A contextualização sobre o conceito de patrimônio foi realizada pela historiadora Françoise Choay, primeiro buscando a origem epistemológica na Europa até as questões da conservação estratégica na contemporaneidade, hoje universalizadas no livro “*L’allégorie du patrimoine*”, que se tornou uma referência desde a publicação original em 1992. A autora traçou uma linha conceitual a partir da etimologia do termo “patrimônio”, se referindo ao bem de herança transmitido de pai para filho, considerando a maior parte das sociedades ocidentais patriarcais, passando pela transformação semântica para “patrimônio histórico”, que abrange sua transmissão a um sentido coletivo, referente à comunidade.

No período entre guerras, conhecido como a segunda fase de afirmação do patrimônio, as discussões acerca da preservação do patrimônio foram impulsionadas pela destruição causada pela Primeira Guerra Mundial, levando à criação de várias instituições e sociedades internacionais, como a Sociedade das Nações em 1919 (CORREA, 2015). Procurando estreitar a distância causada pelo conflito através das barreiras culturais, foi fundada a Comissão Internacional de Cooperação Intelectual (CICI), responsável pela organização de diversas conferências internacionais que trataram do patrimônio e práticas de conservação.

O primeiro encontro aconteceu em Atenas, em 1931, sobre o Restauro de Monumentos, em que participaram apenas países europeus. O segundo encontro ocorreu em Veneza, em 1964, sobre Monumentos e Sítios, onde apenas três países não europeus estiveram presentes (Tunísia, México e Peru) e menos de uma década depois, a Convenção do Patrimônio Mundial, ocorrida em Paris, em 1972, já contou com a assinatura de oitenta países dos cinco continentes. Neste momento já era possível identificar a ampliação da noção de bem patrimonial sob três perspectivas: tipológica, cronológica e geográfica.

Lembrando que antes da década de 1960, o valor de distanciamento cronológico marcado principalmente pela Revolução Industrial ainda era um traço imprescindível para a classificação como patrimônio histórico. Esse período, caracterizado pela suntuosidade atribuída ao termo monumento, que abarcava bens de basicamente duas origens, arqueologia e

arquitetura erudita protegeu os bens mais recentes datados do século XIX e excluiu os exemplares relevantes historicamente construídos entre o final do século XIX e início do século XX. Com isso, vários exemplares foram demolidos à revelia, como a *Maison Du Peuple* na Bélgica, obra de Victor Horta, o mercado *Les Halles*, em Paris, obra de Victor Baltard, o Hotel Imperial de Tóquio, obra de Frank Lloyd Wright, entre tantos outros bens de grande relevância cultural.

As discussões acerca do patrimônio provenientes dos desafios encontrados no período pós-guerra demandaram uma nova abrangência e diversidade dos bens inventariados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) durante a segunda metade do século XX. Neste período foi publicada a Carta de Veneza (1964) em que o conceito de patrimônio foi ampliado.

Esta ampliação ocorreu nos âmbitos cronológico, geográfico e tipológico, como exposto no trecho “A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só as grandes criações, mas também as obras modestas, que tenham adquirido com o tempo, uma significação cultural” (CARTA DE VENEZA, 1964, p. 2).

Também foi imprescindível a inserção de outros critérios, além do valor histórico, relacionados à representatividade, memória e identidade, transformando a nomenclatura para patrimônio histórico e artístico, e conseqüentemente inscrevendo significativamente um maior número de bens. A Conferência de Paris já contou com a colaboração do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), cuja criação foi prevista como uma das resoluções no Congresso de Arquitetos e Especialistas em Edifícios Históricos em Veneza (1964).

A adesão de signatários dos países europeus se justificou pelo movimento de internacionalização da salvaguarda do patrimônio, que ganhou força mais uma vez pela destruição causada pela Segunda Guerra Mundial, pela vontade de reconstrução e restauração dos monumentos símbolos da nacionalidade dos países atingidos. Ainda em 1945, a criação da UNESCO sucedeu a CICI e impulsionou o surgimento do Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauo de Bens Culturais (ICCROM) em 1957. A comoção internacional lançada em 1959 através de campanha da UNESCO solicitada pelos governos no Egito e Sudão, trouxe como resultado a aceleração das pesquisas arqueológicas e o posterior realocamento dos

templos de Abul Simbel e Filae para um terreno fora da área de impacto da construção da represa de Assuã.

Na terceira fase de afirmação do patrimônio, entre as décadas de 1960 a 1980, ocorreu a transição de “ (...) patrimônio histórico a um patrimônio social; de um patrimônio herdado a um patrimônio reivindicado; de um patrimônio visível, material, a um invisível, imaterial” (LE GOFF, 1998, p. 11), ampliando de forma significativa o arcabouço patrimonial e sendo uma das razões que impulsionou a participação de um número maior de países, observado na diferença quantitativa entre o segundo (1964) e o terceiro (1972) congresso, o qual intencionava atingir questões de maiores especificidades técnicas em relação ao patrimônio construído, recomendando:

(...) que os países que ainda não tivessem uma organização central para a proteção dos edifícios históricos, providenciassem a criação dessa autoridade e em nome da UNESCO, que os estados membros da UNESCO se juntassem no ICROM, sediado em Roma. (RECOMENDAÇÕES DE PARIS, 1972, p. 4).

Como signatário da Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil refletiu o consenso alcançado nas reuniões internacionais promovidas pela UNESCO, citadas acima. Como consequência, o conceito de Patrimônio foi ampliado na Constituição Federal<sup>8</sup>, onde ao invés de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional denominado no Decreto-Lei nº. 25 do SPHAN de 1937, passou a ser denominado como Patrimônio Cultural Brasileiro. Entretanto, na prática, de forma geral, segue em um contra fluxo, com ausência de ações protecionistas e critérios ultrapassados de eleição dos bens, como o de monumentalidade por exemplo.

A definição mais abrangente incorpora ao conceito de patrimônio, os bens de natureza imaterial, que englobam as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas, ao que já havia se consolidado como as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

De volta à esfera teórica, uma contribuição significativa para a construção do conceito de patrimônio partiu do historiador Le Goff (2010), com a adição da dimensão simbólica do

---

<sup>8</sup> Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Art. 216.

patrimônio, que se revela como um símbolo de resistência ao desencantamento do mundo, através da passagem do tempo. Por essa razão o patrimônio não é só uma questão de passado, mas uma forma de garantir o presente e o futuro, com sua ressignificação, que lhe fornece “certa liberdade para ser qualquer outra coisa, incluindo outra função da memória, a do esquecimento” (FERREIRA, 2006, p. 80).

O termo ressignificação é indissociável das práticas de conservação do patrimônio cultural, entre as quais a restauração se inclui. Fazendo-se um apanhado da acepção do termo significação no dicionário, a definição encontrada será: ato de significar, de dar a entender por meio de sinais; aquilo que um signo quer dizer. Segundo Chartier (1990), concordamos, ao pensar que, de forma análoga é possível remeter os bens materiais a uma gama variada de significados, criados pela cognição humana através de sua trajetória histórica. Onde esses bens são representantes, signos e simbolizam as qualidades atribuídas pelo campo da cultura. Além disso, os símbolos e significados imagéticos do espaço são produções culturais, que, como pensa Simon Schama,

Até mesmo as paisagens que parecem mais livres de nossa cultura, a um exame mais atento, podem revelar-se como seu produto. E Paisagem e memória afirma que isso não é motivo de culpa e tristeza e, sim, de comemoração. (...) A longa relação entre natureza e cultura tampouco tem constituído uma calamidade irremediável e predeterminada” (1996, p. 20).

O termo patrimônio, remete à guarda do passado, ou da parte significativa dele. E como determinar o que é significativo? É desta forma que surgem discussões que incluem termos como afirmação de identidade e representação. O processo da formação de identidade é um processo dinâmico que tem se mostrado onipresente nas sociedades contemporâneas, que pode ser reconhecido como uma categoria de pensamento. O papel do patrimônio como agente social e político se fortalece nesse contexto.

Para que o patrimônio exista é fundamental reconhecê-lo, conferindo-lhe valores que são encontrados nas relações sociais e simbólicas e “(...) não tecidas ao redor do objeto ou evento em si” (MAZZUCCHI, 2006, p. 79). O pertencimento a uma identidade cultural, remete a distinção entre demais culturas, traduzidas nas representações linguísticas, no modo de

construir, de relacionar-se com a comunidade, de produzir suas ferramentas e utensílios, nas atividades cotidianas como trabalhar, cozinhar, festejar entre tantas outras manifestações responsáveis pela formação de uma identidade cultural.

Este termo costuma ser melhor compreendido através da acepção da cultura como criação, como a percepção humana e ação transformadora sobre o meio natural, sobre si própria e sobre as relações humanas.

Uma vez que a cultura é resultado das relações humanas, que só ocorrem através da comunicação, que essa só se torna possível pelo uso de símbolos, então é somente pelos símbolos que a cultura pode ser perpetuada. De modo que ressignificar não implica na sobreposição dos significados, dos valores, mas na coexistência harmoniosa dos valores antigos e modernos.

Já a representação funciona como um sistema de interpretação da realidade que rege as relações dos indivíduos com o meio físico e social, ela vai determinar comportamentos e práticas. Dentro de sociedades estratificadas, como a maior parte das atuais submetidas ao Capitalismo, ainda mais nas neocoloniais, as desigualdades estão fortemente impressas na cultura material. Assumindo o papel político do patrimônio cultural, um dos grandes desafios na preservação do patrimônio está em fornecer um novo uso para os edifícios históricos, uma vez que isso concede a ressignificação ao bem, em uma oportunidade de torná-lo um instrumento democrático e multivocal.

Há uma ampla gama de possibilidades de transformações sobre o bem entre os quais estão a preservação, a restauração, a conservação, a consolidação, a reconstituição, a adaptação a novo uso e a reconstrução. As transformações sofridas pelo bem implicam irremediavelmente na ressignificação em maior ou menor grau para abarcar as necessidades modernas que se refletem na função e representação. É necessário, portanto, desenvolver a sensibilidade de criar no presente sem destruir os valores do passado essenciais eleitos para a criação do bem.

Um dos parâmetros a serem considerados durante a transformação de um bem é a função da memória, percebida em primeiro plano como um modo de proporcionar a existência do passado no tempo presente. A memória é produto do presente, onde por meio dela se intervém na ordenação dos vestígios, dos registros que culminarão na ressignificação do bem cultural. A ressignificação, portanto, transpõe os limites materiais, possibilita ao bem que este seja um

instrumento cultural no presente através de sua apropriação quando o torna acessível através criação de espaços sociais de convívio, capazes de estimular novas produções culturais.

Desta forma, é possível conferir a relação direta da ressignificação com a função de um bem. A função abrange as dimensões simbólica e prática, onde a adaptação do bem cultural a um novo uso se torna um marco em ambas. Não somente o passado é resgatado, como atividades, dinâmicas e expressões que tornem possível a conversão do bem em um instrumento de fortalecimento da identidade cultural.

Na esfera material, em diversos casos o bem sofre intervenções ao longo do tempo em função da demanda por uso. A adaptação de edificações de interesse histórico e cultural a novos usos é estudada como um instrumento conceitual para a criação arquitetônica que considera, de acordo com o que se quer preservar, as pré-existências.

Considerando-se que os projetos de intervenção exigem um alto grau de complexidade teórica, técnica, documental e ética, não é possível realizá-los contando com diretrizes prontas. Também pela ação interventiva ser um produto contemporâneo, se faz necessária a constante revisão das orientações em teorias do restauro, legislações, normas e cartas patrimoniais, além da consideração das particularidades e demandas provenientes do contexto de cada bem.

Uma distinção entre patrimônio arqueológico e patrimônio cultural foi colocada por Lezama (2003), baseando-se na definição exposta nas Recomendações de Lausanne (1990) que considera que o patrimônio arqueológico é tudo aquilo que pode ser estudado pela arqueologia, abrangendo dentro do conceito de patrimônio arqueológico toda a cultural material humana, sinônimo de cultura material. Enquanto que patrimônio cultural seria, como posto anteriormente uma construção de identidades individuais e coletivas, de modo que apenas alguns bens arqueológicos serão eleitos como patrimônio cultural. A concepção de que o alvo de interesse da Arqueologia é a cultura material humana a partir de seus contextos não se identifica como obstáculo uma distância cronológica, englobando dessa forma todos as fases do processo de formação de identidade individual e coletiva.

Para a compreensão das questões que abarcam o patrimônio arqueológico é necessário antes o entendimento de cultura arqueológica e como o conceito de cultura foi se delineando dentro da arqueologia. A partir do pressuposto de que cada nação é composta por um povo, um território delimitado e uma cultura, formou-se o conceito de que cultura arqueológica pode ser definida, também, como um conjunto de objetos produzidos ou modificados pelo homem, sendo

eles utensílios, ferramentas, adornos, meios de transporte, moradias, armas, tecidos, associados a uma área arqueológica mais ou menos delimitada (FUNARI, 2004).

A Arqueologia é um campo fértil para diversas perspectivas distintas, que possibilita observar o mesmo objeto a partir de um viés mais próximo da antropologia ou da história e desde a década de 1980 este leque se ampliou consideravelmente, com o movimento originado na Inglaterra por arqueólogos como Ian Hodder (2003), Daniel Miller (1991), Christopher Tilley (1991) e Peter Ucko (1995), que admitiram as numerosas possibilidades interpretativas para os sítios e artefatos, ampliando conseqüentemente as técnicas de pesquisa adotadas.

Apesar de reafirmar a necessidade da objetividade dos dados arqueológicos, a arqueologia interpretativa adotou ferramentas de outros campos científicos como por exemplo a hermenêutica como método de interpretação, mais precisamente na ideia da Arqueologia como atenta ao nível de síntese, de integração e dos contextos para interpretar as transformações culturais. A hermenêutica mantém seu foco sobre significado, contexto, subjetividade e interpretação. Além disto, propunha uma maior parcialidade do arqueólogo em relação a interpretação dos dados para uma aproximação aos atores culturais.

Alinhada com esta abordagem, está a arqueologia social tratada no tópico anterior, que propõe a busca pela democratização e multivocalização da produção do conhecimento arqueológico, possibilitando a incorporação de contextos culturais construídos por atores abafados historicamente como as mulheres e minorias étnicas, por exemplo (HODDER, 1991). A proposta de uma arqueologia interpretativa prevê a compreensão dessa posição para romper com as relações estabelecidas de dominância na produção do passado arqueológico.

O patrimônio arqueológico nesta concepção reconhece um valor além dos já identificados, como o valor histórico, o valor antropológico, o valor artístico, mas, agregado a este se apresenta o valor social, carregado da ideologia a qual o movimento se propõe.

O mesmo objeto pode ser abordado sob diversas perspectivas como discutido durante este capítulo. Essa perspectiva será responsável pela valorização de determinado objeto, elencando-o a condição de patrimônio cultural. Portanto, a abordagem do objeto sob o ponto de vista arqueológico é essencial na valorização e formação de seu patrimônio.

Mas quais são os critérios balizadores para a formação do patrimônio arqueológico? Na busca por responder a essa questão é possível adotar uma visão mais próxima a antropológica

como o agrupamento de valores atribuídos a um objeto ou signo proposto por Caple (2000), divididos em instrumentais, simbólicos e documentais.

Os valores instrumentais estão relacionados ao seu desempenho na sociedade como um elemento funcional essencial para que a sociedade se reproduza. É necessário destacar que um mesmo objeto é passível de agrupar diversos valores. Uma edificação que detém a função de abrigo e delimitador físico de atividades como um valor instrumental, comum a diversas sociedades carregam simbolismos distintos em cada uma delas. Portanto um edifício, por exemplo é um signo que detém valores instrumentais, simbólicos e documentais.

Os valores simbólicos foram definidos por Caple (2000) como aqueles que atribuem ou reforçam os significados dos objetos materiais. São dependentes de processos culturais e relações sociais do grupo ao qual pertencem. Representam a forma como determinado grupo social manifesta suas ideologias. São representações de *status*, poder, religião, arte, entre outros. Já os valores documentais são indicadores históricos, revelam a passagem do objeto através do tempo. Podem ser identificados nos estilos arquitetônicos, nas técnicas e materiais construtivos ou na configuração espacial continuando no exemplo de uma edificação.

Se os valores dos bens culturais são atribuídos, a Arqueologia possui a responsabilidade de interlocução entre o passado e o presente à luz dos princípios que regem a conservação na contemporaneidade.

Os valores simbólicos neste caso, reforçam a perspectiva adotada pela Arqueologia Interpretativa, na medida em que reconhece que através dos signos impressos nas manifestações culturais e suas materializações, reforçam as ideologias dominantes. Dessa forma, os dados arqueológicos produzidos em relação ao bem cultural possui o potencial de ressignificá-lo em alinhamento as proposições teóricas sobre o patrimônio e a conservação integrada. Também reforça a importância da atividade interdisciplinar, como a única forma de fornecer elementos suficientes para os julgamentos e decisões. O único meio de sanar as deficiências comuns a todas as áreas.

Considerando esta perspectiva, abre-se espaço sobre as questões ideológicas que compõem o *background* do processo de criação e conservação do patrimônio cultural e seus desdobramentos na sociedade.

## 2.2 ALÉM DAS APARÊNCIAS: AS IDEOLOGIAS E A CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NO SÉCULO XXI NO BAIRRO DO RECIFE.

Obviamente, o pensamento que identifica os próprios desejos na realidade não conhece vergonha nem limites (MÉSZÁROS, 1989, p. 17).

A construção do patrimônio cultural abrange uma série de questões complexas, que refletem necessidades sociais do presente com projeções para o futuro. Essa construção consiste em identificar e reconhecer valores a reinterpretá-los, adequando-os ao contexto atual. O termo ideologia assumiu uma série de significados, na medida em que foi abordado por muitos autores nas Ciências Sociais, como Michael Löwy, Norberto Bobbio, Marilena Chauí, Vilfredo Pareto e Leandro Konder (MOREIRA, 2007, p. 27).

Nesta pesquisa, a ideologia é compreendida como um filtro impossível de remover na percepção da realidade, algo que a distorce em função da posição social. A estruturação a partir das questões ideológicas, se apresenta como um meio fundamental para o avanço da discussão, na medida em possui o potencial de responder as razões pelas quais os eventos ocorrem, ao invés de se limitar ao “como” ocorre. Há ainda, um prognóstico positivo, uma vez que Mészáros (1989) adverte a possibilidade de transformação da prática ideológica, situando-se conscientemente na estrutura do discurso através do conhecimento ideológico, quer dizer, através da identificação dos agentes, da funcionalidade e dos objetivos.

Considerando-se o patrimônio cultural como uma das manifestações ideológicas com ampla representatividade na configuração urbana e social, é de grande relevância o conhecimento das ideologias por trás da construção. Responder sobre quem o está produzindo de fato? Que papéis estão desempenhando na sociedade? E o que estão comunicando? E sobretudo, qual o objetivo contido nas entrelinhas, além de preservação da memória? Poderá fornecer o conhecimento sobre a “teoria da prática” (MÉSZARÓS, 1989).

Neste panorama, a Arqueologia se apresenta como um intérprete do passado na construção no presente. Desde a origem, a Arqueologia se apresentou como um campo fértil para debates teóricos nas formas de aproximação das sociedades passadas. Os resultados

arqueológicos não podem deixar de refletir a ideologia do tempo no qual está inserido o arqueólogo, onde cada olhar é um reflexo do próprio tempo (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1999-2000). No contexto das cidades históricas coloniais, como o Bairro do Recife, as desigualdades e o acesso ao poder são evidentes. É nesse meio que o pesquisador local está inserido e, portanto, se identifica como parte desse sistema.

Esta afirmação se alinha com as ideias conceituais e filosóficas difundidas nos estudos arqueológicos dos últimos 40 anos, nas quais se argumenta que embora a Arqueologia disponha de métodos e procedimentos científicos para análise dados, o passado não pode ser analisado imparcial e objetivamente, mas estará submetido à perspectiva do investigador. Logo, o passado se torna passível do contexto, um produto socialmente construído a partir da visão do arqueólogo (HODDER, 1996). Esta colocação incita o questionamento sobre como a Arqueologia está construindo o passado na contemporaneidade? Não apenas nas pesquisas, mas na exposição museológica, através das intervenções nas edificações históricas, isto é, na sua representação material do passado.

Os registros materiais, sejam eles artefatos ou estruturas arquitetônicas, são símbolos criados a partir das relações complexas das sociedades. A arquitetura reflete os valores presentes de uma sociedade através da espacialidade, em sua função, nos ornatos e até na ausência deles, de modo que todo elemento presente na arquitetura se torna símbolo para interpretações. Portanto, aprofundar-se nas questões da produção das informações arqueológicas e sua associação às intervenções é um aspecto esclarecedor sobre quais valores ideológicos determinaram e continuam determinando a formação do patrimônio cultural no século XXI, do Bairro do Recife.

Esta pesquisa se identifica sobretudo, com a diversidade de abordagens de temas desenvolvidos pela Arqueologia contemporânea, para através da discussão que inclui os aspectos simbólicos das produções humanas, adentrar na produção do patrimônio cultural na atualidade, na qual se inclui o patrimônio arqueológico. Essa produção será investigada, considerando-se a afirmação de que “um conceito central para abordar a relação entre o conhecimento do passado e o contexto social e político de sua produção é a ideologia” (LEONE, 1987, p. 284) e que assim como no passado, as produções culturais do presente estão submetidas à mesma.

Publicações arqueológicas das últimas décadas do século XX (HODDER, 1992; LEONE, 1984, 1988; MILLER, 1987; ZARANKIN, 2001), têm se utilizado do conceito de ideologia, dentro da perspectiva marxista para compreender os mecanismos de manutenção da estrutura social estratificada, baseada em uma cultura de consumo, onde o poder de compra designa a posição hierárquica do indivíduo na sociedade. Uma dessas referências se encontra nas contradições sociais identificadas em Annapolis (EUA) no século XVIII (LEONE, 1984) a partir de diversos elementos da arquitetura da cidade, como os jardins, onde foi possível identificar a relação das estruturas simbólicas e sua relação direta com as estruturas sociais através das ideologias (HODDER, 1994).

As representações arquitetônicas, como as intervenções, são de maneira análoga, materializações ideológicas. O ato de construir sobre o construído, de criar sobre o pré-existente como se configura a intervenção sobre o bem cultural, institui ao arquiteto a tarefa de reunir e compatibilizar ideias que integrem as necessidades sociais e funcionais ao projeto. A intervenção simbolizará um conjunto de ideias cotidianas e formulações teóricas condizentes com a sua posição na sociedade, seu tempo e seu espaço.

Compreende-se que a sociedade é permeada por diversas ideologias, em diferentes níveis que podem ser delimitados por exemplo, por território, geração, estrato social e econômico e assim por diante. As ideologias se inter-relacionam e estão em constante conflito na busca por uma hegemonia social (MÉSZÁROS, 1989). Nesta luta, a Arquitetura e o Planejamento Urbano onde se inclui o patrimônio cultural, funcionam como instrumentos ativos, os quais são criados pelos interesses dos autores, grupo dotado da capacidade técnica, institucional e político para manuseá-lo a serviço de combater ou reafirmar a ideologia dominante.

O tratamento fornecido aos resultados arqueológicos é produto das decisões projetuais tomadas na intervenção arquitetônica, as quais devem seguir um “partido arquitetônico” que se configura, neste caso, como indício ideológico. O termo “partido arquitetônico” é utilizado como um conceito norteador. Utilizando-se a concepção de partido arquitetônico definido por Biselli (2011), como princípio geral que direciona o processo das decisões particulares do programa às intervenções sobre o edifício construído, como a configuração de decisões relativas à distribuição de um programa adequado à função, forma, relações de espaço, preservação dos extratos antigos e inserções contemporâneas, acrescenta-se, ainda, a implantação e a relação

com o entorno. Por fim, o partido arquitetônico reflete através das ações a intenção do projeto, como:

O modo de reafirmar os aspectos espaciais e formais pré-existentes no lugar, seja de modo a negá-los, ou ainda de modo a incluí-los como referência parcial à realização da construção, em uma dialética permanente entre as determinações do lugar, do programa e da construção (LEMOS, 2003, p. 2).

Ainda em relação ao partido arquitetônico, é oportuno salientá-lo como um reflexo ideológico de uma resultante de condições sociais, políticas, legais, econômicas e ecológicas (terreno, clima, vegetação, paisagem). Portanto, no âmbito da conservação do patrimônio, a busca por compreender como os resultados arqueológicos estão sendo transmitidos através das intervenções dos edifícios históricos, pode esclarecer as tendências ideológicas por trás da construção no presente.

Essa construção ocorre através da Conservação, a qual se configura como uma questão cultural, por refletir toda a complexidade de valores e ideias, não se limitando aos autores do projeto de conservação, mas também através das relações com outros membros da sociedade e instituições. É uma questão cultural, por ser o patrimônio produto de culturas que precisam ser compreendidas em valores relevantes e em associação com o patrimônio (JOKILEHTO, 2002). Portanto, a Conservação é resultado da construção do patrimônio, considerando-se as relações no passado e no presente, assim como as relações do passado com o presente.

Dessa forma, a pesquisa considerará o projeto de intervenção como um microcosmo, que reflete as ideologias através dos critérios por trás das escolhas e ações presentes em todo o processo que envolve desde a seleção do que merece ser preservado ou quais valores estão sendo preservados na prática através das intervenções. Considerando todo ato, incluindo as intervenções e o tratamento fornecido aos dados arqueológicos como atos com fins políticos, ativos na sociedade. A correlação entre os acontecimentos vivenciados pela sociedade em várias escalas geográficas nas últimas décadas do século XX e durante a primeira década do século XXI é imprescindível na construção dos dados necessários à compreensão das correntes ideológicas atuantes através das intervenções analisadas no estudo de casos. Isto envolve compreender que atores sociais e políticos estiveram envolvidos direta e indiretamente e detinham o poder para determinar e moldar a construção desses bens culturais.

A transição, do século XX para o século XXI, foi marcada por discussões fervorosas no campo da preservação do patrimônio cultural e ambiental, com a utilização recorrente de termos como “sustentabilidade”, “globalização”, “aquecimento global” entre outros, relacionados ao mesmo universo epistemológico. Essas discussões ocorreram através de conferências, declarações, recomendações e cartas, repercutindo em uma abrangência global, fazendo emergir mais fortemente críticas quanto à cultura do consumo exacerbado, estimuladas pelo Capitalismo e suas consequências desastrosas ao meio ambiente.

Em consequência dessa movimentação global, as políticas de preservação do meio ambiente foram fortalecidas, ao menos no discurso, atingindo a conservação urbana e territorial, na promoção de políticas culturais e ambientais sustentáveis. Entre as propostas de sustentabilidade do bem se encontravam a do compartilhamento de responsabilidades entre instituições públicas e privadas e o envolvimento de todos os segmentos da sociedade do desenvolvimento cultural. (JOKILEHTO, 2002). Tais iniciativas representam, em tese, uma diminuição do poder e da responsabilidade do Estado sobre o patrimônio.

Os desafios encontrados pela conservação, se encontram na “(...) variedade de culturas e posicionamento tradicionais” agravados pelo crescimento da “(...) natureza multicultural das comunidades locais, expostas aos interesses comerciais dependentes de modismos e tendências globais” (JOKILEHTO, 2002, p. 19). Essa reflexão reafirma a necessidade de contextualização cultural local sobre as medidas e ações exercidas em relação aos bens culturais, contudo na preocupação do alinhamento dessas ações com os princípios centrais, pode-se dizer filosóficos, da Conservação do Patrimônio e do Restauro. Dessa forma, se rechaça a possibilidade que tais ações sejam submetidas às ideologias como as do Capitalismo, por exemplo, visando o lucro e a segregação sob prejuízo de soluções mais conciliadoras que abranjam a preservação dos valores patrimoniais e sua integração com o meio social e urbano.

Entretanto, o que dizer sobre as intervenções que transformam ruínas de um antigo convento e alfândega em um centro comercial voltado para a classe alta? Representando um ponto alto do capitalismo, a dialética entre a preservação do patrimônio submetidos à geração de lucro do setor privado em contraposição à ruína do baluarte que outrora guardou a vila do Recife, renegada ao abandono do setor público e à depreciação pela não geração de lucro direto, que poderia ser convertido à manutenção. Uma terceira situação mais conciliadora à primeira vista, se apresenta no projeto de intervenção e restauro da mais antiga sinagoga das Américas, a Kahal Zur Israel, no Bairro do Recife, transformada em museu e centro cultural. Os valores

culturais preservados através de um grupo<sup>9</sup> capaz de reivindicar e subsidiar a preservação da memória. De forma que, o patrimônio cultural ainda neste caso, é sustentado por questões permeadas pelas relações de poder, presentes no Capitalismo.

Buscar compreender o processo de construção do patrimônio arqueológico e sua conservação, através de uma abordagem crítica, que impõe entre outras tarefas, a confrontação entre o discurso e a prática. Como discurso, considera-se, neste trabalho, prioritariamente, as “Recomendações Internacionais” ou “Cartas Patrimoniais”, que refletem um consenso geral sobre o tema do patrimônio e sua conservação, as quais serão abordadas no capítulo seguinte, entretanto sem desconsiderar como esses acordos internacionais se refletiram no Brasil através das políticas de preservação regulamentadas pelo IPHAN.

---

<sup>9</sup> Federação Israelita de Pernambuco (FIPE).

### 2.3 AS CONTRIBUIÇÕES DAS RECOMENDAÇÕES INTERNACIONAIS E DAS DIRETRIZES LEGAIS NO BRASIL PARA A CONTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

O patrimônio pode ser formado por uma gama considerável de valores, histórico, simbólico, artístico, estético, científico, antropológico, ambiental, social, espiritual. A atribuição de valores para a sociedade é a premissa para o reconhecimento dos bens e a base para se pensar na preservação e nas ações cabíveis para a conservação. Por esta razão, o patrimônio destruído das cidades europeias ganhou uma nova conotação na ocasião de afloramento do valor de rememoração de um período difícil, mas de extrema necessidade de manter-se vivo na ocasião do período pós-guerra.

Não se trata de uma tarefa simples, onde além da compreensão dos processos históricos e socioculturais produtores desses valores e conseqüentemente dos bens culturais que envolve diversas áreas de conhecimento e perspectivas distintas, ainda existe a questão da criação de ações e políticas de preservação desses bens que se deparam com situações comumente apresentadas entre gradações e sobreposições desses valores.

Por esses e outros desafios, a necessidade de se fundamentar princípios e diretrizes para a prática da preservação do patrimônio cultural com abrangência internacional se tornou urgente e para solucionar esse desafio foram criadas instituições que organizaram encontros e conferências, os quais produziram documentos com essas diretrizes, denominadas Cartas Patrimoniais.

Por Cartas Patrimoniais se entendem as cartas, recomendações e declarações construídas com o fim de trazer considerações sobre aspectos relativos à conservação do patrimônio. Em sua maior parte, essas cartas são produzidas em encontros de entidades internacionais, como o ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) e nas sessões da UNESCO, órgão integrante da ONU, que tem como uma de suas atribuições a identificação e proteção de bens considerados patrimônio da humanidade (IPHAN, 2002, p. 88).

Nas Cartas Patrimoniais estão inseridas as discussões e consensos a respeito de termos, definições e conceitos no âmbito do patrimônio, procedimentos, recomendações e normas sobre as ações de preservação, não apenas no monumento isolado, mas no seu entorno, nos conjuntos

arquitetônicos, nos sítios históricos, no manejo e na gestão desses bens. É necessário salientar que tais documentos têm sofrido transformações a cada encontro por absorverem a realidade e os desafios de cada época, uma vez que vêm sendo periodicamente produzidos há quase cem anos.

Algumas ideias, referente ao restauro, persistiram e ainda compõem posturas amplamente aceitas no campo, tais como: o respeito pela matéria original; a ideia de reversibilidade e distinguibilidade; a importância documental e de uma metodologia científica a ser seguida; o uso como um meio para preservar os edifícios históricos e não como a finalidade de intervenção; o interesse por aspectos conservativos e de mínima intervenção; a noção de ruptura entre passado e presente (KÜHL, 2007). As Cartas foram produtos de um cenário de discussão na busca por soluções em relação as questões da restauração e conservação do patrimônio, sob a alcunha de “recomendações” grande parte desses documentos balizam as ações e posturas neste campo.

Uma seleção criteriosa dessas cartas foi realizada com o propósito de contrastar com as ações de conservação executadas nas práticas interventivas dos bens culturais objetos dos estudos de casos realizados nesta pesquisa. Os parâmetros de análise envolvem critérios que fundamentaram as posturas projetuais restaurativas no bem cultural edificado através das cartas que mencionam ações relacionadas ao patrimônio arqueológico, como: 1. A relação do patrimônio com o desenvolvimento urbano; 2. Seu papel social; 3. A questão do uso para os bens culturais; 4. O tratamento fornecido ao patrimônio arqueológico pela arquitetura, que deveria reproduzir a interdisciplinaridade entre as duas disciplinas, um dos principais objetivos deste trabalho.

De modo que foi realizada uma seleção exposta abaixo, cujo destaques se apresentam em ordem cronológica:

Na **Carta de Atenas (1931)** produzida na 1ª. Conferência Internacional sobre os Monumentos Históricos pela antiga Sociedade das Nações se observa a preocupação sobretudo com questões de conservação do patrimônio em função do grande crescimento urbano. A busca pela unidade de pensamento de diversos países quanto às medidas de conservação do patrimônio cultural, abordaram temas como as técnicas-constructivas e as diretrizes para as ações de conservação, assim como a garantia de proteção através de uma legislação, primando pelo direito coletivo sobre o individual. Destacam-se os seguintes pontos:

No item “Doutrinas, princípios gerais” recomenda-se que se mantenha uma utilização dos monumentos, que assegure a continuidade de sua vida, destinando-os sempre a finalidades que respeitem o seu caráter histórico e artístico. Se observa que a noção de função para a conservação do patrimônio já era assumidamente uma das formas eficazes de conservação do bem cultural.

1. Preocupando-se com a expansão urbana, no item “A valorização dos monumentos” recomenda-se o respeito pelo caráter e fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança dos monumentos antigos.
2. No item “Técnica da Conservação” recomenda-se a manutenção regular e permanente; respeito à obra histórica e os estilos que por ali passaram; emprego de materiais e técnicas modernas sem alterar o aspecto e o caráter do edifício; anastilose só em casos extremamente necessários.
3. A ruína deverá ser conservada com a ação da anastilose quando possível e no caso do uso de novos materiais, recomenda-se a presença da distinguibilidade. Quando não for possível a conservação das ruínas arqueológicas, devem-se estudá-las minuciosamente e voltar a sepultá-las.
4. A técnica e a conservação de uma escavação impõem colaboração estreita do arqueólogo e do arquiteto.

As **Recomendação de Nova Delhi (1956)** ou Recomendação Definidora dos Princípios Internacionais a serem aplicados em Matéria de Escavações Arqueológicas estabelece que os trabalhos de escavação devem ser executados em conformidade com padrões científicos. Nesta carta destaca-se o item que trata da conservação dos vestígios:

1. A responsabilidade do arqueólogo sobre a guarda, a manutenção e o restabelecimento das feições do sítio, assim como a conservação, durante as escavações e ao seu término, dos objetos e monumentos descobertos.

A **Carta de Veneza (1964)** – II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, não apenas recomenda a Carta de Nova Delhi (1956) sobre as escavações arqueológicas, orientando sobre as posturas necessárias quanto aos objetos arqueológicos evidenciados, mas se propõe a reexaminar os princípios da Carta de Atenas (1931) diante de problemas no âmbito da conservação que se apresentam com maior complexidade e que exigem criticidade na busca por soluções.

1. O item “Conservação” revela que a conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação a uma função útil à sociedade; tal destinação é, portanto, desejável, mas não pode nem deve alterar a disposição ou a decoração dos edifícios. É somente dentro destes limites que se devem conceber e se podem autorizar as modificações exigidas pela evolução dos usos e costumes.
2. O item “Restauração” assume que a mesma tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento, terminando onde começa a hipótese.
3. A Restauração deverá ser precedida e acompanhada de um estudo arqueológico e histórico do monumento.
4. Necessitam-se serem tomadas todas as iniciativas para facilitar a compreensão do monumento trazido à luz, sem jamais deturpar o seu significado.
5. Contribuições válidas de todas as épocas para a edificação do monumento devem ser respeitadas, visto que a unidade de estilo não é a finalidade a alcançar no curso de uma restauração.
6. O julgamento do valor dos elementos em causa e a decisão quanto ao que pode ser eliminado não podem depender somente do autor do projeto.
7. No item “Escavação”, recomenda-se que devem ser asseguradas as manutenções das ruínas e as medidas necessárias à conservação e proteção dos elementos arquitetônicos e dos objetos descobertos. Além disso, devem ser tomadas todas as iniciativas para facilitar a compreensão do monumento trazido à luz sem jamais deturpar o seu significado.
8. A reconstrução deve ser excluída *a priori*, admitindo-se apenas a anastilose. Os elementos de integração deverão ser reconhecíveis e reduzir-se ao mínimo necessário para assegurar as condições de conservação do monumento e restabelecer a continuidade das formas.

A **Recomendação de Paris de Obras Públicas ou Privadas (1968)**, alerta para a destruição do patrimônio cultural móvel e imóvel em decorrência do processo de industrialização e urbanização a que tende a civilização mundial. A seleção desta carta neste apanhado teórico intentou situar cronologicamente a arqueologia preventiva na recomendação oficial das pesquisas arqueológicas precederem qualquer obra de desenvolvimento baseando-se em uma ideia bastante ampla dos bens culturais imóveis. Para tanto, os

(...) sítios arqueológicos, históricos ou científicos, edificações ou outros elementos de valor histórico, científico, artístico ou arquitetônico, religiosos ou seculares, incluídos os conjuntos tradicionais, os bairros históricos das zonas urbanas e rurais e os vestígios de civilizações anteriores que possuam valor etnológico. Aplicar-se-á tanto aos imóveis do mesmo caráter que constituem ruínas ao nível do solo como aos vestígios arqueológicos ou históricos descobertos sob a superfície da terra. A expressão “bens culturais” se estende também ao entorno desses bens (1968, p. 3).

Entre as contribuições teóricas contidas no documento, destacam-se:

1. O item “Medidas de preservação e salvamento” propõe que estudos deveriam ser realizados com a devida antecedência e antes de qualquer obra pública ou privada, ser obrigatoriamente precedida de escavações arqueológicas de caráter preliminar a fim de determinar as medidas de proteção *in situ* dos bens culturais e a extensão dos trabalhos de salvamento necessários, tais como a escolha dos sítios arqueológicos a serem escavados assim como os bens móveis revelados.
2. Define os bens culturais móveis como bens de importância cultural, incluídos os que tenham sido encontrados dentro dos bens imóveis e os que estão enterrados e possam vir a ser descobertos.

A **Carta do Restauro (1972)** – publicada pelo Ministério de Instrução Pública da Itália atribui ações de conservação a toda obra de arte de maneira abrangente, segmentando no decorrer do documento entre ações de salvaguarda e restauro dos objetos arqueológicos, dos objetos arquitetônicos, pinturas e esculturas.

Para o estabelecimento de uma unidade conceitual, esta pesquisa adotou duas definições contidas neste documento, que entende “salvaguarda” como qualquer medida de conservação que não implique a intervenção direta sobre a obra e a “restauração” como qualquer intervenção destinada a manter em funcionamento, a facilitar a leitura e a transmitir integralmente ao futuro os bens culturais definidos anteriormente.

No entanto para o objeto desta pesquisa, destacam-se as recomendações dos dois primeiros.

1. O item “Instruções para salvaguarda e a restauração dos objetos arqueológicos” esclarece sobre as medidas técnicas necessárias a garantirem a conservação imediata dos descobrimentos, especialmente os de deterioração mais rápidas e as partes desprendidas do edifício, tais como estuque, pintura, vidro, mosaico.
2. No caso da restauração completa de um monumento, é necessário realizar prospecções de escavação para evidenciar as fundações, dados arqueológicos sobre a vida e as fases do edifício.
3. Orienta técnicas de restauração para diferentes tipos de muros e paredes quanto aos materiais a serem utilizados, para fornecer um aspecto harmônico e ao mesmo tempo garantir a distinguibilidade. Também recomenda a sinalização com identificação da data de restauro e outras informações relevantes.
4. Uma peculiaridade dos monumentos arqueológicos é a necessidade de manter a linha irregular do perfil da ruína. Para tal se recomenda a aplicação de uma capa de argamassa de alvenaria para proteção contra os agentes atmosféricos.
5. No item “Instruções para os critérios das restaurações arquitetônicas” há a reafirmação de algumas orientações práticas relativas ao restauro tais como proibições de acréscimos de “estilo” mesmo com documentação gráfica, remoções que anulem a trajetória da obra através dos tempos, modificação ou remoção das pátinas<sup>10</sup>.
6. Aceita acréscimos ou reintegrações de pequenas partes de forma harmônica, com material diferenciado e datado, de anastilose respaldada por documentação rigorosa e técnicas claramente distinguíveis.
7. Impõe a necessidade de que as substituições devem ser distinguíveis dos originais, da rigorosa documentação sobre as intervenções, das pesquisas multidisciplinares, do estudo aprofundado do monumento
8. Discute-se a importância da possibilidade de novas utilizações para os edifícios monumentais antigos, quando não resultarem incompatíveis com os interesses histórico-artísticos. Recomenda-se a mínima intervenção para adaptação do edifício, conservando-se suas características externas, organização estrutural e a sequência dos espaços internos.

A **Carta de Lausanne (1990)** – Carta para a proteção e gestão do patrimônio arqueológico (ICOMOS/ICAHM) se mostra como uma das mais relevantes no âmbito desta

---

<sup>10</sup> Marcas da ação do tempo sobre o edifício.

pesquisa, uma vez que enuncia princípios sobre inventário, prospecção, escavação, documentação, pesquisa, preservação, conservação, reconstituição, informação, exposição e apresentação ao público e uso do patrimônio arqueológico. Foi um dos documentos que contribuíram para lançar as bases da legislação vigente de proteção ao patrimônio arqueológico consolidados na Portaria nº. 230/2002 e na Instrução Normativa 001/2015, ambos instrumentos do IPHAN.

Também esclarece sobre a intersecção classificatória de determinados elementos arqueológicos que pertencem às estruturas arquitetônicas, devendo, portanto, respeitar os critérios dispostos na Carta de Veneza (1964) sobre a restauração e a conservação dos monumentos e sítios. Incluindo ações consonantes à Conservação Integrada, que segundo Jokilehto (2002, p. 16):

É alcançada pela aplicação de técnicas sensíveis e pela escolha correta das funções apropriadas. (...) Sua restauração precisa ser feita com espírito de justiça social e sem levar a expulsão dos habitantes mais pobres (...).

Desta forma, para a compreensão sob a ótica da atual pesquisa, destacam-se os seguintes pontos:

1. O item “Definição e introdução” define o patrimônio arqueológico como todos os vestígios materiais e todos os lugares onde há indícios da existência e de atividades humanas. Não apenas os vestígios que se encontram no subsolo ou sob as águas.
2. O item “Políticas de conservação integrada” menciona a importância da participação do público integrada às políticas de conservação do patrimônio arqueológico. A participação deve estar fundada no acesso ao conhecimento do público fortalecendo os princípios da conservação integrada.
3. O item “legislação e economia” lança diretrizes fundamentais à elaboração de legislação de proteção do patrimônio arqueológico aos níveis local, regional e nacional.
4. Entre as diretrizes propostas estão questões como a garantia econômica para programas de conservação do patrimônio arqueológico; garantia de amplo lugar à conservação *in situ* e aos imperativos da pesquisa.
5. Propõe-se a exigência da presença de uma pesquisa prévia e o estabelecimento de documentação arqueológica completa cada vez que a destruição do patrimônio

arqueológico for autorizada. Entretanto só é possível o conhecimento sobre a existência de tal patrimônio uma vez que haja uma pesquisa arqueológica prévia no local. Portanto, interpreta-se nesse item o patrimônio arquitetônico como um patrimônio arqueológico em potencial.

6. A exigência é feita aos empreendedores de que sejam realizados os estudos arqueológicos antes da definição do programa do empreendimento em uma legislação própria. O orçamento dos estudos deve estar previsto no projeto.
7. O item “Inventários” ressalta a importância da realização dos inventários gerais de potencial arqueológico por constituírem uma fonte primária para pesquisas e um instrumento de trabalho para a elaboração de estratégias de proteção ao patrimônio arqueológico.
8. O item “Intervenções no sítio” destaca que a coleta de informações arqueológicas deve priorizar sempre que possível, os métodos não destrutivos tais como observações aéreas, por superfície, subaquáticas, coletas sistemáticas, levantamentos e sondagens antes da escavação integral.
9. Preferencialmente as escavações devem ser realizadas em sítios e monumentos condenados à destruição, seja por projetos de desenvolvimento, pilhagens ou degradação por agentes naturais. Assim como a escavação arqueológica é um instrumento destrutivo, a intervenção arquitetônica também o é. Neste caso, a restauração pertence à classe de projetos de desenvolvimento, permitindo em alguns casos a escavação no bem cultural, muito embora a pesquisa arqueológica não se limite à escavação como exposto no item anterior e quando for o caso devem seguir as recomendações da Carta de Nova Delhi (1956) de acordo com as normas profissionais, internacionais e nacionais.
10. O item “Preservação e conservação” expõe a importância da preservação *in situ* dos monumentos e sítios para a preservação dos contextos originais.
11. O item “Apresentação, informação, reconstituição” reafirma a apresentação do patrimônio arqueológico ao grande público, participando-o e atualizando do conhecimento científico com a finalidade de fazê-lo compreender a necessidade de proteção do desse patrimônio.
12. Aceita reconstituições do patrimônio arqueológico com fins pedagógicos e experimentais. Entretanto, devem-se resguardar os vestígios arqueológicos remanescentes de perturbações; não devem ser realizadas reconstituições sobre vestígios arqueológicos originais, identificando-os como tais.

Diante da seleção realizada nas Cartas Patrimoniais acima destacadas é possível assumir que a restauração de um bem cultural transcende os aspectos técnicos e materiais. Muitas questões só foram abordadas conforme os desafios se apresentaram com o passar dos anos, desde a primeira conferência realizada na década de 1930.

Foram identificadas recorrências sobre temas julgados como fundamentos de grande contribuição para a construção de critérios de análise das restaurações selecionadas como estudo de casos. Entre estes, estão os temas de gestão e legislação; Conservação Integrada; função; entorno e paisagem; técnicas de restauração; escavações arqueológicas e interdisciplinaridade ou colaboração entre as áreas.

O propósito dessa recapitulação também consistiu em buscar uma maior compreensão de como a comunidade científica internacional vem tratando questões relativas ao patrimônio cultural até a atualidade e se parâmetros reguladores para a gestão do patrimônio no âmbito federal estão em consonância com essas ideias e diretrizes.

Outra questão a ser respondida é se as leis e políticas públicas do IPHAN estão sendo postas em prática de fato na execução dos projetos de conservação do patrimônio cultural. Embora o espaço para discussão deste assunto tenha sido reservado para o próximo item sabe-se que no Brasil, as Cartas Patrimoniais influenciaram a elaboração de leis de conservação do patrimônio em termos gerais, de posturas de intervenção dos edifícios históricos e de proteção de sítios arqueológicos.

As abordagens conceituais construídas gradativamente ao longo dos últimos séculos, bem como os critérios e princípios teóricos dessas intervenções, junto à implementação de políticas públicas no âmbito da conservação devem ser de interesse direto da Arqueologia e das demais áreas, assim como da sociedade. Atentando-se para o fato de que a própria política de preservação é uma produção cultural e, portanto, não está imune às influências ideológicas assim como aos condicionantes econômicos que podem inviabilizar ou limitar as escolhas quanto ao que será conservado e como será conservado.

Por esta razão, é necessária a compreensão de como se deu o processo de construção da gestão pública, que conduz às políticas de preservação do Brasil, as quais são determinantes na condução das etapas inerentes a todo o processo de conservação, desde a seleção do que deverá ser preservado, estabelecimento de prioridades e alocação de recursos.

## 2.4 O PAPEL DO IPHAN EM RELAÇÃO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO EM PERNAMBUCO

A gestão do patrimônio histórico no Brasil foi resultado de um processo iniciado como consequência das reverberações de um cenário pós Primeira Guerra Mundial. Para a melhor compreensão sobre o tema deste capítulo, foi selecionada como fonte fundamental o livro “Brasil: Monumentos Históricos e Arqueológicos”, escrito em 1952, pelo modernista Rodrigo Melo Franco de Andrade. Esta obra narra a trajetória institucional da história da preservação no Brasil, desde as Conferências Pan-Americanas (1889-1954) até a fase posterior à criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937. Estas conferências internacionais foram produto da União Pan-americana, que estabeleceram como acordo fundamental a reciprocidade e interação na produção e divulgação de informações pelos países membros.

Essas informações diziam respeito, de modo geral, às questões políticas, econômicas, sociais e culturais, sendo que o patrimônio cultural só foi incluído na pauta da conferência de 1923 no Chile. Portanto, é possível afirmar que as resoluções que mais influenciaram a institucionalização da preservação do Patrimônio no Brasil, decorreram desse encontro e dos posteriores ocorridos respectivamente em 1928 e 1933. Como consequência, em 1924, o arquiteto e urbanista Lucio Costa realizou uma viagem à Diamantina, Sabará, Ouro Preto e Mariana, em Minas Gerais, com a finalidade de estudar e registrar a arquitetura da época colonial brasileira.

Apesar da preocupação com a preservação do patrimônio ter se originado nos países europeus afetados pela guerra, logo se refletiu na criação do Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH)<sup>11</sup>. A criação do instituto não só contribuiu diretamente para a visão protetiva do patrimônio americano, mas colaborou com a classificação inicial sob uma perspectiva de resgate da história dos povos originais da América, em que o patrimônio americano estava protegido originalmente sob a égide dos seguintes tópicos: Pré-história, História Pré-colombiana, História da época da Independência, Arqueologia e História Colonial.

Em 1937 o Decreto Lei nº. 25, instituiu o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Após as primeiras décadas de existência, caracterizadas como a “fase

---

<sup>11</sup> Como resolução da VI Conferência Pan-Americana, de 1928.

heroica” da instituição, o SPHAN (atual IPHAN) procurou se alinhar às reuniões e congressos sobre o patrimônio cultural que se realizaram a partir da década de 1950. De forma geral, esses encontros eram organizados pelo Conselho da Europa, UNESCO e ICOMOS<sup>12</sup> (a partir de 1964), este último possuía como objetivo a promoção em nível internacional do patrimônio cultural. Para tal, este novo órgão propôs reunir as instituições técnicas, políticas e científicas, além de organizar e patrocinar o relacionamento entre os órgãos de diferentes países e entre diferentes esferas hierárquicas administrativas.

Apesar de a Lei nº. 3.924/61<sup>13</sup> ter representado uma matriz para o sistema protetivo no país, fornecendo tratamento autônomo ao patrimônio arqueológico, foi a Carta de Veneza (1964) que se apresentou como um marco para a conservação do patrimônio e para o reconhecimento das pesquisas no campo da Arqueologia Histórica e sua necessidade nos estudos que precedem a restauração do edifício histórico. Como dito no item anterior, é possível afirmar que as recomendações influenciaram fortemente a política de preservação e certamente reverberaram na construção do formato do IPHAN.

O instituto atualmente se caracteriza como um órgão federal com superintendências em todos os estados brasileiros, que se fundamentam pela Legislação Federal vigente e por portarias e normativas internas. Hierarquicamente abaixo deste, existem alguns órgãos estaduais e municipais, que atuam dentro da área de abrangência. No caso de Pernambuco a Fundação de Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE) corresponde à esfera estadual e a Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural (DPPC) como um setor integrante da Secretaria de Planejamento Urbano (SEPLAN) responde pelo patrimônio cultural do Recife.

Como instituição fiscalizadora das ações preservacionistas dos bens culturais, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) dispõe o patrimônio cultural em bens culturais materiais e bens culturais imateriais, classificando-os segundo a sua natureza no Livro do Tombo, onde estão divididos em arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Os bens tombados de natureza material podem ser imóveis como as cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; ou móveis, como

---

<sup>12</sup> O International Council of Monuments and Sites (ICOMOS) foi consequência da reunião que resultou na Carta de Veneza, em 1964.

<sup>13</sup> Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/13924.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/13924.htm). Acesso em: 14/12/2020.

coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). Na parte de “Definições”, presente no artigo 2º, para efeitos de convenção, patrimônio imaterial foi definido como “(...) as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural” (UNESCO, 2003, p. 3). Esta definição foi adotada no Brasil em 2006.

A categoria de paisagem cultural, uma das mais recentes, surgiu em 1992, a partir da UNESCO, sendo adotada no Brasil apenas em 2009. De acordo com o IPHAN, o que a define inicialmente é a abrangência. A paisagem cultural é relativa a um recorte territorial, composto de elementos materiais construídos associados a morfologias e dinâmicas naturais atribuídos pela cognição humana, através de grupos sociais. Marca diferentes períodos de interação dos grupos sociais com o meio natural. Como exemplos, podem ser citadas as comunidades ribeirinhas, quilombolas e indígenas. Estas construíram longe de áreas urbanas, sistemas sociais e culturais autônomos por meio da interação entre os indivíduos e o meio natural circundante. As classificações e conceitos atribuídos aos bens que compõem o patrimônio cultural propiciam uma base para a criação de políticas de preservação e da gestão desses bens.

A proteção do patrimônio cultural arqueológico no Brasil e conseqüentemente no estado de Pernambuco foi delineada mais pontualmente a partir da Resolução CONAMA 001/86, que prevê a implementação da Avaliação de Impacto Ambiental através da elaboração do EIA/RIMA a ser submetido ao órgão estadual competente e ao Conselho Nacional de Meio Ambiente (IBAMA). Atenta-se para o fato de essa resolução parte da concepção jurídica de que os bens arqueológicos são bens ambientais e bens culturais. De forma que estes se configuram como todos os indícios da presença ou da atividade humana em um determinado local e em alguns casos incorporam também elementos ecológicos.

Logo existem normas ambientais para tutela dos sítios e vestígios arqueológicos, que são considerados partes do bem ambiental. No caso da CONAMA 001/86, o patrimônio

arqueológico é balizado pela área de influência em função do empreendimento a ser licenciado considerando-se os meios físico, biológico e socioeconômico onde no último estão inseridos os sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade.

Posteriormente, a Constituição Federal de 1988 trata o patrimônio cultural dentro do aspecto jurídico como um somatório de bens tanto públicos quanto privados, como um objeto de direito protegido por ser representativo e evocativo de uma expressão cultural relevante para a nação. Permanecendo nesta concepção nacionalista, de preocupação com os valores que caracterizam a identidade brasileira, se formou um conceito mais pluralista do patrimônio onde se destacam principalmente os artigos 215 e 216, que buscam a proteção dos valores indígenas, afro-brasileiros e de outros grupos étnicos formadores da identidade nacional.

Na busca por regulamentar as solicitações de autorização e permissão para o desenvolvimento de pesquisas em campo e escavações arqueológicas, foi emitida a Portaria nº. 07/1988 do SPHAN com o objetivo de resguardar os objetos de valor científico e cultural evidenciados em sítios arqueológicos previstos na Lei 3.924/61 já citada acima.

Com a necessidade de compatibilizar as fases para obtenção de licenciamento ambiental (Licenças Prévia – LP, de Instalação – LI e de Operação – LO) em urgência ou não para execução de empreendimentos que possuam o potencial de afetar direta ou indiretamente sítios arqueológicos com os estudos preventivos de arqueologia foi publicada a Portaria nº. 230/2002 do IPHAN. A portaria descreve os procedimentos necessários para a obtenção das licenças ambientais referentes à apreciação das pesquisas arqueológicas e a partir da emissão, as pesquisas da arqueologia preventiva se tornaram legalmente imprescindíveis.

Entretanto a Portaria nº. 230/2002 foi revogada em função da IN 001/2015, que também estabelece procedimentos administrativos pelo IPHAN, quando instado a se manifestar nos processos de licenciamento ambiental federal, estadual e municipal em razão da existência de intervenção na Área de Influência Direta (AID) do empreendimento em bens culturais acautelados no âmbito federal. A mudança tem aspectos positivos, tais como a inserção da menção da pesquisa arqueológica subaquática, a atenção para as reservas técnicas e coleções, na valorização da conservação *in situ* dos bens arqueológicos, dentre outros.

É dentro do contexto da denominada “Arqueologia de Salvamento” que as pesquisas arqueológicas relacionadas às obras de restauração do patrimônio edificado e em obras civis em geral ocorrem no Brasil.

Entendemos que a noção de salvamento foi sendo alterada ao longo das últimas décadas e, em alguns momentos, implicou naqueles resgates entendidos como emergenciais devido à ameaça (mesmo natural) sofrida pelos sítios. Outras vezes, no entanto, o chamado salvamento arqueológico ou arqueologia de salvamento esteve relacionada diretamente à pesquisa decorrente da execução de obras (MONTICELLI, 2005, p. 194).

Entretanto, existem críticas contundentes direcionadas à Arqueologia de Salvamento no Brasil, como a exposta por Bezerra de Menezes (1988), que afirma que as denominações relativas a esse tipo de trabalho arqueológico, como “Arqueologia de contrato”, “Arqueologia de emergência”, são enganosas. O autor afirmou que o conceito original sustentado na década de 1950 por P. J. O’Keefe e L. V. Prott (apud Monticelli, 2005) partia da premissa de que a necessidade da atividade de remoção dos artefatos estava ligada à impossibilidade da preservação *in loco*. Continuou afirmando que os procedimentos adotados nestes casos “limitados e mecanicamente concebidos, logo levaram a uma prática degradada da arqueologia, que desde o início provocou acirrada reação” (MENESES, 1988, p. 4).

A prática degradante da Arqueologia a que Bezerra de Menezes se referiu há trinta anos, se reafirma com a submissão da pesquisa arqueológica às solicitações emergenciais tão comuns em obras civis, incluindo o universo das intervenções realizadas nas edificações de valor histórico e artístico, onde a finalidade da pesquisa arqueológica se distancia da ciência antropológica e se submete aos cronogramas e pressões das obras civis. Em tais casos, só resta aos arqueólogos assumirem a responsabilidade por desenvolver da melhor forma possível a pesquisa arqueológica, economizando tempo e recurso.

Segundo o arquiteto Jorge Eduardo Tinoco (2018), a Arqueologia passou a ter um destaque maior em Pernambuco, a partir das intervenções de restauração na Igreja de Nossa Senhora da Graça, em Olinda na segunda metade da década de 1970. Posteriormente, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN) aceitou a sugestão da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE), da restauração do Forte das Cinco Pontas, ocorrida em 1982, ser antecedida de uma ampla investigação

arquitetônico-arqueológica para embasar o projeto. O Forte foi restaurado para abrigar a sede da SEPLAN-PE. Posteriormente, essa conduta foi adotada nos projetos de restauração das igrejas Matriz de Santo Antônio e Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Tracunhaém; da Matriz de São Lourenço de Mata; de São Sebastião do Varadouro, em Olinda.

A restauração em si é um fenômeno de cunho prático e científico simultaneamente, de resgate de antigos valores e construção de novos. Assim como a Arqueologia, a restauração é pautada por princípios teóricos, mas também pelo pragmatismo que cabe às ciências, referente às etapas metodológicas necessárias ao alcance do objetivo final da ampliação do campo de conhecimento. Através da publicação do “Caderno Técnico 1 – Manual de Elaboração de Projetos, 2005” de autoria do IPHAN, é possível a compreensão de como as etapas metodológicas para a restauração de uma edificação deveriam ocorrer dentro do padrão normativo institucional (Quadro 1).

<b>4.</b>	<b>PROJETO DE INTERVENÇÃO NO PATRIMÔNIO EDIFICADO</b>
<b>4.1.</b>	<b>Identificação e Conhecimento do Bem</b>
4.1.1.	Pesquisa Histórica
4.1.2.	Levantamento Físico
4.1.3.	Análise Tipológica, Identificação de Materiais e Sistema Construtivo
4.1.4.	Prospecções
4.1.4.1.	Arquitetônica
4.1.4.2.	Estrutural e do Sistema Construtivo
4.1.4.3.	Arqueológica
<b>4.2.</b>	<b>Diagnóstico</b>
4.2.1.	Mapeamento de Danos
4.2.2.	Análises do Estado de Conservação
4.2.3.	Estudos Geotécnicos
4.2.4.	Ensaio e Testes
<b>4.3.</b>	<b>Proposta de Intervenção</b>
4.3.1.	Estudo Preliminar
4.3.2.	Projeto Básico de Intervenção
4.3.3.	Projeto Executivo

**Quadro 1:** Recorte do Sumário do “Manual de Elaboração de Projetos, 2005”.  
Fonte: IPHAN, 2005.

No referido sumário é possível a identificação de três etapas principais: 1- O conhecimento sobre o bem. 2- O diagnóstico sobre seu estado de conservação e 3- A proposta de intervenção. Observa-se a participação da arqueologia como instrumento de conhecimento

do bem. Entretanto, o que se constata na prática é o atropelo das etapas, onde é comum a arqueologia ser solicitada em caráter de urgência como um serviço auxiliar pontual e paralelo às obras de execução do projeto de restauro sob a anuência do IPHAN.

Na prática, a atuação do IPHAN tem sido na maioria das vezes alvo de críticas, como as realizadas pelos arqueólogos e professores da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) Marcos Albuquerque e Velda Lucena, no artigo “Fortificação e Humanidade” publicado nos Anais do Simpósio Científico (2017)<sup>14</sup>, quanto à postura em relação ao patrimônio. Segundo Albuquerque & Lucena (2017, p.10) “(...) a aplicação dos conceitos dos teóricos que permeiam a mente da maioria dos restauradores e dos órgãos responsáveis pela preservação da memória, se faz de forma que chega a se assemelhar a uma lógica religiosa, dogmática.”. Os arqueólogos ainda ressaltam o caráter evolutivo da ciência, essencial para o avanço em todos os campos, incluindo o da preservação e restauração do patrimônio.

A própria aplicação dos conceitos que embasaram a conservação do patrimônio, desde o século XVIII, foi se transformando com a modernidade que “(...)foi marcada por diversas mudanças na sociedade, indo de inovações técnicas e científicas a aspectos sociais e econômicos e a reflexões filosóficas e culturais” (JOKILEHTO, 2002, p. 11). O conceito de restauração, por exemplo, tem acompanhado, ao longo do século, o desenvolvimento do significado de patrimônio cultural. E este conceito assume que o real significado dos objetos e estruturas que compunham este patrimônio somente poderá ser compreendido no contexto cultural específico ao qual pertencem.

Logo, uma lógica dogmática se contrapõe à compreensão mais aproximada do bem real. O símbolo, seja ele um objeto ou uma estrutura arquitetônica pode se reproduzir em diversas culturas distintas entre si, uma vez que os seres humanos possuem a mesma capacidade cognitiva para criá-los, entretanto o significado depende de cada contexto sociocultural, cuja compreensão é essencial para a interpretação.

Albuquerque e Lucena (2017) criticam ainda a postura dos órgãos diante das restaurações, que acontecem sem a presença prévia de pesquisas arqueológicas. “Se o problema defendido é a preservação da memória, porque ocultar aspectos significativos para o entendimento desta memória que não foi registrada pela documentação histórica?” Relembrem

---

14- Simpósio Científico – 2017 (10-13 de maio). Belo Horizonte. ICOMOS – BRASIL.

ainda “(...) a realização da pesquisa arqueológica é privilegiada na Carta de Veneza, embora muitas restaurações lacraram para sempre um passado que, se revelado, traria muitas informações que favoreceriam um melhor entendimento do monumento” (ALBUQUERQUE; LUCENA, 2016, s/p).

De fato, o que se observa quase sempre é uma arbitrária e dissimulada tentativa de seguir as recomendações que terminam por se submeterem a interesses políticos e econômicos. Geralmente só é exigida a prospecção arqueológica em obras de restauro de maior notoriedade, como nos últimos anos se observou, por exemplo, no Paço Alfândega e no Baluarte Porta da Terra, no Bairro do Recife. Para as edificações históricas de menor notoriedade, como os sobrados particulares inseridos em áreas de preservação, por exemplo, é exigido um menor rigor nas etapas de conservação. As verbas destinadas são menores e as prioridades são eleitas de acordo com as ações emergenciais para a não deterioração do edifício.

Uma das iniciativas do IPHAN na direção de superar os desafios e aproximar a prática da teoria, se refere à publicação do Manual de Arqueologia Histórica em Projetos de Restauração (2002) citado acima. Esta ação parte do princípio de que a falta de informação é um dos obstáculos a serem superados. Há ainda outros desafios de ordens prática, técnica e epistemológica. A tarefa não apenas dos órgãos, mas dos profissionais e de toda a sociedade é a apropriação e participação ativa nas questões da conservação do patrimônio cultural, como único modo de ressignificá-lo dentro de um contexto ideológico mais democrático e sustentável.

As pesquisas arqueológicas nas edificações patrimoniais têm sido denominadas pelos arqueólogos que desenvolvem trabalhos na área como Arqueologia da Arquitetura, a qual será discutida detalhadamente no próximo capítulo. Esta disciplina vem se desenvolvendo no Brasil através da atuação dentro das etapas processuais de um projeto de restauração, como define o Manual (IPHAN, 2002, p.19) mencionado anteriormente.

O Manual procurou sistematizar as etapas do processo de atividade da Arqueologia nos projetos de restauração da seguinte forma: 1- Etapa I - A Avaliação do Potencial Arqueológico. 1ª fase: Elaboração do Projeto de Prospecções Arqueológicas. 2ª fase: Execução das Prospecções Arqueológicas. 2 - Etapa II - A Pesquisa Arqueológica. 1ª fase: Elaboração do Projeto de Pesquisa Arqueológica. 2ª fase: Execução da Pesquisa Arqueológica. 3 - Etapa III - A utilização dos vestígios (IPHAN, 2002).

Salienta-se que a Etapa I ocorre no período de elaboração dos projetos de arquitetura e, portanto, é (ou deveria ser) anterior às obras civis advindas dele, uma vez que a arqueologia é que deverá fornecer as informações que irão nortear o partido da restauração. O Manual deixa claro que as decisões referentes à função do edifício, assim como as decisões sobre a incorporação dos vestígios ao bem, cabem à equipe de restauração, ou seja, aos arquitetos responsáveis pelo projeto.

É notório que a articulação entre a Arqueologia e o Restauro se faz entre as etapas do projeto, determinante para traduzir a percepção dos valores do bem cultural de uma forma mais aproximada possível da Conservação Integrada. Uma vez que a incorporação de vestígios se traduz, em vários casos analisados nesta pesquisa, como apêndices descontextualizados em uma tendência dogmática de “musealização” de tudo que é antigo e peculiar, desconsiderando-se o uso atual do edifício, o contexto urbano e o arqueológico, prejudicando desta forma a conservação do bem.

Em contrapartida, existem espalhados pelo mundo inúmeros casos onde o diálogo da Arqueologia com a Restauração arquitetônica ocorreu de forma extremamente articulada e complementar, dentro dos parâmetros da conservação do patrimônio em sua complexidade. Alguns desses casos emblemáticos serão tratados mais adiante no Capítulo 3.

Com os esforços da Arqueologia em função da adaptação e constante desenvolvimento das técnicas arqueológicas focadas para aplicação nos edifícios históricos, se denomina atualmente a subdisciplina da Arqueologia da Arquitetura, a qual tem promovido a possibilidade de se criar um diálogo entre as duas áreas, aproximando-as do ideal interdisciplinar, onde o objetivo em comum é a conservação dos valores patrimoniais do bem cultural.

### 3 ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA

#### 3.1 O SURGIMENTO DA ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA E SUA ATUAÇÃO

Os edifícios históricos têm sido alvo da Arqueologia desde a sua origem como disciplina científica, entretanto a busca no aperfeiçoamento do suporte teórico e metodológico tem se desenvolvido mais acentuadamente através do subcampo da “Arqueologia da Arquitetura” como mencionado no capítulo anterior, o qual vem ampliando sua participação gradativamente no trato com as obras arquitetônicas.

O termo foi adotado no final da década de 1970 na Itália, com a elaboração de uma pesquisa sobre “(...) uma série de experiências e investigações realizadas nas décadas anteriores como resultado da aplicação dos instrumentos, conceitos e problemáticas da disciplina arqueológica do estudo da Arquitetura” (MANNONI, 1990, p: 28 apud QUIRÓS CASTILLO, 2002, p. 27).

Embora o autor destaque que apenas o termo é novo, visto que a Arqueologia vem se ocupando dos remanescentes arquitetônicos desde sua origem como disciplina, como por exemplo as pesquisas da Arqueologia Clássica realizadas no período pós-guerra no campo de estudo das técnicas construtivas (LAMBOGLIA, 1958).

O fato é que a Arqueologia da Arquitetura se desenvolveu exponencialmente nas últimas décadas do século XX na Europa, através do aprendizado com a experiência italiana (QUIRÓS CASTILLO, 2002) a partir da simples tentativa de interpretação do projeto arquitetônico até a se estabelecer como um dos pilares essenciais no processo de conhecimento sobre o bem. A especialização progressiva de métodos e sistemas de investigação no campo tem obtido diferentes marcos e vias de aproximação.

A disciplina renovou os estudos arquitetônicos realizados através da Arqueologia e criou novas linhas de trabalho sob a égide da *Arquéologie du bâti* ou Arqueologia das Elevações na França (PRINGENT, HUNOT, 2000; ESQUIEU, 1997; JOURNOT, 1999), da *Bauforschung* ou Arqueologia da Construção na Alemanha (AA. VV., 1996; BEDAL, 1993; KIMPEL, 1995) e da *Building Archaeology* na Grã-Bretanha (WOOD, 1994; MORRISS, 2000; ROSKAMS, 2000).

Considerando-se o campo de atuação, a Arqueologia da Arquitetura se posiciona como um subcampo da Arqueologia Histórica e da Arqueologia Urbana. É provável que esse seja o resultado do processo de urbanização dos centros históricos europeus entre o final do século XIX e início do século XX. Com a grande quantidade de revolvimento de subsolo provocada pelas obras de urbanização, os arqueólogos compreenderam a perda inestimável dos “arquivos que encerram a história das cidades” (SANTOS, 2009, p. 39 apud ROYO, 1998, p. 263), fazendo com que a Arqueologia voltasse sua atenção para o espaço urbano.

O desenvolvimento da Arqueologia da Arquitetura acompanhou quase que simultaneamente o desenvolvimento da gestão do patrimônio edificado como recurso finito no campo da restauração da Arqueologia Histórica. Entretanto, esse caminho se tornou limitador em numerosos casos, restringindo a pesquisa arqueológica aos marcos tradicionais de tipologias e cronologias.

Outro aspecto a que se deve chamar a atenção, se revela no fato de a disciplina ter se desenvolvido sob o campo da Arqueologia Histórica e da Arqueologia Urbana. Fato que abre espaço para a discussão acerca da ausência de abordagem à Arquitetura produzida pelos povos ameríndios antes do contato com os europeus e dos povos de origem africana materializada nos quilombos que não se classificam sob a Arqueologia Urbana.

Mas é preciso destacar que existem exceções, como o trabalho desenvolvido pela arqueóloga Silvia M. Copè (2006)<sup>15</sup> que através da pesquisa arqueológica das estruturas circulares semi-subterrâneas do planalto gaúcho procurou uma aproximação do universo da sociedade ameríndia que a produziu. Copè também relacionou sua pesquisa com povos de outras localidades do mundo que construíram de modo semelhante, deixando evidente a relevância das estruturas arquitetônicas para o campo científico e conhecimento arqueológico de todas as culturas.

Uma das possíveis justificativas para que a Arqueologia da Arquitetura esteja sendo desenvolvida sobre o enfoque urbanístico colonial, pode ter respostas multifatoriais. A própria origem da disciplina na Europa, com o interesse arqueológico sobre os monumentos isolados e as cronologias demarcadas pelos estilos foi um balizador, assim como a relação com as intervenções nos edifícios históricos. Outra razão pode estar relacionada a perenidade dos

---

<sup>15</sup> Arqueologia da Arquitetura: Ensaio sobre Complexidade, Performance e Processos Construtivos das Estruturas Semi-Subterrâneas do Planalto Gaúcho.

materiais como a pedra e o tijolo utilizados nos edifícios produzidos pelos europeus na colônia, ao invés das fibras vegetais e argila comumente atribuídas à arquitetura indígena e africana. Entretanto não é pretensão dessa pesquisa solucionar esse problema, mas apenas levantar o questionamento e abrir espaço para as discussões inerentes ao processo científico.

O fato é que, com a participação em relação à restauração de edifícios históricos, a disciplina vem sendo bastante utilizada na corroboração das decisões projetuais. Muito embora o papel da Arqueologia não seja este, pode-se conceber esta realidade como um avanço, uma vez que há algumas décadas, as intervenções ocorriam sem qualquer pesquisa arqueológica durante todo o processo e na maioria dos casos, os arquitetos sequer solicitavam auxílio de historiadores e quando o faziam, nem poderiam vislumbrar um futuro em que seria indispensável uma obra de intervenção no patrimônio edificado sem uma equipe de pesquisadores multidisciplinar.

A afirmação da Arqueologia como ciência adquiriu credibilidade uma vez que se caracterizou “(...)pela busca fria e racional de qualquer tipo de dados úteis, não necessariamente artísticos, para a reconstrução histórica e antropológica do passado (...)” atribuíram à disciplina o caráter indispensável na primeira fase de qualquer projeto de intervenção aceitável; a busca pelo conhecimento do bem (RODRÍGUEZ, 2002, p. 14).

Aproveita-se para abrir uma ressalva quanto à essa afirmação, pois ainda que esta seja uma concepção balizada pelo positivismo-lógico tão presente no pensamento científico do século XX, várias correntes pós-positivistas assumem a impossibilidade de qualquer pesquisa arqueológica “fria e racional” uma vez que todos (incluindo os pesquisadores) agem sob influências ideológicas, as quais serão tratadas no próximo tópico.

Diferente do campo da Pré-história, os arqueólogos que trabalham com o período histórico no Brasil possuem fontes escritas para corroborar as pesquisas a partir da chegada dos europeus e africanos. Com o destaque de que há um desafio constante em mostrar que a Arqueologia Histórica “não é uma serva ou auxiliar da documentação escrita e da ciência da História, pois a cultura material pode não só complementar as informações textuais, como fornecer informações de outra forma” (FUNARI, 2002, ps. 107-108).

No aspecto cronológico, o universo de estudo da Arqueologia Histórica contempla os sítios construídos a partir da ocupação portuguesa. A Arqueologia Histórica brasileira foi

revisada por Symanski através do artigo publicado em 2009, “Arqueologia Histórica no Brasil: Uma Revisão dos Últimos Vinte Anos”. O autor se utiliza de um levantamento realizado por Lima (1999) para caracterizar as fases da Arqueologia Histórica no país a partir do estabelecimento na década de 1960. O artigo identifica três frases que marcaram o desenvolvimento da arqueologia histórica no Brasil. A primeira é caracterizada como a formação da disciplina no período de 1960 a 1980, através dos estudos sistemáticos realizados em sítios como as ruínas de Missões Jesuíticas dos séculos XVI, XVII e XVIII, localizadas no Sul do país (BLASI, 1963; CHMYZ, 1964; BROCHADO, 1969) e de sítios de contato localizados em Pernambuco e na Paraíba (ALBUQUERQUE, 1969, 1970, 1971).

A Segunda fase, de 1980 a 1990, foi denominada como o período de consolidação, marcado pelo surgimento de novas perspectivas, como a busca pela reinterpretação da história oficial na tentativa de reescrever a história dos grupos ágrafos. Abriram-se os estudos a povos oprimidos através de quilombos em Minas Gerais (GUIMARÃES, LANA, 1980), aldeamentos indígenas pós-missionários do Rio Grande do Sul (RIBEIRO, RIBEIRO e SILVEIRA, 1988) e do Arraial dos Canudos, na Bahia (ZANETTINI, 1988).

A década de 1980 também foi marcada pela intensificação da Arqueologia voltada para os sítios que estavam sofrendo projetos de Restauração, como fortes, igrejas e palácios (ALBUQUERQUE, 1980; ALBUQUERQUE e LUCENA, 1988; ANDREATTA, 1986; MELLO NETO, 1983; SILVA, MORLEU e SILVA, 1989).

A terceira fase corresponde ao período da década de 1990 ao início do século XXI, quando se intensificaram as pesquisas arqueológicas no período histórico em diversidade e quantidade. Sítios provenientes das atividades de mineração (GUIMARÃES, 1996), lixeiras coletivas urbanas (LANDA, 1996; TOCCHETO, 2000), senzalas (LIMA ET AL., 1993; SYMANSKI e SOUZA, 2007), cemitérios (LIMA, 1994), estradas coloniais (ZANETTINI, 1990; SOUSA, 1995) e engenhos foram pesquisados neste período. Entretanto é possível frisar que foi na década de 1970, ou seja, na primeira fase, que a arqueologia histórica foi introduzida em projetos de Restauração de edificações históricas, como a da Igreja de Nossa Senhora da Graça (Figura 1), em Olinda, Pernambuco, ocorrida em 1974.

Esta obra se tornou uma referência como o primeiro trabalho de restauração ocorrido no Brasil com precedência de uma pesquisa arqueológica. Segundo o relato do arquiteto responsável pela restauração, o professor da UFPE José Luiz Mota Menezes, a Arqueologia

forneceu subsídios essenciais para as decisões que nortearam o projeto, como vestígios estruturais da igreja primitiva em taipa e elementos de outros períodos, que possibilitaram a reconstituição da evolução dos processos arquitetônicos e segundo suas palavras “[...]A remoção dos rebocos do interior da Igreja, de Nossa Senhora da Graça iniciada desde a cimalha real para baixo veio revelar surpresas e confirmar previsões do projeto de restauração” (MENEZES, 2018, p. 193).

Décadas após a prospecção da Igreja Nossa Senhora da Graça, em Olinda, a situação não parece ter evoluído. O arquiteto André Moreira (2007) observa que as pesquisas arqueológicas que estão ocorrendo no sítio histórico de Olinda possuem caráter tecnicista e imediatista, em busca de questões pontuais. Entretanto, afirma que essa situação é fruto da “(...) falta de entendimento da importância da arqueologia no processo de conservação ou a ânsia de o gestor público querer cumprir prazos (...)” (MOREIRA, 2007, p. 1). De acordo com Albuquerque (questionário no Anexo A), apenas a restauração da Sinagoga Kahal Zur Israel (Figura 2), no Bairro do Recife, ocorrida entre 2000-2002, se tornou uma referência positiva em relação à interação entre as áreas da arqueologia e da arquitetura na restauração do patrimônio em Pernambuco.

**Figura 1** Igreja de Nossa Senhora da Graça, Olinda.



Fonte: Juliana Brainer, 2015.

**Figura 2:** Sinagoga Kahal Zur Israel, Bairro do Recife.



Fonte: Stela Barthel, 2009.

A multiplicidade de fontes de informações relativas aos sítios históricos solicita a análise sob diversas perspectivas. Os artefatos, documentos escritos, iconografia, cartografia, oralidade e a arquitetura são fontes reveladoras sobre seus autores e as relações responsáveis pela criação, ocupação e dinâmica social. A Arqueologia trata o bem arquitetônico considerando-o como testemunho dos valores e ideologias da sociedade à qual pertence. A Arquitetura é definida por Gutierrez como:

(...) um documento histórico excepcional. É um testemunho cultural que nos permite extrair uma grande quantidade de informações, não só sobre a arquitetura em si mesma sendo também sobre a sociedade que a criou e usou (...) a arquitetura é um testemunho que nos permite apreender da mesma, todo o processo cultural desde a sua origem até aos nossos dias. Nela podemos ver acumuladas e sedimentadas as intervenções culturais de uma comunidade, distinguir as transformações físicas, as mudanças de uso e funções, as associações de renovados valores estéticos e simbólicos (...) (1997, p. 174).

Para dar prosseguimento a este universo, é válido compreender o que significa um objeto arquitetônico. Este pode ser concebido de diversas formas, desde as mais pragmáticas, como simplesmente um abrigo para as necessidades humanas para proteção contra as intempéries e predadores. Como também para as definições que consideram as necessidades humanas psicológicas, sociais e emocionais, mais afinadas com a abordagem defendida nesta pesquisa, tal a de Carsalade (2014, p. 27): “A Arquitetura é uma experiência espacial e, portanto, tem a ver com a forma como existimos no mundo e o percebemos na sua concretude, na sua realidade, posto que a experiência se dá no espaço”.

De modo que que a Arqueologia da Arquitetura possa alcançar essa dimensão simbólica deve se utilizar de sua definição realizada por Stedman (1996) como todas as investigações do objeto arquitetônico, a partir de uma abordagem arqueológica, cujo objetivo deve ser a imaterialidade (relações sociais) a partir da materialidade (artefato).

Em um segundo momento é preciso compreender que a Arqueologia está diretamente e intimamente ligada à preservação do bem. Considerando-se que a experiência da existência no espaço só pode ser alcançada em sua totalidade, com a exploração de todos os meios possíveis de conhecimento dele. As pesquisas arqueológicas não só trazem à luz objetos e estruturas que traduzem o espaço arquitetônico, mas os ressignificam, com a linguagem de uma interpretação contemporânea, inclusiva e indispensável para a integração do bem à sua função na contemporaneidade. Para Heidegger apud Carsalade (2014, p. 215) “A preservação é uma cocriação que se faz a partir da própria obra.”.

O objeto de estudo da Arqueologia da Arquitetura são as edificações, independentes do seu estado de conservação. Estas são vistas como:

(...) produto e produtoras de relações sociais, as quais pretendemos desvelar para melhor conhecermos o bem que temos o dever de preservar. A partir deste conhecimento, poderemos melhor realizar o nosso papel de contadores da história do Brasil (IPHAN, 2002, p. 11).

É importante ressaltar que é atribuído à Arqueologia a função de estudá-la, apresentá-la ao público, e juntamente com ela cuidar para que seja preservada. A Arqueologia da Arquitetura tem sido aplicada nas seguintes situações: 1- Ciência Arqueológica. 2- Projetos de Restauração. 3- Projetos de Conservação e 4- Acompanhamento de obras em sítios históricos. A Arqueologia

como um fim em si mesma, isto é, como ciência, busca resolver questões de ordem epistemológica, geralmente provenientes de pesquisas com vínculos institucionais acadêmicos.

A questão poderá ser levantada pelo pesquisador ou por membros da sociedade que se identificam com o sítio e buscam por respostas, como os casos da Sinagoga Kahal Zur Israel (ALBUQUERQUE, 2003) e da Cruz do Patrão (RAMOS, 2008). Este cenário geralmente apresenta as condições ideais para o desenvolvimento dos métodos e técnicas arqueológicas, os quais são balizados pelas questões epistemológicas que refletirão no cronograma de campo e dinâmica.

As pesquisas estão diretamente relacionadas aos trabalhos de recuperação do patrimônio arquitetônico, cuja prática está disseminada em diversos casos no Brasil no passado e na atualidade. Entretanto, ao se comparar a realidade europeia (Itália, Espanha e Portugal) em número, conceito e aplicação de métodos, ainda é uma realidade incipiente. Apresenta também diferenciações de abordagem na utilização dos métodos e na complexidade.

A Arqueologia da Arquitetura foi mencionada pelo IPHAN como “Arqueologia de Restauração” (IPHAN, 2002, p. 9) o que se certa forma reflete a realidade não desejável, embora corriqueira na prática institucionalizada. Esta tem o reconhecimento por meio dos processos legais necessários às etapas de aprovação de projetos de restauração. Apesar da contradição no cenário real, as recomendações institucionais assumem que a restauração ou qualquer medida interventiva no bem patrimonial deve ser proveniente das pesquisas arqueológicas e históricas e não o oposto, como mostra a descrição do Manual de Arqueologia Histórica em Projetos de Restauração:

Procedimentos científicos, etapas: 1. A formulação de problemas (hipóteses, levantamentos e estudos de viabilidade); 2. A implementação (licenças, logística); 3. A obtenção de dados (levantamentos, escavação); 4. O processamento dos dados (limpeza, conservação, catalogação, classificações); a análise dos dados (questões temporais e espaciais); 5. A interpretação (aplicação da opção teórica); 6. A publicação e, nos casos indicados, 7. A restauração (Ibidem, p. 06).

Este fato já foi identificado como um problema diante da longa experiência no campo da restauração, pelo Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI), onde se

levanta a questão: “Por que esperar o início de um empreendimento para a aplicação da “Arqueologia de Restauração” em nível de aprofundamento?” (TINOCO, 2007, p. 3).

No âmbito da conservação, a Arquitetura e a Arqueologia possuem o mesmo objeto de interesse, o bem cultural. A primeira necessita de todas as ferramentas capazes de subsidiar o partido da intervenção no bem e a segunda possui como objetivo alcançar tais informações, uma vez que a conservação do bem e de sua memória poderão estar relacionadas com o antigo uso e tantos outros valores ideológicos, imateriais que o edifício reflete nas estruturas. É também a oportunidade que a pesquisa arqueológica terá de dar “voz” às pessoas comuns, através da cultura material, não visíveis no registro documental (FUNARI, 1996; NAJJAR, 2005).

O acompanhamento arqueológico de obras públicas em sítios históricos tem se apresentado de suma importância na revelação de sítios e artefatos arqueológicos, entretanto não são raras as ocasiões em que a urgência imposta pelo cronograma físico-financeiro das obras civis termine por suprimir o salvamento ou qualquer projeto de conservação que possa surgir em razão das descobertas.

Outra dificuldade da Arqueologia da Arquitetura quando solicitada em relação à intervenção do patrimônio é que geralmente é destinada às edificações que se encontram nas Áreas Diretamente Afetadas (ADA). Quanto às edificações:

(...) muitas delas são parciais em relação a totalidade do bem, que terminam por ditar os objetivos, a duração, os meios humanos e técnicos envolvidos (...) e ainda o grau de aprofundamento necessário para análise dos dados recolhidos e sua divulgação (SANTOS, 2013, p. 2).

A questão sobre a falta de discussão da Arqueologia utilizada como fonte de informação para os trabalhos de restauração de sítios históricos já foi comentada por Corrêa (2011, p. 39): “...assim como conhecer a história da Arquitetura é uma necessidade para o arquiteto, também deverá ser de responsabilidade do arqueólogo conhecer as possibilidades e o alcance de sua área”.

Como exposto acima, as duas áreas não se contrapõem, mas se complementam. É comum se apresentar dentro da restauração de um edifício histórico a ocasião em que a

Arquitetura se apropria de métodos e técnicas da arqueologia para acessar partes não visíveis do edifício. De acordo com o arquiteto Jorge Tinoco (2007, p. 3).

Prospecções arquitetônicas, correspondem a procedimentos de exploração que visam estudar os elementos construtivos de uma edificação. Têm por finalidade: a) identificar a evolução construtiva da edificação, b) registrar, analisar e classificar os aspectos estéticos e históricos, c) detectar causas de danos e anomalias, d) outras informações relevantes para a compreensão das relações entre uso e estado atual do edifício lugar.

No mesmo artigo, o autor defende que estas cabem mais adequadamente aos arquitetos de acordo com a formação disciplinar generalista em História das Artes, Técnicas retrospectivas, Técnicas e materiais construtivos, eles estariam aptos a (...) traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidades” para diversos fins, incluindo a conservação e valorização do patrimônio construído (TINOCO, 2007, p. 3).

A partir das colocações apresentadas acima, o principal questionamento levantado é: Trata-se de Arqueologia? É provável que a resposta esteja relacionada primariamente ao propósito das investigações, em segunda instância, no comprometimento com a metodologia arqueológica. Esta constatação reforça ainda mais a necessidade não apenas da interdisciplinaridade, mas de um profundo mergulho entre as duas áreas, uma vez que a conservação do bem arquitetônico/arqueológico depende da sustentabilidade, que está relacionada ao uso em amplo sentido. Supõe-se que ambas as disciplinas devem participar em caráter de coautoria, quando assim a situação determinar. Este seria um modo de nenhuma informação relevante se perder, no método ou nos registros afim, de evitar futuras prospecções no mesmo local, poupando o bem de futuras ações destrutivas desnecessárias.

Considera-se então que o processo de ressignificação de um bem é uma criação cultural imbuída de racionalidade dos testemunhos culturais do passado adaptados às necessidades do presente com projeção para o futuro. Logo, a relação interdisciplinar entre a Arqueologia e a Arquitetura se dá na ressignificação desse bem, na construção da ponte que deverá ligar a imaterialidade do passado com o presente e o futuro.

Entre os bens imóveis alvos de interesse da Arqueologia, as ruínas fornecem um campo fértil para as interpretações arqueológicas, não apenas pela exposição de técnicas e materiais construtivos, mas na possibilidade de evidenciar estruturas arqueológicas desconhecidas que possivelmente transformarão o significado e fornecerão interpretações sobre o bem até o momento desconhecido pelos registros históricos. Como artefatos, poderão ser abordadas pela

arqueologia nos aspectos documental e simbólico. O que tem se observado na prática no campo da preservação, são as aberturas de “janelas do tempo”, na busca por congelar parte do passado em um meio arquitetônico ou urbano mais recente. Mas o que representam sobre as relações do passado? Que mensagem transmitem no presente?

Sob a perspectiva da Arqueologia interpretativa, as possibilidades se ampliam consideravelmente, na medida em que é possível explorar os diversos contextos que englobam a existência e a vivência. Desta forma, a questão de conservar a ruína como testemunho isolado, restaurá-la, ou mesmo conservá-la como parte integrante de um bem arquitetônico ou em um meio urbano é uma questão bastante comum nos projetos de restauração e dependerá do contexto físico e cultural de cada obra.

A Arqueologia, assim como a Arquitetura, é coautora da construção do patrimônio no presente e na transmissão para o futuro. Ao escolher o que deverá ser preservado, fatalmente selecionará o que será descartado. A preservação de valores e bens simbólicos interfere nos processos sociais, aliás, fazem parte dele e devem considerar contextos da contemporaneidade que incluem a mercantilização da cultura e a especulação imobiliária (CANDURU, 2011), consequências diretas da ideologia capitalista, que será tratada no tópico seguinte.

### 3.2 A ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA COMO FERRAMENTA SOCIAL E POLÍTICA

Considerando-se a análise realizada por Santos (2009) das principais publicações na área, a Arqueologia Urbana está conceitualmente dividida sob duas perspectivas principais, o desenvolvimento da arqueologia na cidade e da cidade. Sob a ótica da primeira, a cidade é vista como uma área onde estão inseridos os sítios arqueológicos de forma isolada e na perspectiva da segunda, a cidade é o objeto de pesquisa onde os sítios estão integrados ao ambiente urbano.

Grande parte das pesquisas arqueológicas tem sido desenvolvida segundo os moldes da primeira, como será exposto em diversos exemplos neste trabalho, ainda que a visão da Arqueologia Urbana em consonância com a Conservação Integrada considere atualmente a sua relevância através “(...) das relações entre a cultura material, comportamento humano e cognição em um contexto urbano” (STAKI, 1982, p. 97).

O fato é que durante quase todo o século XX, as pesquisas arqueológicas foram conduzidas por uma visão positivista, procurando a afirmação no empirismo científico, mas esquecendo em não raras ocasiões o interesse principal que envolve questões complexas de natureza antropológica. Logo, a última década “foi testemunha da emergência e crescimento de estudos da cultura material como um campo fortemente interdisciplinar por si mesmo” (BEAUDRY, 2007, p. 74).

Esta perspectiva abre espaço para a discussão acerca da necessidade de integração no planejamento da Arqueologia Urbana integrada ao Desenvolvimento Urbano, a qual pode fornecer um cenário bastante favorável à conservação dos sítios arqueológicos, uma vez que os testemunhos de diferentes grupos e períodos podem coexistir se integrando ao cenário urbano contemporâneo. O espaço urbano é um produto cultural que se encontra em constante movimento, mas que deve ser reflexo “(...) de uma narrativa conjectural, buscando outras cidades no tempo e no espaço, tentando assim revelar o que foi excluído e o que foi esquecido” (SANTOS, 2009, p. 38).

Essa argumentação chama atenção para a prática da Arqueologia, que vem sendo reproduzida no Bairro do Recife. Embora existam numerosos sítios arqueológicos<sup>16</sup>, alguns deles evidenciados durante trabalhos de monitoramento, ficam relegados ao isolamento ou retornam ao subterrâneo pela falta de projetos que os integrem ao espaço urbano. Logo, é evidente que esse cenário onde a Arqueologia Urbana está predominantemente sendo praticada sob o modelo da Arqueologia na cidade, ou seja, trabalhando os sítios de forma isolada, precisa ser superado.

A tecnologia associada à metodologia de campo trata da materialidade dos dados arqueológicos. Os avanços têm sido promissores, como será demonstrado mais adiante. O grande desafio encontrado pela Arqueologia da Arquitetura, no entanto, está na compreensão dos aspectos simbólicos dos artefatos, assim como o desempenho do papel social ativo no presente.

A Arqueologia da Arquitetura, trata o objeto concreto na multiplicidade de possibilidades interpretativas, mas que primariamente se define como a aplicação do método

---

16- Cruz do Patrão, Arco da Conceição, Igreja do Pilar, Igreja da Madre de Deus, Rua da Moeda, Paço Alfândega, Forte do Matos, Forte do Brum, Sinagoga Kahal zur Israel, Baluarte Porta da Terra, Cais da Lingueta.

arqueológico ao estudo de um objeto concreto, o edifício histórico. Nesse caso o edifício é compreendido como um objeto construído ao longo do tempo que, portanto, é pluriestratificado e pluritipologizado; que possui um duplo valor, como documento e como símbolo ou signo; que é fonte de informação para a História (ZOREDA, 2010).

O tema do papel social e ativo da Arqueologia é tratado na publicação “Artefato e vozes ativas: Cultura material como discurso social” de Beaudry *et ali* (2007), que parte da premissa da ausência de qualquer passividade na relação entre o comportamento humano com o mundo material, onde os artefatos são materializações dessa relação. De modo que os artefatos como as estruturas arquitetônicas ou elementos a elas relacionados devem ser tratados considerando-se esta perspectiva. Qual a intenção (consciente ou inconsciente) do sujeito ou da sociedade está trazida através do artefato? Intenção nesse contexto se traduz como ideologias. Este é o aspecto simbólico que pretende ser compreendido pela Arqueologia Interpretativa.

Essa abordagem é defendida neste trabalho com potenciais perspectivas teóricas como o Estruturalismo, a Semiótica Cognitiva, a Teoria econômica, o Marxismo e a Teoria crítica, capazes de ultrapassar a esfera de discussão de métodos para problemas epistemológicos na qual se enquadra a conservação do patrimônio arqueológico e o seu papel político ativo. Embora essas sejam métodos interpretativos desenvolvidos originalmente pela área da Filosofia e Crítica literária, partem do mesmo objeto de estudo, o modelo de cognição humana e os mecanismos de comunicação através de símbolos.

Isto não significa a exclusão dos aspectos materiais e funcionais dos artefatos, mas a adoção de mais uma abordagem no trato pela Arqueologia. Em uma analogia simples, os aspectos materiais seria a condição substantiva, uma vez que os aspectos simbólicos são a condição de verbo, que flui e se dinamiza a depender do contexto. Portanto, o contexto cultural e histórico no qual o artefato está inserido é considerado primordial como meio de interpretação desse universo simbólico e seus significados, para a compreensão dos meios que os indivíduos ou as sociedades usaram para a construção da identidade cultural.

Aplicando-se esta abordagem ao contexto desta pesquisa, assume-se que a Arquitetura, ao menos no contexto urbano, tem sido historicamente símbolo ideológico das classes dominantes. Como exemplo, no Bairro do Recife, os europeus (batavos e portugueses) reproduziram o modelo de dominação impresso através das diretrizes tratadísticas nas colônias através da Arquitetura e do Urbanismo, em forma de muralhas, fortificações, habitações, igrejas e demais edificações organizadas conforme um traçado pré-estabelecido.

Este modelo de cidade fortificada, que depois se desenvolvia através dos limites da muralha, foi reproduzido em diversas colônias espalhadas pelo mundo, com o objetivo de transmitir a mesma mensagem. Obviamente os contextos regionais foram dinamizando e transformando esses significados ao longo do tempo e apesar da inserção de outros grupos neste cenário urbano, como os civis, as mulheres, os indígenas e descendentes africanos, pouco ou quase nada se modificou com representatividade na Arquitetura de dominação ou isto seria um pleonasma?

É verdade que existem críticas acerca da “Tese da Ideologia Dominante”<sup>17</sup> na consideração quanto ao papel ativo dos grupos submissos na criação das próprias ideologias, entretanto, a partir da perspectiva da Arquitetura formal europeia introduzida na colônia, a disseminação ocorre fatalmente de forma vertical na hierarquia, pois dependeu de recursos técnicos e econômicos possuídos pela classe dominante claramente demarcada. A outra crítica é que esse conceito provém do Marxismo como crítica ao sistema capitalista e não raras vezes os artefatos analisados pertencem originalmente a períodos anteriores.

De fato, esta colocação é indiscutível, entretanto o ato de dominação sempre existiu historicamente nas culturas, apenas os mecanismos variam, como posto por Hall (apud Beaudry, 2007, p. 83) “Na época Medieval o camponês era mantido sob controle por meio da força bruta ao invés da sutileza ideológica”. Apesar de no Brasil não ter existido período Medieval, os mecanismos de dominação utilizados não podem ser descritos de forma alguma como sutis, mas as questões ideológicas estariam implícitas de todo modo para reforçar o domínio.

Contudo, não é pretensão desta pesquisa adentrar no universo de interpretação possível para os artefatos, até porque isso não seria possível pois dependeria de uma pesquisa profunda considerando-se o contexto de cada um, mas defender a utilização do potencial polissêmico que lhes cabe como um meio de interlocução com a Arquitetura no panorama da Conservação do Patrimônio.

De uma forma mais direta, a Arqueologia da Arquitetura nesta perspectiva procura a compreensão da maneira como o edifício foi produzido, na identificação das cronologias arquitetônicas, nas modificações realizadas na morfologia e na relação com o meio.

---

<sup>17</sup> Teoria derivada do ensaio do filósofo Louis Althusser (1917).

Logo, ao tratar o edifício como artefato, é possível a identificação dos elementos removidos e adicionados que forneceram pistas sobre a materialização do modo de conceber o espaço para atender às necessidades individuais e coletivas, que refletem hábitos e interesses dos grupos sociais em um determinado período da história (CARRERA; SURYA, 2012). Neste caso, as edificações são “produtos e produtoras de relações sociais porque resultam do lado inventivo humano e refletem o modo de vida dos indivíduos que ali se estabeleceram” (OLIVEIRA, 2009).

Esta ampliação de possibilidades interpretativas na Arqueologia só ganhou terreno nas últimas décadas, assim como a integração com a Arquitetura. A busca por interpretar esses processos de construção simbólica, histórica, social e política da cultura material permitirão que os artefatos sejam ressignificados, através de um papel conscientemente ativo na sociedade, interagindo na construção do mundo que o cerca (BEAUDRY et al., 2007, p. 77). De modo que o artefato ressignificado, como parte de um projeto de conservação integrada, é um produto cultural contemporâneo ativo político e social.

### 3.3 MÉTODOS E APLICAÇÕES DA ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA NA ATUALIDADE

A Arqueologia da Arquitetura desenvolveu-se nos anos 1980 quando surgiu a arqueologia preventiva na Europa, especialmente na França, Espanha e Itália, porém, encontra suas raízes bem mais cedo, no final da década de 1950 e nos inícios de 1960, quando a arqueologia urbana se afirmou. No contexto americano o arquiteto argentino Mario J. Buschiazzo (1964) se destacou como um dos percussores na utilização de métodos empíricos no trato da investigação sobre o edifício histórico na década de 1940. Procurou utilizar plantas, fotografias, documentos históricos e a própria edificação. Afirmava que apenas os dados arqueológicos e históricos exatos eram confiáveis.

Vários focos independentes de sistema de prospecções arqueológicas em edificações históricas se desenvolveram durante as décadas de 1980 e 1990, principalmente na Europa Ocidental. Independente do grau de complexidade encontrado pelos arqueólogos, as conclusões se apresentaram similares e até mesmo idênticas em alguns casos (RODRIGUÉS, 2002, p. 14).

Sobretudo na Espanha, diante do grande número de reabilitações, foram empregados métodos de pesquisa no campo da Arqueologia da Arquitetura, encabeçados por Caballero Zoreda e outros pesquisadores<sup>18</sup> do Servicio de Conservación de la Diputación de Barcelona no território espanhol. Apesar dos focos independentes acerca das novas possibilidades do método arqueológico na restauração, foi só no final da década de 1980 que houve tentativas formais da sistematização da disciplina.

A aplicação no período histórico toma corpo na virada século XX / XXI, ao empregar, na análise de uma construção em elevação, os mesmos procedimentos que a Arqueologia tradicional, ou seja, a análise das unidades estratigráficas (UE) dos vestígios (COPE, 2006). Os sistemas de registros utilizados pelos arqueólogos históricos são, na essência, os mesmos princípios de decomposição dos vestígios, o conhecido sistema Harris (1991).

Com o reconhecimento das unidades estratigráficas, que permite obter a origem das estruturas e dos processos, como perturbação, transformação e destruição. Através da prospecção cromática, como sedimentos, identificação de aberturas de portas, janelas que foram fechadas, é possível compreender a evolução cronológica do edifício, assim como os aspectos sociais e econômicos dessa mudança, por exemplo. A Arqueologia da Arquitetura também engloba outros procedimentos metodológicos pouco invasivos ao edifício, como a estratigrafia em cota positiva e exames micro analíticos (TIRELLO, 2007, p. 147).

O objetivo principal do método é produzir conhecimento acerca da sociedade e cultura que construiu e se relacionou com o edifício ao longo da existência. Como meio para esse fim estuda-se o bem registrando a sequência temporal e histórica e complementa-se aos dados obtidos através da Arquitetura ou intervenção arqueológica no subsolo.

Desta forma, a análise parietal em conjunto com as sondagens do subsolo, estratigráfica das estruturas e das camadas de sedimento, bem como a análise dos materiais construtivos e arqueológicos recolhidos no contexto estratigráfico horizontal poderão fornecer dados complementares para contrastar com as interpretações realizadas (SANTOS apud ZOREDA, 2002; FRANCOVICH, BIANCHI, 2002).

---

<sup>18</sup> Albert López i Mullor junto a equipe formada por Alvar Caixal, Javier Fierro, etc... Realizaram inúmeras intervenções durante a década de 1980 e 1990. Todas as publicações estão nas "Memorias del Servicio del Patrimonio arquitectónico de la Diputación de Barcelona".

A Arqueologia da Arquitetura utiliza uma metodologia arqueológica rigorosa. Entre os métodos utilizados estão a escavação arqueológica horizontal, a análise estilística e arquitetônica, a identificação de materiais construtivos, a arqueometria, os estudos de fluxo e espacialidade, entre outros. Procura de forma objetiva estabelecer as diferentes fases construtivas e registrar e numerar as diferentes unidades identificadas nos parâmetros; analisar as relações estratigráficas possíveis entre as etapas presentes no registro e estabelecer diferentes fases ou etapas da história do edifício, materializadas num diagrama de síntese (RAMALHO, 2002).

Também não se diferencia da Arqueologia Histórica aplicada em edificações pertencentes ao período histórico delimitado pelos etnógrafos e historiadores. No caso do Brasil, este período se refere a partir do contato entre as populações ameríndias e europeias. Na busca por sistematizar a abordagem adotada na Arqueologia da Arquitetura, Santos identificou três elementos comuns a todo trabalho da disciplina em questão:

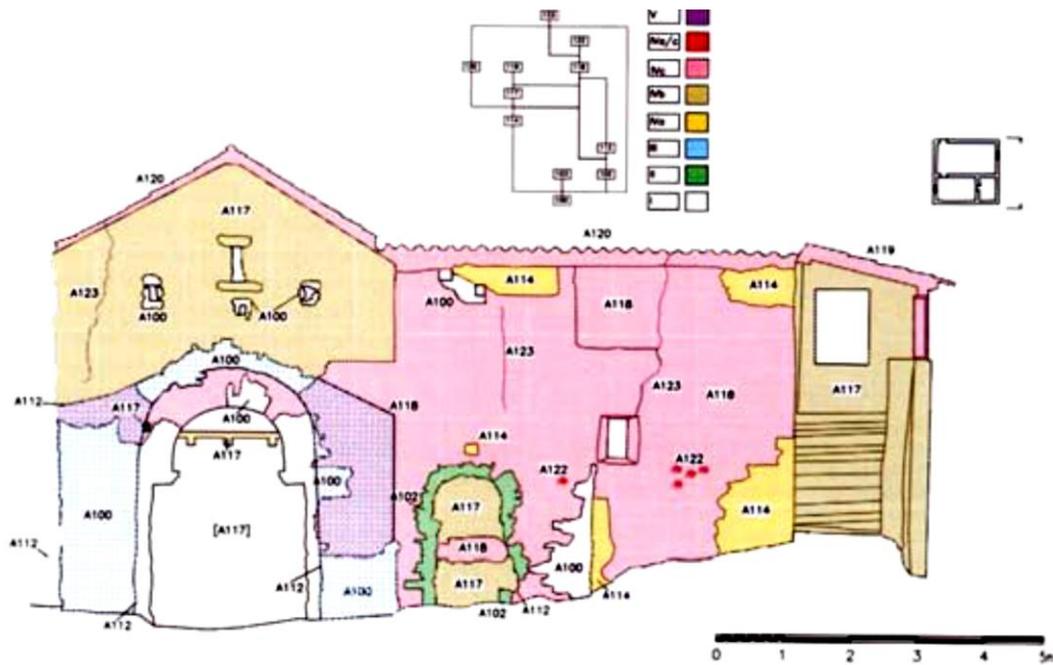
1. Um edifício, mais ou menos complexo, isolado ou inserido num conjunto edificado, bem conservado ou em ruína, relativamente original ou profundamente alterado, intervencionado no seu todo ou apenas em parte;
2. Uma equipe, formada por especialistas nas mais diversas áreas, tais como a Arqueologia, a História, a História de Arte, a Arquitetura, a Arquitetura Paisagista, a Engenharia, a Geografia, a Conservação e Restauro, a Fotografia, a Topografia, a Informática, entre outras;
3. Um projeto de intervenção, com maior ou menor urgência, com maior ou menor verba, com vista a uma remodelação, a um projeto de conservação e restauro, à musealização de um local, abrangendo todo o edifício ou conjunto edificado ou dirigida a um espaço específico (2013, p. 3).

Durante a abordagem disciplinar, o arqueólogo deverá tomar a precaução de não ceder às necessidades emergenciais que venham a interferir no objetivo científico e no processo que deverá seguir para alcançá-lo. Na descrição das etapas metodológicas Silva (2013) estabeleceu com base nas suas pesquisas, que tal processo deverá contar com cinco fases: 1. Pesquisa prévia; 2. Levantamento e representação gráfica e fotográfica; 3. Análise estratigráfica paramental; 4. Criação da base de dados e 5. Modelo interpretativo.

A **fase 1**, ou seja, a pesquisa prévia, se refere às fontes documentais, impressas, manuscritos, iconográficas, orais etc. A fase 2 deverá ser o levantamento do edifício (Figura 3) que poderá ser realizado através de desenho gráfico manual ou digital, fotografia e topografia.

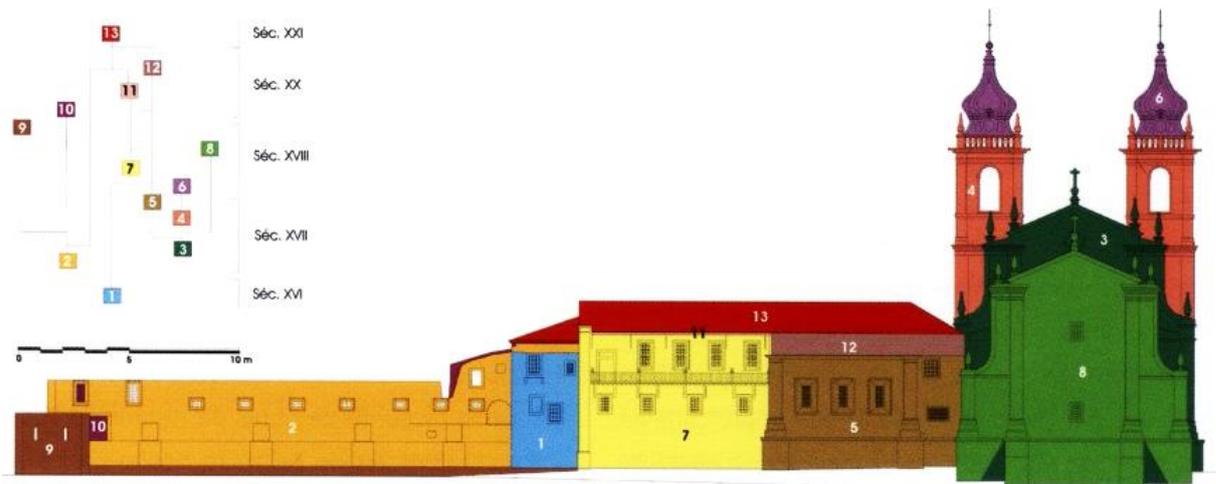
A fase 3 utilizará como base o levantamento para a análise das Unidades Estratigráficas (UES), denominada como análise paramental (Figura 4).

**Figura 3:** Modelo de leitura paramental e representação da sequência estratigráfica sobre fachada da Igreja de São Gião da Nazaré.



Fonte: Silva (2013 apud CABALLERO ZOREDA, et alii, 2003, p. 76.)

**Figura 4:** Modelo de representação das Unidades estratigráficas sobre fachada do Mosteiro de São Martinho de Tibães.



Fonte: Silva (2013 apud Fontes, 2006, p. 46.)

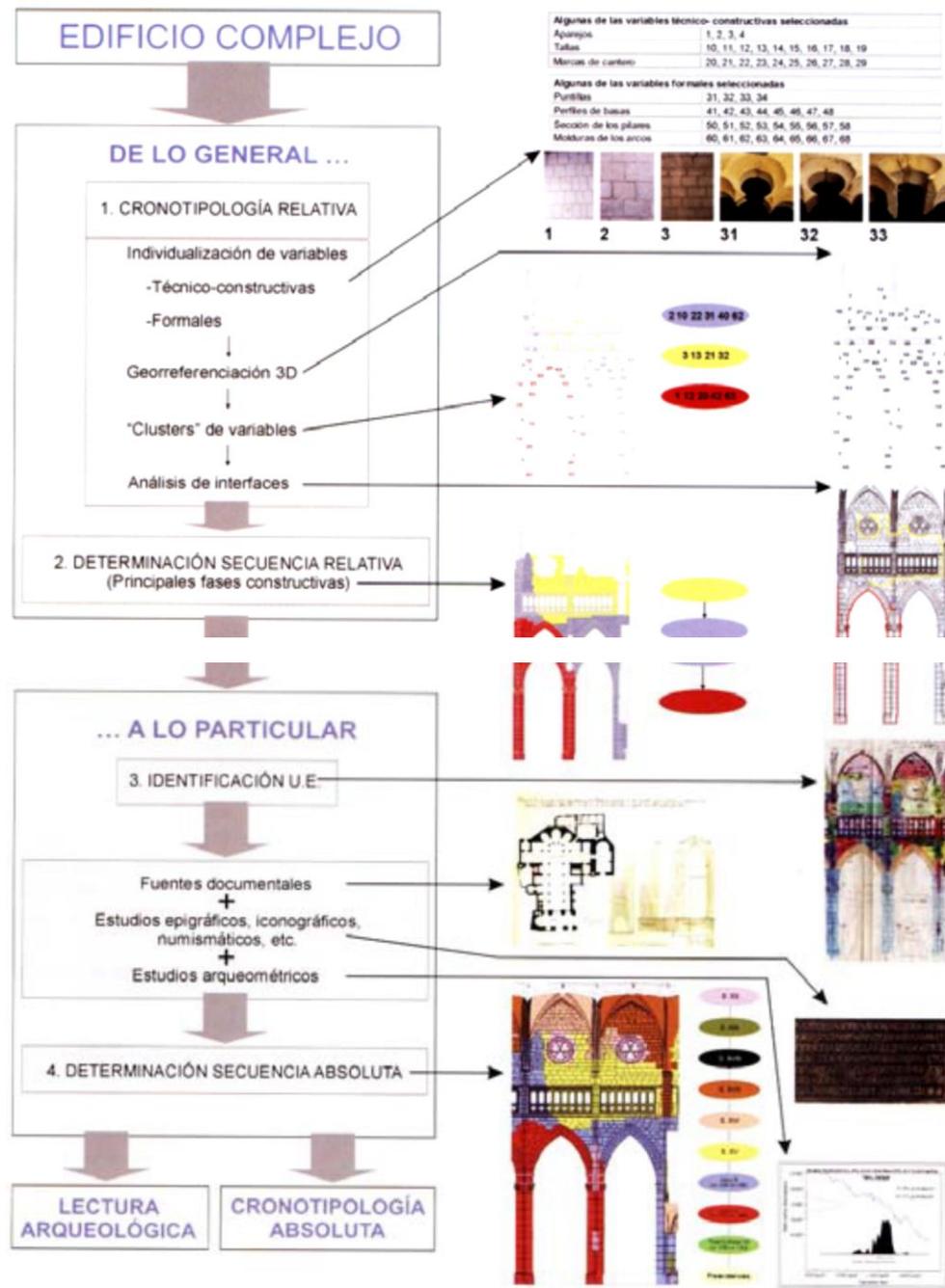
A prospecção realizada no bem, parte da metodologia arqueológica adaptada às condições da verticalidade do objeto prospectado. Um dos métodos utilizados consiste na análise dos parâmetros das unidades estratigráficas murárias (UEM) identificadas por uma ficha de unidade individual. Essas UEM's, como explica Santos (2015, p. 64) “poderão ser elementos arquitetônicos como portas, janelas, arcos etc.; parâmetros, com diferentes aparelhos construtivos; revestimentos; estruturas de condenação (emparedamentos); ou mesmo as interfaces (geralmente de destruição)”. De acordo com o projeto de restauração, algumas unidades poderão ser mais detalhadas nas análises, relacionando com a totalidade do parâmetro ou em partes (ZOREDA, 2009; ZOREDA, 1997; BORRAZÁS, et al., 2002).

A análise deverá agrupar as UEM's em fichas para registro, analisando-as em fases construtivas, considerando-se os processos de sobreposição, acumulação e sucessão de extratos seguindo recomendações de Harris (1979, p. 111). Entretanto, esse método verificou diferenças de interpretação entre a aplicação da Arqueologia tradicional e a Arqueologia da Arquitetura, provavelmente pelas adaptações necessárias às cotas positivas (SILVA, 2013, p. 5).

A **fase 4** consiste no simples agrupamento através de um banco de dados produzido sob a forma de levantamentos gráficos e digitais, fichas instrumentais, descrições, relações estratigráficas e análises físico-químicas realizadas nos objetos e elementos evidenciados no sítio. Por fim, a **fase 5** irá conceber um diagrama final sintetizando o modelo interpretativo da evolução cronológica, funcional e cultural dos espaços (Figura 5).

A ideia é que o diagrama final subsidie as considerações de caráter geral sobre a sociedade relacionada ao bem, as questões econômicas, ambientais e outras que tiveram influência sobre o edifício e todo o processo de transformação.

**Figura 5:** Modelo de representação cronotipológico para leitura paramental desenvolvido na Catedral de Vitoria-Gateiz.



Fonte: Silva (2013 apud Azkarate, 2002, p. 68.)

Assim como as demais subáreas da Arqueologia, a Arqueologia da Arquitetura se utiliza do conhecimento de outras ciências para alcançar objetivos científicos. Os processos físico-químicos de datação, a termografia, a difratometria de Raios X, a análise mineralógica e geológica, têm uma relação íntima com a Arqueologia e a obtenção dos resultados. A tecnologia

vem se desenvolvendo para que ocorra a menor interferência invasiva sobre o bem. O objetivo é que se obtenha o máximo de informações com o mínimo de ação destrutiva da edificação.

Para esse fim, os instrumentos de análise estão em constante desenvolvimento, com recursos em instrumentos digitais, onde é possível a identificação das UEM's, fotografia de alta resolução, ortofotografias, levantamento topográfico 3D, levantamento topográfico georeferenciado, maquetes digitais eletrônicas. São instrumentos tecnológicos diversos de investigação, que devem ser utilizados para otimizar o trabalho do investigador e que impactarão positivamente a metodologia arqueológica, tornando-a cada vez menos destrutiva e mais breve (aspecto de extrema relevância na prática das ações públicas).

Este foi o caso da pesquisa arqueológica desenvolvida pelo arqueólogo Scott Joseph Allen (s.d.) no Engenho Monjope, em Igarassu, Pernambuco, que empregou métodos geofísicos não invasivos na busca de direcionamento para as futuras escavações e da compreensão espacial dessas estruturas e outras ainda soterradas. A preocupação por métodos arqueológicos não invasivos é o impulsor para o desenvolvimento desta pesquisa entre outras para a obtenção de informações sobre o sítio.

Uma vez que o arqueólogo dispõe de todos os dados materiais possíveis, a interpretação poderá ser desenvolvida. Fundamentando-se na cronologia, ordenando a sequência temporal do bem; na funcionalidade, onde procurará compreender a transformação progressiva das atividades relacionadas ao bem; nos aspectos culturais, interpretando os contextos sincrônicos que configuram a estrutura e a sociedade que deu origem ao objeto de estudo (ZOREDA, 2009) e por fim as relações com o edifício. Observa-se que todo o processo, desde a coleta de dados, análise e interpretação, mostra-se um campo fértil para a interdisciplinaridade entre a Arqueologia e a Arquitetura, devendo influenciar diretamente nas decisões tomadas no projeto de intervenção, que como exposto anteriormente, deverá transpor as barreiras da materialidade.

Embora um modelo ideal tenha sido relatado no parágrafo anterior, na prática o que vem ocorrendo em diversos casos é que o atropelo da etapa de pesquisa arqueológica com a precedência da intervenção do bem impede o acesso às áreas que já estavam expostas e acessíveis para serem registradas e analisadas. E de forma clara, a intervenção de um bem que não se investigou de maneira completa, isto é, sem o olhar arqueológico, não foi explorado de maneira satisfatória a fim de serem tomados partidos e decisões determinantes para sua conservação. Como preservar o que não se conhece ainda?

Para ilustrar a atuação da Arqueologia da Arquitetura, segue a descrição das experiências intituladas desta forma por seus autores. Entre essas se encontra o projeto de Arqueologia da Arquitetura da Catedral Metropolitana de Manaus (CORRÊA, 2011). Como recomendado em toda pesquisa na área de Arqueologia Histórica, não dispensou as diversas fontes documentais disponíveis, além da interdisciplinaridade, através da participação de profissionais de diversas áreas. Além de arqueólogos, o trabalho incluiu arquitetos, geólogos, geógrafos e engenheiros.

Como metodologia neste edifício, foi empregada a prospecção parietal com o intuito de identificar as cronologias e etapas construtivas além dos materiais. No entorno, o trabalho se resumiu a uma coleta de material arqueológico proveniente de aterros de construção civil.

Segundo Corrêa (2011), toda a área da Catedral (edifício e jardins) obedeceu a um superquadriculamento de 20,00 m x 20,00 m, subdivididos em quadrículas de 2,00 metros, escavados em níveis artificiais de 10 cm, podendo ser alterados durante a estratigrafia natural ou arquitetônica do sítio. O trabalho teve como hipótese a compreensão do processo de desenvolvimento da Catedral, assumindo com isso a análise superficial também do desenvolvimento urbano histórico de Manaus.

As pesquisas arqueológicas na Catedral não fugiram à regra de terem se iniciado durante o desenvolvimento do processo de restauração do edifício. O arqueólogo assumiu em seu relatório a dificuldade em ter que adaptar os procedimentos metodológicos diversas vezes a um sítio que estava em obra, como afirma. “Por exemplo, estava prevista abertura de trincheira na parte inferior do jardim Leste da catedral, o que não foi possível, em função de obras que ocorriam no local (...)”. Em outra ocasião, por exemplo, afirma ainda “Das duas sacristias da igreja somente a do lado Oeste foi liberada para a pesquisa arqueológica (...)” (CORRÊA, op. cit., 110).

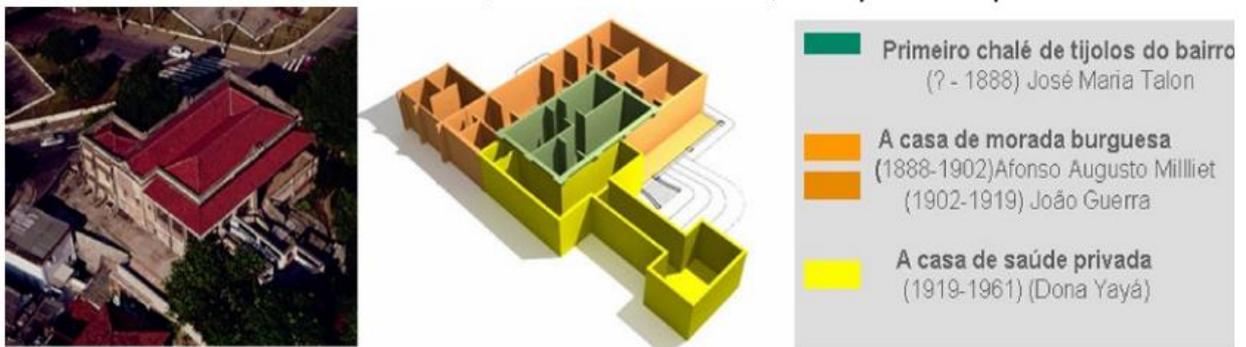
Adversidades de cunho legal e burocrático também interferem constantemente nas pesquisas arqueológicas. Diante da falta de acesso às áreas potencialmente ricas para pesquisa, não é possível mensurar as contribuições arqueológicas que deixaram de ser somadas e se de fato esse conhecimento iria alterar o curso das decisões projetuais para a restauração da catedral, entretanto o problema está exatamente no cerceamento das possibilidades.

Para contrapor uma situação não desejável, cita-se a seguir o caso em que Arqueologia obteve liberdade para aplicação da metodologia adotada pela Arqueologia da Arquitetura. Na

Casa de Dona Yayá<sup>19</sup> (TIRELLO, 2007), em que se propôs na definição e emprego de indicadores temporais para explicitar as especificidades e perímetros de cada unidade estratigráfica virtual, apoiando-se em recursos da informática para compor uma síntese estratigráfica resultante do modelo tridimensional formulado.

A combinação de resultados de sondagens de superfície com análises científicas e documentais, além de pesquisas de natureza arqueométrica e estratigráfica produzem conhecimentos quanto às cronologias e técnicas construtivas (Figura 6).

**Figura 6:** Síntese da cronologia construtiva da casa de D. Yayá.



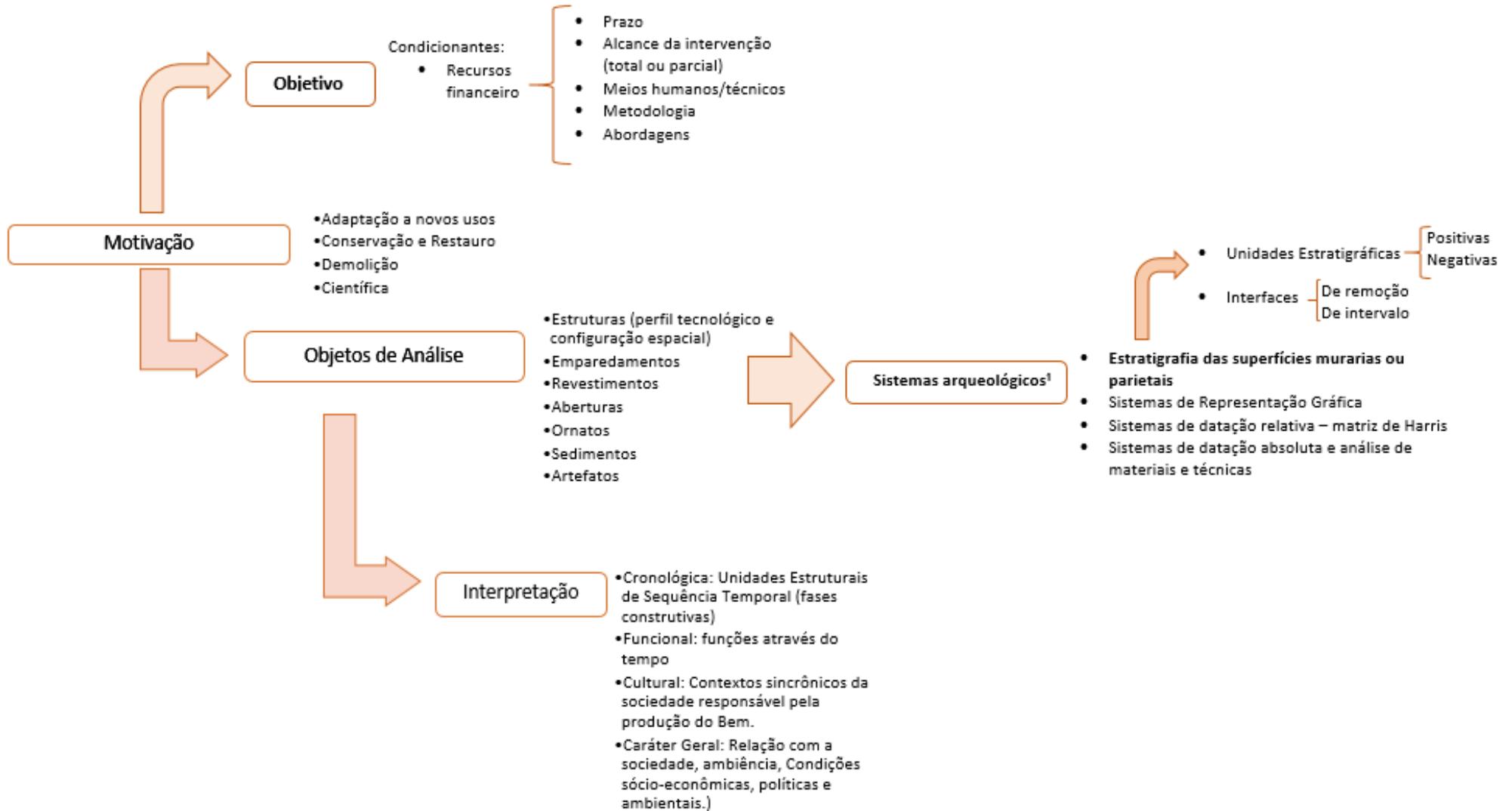
Fonte: TIRELLO, 2005.

Como resultado, houve o registro de ocorrências históricas do edifício com respaldo científico, utilizado também para a Educação Patrimonial. A implantação do sistema de software, possibilitou a leitura histórica organizada da complexa estratigrafia cronológica da Casa de Dona Yayá, tornando acessível ao público todas as informações do edifício, como técnicas construtivas, programas habitacionais e repertório decorativo, que compunham as formas de construir e ornamentar residências burguesas da cidade de São Paulo, edificadas no final do século XIX e início do século XX. Estudos como este, além de fornecer um banco de dados rico para futuras pesquisas, fornece subsídios determinantes na consideração nas decisões para a conservação do bem.

<sup>19</sup> A Casa de Dona Yayá é um dos edifícios de valor histórico-cultural pertencentes à Universidade de São Paulo no qual se desenvolveram pesquisas pioneiras, voltadas ao estabelecimento de metodologias de investigação e registro de cronologias arquitetônicas complexas, por meio da aplicação de sistemas estratigráficos.

Diante dos métodos pesquisa arqueológica e das representações expostas acima, assume-se que a cadeia operacional da pesquisa arqueológica possui variáveis que irão repercutir na variedade de seus resultados, assumidos nas interpretações arqueológicas.

## Esquema operatório da Arqueologia da Arquitetura proposto por Riccardo Francovich (1988)



#### 4 PROJETO DE RESTAURO

Muitas ideias do campo da preservação surgiram ainda no Renascimento e foram impulsionadas no cenário fértil do Iluminismo e mais tarde com as transformações trazidas pela Revolução Industrial, foram discutidas as vertentes teóricas por meios dos tratadistas no final do século XIX, quando a restauração passa a ser considerada como disciplina autônoma e científica.

Embora a disciplina da restauração tenha surgido nesse período, há registros de intervenções na Antiguidade. Segundo Jokilehto (1986) existem registros de intervenções realizadas nos templos antigos da Grécia, após terem sido parcialmente destruídos por incêndios ou terremotos e posteriormente em Roma, para adaptação às novas funções que porventura viessem a surgir. Em grande parte dessas intervenções, os materiais e estilos originais foram mantidos, apesar dessa postura não ter se apresentado como uma regra. Em outras situações, edifícios foram realocados por motivo de mudanças ambientais e ainda existem as situações em que novas construções se adaptaram às estruturas antigas visando a preservação.

Foi o caso do *Erechtheum* em Atenas, construído no século I. Em razão de um incêndio no século V, o edifício sofreu uma intervenção, onde teve elementos restaurados e outros reconstruídos de forma idêntica à anterior, como o frontão e o teto. O estilo que marcou o período da intervenção foi registrado nas novas colunas que substituíram as anteriores. De acordo com o arquiteto responsável pela restauração da Acrópole de Atenas, Manlios Korres, o objetivo da restauração do *Erechtheum* não foi apenas de reparação, mas de restaurá-lo como um monumento de grande valor artístico (KORRES, 1997).

Outro momento marcante para a preservação do patrimônio foi a Revolução Francesa, em detrimento das numerosas destruições aos monumentos símbolos das classes dominantes, surgiram em contrapartida as primeiras iniciativas com vistas à preservação dos edifícios históricos. Baseando-se em todas as experiências anteriores e no contexto já citado da segunda metade do século XIX, as discussões acerca da conservação se dividiram inicialmente em duas correntes opostas, sendo a anti-intervencionista encabeçada por John Ruskin (1819-1900) e a intervencionista por Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879).

Neste período várias ações foram empreendidas com o objetivo de salvaguardar os monumentos históricos e nesse contexto, surge a primeira definição do século XIX, dentro do

moderno conceito de restauração formulada por Viollet-le-Duc (2000, p. 29) “(...) restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento (...)”. Esta vertente defendia que a obra deveria atingir o estado completo idealizado no momento da sua concepção, buscando uma unidade estilística, sacrificando os demais períodos históricos e estilísticos.

Enquanto John Ruskin, que agregou defensores como Victor Hugo, William Morris e Adolphe Didron, se contrapunha aos critérios da restauração estilística (que atualmente se configura ao que se compreende por um tipo de reconstrução) primariamente por razões arqueológicas, quanto à perda da autenticidade pela falsificação da antiguidade da construção. A postura anti-intervencionista orientava para ações de manutenção com o objetivo de prolongar ao máximo a vida útil do edifício, aceitando a inevitabilidade da destruição em um dado momento, chegou a realizar a analogia do edifício com a vida humana.

Na postura defendida por Viollet-le-Duc o edifício como documento histórico, isto é, como artefato, é totalmente ignorado, relegando ao bem um caráter meramente estético e artístico. Enquanto Ruskin, na ânsia por manter intacto o testemunho do passado, limita na materialidade do edifício o fluxo natural das transformações culturais sofridas ao longo de sua existência. Ignorando que o próprio ato de intervir na arquitetura é uma característica cultural atestada nos registros da história humana, que demonstra a partir da natureza criativa um sentido de uso levando o edifício a sofrer diversas transformações ao longo de sua existência.

Um posicionamento mais ponderado é observado nas ideias colocadas por Camillo Boito (1836-1914). Suas colocações se contrapunham à busca pelo estado original ou de uma unidade estilística, ressaltando as perdas definitivas dos registros históricos.

Na tentativa de conceber um método científico que se alinhava ao espírito de sua época, Boito propunha três tipos principais de restauro: o restauro arqueológico, o restauro pictórico e o restauro arquitetônico. Direccionava o restauro arqueológico especialmente às ruínas, atribuindo-lhes ações de consolidação e estabilização. O restauro pictórico atribuía todos os reforços necessários para valorizar a aparência antiga dos edifícios medievais e o restauro arquitetônico atribuía as ações necessárias para manutenção da integridade e da autenticidade dos edifícios renascentistas.

Sua defesa foi no sentido de admitir intervenções mínimas, desde que houvesse o respeito pela matéria original do bem e das suas marcas pela passagem do tempo, o caráter de

distinguiabilidade dos acréscimos contemporâneos, a fim de evitar a deturpação do edifício como documento histórico. A linha de restauro que prioriza o aspecto documental do bem ficou conhecida como restauro filológico ou científico.

Embora existam críticas contundentes quanto à similaridade com o restauro estilístico, quando busca na história uma recuperação da imagem do bem, relevantes contribuições foram trazidas pelo método científico proposto por Boito, como a documentação do trabalho de restauração, a conservação das peças substituídas em locais próximos e a datação das intervenções.

Uma outra personagem se destaca em meio ao cenário da conservação, como Diretor do Instituto Central de Restauro (ICR) em Roma, instituição que foi referência para técnicas de restauração, proteção e salvaguarda do patrimônio cultural: Cesare Brandi (1906-1988) lançou as bases do restauro crítico. Utilizando todo o conhecimento prático e teórico nos campos da restauração, estética e filosofia, fortaleceu o restauro como disciplina, primando por uma unidade metodológica e conceitual sem esquecer de relacioná-la com o caráter crítico através da Teoria da Restauração, publicada em 1963.

Entre as reflexões sobre a restauração, afirma que só é possível intervir sobre a matéria da obra de arte e não sobre o processo mental que a criou. Dessa forma, Brandi condiciona o ato de restaurar à compreensão e experimentação da obra de arte, afirmando que é exatamente a condição de arte que a distingue de outros produtos humanos.

Suas ideias priorizavam o caráter de reversibilidade das ações interventivas, a integração das lacunas de matérias, sem o emprego da anastilose<sup>20</sup> e o respeito pela ação do tempo nos materiais. Na Teoria da Restauração (1963), adverte que o restauro deve restabelecer a unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo, por isso recomenda que se mantenha a distinguibilidade entre os períodos anteriores ao da restauração.

A Unidade Potencial a ser atingida pelo restauro deverá confrontar-se com um elemento importante abordado por Brandi (2008), as lacunas, que são interpretadas por ele como um obstáculo a leitura completa da obra. Devendo-se buscar modos de solucioná-las através de

---

<sup>20</sup> Recomposição de partes existentes, mas desmembradas.

preenchimentos que não atentem nem contra o seu tempo histórico nem contra a harmonia artística do conjunto.

Brandi assim como Riegl, assume a restauração como uma ação cultural do presente, que dessa forma está condicionada aos valores do presente, portanto, o destaque para a orientação da reversibilidade das ações restauradoras.

Contudo, em função do alto grau de destruição provocados na Segunda Guerra Mundial, os esforços para a recuperação do patrimônio cultural tiveram que atender à demanda na superação dos aspectos documentais das obras e procurar uma maior compreensão no aspecto figurativo do monumento. Na ocasião, o arcabouço teórico instrumental no campo da restauração estava distante de prever a quantidade e a variedade de intervenções que teriam que ser realizadas. Nesse contexto ocorreram discussões sobre os desafios e possibilidade de inserções contemporâneas nos vazios urbanos históricos e na relação com o entorno preexistente.

Segundo Kühn (2004), uma das soluções utilizadas consistia na inserção de formas arquitetônicas “neutras” para preencher os vazios, na tentativa de reintegrar o tecido urbano fragmentado sem conflitar com o contexto histórico existente. Essa solução conhecida como “moderno-ambientado” foi amplamente criticada pelo historiador de arte Renato Bonelli, pela validade de criações “neutras” na substituição de obras de arte, imbuídas de uma imagem figurativa que foram destruídas pela guerra. Já o restauro filológico proposto por Boito continuou tendo uma grande relevância na conservação dos aspectos documentais dos bens.

O fato é que os desafios vivenciados ao longo do tempo e principalmente no período pós-guerra, evidenciaram a incapacidade de tratar a restauração de forma técnica, pragmática, neutra e inerente ao processo científico. Ao invés disso, pensadores como Roberto Pane e Renato Bonelli identificaram a necessidade de conceber o processo de restauração como uma cocriação propondo o restauro crítico-criativo.

Esta abordagem parte do reconhecimento das contradições que compõem o ato de recompor e reutilizar um edifício e suas nuances teórico-conceituais. Apesar de incorporar princípios do restauro filológico, no que diz respeito à distinção entre as várias fases do bem, assim como associa a dimensão formal e documental das obras, de forma dialética, reconhece que toda intervenção é na verdade, uma nova criação (CARSALADE, 2014).

O restauro, portanto, sob tal perspectiva é um “ato de cultura” segundo Bonelli, assume a postura crítica, visto que possui a consciência que se trata de um ato do presente (KÜHL, 2010, p:285) “(...) que não propõe uma reversibilidade do tempo, que intervém na realidade figurativa do bem, controlando e prefigurando as transformações”.

Aqui se encontra a primeira oportunidade para a discussão sobre as distinções entre a preservação, conservação e a restauração. De acordo com (TIESDELL, OC, HEATH, 1996 apud VIEIRA, 2008) colocam que o sentido original de “preservação” diz respeito à limitação da mudança enquanto que “conservação” diz respeito à “inevitabilidade da mudança e a gestão desta mudança”.

Apesar da relação epistemológica entre os conceitos, onde a preocupação inicial é pautada pela transmissão dos valores patrimoniais do bem às gerações futuras. A restauração, como já discutido nos capítulos anteriores, é uma criação contemporânea, produto da modernidade, além do que os valores patrimoniais como produto cultural já chegam ao tempo atual tendo sido alterados durante todo o percurso de sua existência, uma vez que o dinamismo é inato aos processos culturais.

Neste ponto da discussão é válido uma elucidação de como os conceitos de Autenticidade e Integridade sendo utilizados na contemporaneidade. Através de seu artigo intitulado “Integridade e autenticidade: conceitos-chave para a reflexão sobre intervenções contemporâneas em áreas históricas. ” Vieira (2008) aborda o desafio enfrentado pela comunidade internacional na busca de parâmetros para a proteção da diversidade cultural do patrimônio considerando o conceito de autenticidade. Soma-se a isto o fato de a qualificação de um sítio para a Lista de Patrimônio Mundial da UNESCO ser essencialmente atender as condições de autenticidade e integridade desde o final da década de 1970.

A lista é delimitada pelo conceito de “notório valor universal” compreendido como “ uma significação tão excepcional que transcenda as fronteiras nacionais e seja de importância tanto para o presente como para as futuras gerações, ou seja, para a humanidade. ” (VIEIRA, 2008 p:2). É baseado nessa ideia que o *Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention* (UNESCO, 2005) estabeleceu os critérios para avaliação dos patrimônios. Logo, a autenticidade do bem patrimonial se torna diretamente proporcional a sua contribuição única e inovadora à humanidade, considerando seus vários significados e transcendendo seu aspecto material. (JOKILEHTO, 2006).

No mesmo documento, a integridade é definida como uma dimensão de completude e intocabilidade do patrimônio em questão (UNESCO, 2005, tradução da autora). A integridade deve considerar os valores locais, para a análise dos processos de determinadas áreas, assim como, os aspectos espaciais, funcionais e de permanência ao longo do tempo. (JOKILEHTO, 2006 apud VIEIRA, 2008).

Antes de prosseguir a discussão, abre-se um parêntese para um esclarecimento quanto aos três conceitos adotados nesta pesquisa. Jokilehto (2002) denomina a **conservação** como as ações dispensadas a um bem, com o fim de manter a significação cultural. Implicam em diferentes ações, que podem envolver ou não a restauração ou qualquer intervenção de maior ou menor impacto. A **preservação** implica na manutenção do estado em que se encontra o bem, apenas tomando-se medidas que desacelerem o processo de degradação.

Enquanto a **restauração**, se considerado o conceito contemporâneo do restauro crítico articulado por Carbonara (2006) sobre o conceito de obra de arte estabelecido por Brandi, propõe a base fundamental do restauro não nas questões técnicas propriamente, mas partindo da ideia do reconhecimento de obra de arte e que a mesma é que condiciona o restauro e não o oposto.

Portanto, a dicotomia entre o “restaurar”, que implica em intervir, ou seja, em transformar, alterar o bem de maneira voluntária, mesmo que respaldada por fundamentações teóricas e pela legislação, se contrapõe ao conceito de “preservar”, que se limitaria originalmente à transmissão dos valores patrimoniais originais do bem através das gerações. Mas o que se configura como original?

Se desde a criação os valores foram se transformando, pode-se considerar como original aquilo que é apresentado e o modo como é apresentado. Por essa razão, a ideia da restauração é defendida na contemporaneidade por pensadores como o italiano Marco Dezzi Bardeschi como um dos últimos recursos diante da impossibilidade de superar a destruição através de ações menos invasivas para a conservação, que pode ser definida “(...) como uma ação da restauração que não aspira a introduzir mudanças perceptíveis no objeto restaurado. ” (CARSALADE, 2014, p. 335).

Se a transformação do bem cultural ou mesmo seu reconhecimento parte de uma decisão em um dado momento de preservar valores que devem ser perpetuados, a restauração deveria de forma análoga ser uma forma consciente de tornar esses valores úteis à sociedade atual ou

como CARSALADE (2014, p. 333) coloca “ (...) de recolocar o bem patrimonial no jogo do presente através da recuperação de suas próprias perdas, e é, sempre, um processo de ressignificação e daí uma recriação que se faz sobre a matéria que conseguiu sobreviver ao tempo”.

Uma das premissas da perpetuação de um bem cultural é sua função útil à sociedade. Nem sempre essa função se refere ao pragmatismo que muitas vezes lhe é atribuído, não raras vezes se limita ao simbólico, sem com isso diminuir sua relevância e seu papel social.

Substancialmente, a transformação da ideia de patrimônio e o trato através das medidas de conservação e restauração exposta nas Cartas Patrimoniais discutidas no tópico 1.3, demonstram uma visão mais flexível, a partir do estado imutável do bem para a manutenção das características essenciais, abrindo espaço dessa forma para a alteração ou adaptação do bem a uma nova realidade social e temporal.

Embora deva se atentar para o desafio da não imposição das razões práticas da adaptação do bem (funcionalidade, valorização econômica, acessibilidade, normas de segurança) sobre a “(...) sua consistência material e figurada, da sua história e estratificação, do estado de conservação e assim por diante” (CARBONARA, 2006, p. 2).

Essa adaptação que ocorre através da intervenção material e imaterial exige uma sensibilidade e habilidade em conciliar as instâncias históricas, estéticas e culturais e traduzi-las na sua temporalidade sob o risco de o bem ficar relegado ao esquecimento ou mesmo de reduzir o seu protagonismo histórico e artístico ao anonimato dos bastidores, caso em que a intervenção terá sido um desserviço.

Sejam quais forem os valores que serão eleitos como critérios, a responsabilidade de comunicar a imaterialidade através da materialidade torna a intervenção um instrumento que pode ser irremediavelmente destrutivo, caso a restauração não alcance a ressignificação necessária ao bem para ser absorvido pelo meio físico e social contemporâneo. Portanto, a Arquitetura, através da intervenção possui entre as várias responsabilidades, o papel de sensibilizar e estimular a contemplação dos monumentos “(...)despertando movimentos diversos no espírito e sentimentos do observador (CORBUSIER, 2004, p. 29).

Essa necessidade já foi identificada outrora e na busca por soluções que possam prever as questões conflituosas que certamente irão surgir em um cenário complexo como o da preservação do patrimônio, a Conservação Integrada que compõe o âmbito maior do

planejamento urbano intenta superar tais conflitos legais, sociais, técnicos, econômicos através da conciliação que busca a “colaboração e uma partilha equitativa dos resultados da intervenção” (LA MORA, 2002, p. 233). Desta forma, a Conservação Integrada propõe, entre outras medidas, a participação ativa da comunidade, dos agentes sociais, da Educação Patrimonial e do diálogo com os diversos atores envolvidos.

Dois grandes desafios na materialidade da restauração arquitetônica se sobressaem entre tantos. O primeiro se traduz no novo uso e o segundo nas transformações físicas de diferentes épocas que incorrem quase sempre em acréscimos e subtrações estruturais para as adaptações necessárias ao novo uso. Observa-se sempre a questão da tomada de decisões sobre a eleição dos valores, como colocado prodigiosamente por Riegl (2014) e exposto no Capítulo 1 deste trabalho. Para tanto outro desafio se destaca, a participação ativa da comunidade junto aos especialistas no processo de identificação e conservação desses valores.

No caso de edificações cujo usos permanecem atuais ou no caso das ruínas, onde o valor a ser conservado é o arqueológico, não há a princípio, grandes desafios. Entretanto a atribuição de usos que nunca foram exercidos pelo edifício pressupõe uma aposta no papel de resignificação do bem cultural, onde quanto maior for o uso das ferramentas fornecidas pela Conservação Integrada para aferição da maior quantidade de variáveis, sejam econômicas, culturais, sociais, políticas, maiores as chances de apropriação das ações interventivas pela sociedade moderna.

#### 4.1 INTERVENÇÕES ARQUITETÔNICAS NO SÉCULO XX - COEXISTÊNCIA ENTRE O PASSADO E O PRESENTE ATRAVÉS DE DIVERSAS ABORDAGENS

Com base nas explanações realizadas até o momento, é lúcido considerar o restauro arquitetônico como um dos responsáveis pela postura que irá assumir perante o bem cultural com base no conhecimento fornecido pelas diferentes áreas. Entretanto outras questões devem ser observadas nesse processo que garantirão a conservação dos valores patrimoniais do bem.

A comunicação transversal entre as áreas enriquecerá e fundamentará as ações projetuais assumidas pela Arquitetura, de modo que este trabalho não pretende argumentar sobre a irrefutável relevância das pesquisas arqueológicas, mas sobre as utilizações e tratamentos fornecidos aos dados arqueológicos no projeto de intervenção.

Não obstante a Arquitetura deva resolver os aspectos práticos da obra, sua ação deve transcendê-los na busca de promover o significado do passado, no presente. Por essa razão, o processo de concepção de um projeto arquitetônico deve ser idealizado considerando-se os aspectos artísticos, técnicos e as demandas sociais do contexto. É imbuído, portanto, de ícones e signos que refletem múltiplos significados representantes das ideologias influenciadoras. Sobre o processo arquitetônico, este envolve vários níveis, é particular, enquanto solução para um determinado problema imediato, e é também, parte e reflexo de uma atitude global do seu autor e através dele, do tempo em que vive (FERRO, 1968).

Por essa razão, este capítulo demonstrará diferentes ações e abordagens através de intervenções realizadas durante o século XX e início do século XXI organizadas nos exemplos de manutenção, reconstrução e restauração, com o intuito principal de destacar as distinções práticas e teóricas além das relações e dos estímulos ideológicos por trás da preservação do patrimônio arqueológico. Considerando-se o valor arqueológico das ruínas como testemunho da continuidade das culturas e como produto da ação humana e com o intuito de explorar as possibilidades de tratamentos desses vestígios na área da conservação.

#### 4.1.1 A preservação da ruína arqueológica

... o pitoresco é assim procurado na ruína, e supõe-se que consista na deterioração. Sendo que, mesmo buscado aí, trata-se apenas da sublimidade das fendas, ou fraturas, ou manchas, ou vegetação, que assimilam a arquitetura à obra da Natureza, e conferem a ela aquelas particularidades de cor e forma que são universalmente caras aos olhos dos homens. (RUSKIN, 1988, p. 77)

A abordagem interventiva que propõe a preservação da ruína impõe constantemente a questão do uso como desafio central, uma vez que a própria condição decorre quase sempre da subtração da função. A intervenção de uma ruína tal qual foi evidenciada, é valorizada na estética pitoresca e não intenciona o resgate do valor artístico já perdido. Como colocado por Brandi (2004), na obra de arte em ruína, o valor artístico original se encontra em decadência, no entanto, um “novo” valor artístico é formado na maioria das vezes, em um estado mais interessante que o original.

Logo, ao optar pela intervenção mínima ou não intervenção na ruína, está se assumindo a preservação dos valores histórico, arqueológico, “de ancianidade e rememoração”, esses últimos definidos por Riegl (2014), já discutidos no Capítulo 1. Nesse caso, este tópico trata de intervenções que propõem a conservação através da consolidação e/ou estabilização das ruínas em conjunto com inserções mínimas contemporâneas.

Partir da noção do valor de rememoração, da qual a ruína no estado original é portadora, induz à intervenção por vias mais cuidadosas, onde, diferente da reconstrução ou mesmo da restauração, é possível se preservar a originalidade “no corpo da ruína, onde o passado está presente nos vestígios, mas não está mais acessível, o que faz da ruína um desencadeante especialmente poderoso da nostalgia” (HUYSSSEN, 2006, p. 91)<sup>21</sup>.

A discussão quanto à preservação da ruína levanta uma questão central. Que indicadores caracterizam uma ruína? Esta problemática foi colocada por teóricos como Riegl, Giovannoni, Pane e Brandi, que buscaram elementos de identificação da ruína implicando em aspectos como

---

<sup>21</sup> Retirado do texto de Huyssen, A. A Nostalgia da Ruína apareceu pela primeira vez sob o título “Nostalgia for ruins” na revista *Grey room* 28, primavera 2006.

o grau de descaracterização do edifício, a condição de uso e idade, a antiguidade e causas do processo de arruinamento (antrópicos ou naturais). A partir dessas análises é possível a reflexão sobre a preservação.

Para o crítico de arte Andreas Huyssen (2014), a relação com a ruína na contemporaneidade está corrompida pelo Capitalismo avançado que não lida bem com o envelhecimento. O autor se fundamentou nas análises realizadas de dez obras de artistas pelo mundo ligadas pela relação com memórias históricas traumáticas (Holocausto, II Guerra Mundial, Guerra Fria, Ditadura na América Latina e Genocídio), onde foi constatada a resistência em manter a ideia original de ruína relacionada com a nostalgia e com a capacidade de rememorar possibilitada pela condição de decadência material.

Esta realidade se torna mais contundente ainda quando a ruína em questão se encontra no meio urbano, neste caso a experiência demonstrou a urgência em uma transformação contemporânea, que ganha um tom mais grave. Huyssen assume que se tal estado fosse valorizado na contemporaneidade, as ruínas passariam a ser mais conservadas em sua originalidade através de suaves intervenções de manutenção e adaptação que a habilitassem à visitação e não mais relegadas a um limbo temporal, que não é passado nem presente.

Quando o uso original, não mais é pertinente aos tempos atuais, a função social se sobressai através do testemunho vivo representado pela ruína. Essas situações têm sido apresentadas frequentemente e algumas serão expostas a seguir como no caso do Complexo Cultural da Cultura Sérdica, do Cais do Valongo, da Igreja de São Frei Pedro Gonçalves, da Ruína da Estação Central de Berna.

O atual Complexo de Comunicação da Cultura Serdica em Sofia na Bulgária, fazem parte de um projeto de conservação que integrou as ruínas e demais artefatos evidenciados durante uma obra de construção do metrô no centro da cidade. A maior parte dos remanescentes arquitetônicos que envolvem vias pavimentadas, edifícios, banhos públicos e uma basílica cristã pertencem à cidade romana de Ulpia Serdica, existente desde a ocupação do século I a.C. até a destruição pelos Hunos no século V.<sup>22</sup>

---

<sup>22</sup> Referências disponíveis em:

<http://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2011/08/a-capital-bulgara-descobre-seu-alter-ego-romano.html> e  
<https://www.novinite.com/articles/130179/Bulgarian+Archaeologists+Uncover+Christian+Complex+during+Sofia+Metro+Construction>

O projeto de conservação integrou o sítio arqueológico ao espaço contemporâneo de Sofia, com a preservação das ruínas e a exposição das estruturas e artefatos com tratamento museológico (Figuras 8 e 9).

**Figura 8:** Ruínas – Complexo de comunicação da Cultura Sérvia.



Fonte: Scott Joseph Allen, 2019.

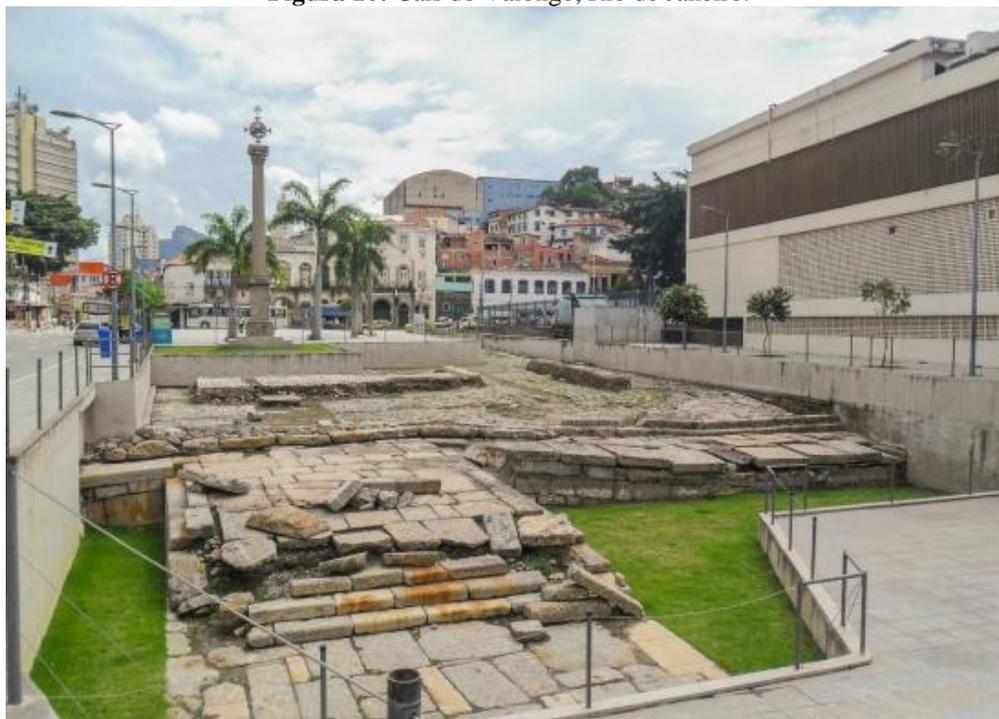
**Figura 9:** Ruínas – Complexo de comunicação da Cultura Sérvia.



Fonte: Scott Joseph Allen, 2019.

O Cais do Valongo (Figura 10) localiza-se na cidade do Rio de Janeiro. Foi evidenciado durante o acompanhamento das obras de modernização da região do Porto da cidade, projeto conhecido como “Porto Maravilha”. O Cais foi considerado o principal porto de entrada dos africanos escravizados no Brasil entre 1811 e 1843. Sobre ele foi construído o Cais da Imperatriz, para receber a futura imperatriz Teresa Cristina, que chegava para se casar com D. Pedro II.

**Figura 10:** Cais do Valongo, Rio de Janeiro.



Fonte: Autora, 2019.

Durante as escavações iniciadas em 2011, coordenadas pela arqueóloga Tânia Andrade Lima, foram evidenciados diversos objetos de cunho religioso, simpático, adornos, utilitários produzidos pelas culturas de matriz africana. Em vídeo<sup>23</sup> produzido pela Organização das Nações Unidas (ONU), intitulado “Cais do Valongo: ponto de partida para o Circuito da Herança Africana no Rio” (ONU Brasil, 2014)<sup>7</sup>, a arqueóloga Tânia A. Lima afirma:

[...] foi encontrada uma copiosa cultura material tanto das classes dominantes, quanto dos africanos escravizados, que passaram por ali eventualmente, ficaram por ali durante um tempo, outros se radicaram ali por muito tempo.

---

<sup>23</sup> ONU BRASIL (2014), “Cais do Valongo: ponto de partida para o circuito da Herança Africana no Rio”. Disponível em: <http://nacoesunidas.org/cais-do-valongo-ponto-de-partida-para-o-circuito-da-heranca-africana-no-rio/>. Acesso em 17/01/2019.

De tal forma que a área ficou impregnada de uma negritude muito grande e que foi de tal forma reconhecida por Heitor dos Prazeres, em 1922, que a batizou como a Pequena África. Com a recuperação agora do Cais do Valongo, o que nós pretendemos é que, antes de varrer para debaixo do tapete as nossas vergonhas ao longo de nossa história, é preciso trazê-las de volta e apreender novas formas de conviver com essa realidade tão dura (ONU BRASIL, 2014).

O acervo arqueológico evidenciado proporcionou a aproximação de um período histórico de escravidão essencial para a construção da identidade histórica não apenas do Rio de Janeiro ou do Brasil, mas da humanidade. De acordo com Carneiro (2015), tornou-se um dos símbolos da Diáspora Africana, sendo absorvido na contemporaneidade pelo movimento negro e lideranças religiosas, que buscam manter o caráter de sacralidade, promovendo rituais como a “lavagem do Cais do Valongo”.

Confirmado desta forma pelas interpretações arqueológicas auxiliadas por líderes religiosos de matriz africana, o sítio é percebido como uma unidade religiosa. Entretanto, a interpretação dada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro se distinguiu desta, provavelmente para subsidiar o projeto urbanístico do “Porto Maravilha” e compreendeu que cada lugar do sítio possui um significado único reproduzido da vida dos africanos e seus descendentes na região portuária.

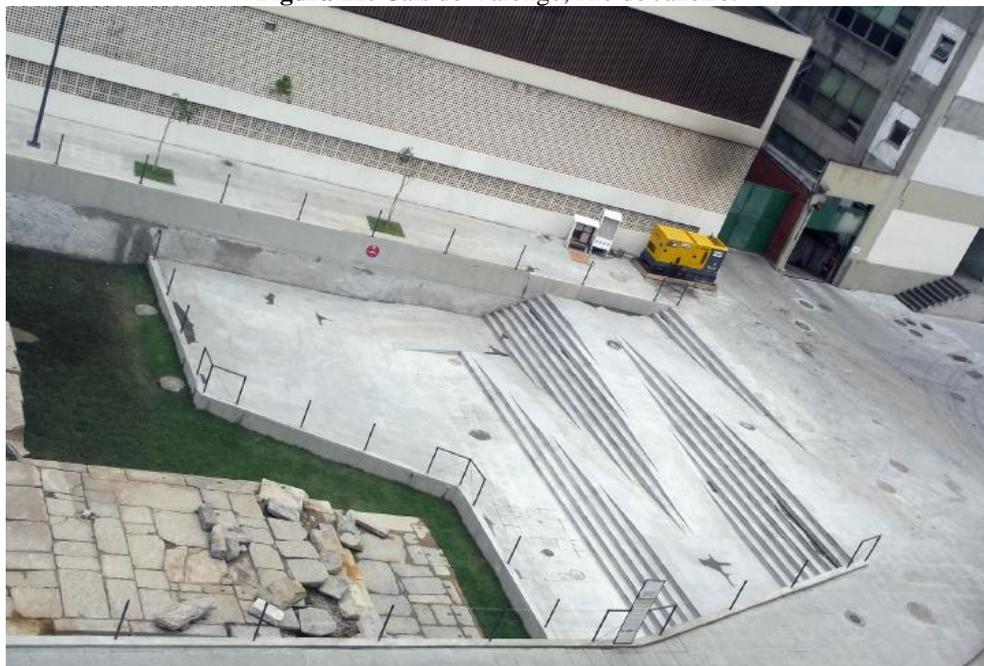
O Cais do Valongo e da Imperatriz representa a chegada ao Brasil. O Cemitério dos Pretos Novos mostra o tratamento indigno dado aos restos mortais dos povos trazidos do continente africano. O Largo do Depósito era área de venda de escravos. O Jardim do Valongo simboliza a história oficial que buscou apagar traços do tráfico negreiro. Ao seu redor, havia casas de engorda e um vasto comércio de itens relacionados à escravidão. A Pedra do Sal era ponto de resistência, celebração e encontro. E, finalmente, a antiga escola da Freguesia de Santa Rita, o Centro Cultural José Bonifácio, grande centro de referência da cultura negra, remete à educação e à cultura como instrumentos de libertação em nossos dias. Esses marcos receberão sinalização oficial de ponto do Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana e atenção especial do Programa Porto Maravilha Cultural. O Grupo de Trabalho do Circuito estabeleceu, além da sinalização, ações para ampliar o conhecimento desta parte da história da Diáspora Africana. A proposta prevê visitas guiadas, publicações e atividades de divulgação (Porto Maravilha, 2012.)<sup>24</sup>

---

<sup>24</sup> PORTO MARAVILHA. “Circuito da Celebração da Herança Africana”. Notícias, 14 set. 2012. Disponível em: <http://portomaravilha.com.br/noticiasdetalhe/4097>. Acesso em 17/01/2019.

Ainda segundo Carneiro (2015), o museu a céu aberto, que teria sido concebido inicialmente como um memorial que exibiria objetos arqueológicos escavados que poderiam expor uma materialidade sensível à escravidão, sofreu uma intervenção, onde escadas, rampas de acesso e um ponto de observação foram construídos (Figura 11), proporcionando um local de reflexão para os visitantes (LIMA, 2016).

**Figura 11:** Cais do Valongo, Rio de Janeiro.



Fonte: Tânia Andrade Lima, 2016.

A intervenção contemporânea buscou atribuir à ruína o valor simbólico, social e político relativo a um período histórico traumático e de extrema relevância para a população afrodescendente do Brasil. Segundo Lima (2013) as sociedades arbitram sobre os que lhe é preferível lembrar ou esquecer, o problema se encontra no fato de que na maior parte das vezes essa representação social não inclui os que estão à margem, cabendo no presente um resgate dessa dívida por parte dos pesquisadores envolvidos no processo da nova narrativa histórica.

No caso do Cais do Valongo houve um intenso trabalho de participação social fomentado pela equipe de Arqueologia, muito embora que, pela mesma equipe, houve a constatação de que após algum tempo passado, as ruínas do Cais foram “trazidas à luz”, mas a grande comunidade afrodescendente não se apropriou delas. A interpretação realizada por Lima

(2013, p. 202) “...é a repulsa pela esmagadora maioria da comunidade afrodescendente à sua associação com a escravidão”.

A transformação das ruínas do Cais em um memorial terminou por impor essas lembranças através da preservação do sítio. As intervenções modernas de acessibilidade, isolaram o sítio arqueológico com guarda-corpo e acentuação de desnível, no intuito de preservar a materialidade, impedindo através da “sacralização” das ruínas, a integração às novas manifestações que caracterizam a comunidade atual.

As barreiras físicas se tornaram um obstáculo à realização de inúmeras outras atividades de socialização e de celebração de segmentos do Movimento Negro, que passaram a ser realizadas inicialmente no local, como, por exemplo, rodas de capoeira, exposições, comemorações. Uma possibilidade para a ressignificação de um local com a materialidade associada ao flagelo, ao sofrimento passado, que reverbera até o tempo presente.

Outro caso selecionado para discussão quanto ao trato das ruínas arqueológicas nessa pesquisa se encontra na Igreja de São Frei Pedro Gonçalves (Figura 12), na cidade de João Pessoa, na Paraíba. De acordo com o arquiteto Cláudio Nogueira<sup>25</sup>, os trabalhos de recuperação do Largo de São Frei Pedro Gonçalves (a igreja, o casario e o Hotel Globo) foram impulsionados pelo estado de arruinamento da cobertura da igreja e, portanto, tinham como objetivo prático a intervenção. A igreja foi objeto de prospecções arqueológicas de 1998 a 2002, simultaneamente aos trabalhos de recuperação da fachada arquitetônica.

Durante as prospecções, foram evidenciados alguns artefatos arqueológicos, como um mapa de 1692, com a indicação de uma capela edificada no local da igreja e uma moeda de D. Maria e D. João III, de 1778. Esses objetos comprovaram a antiguidade dos alicerces da capela, em cantaria, evidenciados durante as escavações. Além dos alicerces, foram evidenciadas as escadarias da primeira igreja, construída por volta do final do século XVIII e a ampliação da primeira igreja, que caracterizam a estrutura atual, além dos materiais arqueológicos, como os materiais construtivos anteriores, moedas, louças, faianças etc (Figura 13).

---

<sup>25</sup> Reportagem disponível em: <<<http://www.artestudiorrevista.com.br/historia/14/sob-as-bencao-de-sao-frei-pedro-goncalves.html>>>. Acesso em 05/03/18.

**Figura 12:** Guarda-corpo de proteção das estruturas arqueológicas no interior da Igreja São Frei Pedro Gonçalves.



. Fonte: Autora, 2015.

A ruína nesse caso é preservada como uma “janela do tempo”, ressaltando-se o aspecto documental. Aborda a sua preservação em seu *status quo*, onde a intenção não é resgatar o aspecto original, mas o valor adquirido pela passagem do tempo. Portanto, as intervenções em casos como esses estão relacionadas à preservação e comunicação dos valores histórico e arqueológico no presente.

A localização da ruína evidenciada se encontra na nave central do edifício, local de grande fluxo de pessoas relacionadas às atividades comuns ao templo, tais como celebrações de casamentos, batismos, missas e outras cerimônias, além da função turística. A solução encontrada para a preservação das estruturas arqueológicas localizadas na nave central da igreja foi a de envolvê-las com guarda-corpo de vidro circundante partindo do piso.

Criou-se desta forma um obstáculo para o uso moderno da igreja, subtraindo a fluidez da nave central, um espaço historicamente utilizado para circulação e agenciamento interno do edifício, quando uma solução mais harmônica que respeitaria a coexistência das diferentes fases do edifício consistiria na simples inserção de um piso de vidro temperado, utilizado em várias obras em situações similares por todo o mundo.

A instância histórica que se pretende preservar na materialidade da ruína arqueológica, não se refere somente ao momento de criação da obra, mas ao presente (que se desloca continuamente) onde se reconhecem os valores desse bem. Antes é necessário compreender a condição da ruína para direcionar a intervenção, nesse caso a ruína não pertence a um bem que se absteve de sua função, mas foi produto de um processo histórico, técnico-construtivo, comum aos edifícios de longa existência. O valor documental pode ser preservado por entrar em conflito com a existência atual.

O que se observou neste caso emblemático é um tipo de sacralização indiscriminada do passado, sobrepondo-o ao presente. Portanto a intervenção talvez tenha possuído a intenção de atrair a atenção dos turistas comuns no Centro Histórico de João Pessoa, mas não observou a renovação funcional de elementos internos exposto na Carta de Restauro (1972), na introdução de funções que deformam excessivamente o equilíbrio do edifício. Destaca-se também a relação entre a conservação e a função dos edifícios:

A conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação útil a sociedade; tal destinação é, portanto, desejável, mas não pode nem deve alterar a disposição ou decoração dos edifícios. É somente dentro desses limites que se devem conceber e se podem autorizar as modificações exigidas pelos usos e costumes (CARTA DE VENEZA, 1964, p. 1).

Distinguindo-se de uma “janela do tempo” em um contexto sagrado, como o caso discutido acima, o testemunho material da cidade fortificada do Período Medieval em Berna, na Suíça, se configurou na preservação das ruínas expostas na Estação Central (Figura 14).

**Figura 13:** Seção da ruína da cidade fortificada de Berna com tratamento museológico - Bahnhof (Estação Central).



Fonte: Autora, 2018.

A ruína recebeu tratamento museológico com redoma de vidro temperado, iluminação e informações aos transeuntes. Uma vez impossibilitado o resgate da unidade original, resta o enaltecimento do aspecto de ruína, remetendo através de si um elo com o passado.

Algumas vezes, entretanto, a solução de preservar uma ruína sem o resgate do aspecto integral original não se apresenta suficiente para a conservação dos valores que se pretendem conservar. Logo, um leque de possibilidades se apresenta, entre elas a reconstrução.

#### 4.1.2 A reconstrução

Há também situações onde a decisão acaba sendo a reconstrução, a partir das estruturas remanescentes em ruínas. Os esclarecimentos quanto às reconstruções se fazem necessários nessa pesquisa para delimitar o distanciamento da prática restaurativa, como uma outra categoria de intervenção guiada por motivações e realidades distintas considerada em não raras ocasiões como uma solução não só aceita, como necessária, como será mostrado adiante. A reconstrução foi bastante reproduzida no panorama europeu do pós-guerra, embora uma cultura de reconstrução tenha sido praticada amplamente na Alemanha no início do século XX, quando o movimento de reconstrução foi influenciado em grande parte pelas raízes clássicas através das descobertas arqueológicas. Neste contexto, a Arqueologia se estabelecia cada vez mais como disciplina científica, mas seu papel consistia na contribuição para a legitimação cultural e política buscadas pelo país, como afirma Souza:

[...]O jovem império alemão precisava de legitimação cultural e política. A pesquisa arqueológica e os museus se encarregaram de contribuir para que este objetivo fosse atingido: três anos depois da fundação do Reich, o Instituto Arqueológico Alemão obteria o *status* de instituição do império (2009, p. 2).

Não raros foram os casos de bens arruinados que foram alvo de debates acerca das medidas de recuperação da memória e do preenchimento dos vazios deixados. Para citar um exemplo, a polêmica reconstrução integral do *BerliNschloss* (Castelo de Berlim), aprovada em 2002 pelo *Bundestag* (Parlamento Alemão) com maioria absoluta por deputados de todas as bancadas, se justificou nesse contexto, pela busca da recriação da história e da memória, através da reconstrução da Ilha de *Spre*, de acordo com o plano histórico da cidade.

Segundo Bacelar, “Esta prática tem o potencial de cicatrizar feridas da memória coletiva, pois serve como instrumento de constituição dos cenários vitais para a população” (2015, p. 134). Nesse caso, não era a permanência a discussão, mas o resgate histórico necessário ao período anterior às guerras. Era a forma de superar uma tragédia histórica, ao mesmo tempo em que era necessário lembrá-la. A Carta de Burra justifica:

A reconstrução deve ser efetivada quando constituir condição *sine qua non* de sobrevivência de um bem cuja integridade tenha sido comprometida por desgastes ou modificações, ou quando possibilite restabelecer ao conjunto de um bem uma significação cultural perdida (1980, p. 4).

A Carta de Burra também define a **reconstrução** como “o reestabelecimento com o máximo de exatidão a um estado anteriormente conhecido, porém com o acréscimo de materiais diferentes, sejam novos ou antigos, com o propósito de documentar a ação” (ICOMOS, 1980, p. 1).

Em outro caso de reconstrução, materializado no projeto de reconstrução do Parlamento (Figuras 15 e 16), proposto pelo arquiteto inglês Norman Foster, observou-se a adoção de inovações modernas, como por exemplo, a cúpula em aço e vidro, que proporciona eficiência energética através da iluminação e da ventilação natural do interior do edifício, além de se assemelhar em termos formais com a cúpula original.

Através da reconstrução de uma materialidade original destruída, é necessário e recomendado assim como na restauração, a adaptação do bem às necessidades práticas e simbólicas contemporâneas. No campo ideológico, as ações convergem para o mesmo fim, embora as razões, os valores que fundamentaram a conservação do bem, tenham sido distintos.

**Figura 14:** Castelo de Berlim após a Reconstrução, Alemanha.



Fonte: © Berlin Palace–Humboldt Forum Foundation/Franco Stella, 2016.

**Figura 15:** Castelo de Berlim antes da Reconstrução em 1898, Alemanha.



Fonte: © akg-images, 2016.

Outro exemplo de reconstrução que tomou proporções internacionais foi a *Frauenkirche*, em Dresden, cidade localizada às margens do rio Elba. O movimento da reconstrução ocorreu logo após a integração dos cinco estados da Alemanha Oriental (Brandemburgo, Mecklemburgo-Pomerânia Ocidental, Saxônia, Saxônia-Anhalt e Turíngia) à República Federal da Alemanha, em 3 de outubro de 1990.

Apesar da fundação da igreja remontar ao século XI, foi no início do século XIII que o templo se tornou muito pequeno para acolher a quantidade de fiéis. A cúpula de arenito era referida como o *Steine Glocke* (o sino de pedra) que marcava o *skyline* da cidade e era uma referência de arquitetura em toda a Europa. Por mais de quarenta anos, as ruínas expostas remetiam os habitantes da cidade à destruição causada pela Segunda Guerra Mundial, tornando-se um símbolo para o Movimento de Libertação para a Alemanha Oriental em 1982.

As obras da *Frauenkirche* foram iniciadas em 1992, quando as ruínas foram reforçadas e se iniciaram as pesquisas arqueológicas no sítio. A pesquisa se aprofundou no estudo fotogramétrico das ruínas, além da análise das peças originais resgatadas dos escombros. Para o dimensionamento da cúpula foram utilizadas fotos históricas, analisadas fotogrametricamente (Figuras 17 e 18).

**Figura 16:** Fraüenkirche, Dresden, Alemanha, no início de sua Reconstrução.



Fonte: A. Hummel, 1994.

**Figura 17:** Fraüenkirche, Dresden, Alemanha após a Reconstrução.



Fonte: Rodrigo Baeta e Juliana Nery, 2007.

A reconstrução durou onze anos (1994- 2005) alegando-se como partido de intervenção que a contemporaneidade da ação de reconstrução se deu no desenvolvimento das técnicas construtivas, utilizando-se de todo o estágio de conhecimento da tecnologia disponível neste campo (SOUZA, 2009).

Este seria o campo de contato entre as matérias nova e original às quais agora se integram, em um contexto diferenciado daquele anterior à destruição da igreja. E ainda que embora a matéria original, representada pelas ruínas e blocos de pedra remanescentes, esteja presente em escala muito menor, destaca-se através da diferenciação de cor com a matéria nova. Há, portanto, uma identificação marcante das partes originais e novas, denotando a ação da reconstrução.

De forma geral, a reconstrução da *Fraienkirche* foi justificada por alguns como um símbolo do desejo de unificação da Alemanha e superação de um período de guerras e destruição. Para outros, as razões para a reconstrução estavam mais relacionadas ao cunho econômico, contudo, seja qual tiver sido o propulsor da comoção, o fato é que dentro do campo científico da restauração e conservação de monumentos, a reconstrução da *Fraienkirche* foi um marco no panorama das intervenções contemporâneas, que revela uma tendência prática e metodológica.

Tratando do que se entende hoje como um exemplo de reconstrução, cita-se a *Kölner Dom* (Catedral de Colônia) na Alemanha, baseada na hipótese idealizada do projeto original. A construção da catedral foi iniciada no século XIII e passou por várias interrupções, até chegar no século XIX em estado incompleto. A partir de uma inspeção realizada em 1811, a situação da catedral foi diagnosticada como alarmante e a possibilidade de uma reconstrução começa a ser discutida.

A intervenção se justificaria, pela Catedral de Colônia ser o maior monumento Gótico existente concluído fora do período original, pois segundo Souza (2009), este estilo sintetizou naquele momento o valor de toda uma cultura, que através dele materializou-se. O projeto de intervenção baseou-se nos desenhos originais do período Medieval, localizados nos arquivos de Colônia, Paris e Viena (Figura 19).

**Figura 18:** Catedral de Colônia, Alemanha.



Fonte: Ursula Fugmann, 2007.

Os exemplos de reconstrução reafirmam a possibilidade de numerosas e distintas motivações na busca pela preservação dos valores patrimoniais que flutuam na materialidade e imaterialidade do bem. A reinvenção desses valores através de uma produção contemporânea respaldada por não lúgubres justificativas, são capazes de reavivar o que já havia sido perdido ou tragicamente modificado no âmbito físico.

No Brasil pode-se vivenciar um caso emblemático de reconstrução através do antigo Hotel Pilão, em Ouro Preto – MG, do qual restaram apenas as ruínas após um incêndio ocorrido no ano de 2003. Esta intervenção foi amplamente discutida entre a proprietária, a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), a Prefeitura de Ouro Preto e o IPHAN, através de solicitação do Ministério Público.

Esta notoriedade se deveu a diversos fatores, como o edifício estar localizado na Praça Tiradentes, compondo junto aos outros edifícios o acervo paisagístico, histórico e estético colonial da cidade de Ouro Preto, cuja relevância se justifica por diversas razões, como percussora no debate sobre preservação no Brasil em decorrência do Movimento Modernista da década de 1930; por ser a primeira cidade brasileira a ser declarada Patrimônio Mundial pela

UNESCO em 1980 e em 1986 a cidade também foi inscrita nos livros do Tombo Histórico<sup>26</sup> e no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico<sup>27</sup> e até os dias atuais é alvo de debates patrimoniais.

O edifício após a reconstrução passou a abrigar um novo uso, o SESI Ouro Preto - Centro Cultural e Turístico do Sistema FIEMG (Figura 20). A reconstrução se caracterizou pela reprodução da fachada do período colonial, como uma forma de restaurar a paisagem da Praça Tiradentes anterior ao incêndio. De forma que a análise realizada por Silva (2011) está correta, quando atenta para o fato de que a reconstrução da parte externa está de acordo com a recomendação já exposta acima da Carta de Burra “A reconstrução deve ser efetivada quando (...) possibilite restabelecer ao conjunto de um bem uma significação cultural perdida”.

**Figura 19:** Parte externa reconstruída, atual SESI Ouro Preto.



Fonte: Stela Barthel, 2014.

Logo, o edifício foi tratado como “uma parte” e a Praça Tiradentes, como “o todo” que havia sido perdido, com a lacuna deixada pelo edifício incendiado, aludindo-se à questão da eleição dos valores a serem preservados colocada por Riegl (2014), que direciona as escolhas das ações conservativas e interventivas. Neste caso, o conjunto arquitetônico que compunha o

<sup>26</sup> Volume 1, folha 098, inscrição 512, data 15/09/1986.

<sup>27</sup> Folha 47, inscrição 098, data 15/09/1986.

Centro Histórico de Ouro Preto, da Praça Tiradentes e entorno, justificou a reconstrução do exterior do edifício e se sobrepôs como o bem a ser restaurado pelas razões especificadas acima, em relação ao edifício de forma isolada, visto como uma parte.

Embora existam de forma irrefutável os valores atribuídos à memória coletiva como referencial geográfico e espacial de localização (SILVA, 2011), no interior do edifício, o que predominou esteticamente foi a exposição das estruturas originais arruinadas pelo incêndio, mantidas em seu interior como testemunho da pré-existência do edifício, entretanto seguiram um padrão de espetacularização, isoladas sem integração ao edifício em sua nova função. As novas inserções no projeto de intervenção são as passarelas, guarda-corpos em ferro e vidro e forros de gesso, que buscaram adaptar o edifício arruinado às necessidades funcionais do novo uso contemporâneo (Figura 20). Entretanto, não se observa uma integração da ruína de fato ao projeto, mas uma exposição de partes sem uma leitura histórica da pré-existência do edifício.

Considerando os distintos exemplos expostos nesse capítulo, foi possível identificar dentro da reconstrução uma diversidade de motivações, posturas e abordagens que ora se respaldam em justificativas de permanência dos valores patrimoniais do edifício e ora deturpam seu significado simbólico com soluções que simulam uma preocupação com a preservação do edifício.

**Figura 20:** Interior do SESI Ouro Preto - MG.



Fonte: [www7.fiemg.com.br/sesi/centro-de-cultura/ouro-preto](http://www7.fiemg.com.br/sesi/centro-de-cultura/ouro-preto), 2020.

Os exemplos expostos neste capítulo demonstraram reconstruções respaldadas por diversas e distintas justificativas relativas, sobretudo, a rememoração do bem, contudo, é uma

prática que segue polêmica desde sua origem disciplinar dentro do campo da conservação, uma vez que a prática tem o potencial de falsear a história e a materialidade.

Ainda hoje no âmbito da conservação se segue a máxima colocada pelo arqueólogo e historiador de arte Adolphe Didron de que “para monumentos antigos, é melhor consolidar do que consertar, é melhor consertar do que restaurar, é melhor restaurar do que reconstruir” (apud JOKILEHTO, 1998, p. 271), mas é possível que se apresentem situações em que seja melhor reconstruir do que perder o direito a rememoração.

#### **4.1.3 A coexistência entre os vestígios de diferentes períodos na restauração arquitetônica**

A Restauração está longe de ser uma prática homogênea, mas apesar das Cartas Patrimoniais buscarem nortear através de princípios e diretrizes, como exposto no Tópico 1.3, as ações praticadas nas intervenções em edificações históricas, o que se tem observado, ao longo do século XX, é uma enorme variação dessas práticas, seguindo-se uma tendência conceitual na contemporaneidade, de forma geral, sob a influência das ideias de teóricos como Gustavo Giovannoni (1932), Alois Riegl (2014) e Cesare Brandi (2004).

As intervenções, segundo críticas como a de Carsalade (2014) têm seguido a polaridade imagem-matéria, estilística ou histórica do bem cultural. A problemática observada nessa perspectiva limitadora se pauta pelo caráter complexo da Arquitetura, que transcende muito além essa polarização e que parece relevar a compreensão da espacialidade, que é o que distingue o objeto arquitetônico de outras formas de expressão artística.

É o espaço que preenchido, se articula entre as dimensões social e estrutural e também determina usos específicos a cada edificação, ou seja, partindo-se das dimensões que compõem a arquitetura formuladas por Vitruvio, arquiteto romano do século I, como *firmitas* (técnica construtiva), *venustas* (plástica/simbologia) e *utilitas* (uso) não há como intervir apenas na dimensão material sem intervir na dimensão imaterial do edifício.

Uma vez que o restauro é uma obra de arquitetura, portanto, deve propor a criação de “(...) lugares que possibilitam a existência e a ocorrência da vida dos homens” (CARSADALE, 2014, p. 429), reforçando a ideia de que a preservação desses lugares aponta para uma série de

campos correlatos, tais como os da preservação ambiental (incluindo-se os contextos urbanos) ou da Arqueologia.

Dentre tantos desdobramentos, a partir da complexidade do bem cultural arquitetônico, as ações interventivas vão desde falsos-históricos aos vaidosos restauros críticos-criativos. A intenção neste capítulo é apresentar algumas práticas, com o fim de aproximar o campo arqueológico das possibilidades interventivas arquitetônicas, observando se o artefato é como o próprio edifício e o contexto direto, em que o restauro, através da coexistência entre os testemunhos de diferentes períodos reproduziu a melhor opção de preservação do bem cultural.

Segue como exemplo, a restauração da ruína da Igreja de São Kolumba (atual Kolumba Museum), também bombardeada durante a Segunda Guerra Mundial. Foi projeto do arquiteto suíço Peter Zumthor, em 2007 (Figura 22). O museu foi criado para agregar e preservar o acervo da Sociedade Cristã, fundada em 1853.

O projeto de intervenção preservou além das ruínas em estilo Gótico, a capela em formato hexagonal, construída em 1950, por Gottfried Böhm, chamada de “Madonna in Ruins”, cuja imagem sobreviveu intacta aos bombardeios. A igreja é de origem Românica e foi ampliada posteriormente em estilo Gótico. De acordo com as prospecções realizadas durante a década de 1970, o local também abriga ruínas de residências romanas e construções preservadas, que foram integradas na funcionalidade de acervo permanente do museu, de forma a agregar valores como o valor histórico e o valor arqueológico.

**Figura 21:** Kolumba Museum: antigo altar mor remanescentes do período romano.



Fonte: José Fernando Vasquez, s/d.

A restauração se caracterizou principalmente pela união entre os elementos arquitetônicos (considerando-se os remanescentes já revelados antes da escavação arqueológica) e arqueológicos, integração de vestígios de diversos períodos coexistindo em harmonia, revelando partes com narrativas distintas em um projeto único e coeso. Uma vez que, com o restauro, a gestão da permanência e da mudança são validadas sob o ponto de vista da preservação, é possível o vislumbre da sustentabilidade cultural, uma vez que “sem vida e sem interatividade social, os edifícios se deterioram e são como corpos sem alma” (CARSALADE, 2014, p. 503).

Observa-se a utilização de novas relações formais, através da inserção de elementos contemporâneos, utilizando-se do mimetismo para alcançar a harmonia do conjunto, no alcance da leitura do edifício em uma unidade. Os extratos arqueológicos preservados no projeto de restauração compartilham o protagonismo com os novos elementos, resultando em um novo e único bem cultural.

Segundo as diretrizes e recomendações internacionais, a restauração deve revelar através dos materiais o período ao qual pertencem, a fim de evitar um falso histórico. O edifício restaurado deverá falar por si só. A adaptação ao período contemporâneo ao restauro deve considerar o novo uso com instalações, de modo a permitir o ótimo funcionamento do edifício,

pois o uso oferece a possibilidade de sustentabilidade do bem, sendo um dos princípios da conservação.

No contexto brasileiro, seguidos casos interventivos obtiveram notoriedade pela qualidade dos resultados e fidelidade às recomendações do Restauro contemporâneo. O Santuário do Caraça, em Minas Gerais (Figuras 23 e 24), tem origem no século XVIII, originalmente como uma Ermida, para uso dos eremitães e dos peregrinos que subiam a Serra do Caraça e posteriormente como Colégio, internato e biblioteca de referência no período imperial. Em 1968 o edifício onde funcionava o colégio sofreu um incêndio. A restauração consistiu na busca “(...) da "Unidade Potencial" sem falsificações ou perda dos múltiplos extratos acrescentados ao longo dos anos” (ABREU, 2001, p. 1).

**Figura 22:** Edifício do Museu e biblioteca do Complexo Santuário do Caraça, MG.



Fonte: <https://www.santuariodocaraca.com.br/>

**Figura 23:** Interior do Museu onde estão expostos os objetos relacionados a sua história.



Fonte: <https://www.santuariodocaraca.com.br/>

A atual Pinacoteca do Estado de São Paulo se tornou uma referência pela incorporação dos extratos arqueológicos ao projeto do novo edifício, considerando-se os valores de harmonia, autenticidade, reversibilidade e uso (Figura 24).

**Figura 24:** Pátio interno da Pinacoteca de São Paulo.



Fonte: Autora, 2007.

Esta intervenção partiu do estado de arruinamento do antigo edifício do Liceu de Artes e Ofícios, construído entre 1897 e 1900. A criação de um museu, no interior do Liceu, acabou por alterar a sua aparência. Concebida, a princípio, para ser uma galeria, a Pinacoteca foi fundada pelo poeta Freitas Valle, pelo político Sampaio Vianna, pelo engenheiro Adolpho Pinto e por Ramos de Azevêdo, que dirigiu o Liceu e a Pinacoteca de 1905 a 1921. O edifício passou por um incêndio em 1930 e serviu para o aquartelamento nas revoltas políticas de 1930 e na Revolução Constitucionalista de 1932.

O projeto de intervenção teve início em 1993, pelo arquiteto Paulo Mendes da Rocha, juntamente com os arquitetos Eduardo Colonelli e Welliton Torres. A inserção de sistemas de ordem técnica e funcional se realizaram através de novos elementos em materiais metálicos e vidro, necessários ao uso contemporâneo do edifício, que permitem uma leitura autêntica do bem sem interferir na unidade arquitetônica conceitual. Segundo Paulo Mendes da Rocha apud Müller (2000, p. 5) "...não simplesmente restaurar, mas também criar novos desenhos que abriguem, amparem e expressem hábitos urbanos contemporâneos, do tempo que vivemos".

Partindo-se da premissa de que o patrimônio deverá dialogar e contribuir para o entendimento da formação histórica e cultural refletida na sociedade contemporânea, cita-se o caso da Estância<sup>28</sup>, localizada na cidade de Córdoba, na Argentina, utilizada como residência jesuíta no século XVII (Figura 25).

**Figura 25:** O complexo do museu em vista aérea.



Fonte: <https://ayudahispano-3000.blogspot.com/2017>.

<sup>28</sup> Exemplo retirado do estudo de caso presente em: MELLO, Janaina Cardoso. "Arqueologia e Musealização *in Situ*: Das Pedras Às Pessoas." *Horizonte de la Ciencia* 5.9 27. Web.

O edifício atualmente abriga o *Museo Nacional Estancia Jesuítica de Alta Gracia y Casa del Virrey Liniers*, considerado Patrimônio Mundial pela UNESCO desde 2000. A estância abrigou atividades agrícolas e industriais sustentáveis para o Colégio Jesuíta, que posteriormente converteu-se em uma das primeiras universidades no território argentino. A partir de 1968, se iniciaram as pesquisas documentais e escavações arqueológicas na área, envolvendo ações de restauração e habilitação de salas para culminar com a inauguração do museu em 26 de agosto de 1977.

Os artefatos do museu a céu aberto são resultado de uma escavação realizada em 1973, que evidenciou as “*Acequias Coloniales*”, que são um sistema de irrigação, com duas canaletas e localização das comportas, com funcionamento anterior à construção do prédio, datando do século XVII. Foi construída uma ponte de madeira com grades de metal sobre a escavação, permitindo que os visitantes observem tanto o trabalho dos arqueólogos quanto dos construtores da obra setecentista. O museu também incorporou os artefatos agrícolas, como arados de ferro, rodas de carroça em madeira e fragmentos estruturais que integravam um dos muros da habitação resgatados durante a restauração do edifício (Figura 26). A sinalização engloba o registro da escavação realizada para determinar a natureza da construção através de processos estratigráficos.

**Figura 26:** Arado com dupla empunhadura exposto na área externa do complexo.



Fonte: <https://conar.senip.gob.ar/pawtucket/index.php>.

Neste caso, a intervenção imprimiu mínimas transformações físicas contemporâneas, sendo explícita na adaptação do edifício para a utilização como museu. O exemplo ilustra uma situação de como o acervo arqueológico foi incorporado ao complexo museológico que inclui o edifício do museu e as estruturas externas que possuem a função de abordar a historicidade dos territórios a partir das relações sociais de trabalho, técnica e cotidiano. A função de museu foi resultado de uma iniciativa de Conservação Integrada que incluiu a ativa participação através de debates entre as associações comunitárias, os órgãos governamentais e os pesquisadores.

A ressignificação da ruína arqueológica se deu no contexto social e urbano contemporâneo, transformando o edifício em um espaço de uso social e turismo, adequado às necessidades modernas através de mínimas adaptações físicas, com o objetivo de comunicar os valores culturais à sociedade por meio do tratamento museológico.

Reforçando a máxima de que a “(...) dimensão do uso no restauro está ligada exatamente à possibilidade de se tornar o patrimônio presente, manejável, utilizável, ou seja, na sua adequação temporal” (CARSALADE, 2014, p. 463). Este exemplo reforça a indispensabilidade da articulação entre os atores sociais, governamentais e a iniciativa privada, balizados pelos princípios da Conservação Integrada.

Quando o projeto não é concebido considerando-se todo o arcabouço de informações e não passa pelos processos inerentes à elaboração de projeto reconhecidos, pelas recomendações internacionais e pelo próprio IPHAN, resta ao profissional restaurador uma solução de preservação em caráter de urgência, resultando, na maioria das vezes, em projetos mal concebidos e desconsiderando-se questões de extrema relevância para a sustentabilidade do bem cultural e o papel perante a sociedade com a qual se relaciona.

É preciso compreender que o próprio processo de intervenção é produto de uma época, como por exemplo a tendência de intervir unicamente nas fachadas das edificações históricas, subjugando o valor histórico e arqueológico do bem como um todo. Tal postura ficou conhecida como “fachadismo”, amplamente disseminada nos centros históricos no Brasil, em decorrência do abandono dos centros urbanos nas últimas décadas do século XX, da urgência em reabilitá-los e pela falta de políticas públicas eficientes. Vários centros históricos, como os do Recife, de Salvador e de São Luís, entre outros, foram acometidos por esta postura. Nos casos mais extremos, a fachada é reabilitada, enquanto todo o resto do edifício é demolido e substituído por uma construção completamente nova, promovendo um falso histórico.

O problema do fachadismo está na perda da identidade, da alma do edifício. Perde-se a oportunidade de conhecê-lo e preservá-lo. A urgência e a velocidade que se atribui à época atual não deve interferir na herança que é legada. O projeto de restauro não deixa de ser um ato de criatividade e “Desenhar deve ser um fenômeno de inteligência e desenhar do zero é um fenômeno de estupidez, porque é perder um legado de informação disponível. Portanto, se o desenho é um fenômeno de inteligência, tem de perceber o fenômeno em que se vai inserir” (MOURA, 2000, p. 32).

A intervenção em um edifício histórico não é uma tarefa simples e está longe de soluções generalistas e consensuais. Mas partir do máximo de conhecimento, é necessário, para dentro de cada contexto, criar a melhor solução no trato dos remanescentes arqueológicos. Dentro do objetivo deste trabalho não convém adentrar nas questões técnicas da restauração, mas elucidar os danos que a falta de conhecimento sobre o bem pode causar ao patrimônio.

Em Pernambuco houve casos onde a fachada foi alterada em função de um registro anterior, mas com a preservação do edifício. Como por exemplo, a restauração da fachada da Igreja dos Santos Médicos Cosme e Damião em Igarassu, Pernambuco (Figura 27). A intervenção se fundamentou em documentação gráfica e vestígios arqueológicos, orientada pela pintura votiva de 1729 evidenciada sob o reboco, quando estava em processo de construção. Apesar de o edifício não ter sofrido danos de identidade, esta postura foge ao ideal de uma restauração que contempla o todo e não apenas a recuperação de um período através da fachada.

**Figura 27:** Igreja dos Santos Cosme e Damião, Igarassu.



Fonte: Stela Barthel, 2015.

Dentro dos exemplos explorados neste capítulo foram analisadas posturas de intervenções com o objetivo de demonstrar como as informações arqueológicas foram tratadas em casa caso. O próximo capítulo segue com a análise explorando a relação da Arqueologia e da Arquitetura nas intervenções ocorridas no Bairro do Recife no período de 2000 a 2015.

## **5 OS IMPACTOS NA CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO ATRAVÉS DAS INTERVENÇÕES ARQUITETÔNICAS, NO SÉCULO XXI, NO BAIRRO DO RECIFE**

Este tópico pretende atender à necessidade de contextualização do período de transição do século XX para o século XXI, o que neste trabalho é tido como contemporaneidade. Como citado recorrentemente, a intervenção arquitetônica desempenha um papel ativo político na sociedade, através de decisões sobre o que preservar e como preservar, sobretudo, na conservação do patrimônio arqueológico através das intervenções.

Procurar reconstruir os dados referente aos valores ideológicos responsáveis por direcionar as ações de conservação e das intervenções ocorridas no Bairro do Recife, exige um mergulho nos temas em discussão nos âmbitos acadêmicos e políticos no período em questão. Como mencionado no Capítulo 1, há uma correlação entre os acontecimentos vivenciados pela sociedade em várias escalas geográficas e a repercussão na esfera local, refletida nas dinâmicas que envolveram as intervenções utilizadas como parâmetros no estudo de casos.

Há ainda que se considerar o caráter de mercadoria inerente à Arquitetura e seguindo-se a lógica defendida por Ferro (1968), também abrangente à Arqueologia, uma vez que ambas servem ao capital. Alimenta-se dessa forma o ciclo desse sistema, que visa o lucro e se submete às autoridades representantes do capital. Entretanto, neste trabalho se considera o conhecimento e a capacidade de articulação política como formas de poder e portanto, se reconhece a Arquitetura assim como a Arqueologia, como instrumentos e não como mercadorias, sendo exercidas por camadas da sociedade detentoras de conhecimento técnico e habilitação institucional e, portanto, detentoras “do poder” para exercer ativamente a construção do patrimônio cultural. A ética associada ao poder aproxima tais ações do universo conceitual da Conservação Integrada tratada no Capítulo 3.

Não se exclui, dessa forma, o papel das outras camadas da sociedade na dinâmica urbana através da conservação do patrimônio cultural, mas destaca que, no caso das intervenções urbanas e arquitetônicas, esse papel fica limitado ao espaço que lhes é oferecido de forma vertical, através dos recursos técnicos, econômicos e políticos, restando nesse contexto um papel reativo de aceitação e de integração ou de negação e de exclusão.

Considerando-se as ideologias como influenciadoras diretas das ações, deve-se atentar para as entrelinhas dos discursos. Isso quer dizer, as ideologias mascaram as intenções inconsciente da sociedade quase sempre dissimuladas pelas representações de ações, os símbolos, tais como as intervenções arquitetônicas.

Essas ideologias não são facilmente reconhecidas, principalmente quando se trata de um momento evidente de transformação de mentalidade revelado nas discussões dos últimos anos do século XX. Os desafios vislumbrados através das polaridades deste momento, como por exemplo, o crescimento populacional mundial *versus* limitação de recursos naturais, desenvolvimento tecnológico *versus* subdesenvolvimento humanitário, globalização *versus* preservação regional, interpelaram as sociedades em busca por soluções satisfatórias em caráter de urgência para essas questões.

Portanto, é possível afirmar que a transição, do século XX para o século XXI, foi marcada por discussões fervorosas no campo da preservação do patrimônio cultural e ambiental, que culminaram em críticas quanto à cultura do consumo exacerbado, estimuladas pelo Capitalismo com consequências desastrosas ao meio ambiente, marcando um momento de transformações ideológicas. O que não foi possível mensurar ainda trata do impacto e da abrangência dessas transformações sobre o patrimônio arqueológico urbano.

Uma das mudanças no âmbito do desenvolvimento cultural foi o compartilhamento de responsabilidades entre instituições públicas e privadas e o envolvimento de todos os segmentos da sociedade (JOKILEHTO, 2002). O aumento da participação de capital privado sobre o patrimônio cultural pode culminar em divergências éticas sobre o que deveria ser inclusivo e democrático em detrimento de mais segregação social e mercantilização da cultura, ainda que seja é um modo do Estado procurar conservar esses bens ao assumir sua incapacidade nesse quesito.

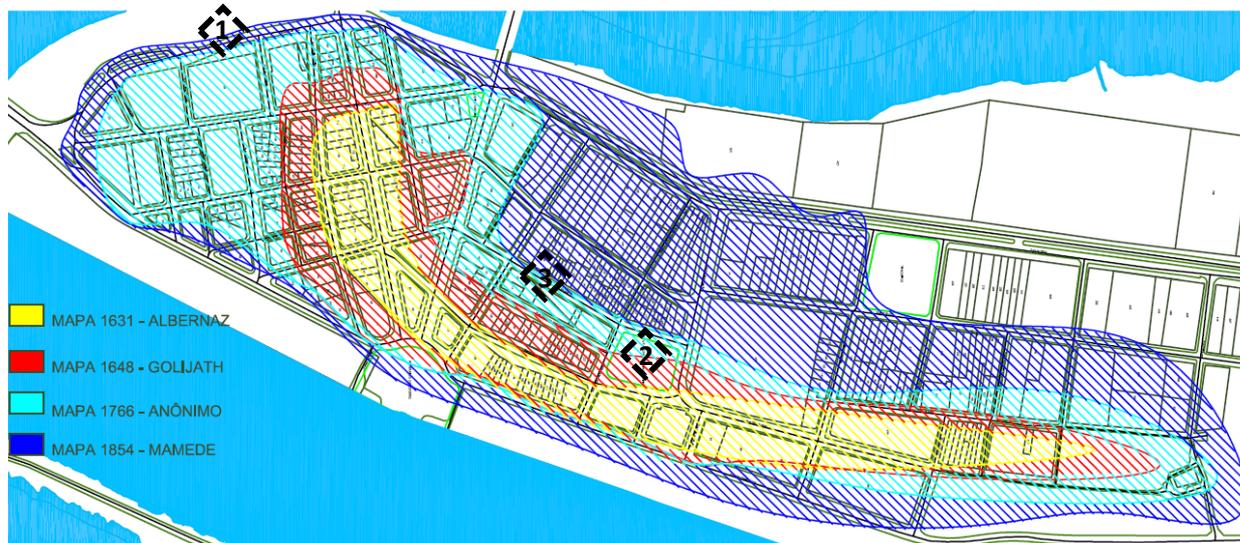
Buscar compreender o processo de construção do patrimônio arqueológico e a conservação através de uma abordagem crítica, impõe entre outras tarefas a compreensão do papel do Centro Histórico do Bairro do Recife desde a origem até a significação no modelo de urbanização atual com desdobramentos.

## 5.1 DISCURSO *VERSUS* PRÁTICA – UMA INTERPRETAÇÃO DAS PRÁTICAS DE CONSERVAÇÃO NO BAIRRO DO RECIFE NO SÉCULO XXI

O Bairro do Recife foi a primeira área urbanizada a partir da formação geológica natural, que facilitava a entrada dos navios e posicionamento das fortificações, um porto natural já utilizado pelos portugueses.

O início do processo de urbanização foi impulsionado em decorrência da destruição da capital, Olinda, pelo incêndio de 1630, quando o “Porto e Barra do Recife” passaram a ser a capital da Companhia das Índias Ocidentais (A sigla WIC adotada neste trabalho refere-se ao *Western Indian Company*). Desde então, a paisagem natural se transformou radicalmente em função dos inúmeros aterros que anexaram a ilha principal do Recife e algumas ilhotas fluviais formadas pelos deltas dos rios Capibaribe e Beberibe. Considerando-se as indicações analisadas nos mapas que compõem o Atlas Histórico Cartográfico do Recife (MENEZES, 1988), é possível se visualizar a cronologia da expansão urbana no período colonial (Figura 28).

**Figura 28:** Expansão Urbana do Recife desde o Século XVII até 1906 e localização dos bens culturais do estudo sos. 1. Paço Alfândega 2. Baluarte Porta da Terra 3. Sinagoga Kahal zur Israel.



Fonte: Atlas Histórico Cartográfico, do Recife, 1988, modificado pela autora sobre UNIBASE do Recife.

A iconografia histórica demonstra que os rios Capibaribe e Beberibe foram um condicionante geográfico na formação histórica e cultural da cidade. Serviam como caminhos para embarcações de tipos diversos, retratadas na iconografia com finalidades diversas que iam desde transportar passageiros, a escoar o açúcar produzido nas várzeas dos engenhos. Mais tarde os engenhos se tornaram povoações e os mais próximos ao porto, se tornaram bairros

(CARVALHO, 1998). Estes mesmo rios que serviam como caminhos também eram obstáculos a serem vencidos com a construção das pontes que marcaram a paisagem em todas as fases do processo histórico da cidade. A paisagem histórica do Recife retrata a dinâmica da vivência da cidade colonial através dos caminhos fluviais.

O crescimento da cidade aconteceu de forma paralela a partir de várias perspectivas. A perspectiva mais visível, se tratando de uma vila da época colonial, é a “de cima para baixo” através do plano urbanístico do Conde Maurício de Nassau, cuja chegada em 1637 foi marcada por intervenções incisivas, com a adaptação da Ilha de Antônio Vaz para abrigar a sede do governo flamengo no Brasil em 1642, a “*Mauritzstadt*” (VASCONCELOS, 2015). A partir deste elemento, houve uma relativa urbanização da área entre o porto e a Ilha de Antônio Vaz, cujo principal marco físico foi a construção da atual Ponte Maurício de Nassau em 1644.

A ponte ligava a Cidade Maurícia a um dos três acessos da cidade, a Porta da Ponte “*pontpoort*”, posteriormente conhecida como Arco da Conceição. Os outros dois acessos eram a Porta da Terra “*landpoort*” e a Porta da Água, o “*watertpoort*”. A cidade do Recife era totalmente isolada ao entardecer, com exceção de algumas pessoas que deveriam apresentar uma senha à sentinela, se quisessem entrar durante a noite.

O aspecto da área fora de portas foi descrito por Dom Domingo de Loreto como “saindo do Arco do Bom Jesus, fica a língua de areia que serve de estrada para a cidade de Olinda. A poucos passos estão fundados os quartéis a que se recolhe a gente de guerra que vem nas armadas, a grande Casa da Junta e uma comprida rua que formam 140 casas e tem por coroa a Igreja de Nossa Senhora do Pilar” (MELLO et ali, 2006, p. 27).

Ainda durante o século XVII, foi construído o arco, que foi denominado na ocasião como Arco da Ponte. Sobre ele foi erguida uma capela com a invocação de Nossa Senhora da Conceição. Até o final do Século XVII, o arco participava ativamente da vida da cidade. No século XVIII, embora o arco já não tivesse mais a função de porta da cidade, era sob ele que se passava para chegar às demais partes da cidade, os denominados arrabaldes.

No período de ocupação da Companhia das Índias Ocidentais (WIC, 1630-1654), na área mais próxima ao porto, se identifica um crescimento urbano mais transversal e espontâneo, formado pela vila de pescadores no entorno da ermida de São Frei Pedro Gonçalves no século XVI. Já a área Sul do istmo do Recife só passou a ser ocupada a partir de 1684, onde se realizou

a construção do Forte do Matos ou Forte da Madre de Deus. A maior parte dos habitantes do Recife era constituída por comerciantes portugueses, que realizavam intensas trocas comerciais através do porto.

Após a expulsão da WIC, dentre as primeiras providências tomadas pelos portugueses se encontrava o inventário dos edifícios remanescentes da ocupação batava. O documento contabilizava 290 edificações (SOUZA, 2012, p. 46), um cenário de crescimento urbano de mais de 50% do período anterior à ocupação que se configurava por uma vila de pescadores e trabalhadores do porto.

Com base na cartografia histórica, é possível identificar o crescimento de edificações na região “fora de portas”, assim como os aterramentos na porção Sul, que alargaram o istmo do Bairro do Recife. Um balanço geral mostra que o bairro possuía cerca de 4.745 habitantes e 653 casas (Albuquerque et al, 2000-2005, p. 29). Em uma década, as casas logo se multiplicaram para 1.082, até a primeira metade do século XVIII. Na segunda metade do mesmo século, o bairro é ampliado.

Segundo Melo (2016), até o século XIX, as mudanças urbanísticas ocorridas durante a ocupação feita pela Companhia das Índias Ocidentais foram as mais significativas na história do Bairro do Recife. A partir da segunda metade do século XIX, com os adventos da abertura dos portos (1808) e a transformação do Recife na capital da província (1827), ocorreu o aumento significativo das atividades portuárias, fazendo com que a ocupação urbana habitacional migrasse para os arredores da cidade, deixando a zona portuária quase que exclusivamente para as atividades comerciais.

O lote da época colonial não possui recuos laterais e frontais, o alinhamento segue junto ao arruamento. Os edifícios são sobrados portugueses com influência holandesa, altos e estreitos, com dois, três e até quatro pavimentos, “sobrados magros”, como dizia Freyre (1936), tendo as aberturas todas voltadas para a via. Essa característica se conservou até a atualidade no Bairro do Recife.

Desta forma o século XIX trouxe uma diversificação das funções da cidade provenientes das mudanças provocadas pelas demandas técnicas e econômicas, alterando o modo de viver, as relações sociais e profissionais, lazer, crenças e comportamentos, como afirma Bezerra (2013).

Os exemplos que predominam na realidade abordada em Pernambuco, historicamente reconhecida como uma das capitanias de maior êxito durante o período colonial, refletem a arquitetura do poder, com poucas exceções. As ruínas existentes são remanescentes de uma estrutura expansionista, colonizadora, cujo modelo foi importado da colônia e implantado sobre os edifícios que a representam com exemplares de arquitetura religiosa, civil e militar, principalmente igrejas, conventos, fortificações, engenhos, Casas de Câmara e Cadeia e exemplares de habitações da elite.

Não é possível se excluir da história do Bairro do Recife a grande transformação pela qual passou no início do século XX. Em 1910, com o argumento de funcionalidade do porto e aumento da salubridade, o bairro sofreu uma intervenção (Figura 30), com a inserção de radiais a partir do atual Marco Zero, seguindo tendências urbanísticas dos grandes centros europeus, como Paris, Barcelona e Viena.

A abertura das ruas largas, avenidas como a Marquês de Olinda e a Rio Branco, com edifícios ecléticos, ocorreu às custas da perda de edifícios de grande relevância histórica e arqueológica, entre eles a Casa de Câmara e Cadeia, as Portas da cidade fortificada, o Arco da Conceição, a Matriz do Corpo Santo e antiga Ermida de São Telmo dos Pescadores do século XVI e o Cais da Lingueta. Entre as características dessa grande reforma, estão um grande processo de expulsão dos habitantes onde “3.000 a 5.000 pessoas foram desalojadas do Bairro, entre 1910 e 1911” (MENEZES, apud FREITAS, 2016, p. 107).

**Figura 29:** Bairro do Recife após a grande demolição, 1913.



Fonte: <http://www.recife.pe.gov.br/cidade/projetos/historia/cap7/cap7-box3.html>

Com a expansão da estrutura portuária ocorrida em 1950, a degradação espacial, física e humana do bairro ficou evidente na década de 1970, tornando o bairro um palco para as atividades marginais.

Um ponto a ser destacado é a transformação do olhar estratégico sobre o patrimônio que pode ser identificado nas décadas de 1970 e 1980. A nova perspectiva envolvia a relação entre a preservação dos sítios históricos e o desenvolvimento urbano através da necessidade de utilização social e econômica dos bens culturais (VIEIRA, 2006). Essas ideias permearam o desenvolvimento do Programa de Preservação de Ambientes Urbanos, parte do mais abrangente I Plano Integrado de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife realizado pela Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (FIDEM) em 1973.

Em 1976 foi elaborado o Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife (PPSH/RMR) o qual foi sancionado pela Prefeitura a Lei 13.957/1979, instituindo sítios históricos de preservação e zonas de proteção, reconhecendo-se o Bairro do Recife como área de preservação histórica (LORETO, 2014). Em seguida, a Prefeitura solicitou ao IPHAN o tombamento de parte do Bairro do Recife, desde a área alvo da reforma de 1910 e adjacências até a área do antigo Arsenal da Marinha, onde ainda existe a Torre Malakoff e a Praça Artur Oscar.

Em função da necessidade de fiscalização e análise dos projetos a serem realizados nas áreas dos sítios históricos contemplados no PPSH, foi criado o Departamento de Planejamento de Sítios Históricos (DPSH) dentro da Empresa de Urbanização do Recife (URB) (ZANCHETTI, 1995). Entretanto, mesmo após essas medidas ocorreu a pressão por parte do Porto do Recife para a “(...) demolição de centenas de casas e sobrados semiabandonados para a construção de um pátio de *containers*” (GOMES, 1995, p. 92 apud VIEIRA, 2006, p.102).

Observa-se claramente um momento de transição de mentalidade, principalmente do poder público representado pelas instituições responsáveis que interviram contra a demolição. O interesse econômico costumou até esse ponto, historicamente prevalecer sobre o interesse coletivo. A mudança se deu principalmente pelo poder público ter identificado no patrimônio um aliado na busca por um desenvolvimento urbano com soluções mais conciliadoras nos âmbitos políticos, econômico e social.

Entretanto, segundo Vieira (2006) os acontecimentos que se sucederam não ocorreram segundo o planejamento que visava a integração dos bens às atividades econômicas, uma vez que o rigor e a área de abrangência delimitada pela Lei Municipal 13.957 de 1981, incluía toda a área de armazenamento e a área demolida pela administração do Porto, afastando o interesse de possíveis investidores e contribuindo para o abandono e degradação dessa área.

Buscando-se superar essa situação, entre os anos de 1985 a 1988 foi elaborado o Plano de Reabilitação do Bairro do Recife (PRBR). Este plano foi marcado pela mudança do modelo de gestão do programa, que configurou o primeiro período de administração democrática pós ditadura. A diferença crucial deste período estava na descentralização político administrativa representada pelo Escritório do Centro do Recife (ERBR), coordenado pela arquiteta Amélia Reynaldo, sediado propositadamente no local da intervenção como forma de viabilizar a execução das demandas pontualmente (VIEIRA, 2006). O Escritório desenvolveu um papel social ativo no Bairro do Recife, focando nas camadas menos favorecidas com cadastramentos, pesquisas de história oral e conversão de edifícios antigos para servir como habitação coletiva (ZANCHETTI apud VIEIRA, 2006).

No entanto, essas ações estavam subordinadas à gestão política municipal e portanto, não tiveram continuidade após a mudança. Evidenciando-se o agente político e seus ideais nesse período, como determinantes das ações que interferem diretamente na conservação do patrimônio como consequência da visão de modelo de Desenvolvimento Urbano. Considerando-se, nessas circunstâncias o fator econômico como um meio para atingir os objetivos ideológicos (poder de decisão e execução) e também como um fim, uma vez que a detenção garante a continuidade desse poder.

As experiências que se seguiram, procuraram interagir com outros agentes, como o setor privado e a classe média, que tivessem o poder de manter a proposta de revitalização com maior independência dos governos municipais, uma vez que a classe mais baixa mantém uma maior organização e interesse através dos movimentos, desde que haja espaço para isso.

Essa frase evidencia de forma latente a determinação das ações pelos agentes detentores do poder político e econômico para fornecer ou não esse espaço para a participação das camadas menos favorecidas. Assim têm se desenvolvido as ações de Desenvolvimento Urbano e a conservação do patrimônio cultural do Bairro do Recife.

Outro agente relevante nesta articulação é a classe intelectual, representada pelos profissionais com capacitação técnica e teórica para elaborar o planejamento e executá-lo. Entretanto, esse agente se encontra subordinado ao agente político e ao setor privado que detém os meios para sua viabilização.

Nesse momento o conflito de interesses se materializou em um impasse, que foi identificado por Vieira (2006, p, 105) na seguinte situação: “os projetos e discursos favoreciam os grupos populares, o governo municipal não possuía recursos para grandes investimentos públicos, e os empresários perdiam a perspectiva de valorizar economicamente seus imóveis.”

Após esse período, o governo estadual (1989-1992) através do Programa Integrado de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR) aborda o patrimônio cultural a partir do potencial econômico através das atividades turísticas. Por razões diversas, foi gerada uma lacuna no Bairro do Recife, que só veio a ser transformada no final da década de 1990.

A ideia de Planejamento Urbano e revitalização de centros históricos no final do século XX, estava relacionada predominantemente à função de lazer associada às atividades turísticas, atribuindo-se um cunho diretamente econômico ao processo, cujo objetivo é a geração de lucro.

Entretanto, se mostrou uma solução frágil pondo em risco a sustentabilidade do centro em longo prazo. Logo, a multiplicidade de usos na busca por um ambiente social e culturalmente diversificado, propostos pela Conservação Integrada, se mostrou como uma solução mais promissora (MONTEIRO, 2002).

Esse cenário, sem dúvida, se configurou como um ideal almejado na conservação dos centros históricos. O discurso foi defendido através de artigos, encontros científicos, instituições públicas, que viam nos moldes propostos pela Conservação Integrada soluções mais conciliadoras para os centros urbanos. Estes moldes foram previstos no processo aprovado pelo IPHAN<sup>29</sup> que abrangeu o extremo Sul do Bairro do Recife. Pode-se afirmar que o Plano de Preservação do Bairro do Recife (PRBR, 1993) conseguiu reverter a tendência ao abandono e recuperar inúmeros imóveis com poucos recursos públicos, pois o Plano contemplava parcerias público-privadas.

O Plano demarcou três polos, sendo eles o Polo Pilar, o Polo Bom Jesus e o Polo Alfândega e pode ser dividido em três etapas. A primeira (1993-1996) foi marcada pela valorização econômica e exploração turística do Polo Bom Jesus. No segundo período (1997-2000) o foco da revitalização do bairro foi desviado, entretanto houve algumas execuções, como

---

<sup>29</sup> O Conselho Consultivo do IPHAN aprovou o Processo nº. 1168-T-85 referente ao tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife, inscrevendo-o no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (insc. 119, 15-12-1998) e no Livro das Belas Artes (insc. 614, 15-12-1998). O estudo de tombamento ainda identificou nessa área 50 imóveis de destaque. Fonte: IPHAN.

a reforma da Torre Malakoff, a construção do Terminal Marítimo de Passageiros pelo escritório Andrade & Raposo, do Recife e a Praça do Marco Zero. O terceiro período (2001-2004) atuou no Polo Alfândega e foi marcado pela participação do Programa Monumenta-BID que se tornou a principal fonte de financiamento da revitalização.

É importante ressaltar que o Polo Pilar era contemplado desde o PRBR a ser alvo de Projetos Estruturadores específicos. Ainda assim o foco após a realização de vários projetos que compunham o as primeiras etapas, se desviou para a execução de projetos no Polo Alfândega, que não fazia parte dos projetos de impacto iniciais, evidenciando as determinantes econômicas ideológicas no direcionamento das ações.

Inseridos neste contexto, se encontram diversos bens de interesse arqueológico, como o Forte das Cinco Pontas; o Forte do Brum; vestígios do Forte do Matos; o Baluarte Porta da Terra; a Igreja Madre de Deus; a Igreja do Pilar; a Sinagoga Kahal Zur Israel; vestígios do Arco da Conceição; os Armazéns do Porto do Recife; o edifício *Chanteclair*, entre outros.

Para o Polo Pilar foi criado o Programa de Requalificação Urbanística e Inclusão Social da Comunidade do Pilar (antiga favela do Rato). Para evitar o processo de “gentrificação”, tão criticado no discurso em voga de inclusão social, à comunidade foi “permitida” a permanência com a promessa de implantação do Programa que contemplaria as seguintes ações<sup>30</sup>.

A revitalização de toda a área, transformando o espaço não apenas em um local digno de moradia, mas também em um centro turístico da cidade. As famílias que moram numa favela serão beneficiadas com a construção de 588 unidades habitacionais. (...) Além da melhoria urbanística com toda infraestrutura necessária, também há o compromisso com a adaptação dos moradores para a nova realidade e com o resgate histórico e cultural do Pilar (2010, s/p.).

---

<sup>30</sup> Reportagem publicada em 8 de julho de 2010. Disponível em: << [http://www.recife.pe.gov.br/2010/07/08/requalificacao\\_da\\_comunidade\\_do\\_pilar\\_avanca\\_no\\_bairro\\_do\\_recife\\_172699.php](http://www.recife.pe.gov.br/2010/07/08/requalificacao_da_comunidade_do_pilar_avanca_no_bairro_do_recife_172699.php) >> acessada em 01/10/2020.

Na mesma reportagem, cujo subtítulo “Prefeitura acelera construção das unidades habitacionais em paralelo as prospecções arqueológicas”, faz menção a respeito da preservação do patrimônio histórico e cultural:

O IPHAN em parceria com a Prefeitura do Recife iniciou o processo de restauração da Igreja de Nossa Senhora do Pilar. A ação incluiu restauração de toda a fachada e parte externa da igreja, limpeza e consolidação dos ornatos internos do prédio e construção de um novo telhado (2010, s/p.).

O fato é que desde o início da formação da cidade, essa área se denominava como “fora de portas”, por se localizar fora dos limites da muralha que a delimitava desde o século XVI. A formação se deu pelo assentamento da população que trabalhava no porto. A ocupação ocorreu sem grandes interferências por um longo período em casas de palafita, até a demolição durante o período do governo militar para a construção de galpões e armazéns (GONZAGA, 2019).

A comunidade do Pilar já se encontrava em uma área denominada de *periferia-central* (ZANCHETTI apud VIEIRA, 2002, p. 100), uma zona portuária próxima à infraestrutura urbana, onde prevaleciam as relações internas e a oferta de alguns serviços públicos precários. A decadência dessa área ocorreu a partir da década de 1960, com a diminuição das atividades portuárias, mas com a presença de reformas para a ampliação. Em função disto, houve a desapropriação da área adjacente à igreja do Pilar e posteriormente na década de 1980, a desapropriação da área do PORTOBRAS, que foi ocupada pelo que viria a ser a Favela do Rato.

A área veio sendo reforçada na situação de marginalidade e exclusão social durante todo o processo histórico, ainda que na maior parte dele não houvesse necessidade de simulações de ações de intervenção social pela inexistência desse discurso, que só surgiu fortemente na Europa durante a Revolução Francesa (1789) e só foi incorporado no Brasil durante o século XX. Os movimentos civis mostraram força através de conquistas políticas, levando a classe dominante de diversos locais a questionamentos acerca de mecanismos de permanência do sistema que os favorece, ainda que através de ações que mascarem as evidentes desigualdades sociais.

O discurso, portanto, veio sendo de forma lenta, construído ao longo dos anos, se reforçando ainda mais no final do século XX quando atingiu a força necessária para estar presente nos projetos de urbanização dos centros históricos no Brasil. Os projetos desenvolvidos em tais moldes, como é o caso do Programa de Requalificação do Pilar, se mostram sensíveis em relação ao direito à cidade das camadas menos favorecidas, habitantes

dos centros históricos, em que contempla um processo de conservação histórica e cultural capaz de alcançar a inclusão social, com pesquisa arqueológica, ações de Educação Patrimonial entre outras, que visam o desenvolvimento sustentável da área nos aspectos sociais e culturais.

Entretanto, o que se observa uma década após o início da implementação é ainda o forte contraste econômico, territorial e social que se reflete na paisagem, na segregação, na insalubridade, nos índices de violência e no isolamento e consequente degradação dos bens culturais, incluindo os sítios arqueológicos. Reforçando a fala do sociólogo Antônio Marques Lima (2017), que através de pesquisas na comunidade concluiu ser o Pilar a negação do Marco Zero, no sentido que um se expõe ao máximo como referência midiática, enquanto o outro se esconde (Figuras 30 a 34).

O primeiro se identifica pela legalidade, a limpeza e a organização, enquanto o outro opera na ilegalidade, na sujeira e total desorganização. Realiza também a analogia da relação do Pilar com o Marco Zero e os outros polos como um macrocosmo representativo da mesma relação entre as favelas com os condomínios de luxo distribuídos em outras localidades da cidade.

**Figura 30:** Comunidade do Pilar sem pavimentação e serviços de infraestrutura urbana previstos no Programa de Revitalização, 2019.



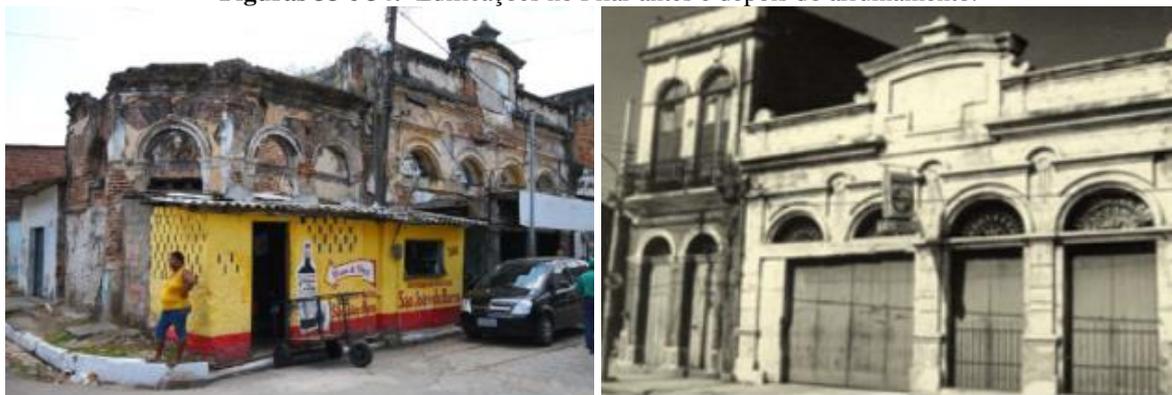
Fonte: Laís Domingues. Disponível em <https://www.brasildefatope.com.br/2019/09/19/comunidade-do-pilar-luta-por-reconhecimento-desde-a-sua-fundacao>

**Figuras 31 e 32:** Sobrado no Pilar antes e depois do arruinamento.



Fonte: Fundação Seridó (Relatórios Técnicos, v. I, 2012.)

**Figuras 33 e 34:** Edificações no Pilar antes e depois do arruinamento.



Fonte: Fundação Seridó (Relatórios Técnicos, v. I, 2012.)

Portanto, o Polo Pilar permanece desarticulado das atividades e dinâmicas do restante do Centro Histórico do Bairro do Recife (Polo Alfândega e Polo Bom Jesus), que parece ter sido planejado com produtos e serviços ofertados aos turistas e usuários das classes média e alta. Essa dinâmica tem forças ideológicas percebidas por Zé, um dos moradores da comunidade.

Isso aqui é muito rico, uma favela dessa num lugar desse, não sei como ninguém tirou daqui... na verdade eles tentaram há muito tempo e ainda tentam... será que isso aí (aponta para os prédios) não é uma forma de tirar um pessoal daqui? Muita gente não vai se adaptar a isso não, pagar conta, pagar IPTU, água, daqui uns dias mais da metade vai ter vendido, isso vai tirar a favela daqui, vão vir outras pessoas (LIMA, 2017, p. 75).

Além disso, a situação se agrava pela realização do Programa, que se desenvolveu de maneira vagarosa e com várias interrupções, extrapolando por diversas vezes os prazos. As primeiras, minúsculas e poucas unidades entregues já se encontram em estado de degradação pelos agentes naturais sobre os materiais de péssima qualidade que reforçam o caráter de “maquiagem” dos problemas socioculturais.

Outra questão que merece atenção diz respeito à ausência de habitações nos polos do Bom Jesus e Alfândega. Ainda que a relevância da moradia nas áreas históricas tenha sido identificada como fator crucial para consolidação da vida cotidiana (LIMA, 2017), ainda está distante de se tornar uma realidade no Bairro do Recife, que segue com uso predominantemente comercial e turístico. Essa lacuna pode encontrar resposta na ampla dimensão que abrange o conceito de habitar, no sentido de que transpõe as necessidades práticas de serviço, mas inclui as necessidades de referência social, cultural e geográfica.

O fato é que, independentemente do uso que tenha significação para o contexto atual, há a necessidade de adaptar os edifícios pré-existentes. Essa adaptação incorre sobre os limites tênues entre o respeito à originalidade do edifício e as necessidades da vida moderna, tais como a acessibilidade, os equipamentos contra incêndio, a climatização, a energia elétrica etc. Por trás dessas necessidades estão objetivos presentes no discurso moderno, que abrangem a inclusão, o conforto e a segurança. De quem? Para quem?

É evidente a enorme distância entre o discurso e a prática. Situação tal que provoca os questionamentos: Que ideologias estão por trás dessas ações? Arantes (1984) defende que as iniciativas que envolvem a preservação dos bens culturais no presente, podem seguir a vertente ideológica ou a vertente econômica. Na primeira, geralmente adotada pelos órgãos de preservação, se busca o que proteger e a forma de fazê-lo, e na segunda, trata-se de imóveis com alto valor no mercado imobiliário. No entanto, na prática não é possível se destituir de qualquer uma das vertentes, ainda mais quando a ideologia predominante aponta para os fins econômicos como forma de poder. O máximo que se pode esperar no cenário contemporâneo são soluções que conciliem os objetivos, mas predominará quase sempre uma situação conflitante.

Dos conflitos surgem as ameaças e oportunidades para o patrimônio cultural edificado. Assumindo o caráter mercadológico da sociedade atual, em que é comum a linguagem de geração de valor de troca, é inevitável a mercantilização do patrimônio. A ameaça se encontra principalmente na maior flexibilização por parte dos profissionais com o bem econômico em detrimento do bem cultural. Mas no âmbito das oportunidades, se apresentam em novos usos para os edifícios históricos com a percepção do potencial econômico no valor de raridade e do seu significado cultural para a sociedade (HEIDTMANN, 2007).

Destacando-se ainda nesse contexto que preservar não significa de modo algum a negação dos investimentos nas edificações pré-existentes, mas o extremo oposto, que significa dar condições de uso ao bem, adaptando-o e compatibilizando-o com o momento atual, de modo que seja possível a transmissão da história no presente e como legado para o futuro, valorizando ainda sua condição de imóvel, o entorno e a cidade.

## 5.2 PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS E INTERVENÇÕES ARQUITETÔNICAS NO BAIRRO DO RECIFE

Sob o ponto de vista arqueológico, o Bairro do Recife se configura como um sítio “(...) multicomponencial, pré-colonial, de contato, histórico, do tipo aldeamento, fortificação e habitação, de solo fluvial, com profundidade média estratigráfica de 1,5 metro. Entre as estruturas inseridas no polígono se encontram áreas de refugio, funerárias, vestígios de edificação, alinhamento de pedras, canais tipo trincheiras, valetas, buracos de estacas, fossas e paliçadas”.<sup>31</sup>

Os distintos momentos históricos vivenciados pelo Bairro do Recife fornecem aos sítios uma rica estratigrafia de sobreposições, os representam e fornecem dados potenciais para interpretações além de cronologias e técnicas construtivas. Uma diversidade de artefatos se encontra sob o solo do bairro, através de aterros depositados no decorrer da ocupação, assim como ocorre nas sucessivas reformas nos imóveis desde o período de ocupação feito pela WIC. Compreender as evidências como reflexo da dinâmica histórico-social é ou deveria ser o objetivo das pesquisas arqueológicas nas últimas décadas.

Uma das primeiras pesquisas arqueológicas ocorreu em 1985, no Forte do Brum. Na ocasião, a edificação foi parcialmente escavada pelo Laboratório de Arqueologia do Departamento de História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco sob a coordenação do arqueólogo Marcos Albuquerque, com o apoio do Comando Militar do Nordeste, da 7ª. Região Militar e da Fundação Joaquim Nabuco.

Apesar do Bairro do Recife já ser resguardo desde maio de 1998, através do Tombamento Federal que contempla alguns monumentos isolados e a extremidade Sul, esta proteção se complementa através da Lei Estadual nº.7970/1972, assim como através da Lei Municipal do Uso e Ocupação do Solo (LUOS) da cidade do Recife.

O arcabouço legal estimulou a concentração das pesquisas arqueológicas que aumentaram consideravelmente no final da década de 1990, especialmente após a publicação da Portaria nº. 230/2002, onde a Arqueologia Preventiva se tornou obrigatória para a obtenção de licença ambiental. Como sítio histórico federal, o Bairro do Recife se torna objeto, no caso

---

<sup>31</sup> Descrição extraída da ficha CNSA – IPHAN, 1998.

de intervenções urbanas ou arquitetônicas, o acompanhamento arqueológico e o salvamento de todos os bens, seja qual for sua condição, desde estruturas erigidas ou achados arqueológico (RAMOS, 2013, p. 1).

Já as intervenções arquitetônicas e urbanas que ocorreram em Pernambuco podem ser divididas em dois momentos principais. O primeiro se deu durante a década de 1970, através da criação do Programa das Cidades Históricas (PCH), pela Secretaria de Planejamento (SEPLAN) já citado no tópico anterior. Na ocasião foi criada a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE) para atuar na esfera estadual.

Essas primeiras intervenções arquitetônicas regulamentadas por esta configuração, foram norteadas pelas já citadas recomendações, como a Cartas de Atenas (1933) e de Veneza (1964). As diretrizes se mostraram em alguns pontos mais conservadoras em relação à manutenção da concepção tradicional do edifício, tais como a volumetria, o gabarito (altura), composição de fachadas e as envasaduras, como afirma Cunha (2007). São casos emblemáticos que demarcam um período relevante da história da conservação do estado, como a Casa da Cultura em Recife, o Palácio dos Bispos e a Igreja Nossa Senhora da Graça em Olinda, entre outros.

Entretanto, a parte em que este trabalho se concentra diz respeito ao segundo momento, onde foi notório o aumento das atividades arqueológicas estimuladas pelas intervenções urbanas e arquitetônicas que se desenvolveram já no século XXI, que se referem as intervenções decorrentes da criação do programa federal Monumenta - BID como citado anteriormente, em parceria com entidades privadas e públicas municipais e estaduais.

Este programa foi marcado pelas ideias de sustentabilidade, comércio e turismo englobadas no conceito de Conservação Integrada, isto é, mais mudanças de uso e conseqüente inserção de extratos e materiais contemporâneos. É neste contexto que estão inseridos os estudos de casos desta pesquisa.

A atuação da Arqueologia no sítio quase nunca vai além da arqueologia preventiva. Casos emblemáticos, como as pesquisas arqueológicas realizadas na Cruz do Patrão em 2005 e na Sinagoga Kahal Zur Israel, originadas por interesses científicos fogem à regra.

Desta forma, foram selecionados os principais projetos arqueológicos no Bairro do Recife durante as pesquisas realizadas pela autora no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), com a pretensão de fornecer um panorama da realidade da Arqueologia Histórica no Bairro do Recife, com foco nos projetos de intervenção em bens culturais.

A maior parte dos projetos provém da “Arqueologia Preventiva”, “Arqueologia de Salvamento” ou “Arqueologia de Contrato”, que passaram a ser sistematicamente exigidas a partir da Resolução CONAMA 001/1986. Entretanto os maiores focos das ações de arqueologia preventiva ocorreram associadas às áreas que já foram contempladas pelo Projeto de Revitalização do Bairro como o Polo Bom Jesus e o Polo Alfândega.

De acordo com o Relatório do “Programa de Prospecção e Monitoramento Arqueológico para as Obras de Revitalização do Porto Novo Recife (2013) ” coordenado pelo arqueólogo Almir do Carmo Bezerra, os trabalhos de Arqueologia no Recife têm se concentrado em quatro áreas: 1. Intervenção em lixeiras (ex: Baluarte Porta da Terra); 2. Escavação em vias públicas (ex: Arco da Conceição e Pilar); 3. Intervenção em fortificações (ex: Forte do Matos); 4. Intervenção em edificação pública (ex: Restauração do Paço Alfândega).

Durante o acompanhamento das obras do “Projeto de Urbanização da Avenida Cais da Alfândega (2002) ”, coordenado pelo arqueólogo Marcos Albuquerque, foi evidenciada uma estrutura, que pelas dimensões sugeriu se tratar de uma antiga e sólida construção. As análises técnicas apontaram para uma construção erguida ao menos na primeira metade do século XVIII.

As pesquisas iconográficas fortaleceram a hipótese de que se tratava do complexo que envolvia o dique ribeirinho, à cabeça da ponte, e o próprio arco sobre o qual se erigiu a capela de Nossa Senhora da Conceição. Assim a proposta foi de ampliação na área dessa estrutura para conhecimento das reais dimensões e traçado e assim abrir a possibilidade de se evidenciar a antiga porta da cidade.

Apesar do objeto da presente pesquisa estar relacionado às prospecções arqueológicas em função da intervenção do bem cultural, será construtivo relacionar as prospecções arqueológicas que ocorreram no Bairro do Recife sem ter como propósito um bem específico.

Algumas destas prospecções evidenciaram estruturas arqueológicas que poderiam ter valores preservados através de uma intervenção de integração ao contexto urbano atual. Como os casos do Arco da Conceição, da seção da antiga paliçada do século XVII na área denominada “fora de portas”, dos trechos evidenciados da antiga muralha de fortificação da cidade, dos alicerces de construções que demarcaram a cidade colonial, entre outros.

Uma infinidade de artefatos e estruturas arqueológicas que poderiam ter o potencial utilizado em ações de Conservação Integrada retornam à obscuridade das cotas negativas sem ter sido alvo de discussão para a conservação, retornando à vida em meio ao espaço urbano

contemporâneo. A intervenção no patrimônio arqueológico tem sido quase sempre trabalhada de modo unidirecional, isto é, da Arquitetura para a Arqueologia.

Os projetos de restauração solicitam a Arqueologia, enquanto pouco se considera a hipótese de solicitar a Arquitetura em função dos achados arqueológicos, de uma forma de integrá-los através de uma intervenção arquitetônica. Esta não seria uma questão de grande impacto para o bem, se o projeto arquitetônico de intervenção estiver aberto às adaptações e transformações em função das informações arqueológicas que porventura venham a agregar valor à criação do patrimônio.

A única forma dessa interação acontecer é através da abertura do diálogo e integração entre os profissionais atuantes. É comum em outros locais, como em Portugal, por exemplo, a presença de um gestor de restauro, que detém a função de mediar este diálogo entre os vários campos de conhecimento que o restauro envolve, a compatibilização das informações sobre o bem cultural é construída a partir da fluidez desse diálogo.

Outra questão que não pode ser ignorada é a falta de conhecimento do papel da Arqueologia e seu potencial científico por parte dos arquitetos restauradores. A falta de mediação das instituições reguladoras entre os campos também contribui para a falta de interação desde o início do planejamento, onde nesse caso deveria existir uma prospecção arqueológica preventiva. Quando isso não acontece, a Arqueologia é introduzida em meio à obra com cronograma físico-financeiro já estabelecido, fortalecendo a imagem do arqueólogo como uma inconveniência legal ou fornecedor de informações que auxiliam a Arquitetura.

### 5.3 METODOLOGIA DE ANÁLISE

*(...) la arqueología es un producto del presente usado por el presente, por lo cual debemos estudiar el uso de la cultura material en el presente. (LEONE, 1978, p: 195)*

Neste ponto da discussão, assumem-se algumas premissas para uma melhor compreensão da metodologia de análise proposta:

Assim como as informações arqueológicas são produzidas através das interpretações dos dados arqueológicos no presente, é a intervenção arquitetônica. Ambas estão sujeitas aos recursos materiais e imateriais disponíveis no presente. A própria ação de buscar dar vida e novo sentido ao passado é produto da cognição humana e, portanto, uma ação cultural que marca a relação tempo *versus* espaço.

O processo de intervenção arquitetônica é complexo por envolver condicionantes em constante transformação, que flutuam entre agentes pragmáticos como a gestão política, a legislação, os cronogramas físicos e financeiros, por exemplo, assim como os agentes teóricos responsáveis por fundamentar as posturas e ações técnicas da intervenção sobre o bem cultural.

A materialidade dos artefatos representa as interpretações arqueológicas fornecidas pela Arqueologia. A intervenção arquitetônica, entre outras atribuições, possui a atribuição de transmitir tais interpretações através do tratamento fornecido aos artefatos.

Portanto a proposta para o processo de análise partirá do contexto histórico do bem cultural, considerando-se os resultados e interpretações arqueológicas contidas nos relatórios das pesquisas e a partir de então, analisando-se a intervenção arquitetônica, considerando-se o tratamento das informações arqueológicas que devem potencializar o valor histórico e arqueológico do bem cultural.

A metodologia adotada buscou avaliar o tratamento fornecido às estruturas arqueológicas, partindo-se dos dados fornecidos por elas, aferidos através das interpretações arqueológicas dos bens culturais selecionados. Como demonstrado no esquema operacional da Arqueologia da Arquitetura, proposto por Francovich (1988) disposto no tópico 4.3 na página

86 deste trabalho, os resultados das pesquisas arqueológicas podem se classificar dentre as seguintes:

- Cronológica: Unidades Estruturais de Sequência Temporal (fases construtivas).
- Funcional: funções através do tempo.
- Cultural: Contextos sincrônicos da sociedade responsável pela produção do bem.
- Caráter Geral: Relação com a sociedade, ambiência, condições socioeconômicas, políticas e ambientais.

Dentre as posturas que vêm sendo praticadas na contemporaneidade, discutidas no Capítulo 3, foi possível destacar as intervenções entre reconstruções parciais ou totais, preservação total da ruína com mínimas intervenções de adaptações e as restaurações. Dentro de cada prática, identificam-se técnicas que procuram se alinhar ao ideal interventivo proposto pelo arquiteto, baseado nos valores a serem preservados. Quanto às intervenções arquitetônicas sobre o pré-existente, a análise irá focar nos seguintes indicadores:

- Preservação da ruína - Tratamento da ruína e sua integração com os acréscimos contemporâneos de apoio e acesso.
- Distinguibilidade - Distinção entre os períodos e as técnicas utilizadas.
- Unidade potencial - Harmonia entre o pré-existente e os acréscimos através dos preenchimentos das lacunas.
- Adequação temporal e sustentabilidade - Função e relação com a configuração interna dos vãos.
- Falso histórico - Grau de preservação das estruturas pré-existentes perceptíveis no conjunto, sem o advento de falsificações, simulações ou réplicas.
- Perda patrimonial – Sobreposição do contemporâneo sobre o pré-existente dotado de valor patrimonial através de mutilações e demolições.

Considerando-se a sustentabilidade como um dos grandes obstáculos à sobrevivência do bem cultural na modernidade, ressalta-se a necessidade da integração deste bem com a sociedade na vida cotidiana, como um meio para “cumprir a sua missão maior de referenciar um povo e revelar sua memória” (CARSALADE, 2014, p. 503).

Logo a representação que o bem cultural assumiu no momento anterior, durante e posteriormente à intervenção e a relação com o meio urbano e social, legitimam o ato interventivo, projetando-o aos valores maiores de permanência. Logo, os resultados refletem as relações e ações ocorridas durante o processo de pesquisa arqueológica e arquitetônica, como a participação e o interesse das populações locais nos debates decisórios a respeito do patrimônio cultural, a integração entre os campos de conhecimento, as ações de Educação Patrimonial, a gestão de restauro, o uso atual, a consideração do entorno e o respeito às recomendações quanto às técnicas de restauro.

Por esta razão, os resultados das análises sobre os bens culturais, eleitos como amostra desta pesquisa, assim como as intervenções, serão representadas sob a seguinte classificação: Conceitual, Gestão e Técnica-Científica.

No quesito denominado “**Conceito**”, se considerou a inclusão social e a manutenção dos valores patrimoniais do bem como forma de avaliar a coerência da proposta de integração da sociedade com a função. O quesito “**Gestão**” observou a relação entre a função com a sustentabilidade do bem, considerando, ainda, a predeterminação da função antes das pesquisas arqueológicas. Enquanto a questão “**Técnica-científica**” se concentrou nas posturas interventivas arquitetônicas, considerando-se a preservação dos valores patrimoniais com foco no tratamento dispensado ao patrimônio arqueológico, e na relação com o bem.

Ainda sobre o item “Técnica/Científica”, com base nos dados arqueológicos, observou-se a prática mais comum da Arqueologia Preventiva, justificada pelo caráter de exigência legal<sup>32</sup>, a qual é solicitada como ferramenta da Arquitetura, para responder perguntas pontuais. Entretanto, apesar de menos praticada no contexto do Bairro do Recife, a “Arqueologia Científica” busca, principalmente, conhecer a sociedade que produziu o bem a partir de hipóteses levantadas pelo (a) pesquisador (a), ou seja, responder perguntas científicas. Por esta razão foi inserido na tabela o item “Arqueologia Científica”, para o conhecimento sobre as contribuições da disciplina arqueológica *per se*.

Os itens “Integridade” e “Autenticidade” estão relacionados aos conceitos próprios ao campo da Restauração, expostos no Capítulo 3, onde a presença na Tabela 01 tem como objetivo, sintetizar aspectos da relação entre o respeito aos valores patrimoniais do bem em contraste com a demanda econômica.

---

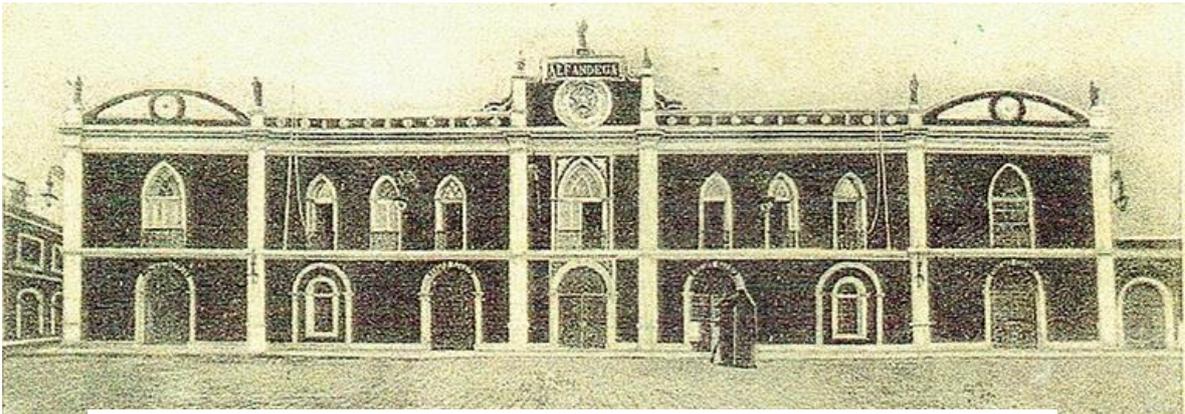
<sup>32</sup> Portaria nº, 230/2002, IPHAN.

#### 5.4 ANÁLISE DAS INTERVENÇÕES ARQUITETÔNICAS SOBRE OS BENS CULTURAIS E SEU TRATO COM AS ESTRUTURAS ARQUEOLÓGICAS NO BAIRRO DO RECIFE ENTRE OS ANOS 2000 – 2015.

##### 4.5 PAÇO ALFÂNDEGA (2000-2004)

A edificação que funciona atualmente como o Shopping Paço Alfândega, foi construída pelos padres Oratorianos da Congregação de São Felipe Néri, no ano de 1754, para fins religiosos e, posteriormente, foi ampliada e transformada em um convento, anexado no período à Igreja Madre de Deus. Após o processo de Independência do Brasil, o edifício passou a funcionar como Alfândega em 1826 (Figura 35).

**Figura 35:** Paço Alfândega, 1906.



Fonte: Simis, 2005.

**Figura 36:** Paço Alfândega, 2015.



Fonte: <https://visit.recife.br/>

Em 1839, o antigo convento foi separado da igreja, conseqüentemente, foi construída uma nova fachada, voltada para a lateral da igreja. Segundo Simis (2005), foram construídas duas torres na nova fachada, reproduzindo arcadas e as torres já existentes na fachada Sul, com o objetivo provável de atingir uma simetria característica do estilo Neoclássico. Foi possível observar que, no interior, tenham sido construídos armazéns nos pavimentos térreo e superior, no espaço ganho com a demolição das celas, que anteriormente pertenciam ao convento e serviam como dormitório para os padres.

Entretanto, por não se adequar fisicamente às necessidades alfandegárias, em 1932, passou a fazer parte dos bens da Santa Casa de Misericórdia do Recife, que locou o edifício para diversos fins independentes, entre eles o escritório de uma usina de açúcar, armazéns de mercadorias e estacionamento. Finalmente no ano 2002, integrando o Plano para Revitalização do Bairro do Recife, o edifício passou por uma intervenção para atender às necessidades de um centro de compras.

O projeto arquitetônico foi de autoria da Pontual Arquitetos, tendo Luciana Menezes como arquiteta associada, consultoria de restauro do arquiteto Jorge Passos e a pesquisa arqueológica foi coordenada pelas arqueólogas Ana Nascimento e Suely Luna, com assessoria do professor José Luís Mota Menezes através do Instituto Ouricuri.

#### 5.4.1 **Prospecção arqueológica**

Todas as modificações realizadas durante o século XX em diante ignoraram sua materialidade e contexto originais, além da unidade do edifício. Todavia no ano 2000, acerca de todas as discussões e arcabouço teórico produzido a partir das conferências internacionais, das políticas públicas e das leis vigentes, procurou se formular um estudo mais aprofundado do edifício, introduzindo-se a Arqueologia como uma auxiliar do projeto pré-concebido de intervenção do antigo convento para a transformação no atual Shopping Paço Alfândega.

As pesquisas arqueológicas partiram das imprecisões e vazios históricos, com o intuito de identificar e analisar as transformações arquitetônicas ocorridas ao longo da existência do Convento dos Padres da Congregação Oratoriana até o momento anterior ao atual Paço Alfândega. Para tal, foi necessário, além das prospecções em cotas negativas na área do edifício,

o estudo da prospecção e paginação das paredes, implantação do edifício e a relação do papel da Igreja e das ordens religiosas na estruturação urbana.

Entre seus resultados se encontram vestígios de paredes completas, parcialmente complementadas, mistas e os alicerces das paredes demolidas; pisos de Lioz, tijolos e lacunas; canelotas de pedra e alvenaria; pacotes sedimentares dos níveis de ocupação, aterros e camadas sedimentares. Além das estruturas foram resgatados mais de 32 fragmentos materiais e dezenas de peças entre louças, cerâmicas, grés, metais, piteiras, cachimbos.

O relatório arqueológico descreve as estruturas evidenciadas segmentando-as pelos setores de acordo com a imagem abaixo (SIMIS, 2005):

**Figura 37:** Planta de compatibilização dos resultados arqueológicos. A parte na cor laranja clara marca as sondagens arqueológicas.



Fonte: Simis, 2005.

**Figura 38:** Planta baixa térrea do Shopping Paço Alfândega.



Fonte: <https://pt.slideshare.net/10web/plano-de-media-pao>, 2011.

Na Ala Norte foram identificadas as seguintes estruturas:

Paredes: relativas ao período do convento foram complementadas pelas obras de adaptação para abrigar a Alfândega do século XIX. Estão distribuídas no Mirante Nordeste em uma parede e em partes da fachada interna como bases das novas paredes da Ala Norte.

Pisos: Todos remanescentes do período de funcionamento da Alfândega. O piso em Lioz, do final do século XIX e início do século XX estava localizado nos dois mirantes. O piso recente era composto por ladrilhos florais no vão da escada de madeira.

Pacote sedimentar: Aterro a 1,5m do nível da Rua da Alfândega; pacote sedimentar destruído em função da terraplanagem e reaterro das obras após o incêndio ocorrido no início do século XX, ocasião em que o edifício passou as feições Neogóticas.

Na Ala Leste foram identificadas as seguintes estruturas:

Paredes: completas com alcance até o segundo pavimento. Nelas estão localizados os maiores conjuntos de ornatos em cantaria do edifício. Cercaduras de arenito em vergas retas e de arco abatido e o cunhal provenientes do período conventual, este último sendo um forte indicador da delimitação do volume do primeiro bloco da fachada da Rua Madre de Deus; aberturas em formato ogival do período após o incêndio.

Pisos: também foram identificados o Lioz na interface com o torreão nordeste, ladrilhos com motivos geométricos e cimentados mais recentes e em um nível baixo vestígios de piso de tijoleira.

Na Ala Sul, considerada a área que sofreu menos intervenções após o período da Alfândega, foram identificadas as seguintes estruturas:

Paredes: paredes completas em alvenaria e as cercaduras de pedra dos antigos vão das celas (dormitórios dos padres), com arcadas abertas e outras entaipadas do período conventual sobre as quais no período da Alfândega houve uma ampliação com o acréscimo de mais dois pavimentos.

Pisos: O piso de Lioz foi aplicado em todo o piso dos pavimentos acrescidos. Arco de pedra para porta, com presença de soleira com acabamento em bocel voltado para a Ala Oeste que indica o sentido do trânsito dos religiosos.

Na Ala Oeste foram identificadas as seguintes estruturas:

Paredes: A inclinação e o alinhamento das fundações seguem as paredes da torre Nordeste do período conventual, que foram aproveitadas na ocasião da abertura da rua da Alfândega. O arco abatido em pedra configurava o acesso lateral ao convento.

Pisos: Evidência de marcação de piso da rua e da calçada através de vestígios de argamassa.

Com base nos vestígios descritos acima, foi possível inferir uma sequência estruturadora das etapas construtivas do edifício e as configurações espaciais ao longo da existência e das mudanças de função, a localização no espaço geográfico do limite com o Rio Capibaribe, além do reconhecimento da estrutura do antigo cais, calhas de escoamentos e o piso do calçamento relativo ao século XVIII (Figura 39).

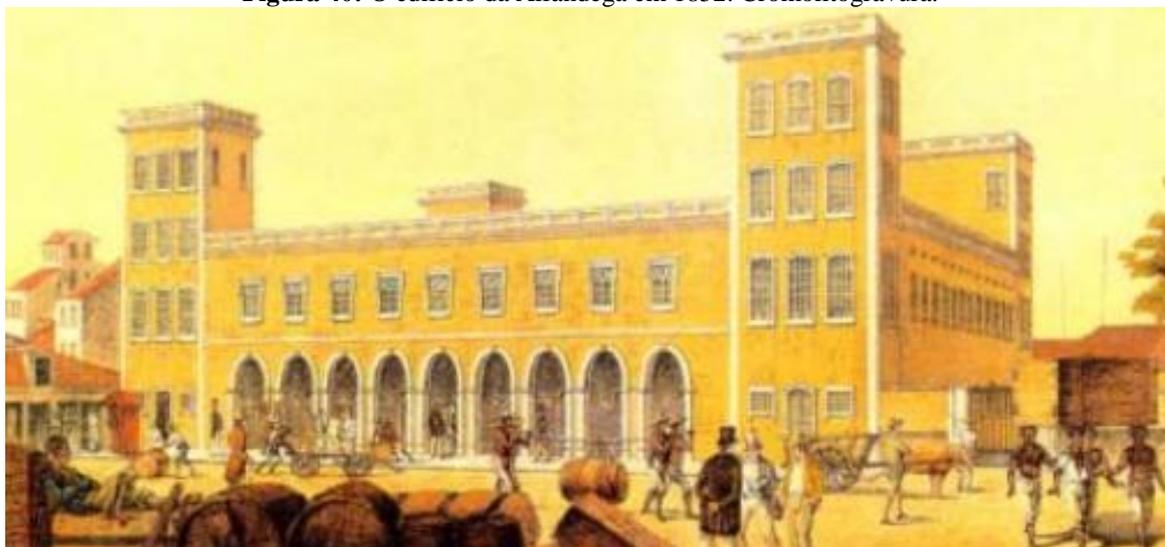
**Figura 39:** Reconstrução digital do convento oratoriano após a 3ª etapa construtiva.



Fonte: Tereza Simis, 2015.

Referentes ao período de funcionamento da Alfândega, foi possível identificar as arcadas da fachada Norte, construída após o desmembramento da igreja. Além disso, constatou-se a existência das salas no térreo, que funcionaram como escritórios, cujas marcas deixadas no edifício foram o entaipamento das arcadas e a construção de paredes que interceptavam os antigos vãos. No período em que foi necessária a armazenagem de sacas de açúcar, foram demolidas partes do pavimento superior e entaipados outros vãos (Figura 40).

**Figura 40:** O edifício da Alfândega em 1852. Cromolitogravura.



Fonte: Cedida pelo prof. Dr. José Luiz Mota Menezes.

Na busca por abarcar as relações do entorno histórico do edifício da antiga Alfândega, é necessário considerar que a área de atividades portuárias, abrangia também a estrutura do Forte do Matos utilizada para armazenagem desde 1730. Entretanto, a relação entre os edifícios remonta ao período de suas construções, ambos produtos da parceria entre os portugueses, através do empreiteiro Antônio Fernandes de Matos com os padres oratorianos (SILVA JR., 2006).

Na construção do edifício garagem do shopping Paço Alfândega, se iniciaram as escavações arqueológicas nos quarteirões números 271 (na área dos armazéns ao lado da Alfândega), 320 e 321 (terrenos baldios). A pesquisa arqueológica foi realizada pelo Instituto Ouricuri, coordenadas pelas arqueólogas Ana Nascimento e Suely Luna. Nesta ocasião foram evidenciados os alicerces do pórtico de entrada e parte das paredes da Fortaleza da Madre de Deus e São Pedro, mais conhecida como Forte do Matos, que funcionou como tal desde sua construção em 1685 até o ano 1730.

A pesquisa arqueológica resgatou numerosos artefatos relacionados ao cotidiano da área portuária de vários períodos entre os quais: fragmentos de cerâmica, ossos de animais variados, utensílios diversos, como chaves, tesouras, cachimbos brasileiros e europeus, garrafas de tinta francesas e uma navalha com cabo de osso, uma variada coleção de moedas e alguns botões de ouro.

**Figura 41:** Localização do paço Alfândega, Forte do Matos, Cais do Lamarão e entorno.



Fonte: Produzida pelo escritório Paulo Mendes da Rocha, extraída de Silva Jr (2006)

#### 5.4.2 Projeto de intervenção

O projeto arquitetônico de intervenção do antigo convento partiu da ideia previamente concebida de adaptação para o novo empreendimento, que compunha o Plano de Reabilitação do Polo Alfândega. De fato, a concepção da nova função do edifício precedeu o conhecimento completo da materialidade do bem através da Arqueologia. A função determinada como centro comercial balizou as diretrizes técnicas para a intervenção do bem.

De acordo com Zárata e Moreira (2010) o estado de conservação do edifício evidenciava as transformações que sofreu ao longo da existência e diversos usos impressos nas aberturas e vãos entre portas, janelas e arcadas, mesmo as que se encontravam entaipadas se encontravam facilmente visíveis. As fachadas há algum tempo tinham perdido a leitura pela presença das caixas de ar-condicionado, embora conservassem integralmente elementos ornamentais, como o brasão e a escultura marcantes de valor artístico e histórico relativo ao período de funcionamento da Santa Casa de Misericórdia (Figuras 42 e 43).

**Figura 42:** Brasão da Santa Casa de Misericórdia.



Fonte: Jobson Figueredo, 2003.

**Figura 43:** Escultura sobre frontispício sobre a data de 1932 referente a Santa Casa de Misericórdia.



Fonte: Jobson Figueredo, 2003.

O estado de conservação da cobertura apresentava perdas das telhas originais do tipo colonial, substituídas por telhas de amianto e a estrutura em madeira estava comprometida pela presença de cupins. A diversidade de pisos do edifício entre mosaicos, soalhos de madeira e de cantaria e Lioz, ainda se conservavam e os demais trechos haviam sido substituídos por cimentado recente. A escada em madeira proveniente do início do século XX se encontrava em bom estado de conservação (Figura 44).

**Figura 44:** Escadas em madeira localizadas na Ala Norte.



Fonte: Luciana Menezes, 2001.

Como discutido ao longo deste trabalho, os valores atribuídos ao bem cultural terminam por direcionar, ou deveriam, as medidas para a preservação. Dentre os valores patrimoniais que compunham o edifício da antiga Alfândega, Zárate e Moreira (2010) destacam o valor histórico pelo testemunho da formação da história do Bairro do Recife através dos vários usos ao longo da existência. Destacam-se o seu valor artístico, por reunir elementos estéticos de vários períodos, além do valor paisagístico, marcado pelas margens do rio Capibaribe junto a outros edifícios de valor idêntico.

Com base no conhecimento do estado de conservação e no resultado das pesquisas arqueológicas, foi possível desenvolver a análise que se baseou em diversas ações observadas na intervenção, entre elas, na interferência direta sobre os testemunhos encontrados intactos do período contemporâneo ao convento, a exemplo dos arcos e da parede completa como exposto anteriormente. Entre as várias perdas sofridas na intervenção se encontram as esculturas que ornamentavam a cobertura (Figura 43) que foram removidas e a escada em madeira que não foi incorporada ao projeto.

A intervenção do edifício histórico foi motivada pelo objetivo de adaptá-lo para abrigar o centro comercial atualmente existente, o Shopping Paço Alfândega. Foi necessária uma grande transformação na configuração interna original do edifício para comportar a nova função. A necessidade de atender às normas referentes ao projeto de um centro comercial, englobando acessibilidade, proteção contra incêndio, iluminação e instalações elétricas e

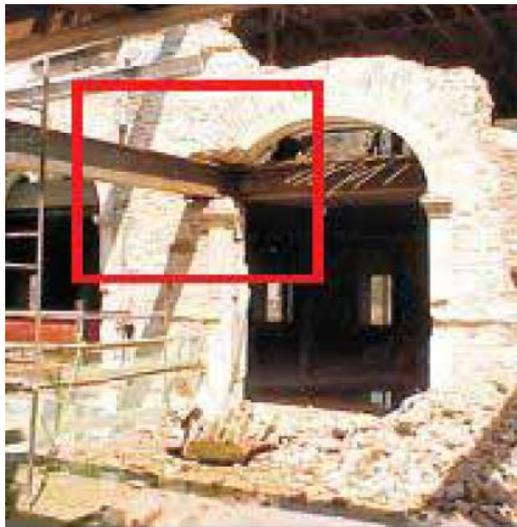
hidráulicas, refrigeração entre outras, que tornaram necessária a inserção de elementos contemporâneos robustos (Figura 48).

O resultado foi uma reconstrução que impôs as adaptações necessária a nova função, com o sacrifício de um tratamento adequado aos remanescentes arqueológicos e da espacialidade arquitetônica, principalmente do interior do edifício, cuja leitura ainda era possível na ocasião da intervenção.

Acerca disso, se encontra o papel designado à equipe de Arqueologia como auxiliar da Arquitetura, com a finalidade além das especificadas acima, colaborar na definição das estruturas originais do prédio com o fim de conservá-las. Como resultado das prospecções, foi tomada a decisão de manter tais paredes sem rebocos, revelando as técnicas construtivas de alvenaria, ora composta somente por tijolos maciços, ora mistas (tijolos e pedras) ligadas por argamassa. Entretanto, essa conservação foi realizada em trecho seccionados, com exceção da parede completa com a arcada dupla na Ala Oeste, que provavelmente foi o único remanescente mantido em sua integridade.

As fachadas, cujas integridades ainda se mantinham apesar do mau estado de conservação, foram reconstruídas com aspecto bastante próximo ao edifício da antiga Alfândega, com exceção da marcação da abertura de acesso principal ao Shopping, que pode ser compreendida como uma manifestação artística contemporânea que se confrontou com o registro histórico ao qual se propôs a fazer menção, como o próprio nome do empreendimento reproduz.

**Figura 45:** Viga interceptando a arcada do antigo convento oratoriano.



Fonte: Zárate e Moreira, 2010.

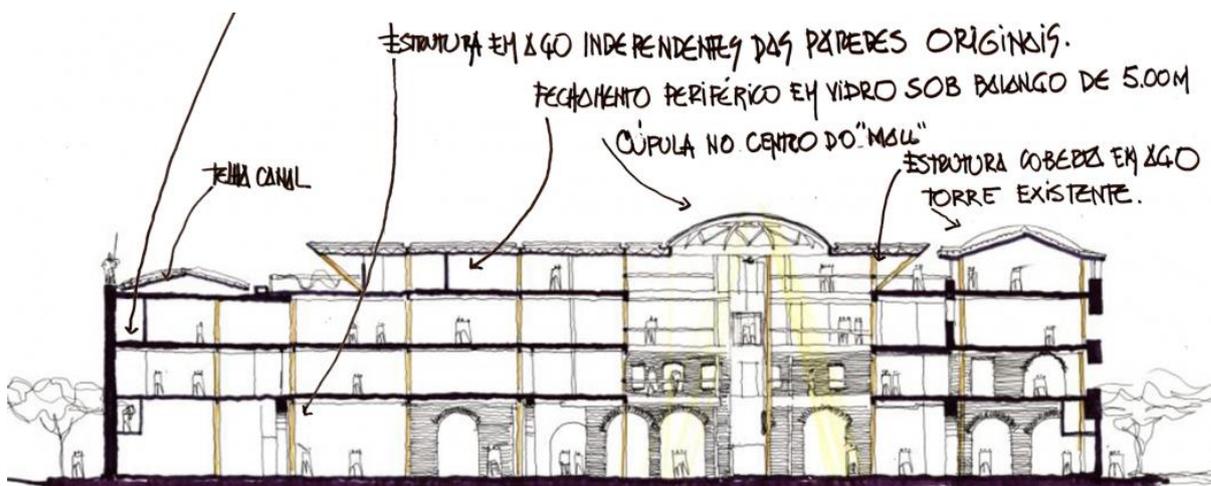
**Figura 46:** Topo da antiga parede do período conventual sobressaindo-se no pavimento superior. A leitura da arcada foi completamente perdida.



Fonte: Zárate e Moreira, 2010.

O partido arquitetônico se fundamentou no contraste entre os elementos novos e os antigos, deixando à mostra as novas inserções e adaptações (Figura 48).

**Figura 47:** Corte longitudinal esquemático mostrando detalhes dos novos elementos concebidos no projeto.



Fonte: <http://pontualarquitectos.com.br/int/alfandega>

Entre as inserções mais visíveis estão o elevador panorâmico, o duto de refrigeração, as escadas rolantes, as placas de sinalização, os guarda-corpos, os novos pilares, entre tantos outros elementos indispensáveis ao programa de necessidades de um shopping. Além das

adaptações indispensáveis, foram projetados elementos de destaque artístico, tais como a cúpula em vitral, que remete à uma rosa dos ventos e no piso uma paginação em mosaico.

**Figura 48:** Indicação de alguns elementos de destaque que revelam o contraste entre o novo e o antigo.



Fonte: Imagem modificada pela autora sobre a base original disponível em:  
<http://pontualarquitetos.com.br/int/alfandega>

Como ação educativa, um espaço no edifício foi reservado para abrigar o acervo arqueológico, resgatado durante as escavações com a exposição temporária “Ar’racif Alfândega”.

### 5.4.3 Análise da relação entre a arqueologia e arquitetura

Com base em tudo o que foi exposto nos capítulos anteriores, especialmente fazendo-se referência às Recomendações Internacionais no trato dos bens culturais, fica evidente que a intenção não foi a de uma Restauração, uma vez que fere os princípios determinantes quando não obteve como objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento, terminando onde começa a hipótese (CARTA DE VENEZA, 1964).

Ainda que se considere o conceito contemporâneo do restauro crítico articulado por Carbonara (2006), citado no Capítulo 3 desta pesquisa, que propõe como base fundamental do restauro não as questões técnicas propriamente, mas partindo-se da ideia do reconhecimento de obra de arte.

Neste caso, a condição de obra de arte é que deve condicionar o restauro e não o oposto, observam-se que as ações interventivas não foram norteadas pelo reconhecimento do valor artístico, uma vez que os traços mais marcantes através das fachadas originais não foram mantidos, quando se optou por uma releitura contemporânea como comentado anteriormente. Tampouco foram norteadas pelo valor histórico e arqueológico, visto que as estruturas que materializam tais valores foram deixadas em plano secundário ou foram omitidas, ou mesmo descaracterizadas. Mesmo que se compreenda que a intervenção neste caso não se configura como restauro, mas como uma reconstrução da antiga Alfândega, não se deve relegar ao obscurantismo toda a história materializada pelas estruturas arqueológicas e arquitetônicas dos períodos anteriores do edifício. Condição reforçada na Carta de Burra:

A reconstrução deve ser efetivada quando constituir condição *sine qua non* de sobrevivência de um bem cuja integridade tenha sido comprometida por desgastes ou modificações, ou quando possibilite restabelecer ao conjunto de um bem uma significação cultural perdida (1980, p. 4).

Portanto, dentre as informações arqueológicas sintetizadas no esquema disposto no Capítulo 4 como Metodologia de Análise, podem-se destacar as seguintes informações:

- Cronológica: 3 etapas construtivas em relação ao período do convento;
- Funcional: Convento Oratoriano, Alfândega, Santa Casa de Misericórdia
- Cultural: Materiais construtivos, restos orgânicos de animais, louças, porcelana, faiança.
- Caráter Geral: Relação com a sociedade, ambiência, condições socioeconômicas, políticas e ambientais.

Seguindo com a proposta metodológica, dispõem-se os tópicos a serem considerados na relação entre as estruturas arqueológicas e o tratamento arquitetônico dispensado às mesmas:

- Preservação da ruína - Tratamento da ruína e sua integração com os acréscimos contemporâneos de apoio e acesso.

As contribuições arqueológicas relativas à cronologia e as funções desempenhadas pelo edifício materializadas pelos vestígios arqueológicos tratados anteriormente neste capítulo, não receberam um tratamento que permita a comunicação dessas informações através da intervenção. Quando se parte do princípio de que a Arqueologia vai além da materialidade, quando se renuncia às interpretações arqueológicas no processo de restauração de um bem edificado, também se abre mão de uma visão antropológica dos períodos históricos que poderão agregar a proposta de conservação integrada do bem cultural. Não se refere neste caso específico às modificações técnicas projetuais, mas à decisão conceitual, partindo-se do valor patrimonial do bem.

- Distinguilidade - Distinção entre os períodos e as técnicas utilizadas.

Como observado, as inserções de novos elementos contemporâneos e destacam dos antigos, mantendo o princípio da distinguilidade entre os períodos, marcando o período da intervenção e evitando um falso histórico.

- Unidade potencial - Harmonia entre o pré-existente e os acréscimos através dos preenchimentos das lacunas.

Na busca por uma unidade estilística, cujo objetivo vai de encontro mais uma vez aos princípios da Restauração, deixou como estruturas “coadjuvantes” as estruturas arqueológicas que fornecem ao novo edifício um caráter pitoresco, mas que deturpam seu valor original histórico e artístico.

As estruturas contemporâneas se impõem sobre as mais antigas, tornando discutível o alcance da harmonia entre períodos.

- Adequação temporal e sustentabilidade - Função e relação com a configuração interna dos vãos.

O julgamento dos elementos a serem conservados ou eliminados foram claramente norteados pelas necessidades técnicas do novo uso do edifício, cujo respeito ao caráter histórico e artístico, preconizado na Carta de Atenas (1931) no item “Doutrinas, princípios gerais” onde recomenda-se que se mantenha uma utilização dos monumentos, que assegure a continuidade da vida, destinando-os sempre às finalidades que respeitem o caráter histórico e artístico, não foi priorizado.

No quesito “sustentabilidade” a revitalização do Polo Alfândega, incluindo o projeto do Paço Alfândega seguiu uma tendência de gestão do espaço público com vistas à revitalização do Bairro do Recife em atrair recursos através principalmente de atividades de lazer, comércio e turismo, como já havia sido realizado no Polo Bom Jesus. A ideia do shopping foi resultado de uma pesquisa de mercado que visou identificar quais eram as perspectivas de consumo e investidores interessados, que tinha por objetivo recuperar o patrimônio visando sua sustentabilidade econômica (VIEIRA, 2006).

- Falso histórico - Grau de preservação das estruturas pré-existentes perceptíveis no conjunto, sem o advento de falsificações, simulações ou réplicas.

Do ponto de vista das Recomendações Internacionais, o edifício originado como convento sofreu alterações para se adequar à nova função, que o descaracterizaram, ferindo o princípio da autenticidade. As fachadas que não estavam em bom estado de conservação, segundo Zarade & Moreira (2010), guardavam ainda grande parte da integridade no momento anterior à intervenção. Como consequência, o valor histórico e arqueológico do edifício sofreu alterações de caráter irreversível.

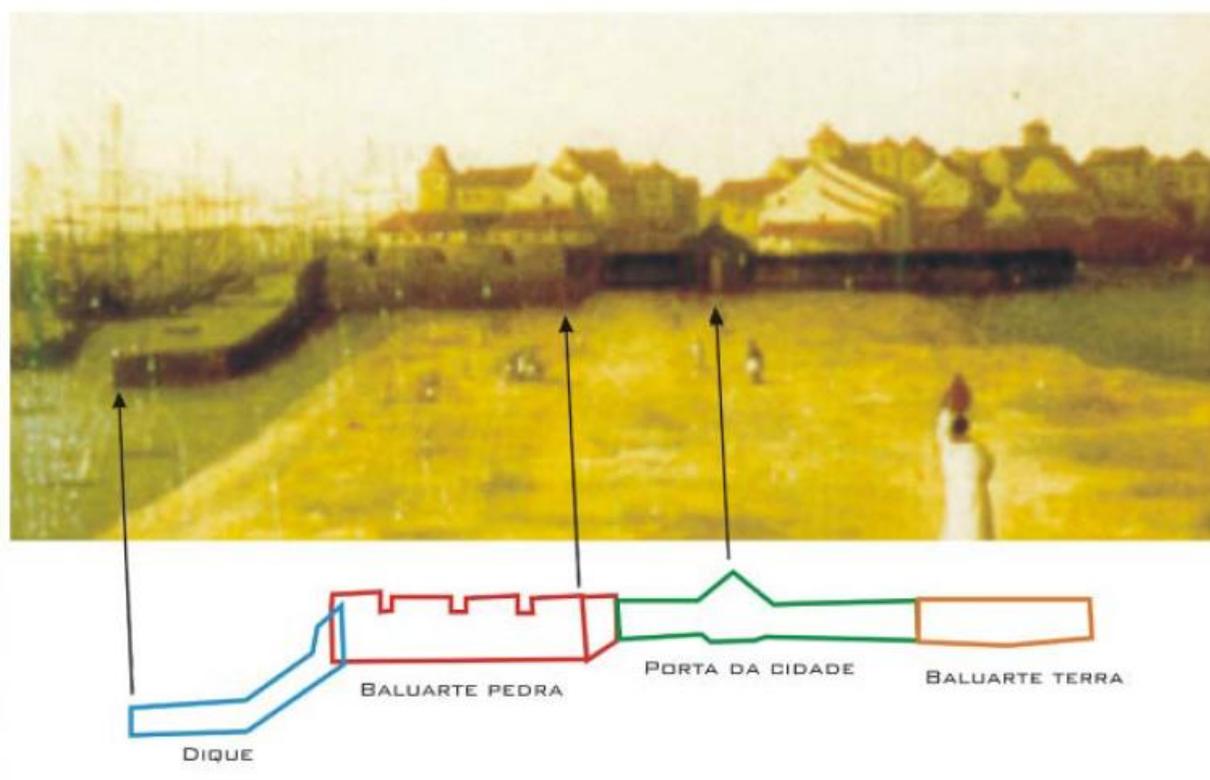
- Perda patrimonial – Sobreposição do contemporâneo sobre o pré-existente dotado de valor patrimonial através de mutilações e demolições.

Este é o tópico de maior relevância dentro da intervenção do edifício. Entre as perdas do acervo material já discutido anteriormente, que resultou no prejuízo do valor histórico, arqueológico e artístico do bem. Considerando-se que a intervenção sobre o patrimônio deve “(...) garantir ao bem cultural a autenticidade e a alma do lugar” (CARSALADE, 2014, p:503), observa-se que a proposta de uso não se adequou a uma postura conservacionista e que pode ter resultado na perda de uma memória histórica. Entretanto, esse vêm sendo um dos grandes desafios enfrentados pela conservação, o equilíbrio entre a preservação dos valores patrimoniais e o desenvolvimento econômico necessário para a continuidade.

## 5.5 BALUARTE PORTA DA TERRA (2004-2005)

O Baluarte Porta da Terra, cujo vestígios arqueológicos se encontram expostos a céu aberto no Bairro do Recife, é um dos elementos do muro construído em torno da área do porto nas primeiras décadas do século XVII. A construção foi realizada em alvenaria de pedras e foi concebido originalmente para servir como uma barreira de contenção contra os avanços das águas do mar, possuindo a forma de baluarte para agregar a função de proteção militar (MEDEIROS, 2005). A localização se dava ao lado da “Porta da Terra”, um dos três acessos principais à cidade fortificada, assim denominada por ficar voltada para o istmo que ligava o porto do Recife à Olinda (Figura 49).

**Figura 49:** Visão longitudinal do Baluarte Porta da Terra no século XVII.



Fonte: Imagem original atribuída a Franz Post, modificada por Medeiros, 2005.

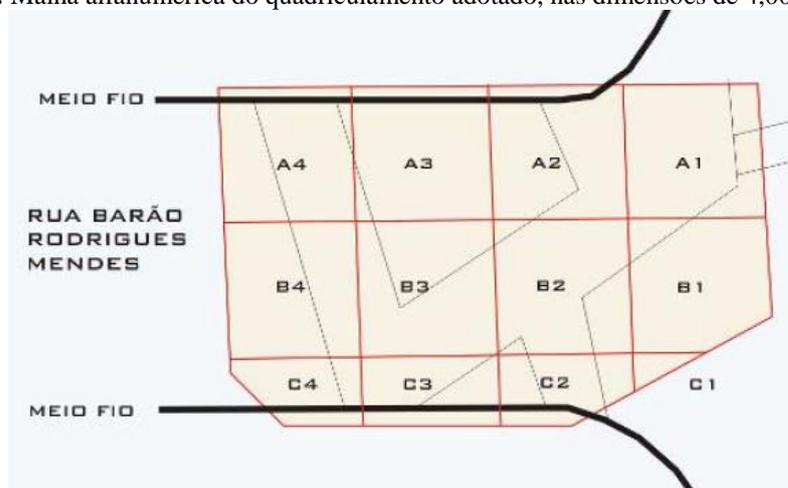
O baluarte foi evidenciado durante o acompanhamento arqueológico da execução das obras do Programa Luz e Tecnologia em 2001, cujo objetivo era reduzir a poluição visual do Bairro do Recife através do embutimento da fiação elétrica da rede de iluminação pública. A localização atual se encontra entre a Avenida Alfredo Lisboa e a Rua Barão de Rodrigues. A

equipe de Arqueologia da UFPE conduziu a pesquisa arqueológica até o ano de 2004. De acordo com Medeiros (2005), em alguma medida a pesquisa arqueológica foi direcionada pela proposta de um Museu a Céu Aberto, desta forma alguns cuidados quanto aos níveis e aspectos da estrutura foram tomados durante as prospecções arqueológicas.

### 5.5.1 Prospecção Arqueológica

As pesquisas arqueológicas ocorreram em 2004, sob a coordenação da arqueóloga e professora da UFPE, Dra. Anne-Marie Pessis<sup>33</sup>. Outras áreas além da secção do baluarte exposta atualmente foram identificadas. Segundo Medeiros (2005) apesar de os aterros das áreas dentro da cidade fortificada terem sofrido perturbações consideráveis pelas reformas urbanas, foram neles que se evidenciaram os artefatos mais antigos. A autora também ressaltou que a pesquisa arqueológica foi guiada pela necessidade de evidenciar toda a estrutura arqueológica para atender ao projeto museológico (Figura 50).

**Figura 50:** Malha alfanumérica do quadriculamento adotado, nas dimensões de 4,00m x 4,00m.



Fonte: Medeiros, 2005.

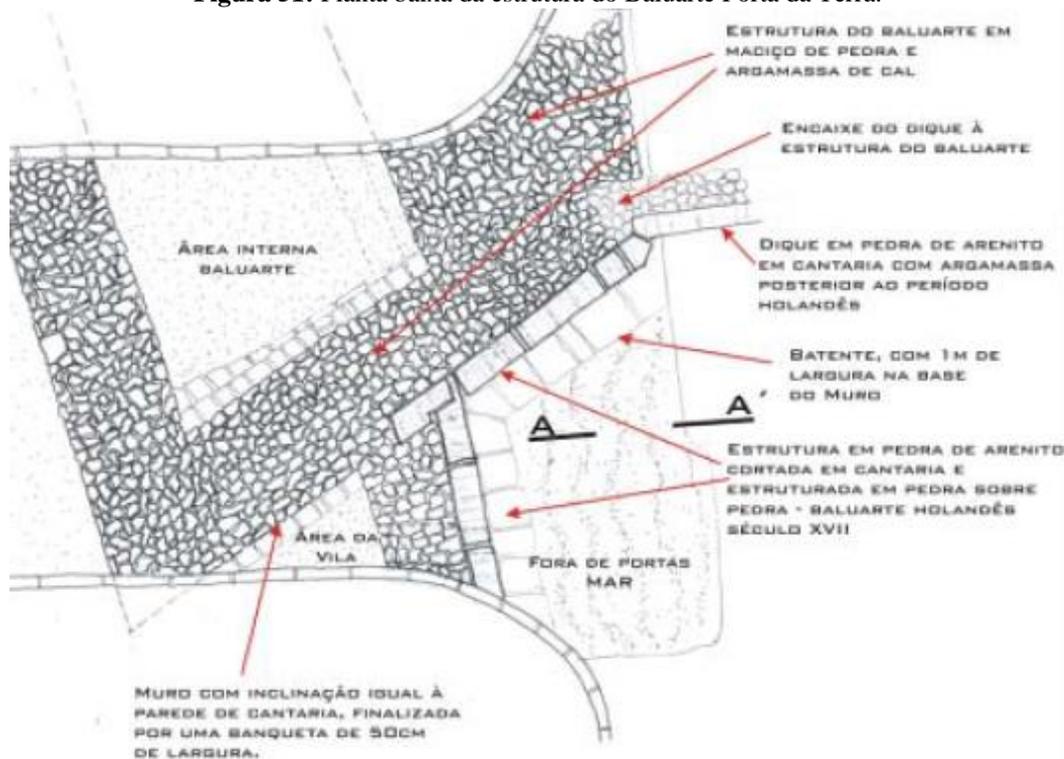
O método de prospecção adotado pela equipe de Arqueologia foi o de níveis artificiais, tomando-se como base o histórico de aterros do Bairro do Recife. A área fora de portas concentrou o descarte de materiais arqueológicos de uso cotidiano provenientes, do século XVII

<sup>33</sup> Sob a Portaria IPHAN nº.119, publicada em 23/06/2004 no Diário Oficial da União – D.O.U.

ao XX, com uma presença elevada de materiais de aterro da reforma urbana, ocorrida em 1913. Entre eles, se encontram principalmente vestígios de faianças inglesas e portuguesas, cachimbos holandeses e ingleses, fragmentos de cerâmicas utilitárias, moedas, projeteis de chumbo, materiais de uso pessoal, como escovas de dentes em madeira, joias e talheres. Não demonstraram, no entanto, diferenciação dos escavados em outras áreas já prospectadas no Bairro do Recife (Figura 51).

Além de todo acervo arqueológico, o levantamento topográfico do sítio também forneceu o mapeamento da estrutura arqueológica, a fim de confrontar com a cartografia produzida em 1771 do baluarte. Os registros arqueológicos correspondem às etapas distintas do processo de transformação urbana do Recife.

**Figura 51:** Planta baixa da estrutura do Baluarte Porta da Terra.



Fonte: Medeiros, 2005.

Entre os resultados obtidos da escavação estão a identificação de três momentos diferentes de aterros. O primeiro corresponde à área interna da muralha durante período de construção do Forte Bom Jesus e da capela de mesmo nome no século XVII. O segundo se

relaciona com a demolição da Capela do Bom Jesus e nivelamento da rua na ocasião da construção do Arsenal da Marinha no século XIX e o terceiro se localiza no aterro da parte externa da muralha, durante a reforma de 1913, para a implantação da Avenida Alfredo Lisboa. Além disto, foram identificadas oito estruturas distintas:

1- (...)baluarte, em cantaria de pedra muito bem aparelhada; 2- (...) dique do Arsenal da Marinha, também em pedra de cantaria, mas com dimensões menores; 3- estrutura em argamassa de pedra e cal no interior do baluarte; 4- estrutura em pedra e cal com pedras amareladas e pastosas, (...) formando um dique como mostra a figura de 1788 do soldado José de Oliveira Barbosa; 5- (...) tijoleira dos alicerces do correio antigo; 6- (...) tijoleira do quarteirão ou da Porta do Bom Jesus; 7- galerias de águas pluviais com estruturas de arco compostas por tijolos acunhados; 8- tijoleira com forma sextavada, que corresponde ao chafariz 16 em frente à Praça do Arsenal da Marinha, hoje Torre Malakoff. (MEDEIROS, 2005, p.58).

Uma das contribuições da pesquisa arqueológica foi a correção do posicionamento da junção do dique ao baluarte e das construções e quadras vizinhas, através da sobreposição cartográfica da planta do Bairro do Recife de 1888. Também se confirmou a hipótese levantada por Medeiros (2005) de que os baluartes, assim como o muro, foram construídos avançando sobre o mar.

Os artefatos evidenciados durante as prospecções estavam distribuídos entre os aterros das áreas da parte interna do baluarte e da cidade que correspondem aos mais antigos e do aterro “fora de portas”, correspondente ao dique. Ambas as áreas apresentaram artefatos variados, representando através da materialidade a vida cotidiana entre os séculos XVII e XX (Figura 52).

(...) faianças finas e grossas, cachimbos, fragmentos de vasilhas, cerâmicas utilitárias, moedas, pequenas balas de chumbo, materiais férreos e vítreos, materiais construtivos como argamassas, tijolos e telhas. (...) escovas de dentes em madeira, complementos do vestuário, joias, talheres. (MEDEIROS, 2005, p:73)

**Figura 52:** Amostra de objetos do cotidiano evidenciados durante as prospecções arqueológicas.



F

Fonte: Medeiros, 2005.

Uma enorme quantidade de artefatos foi coletada e analisada em laboratório, sua gestão foi realizada como prevista na legislação já citada no Capítulo 1 desta pesquisa, pela instituição apontada no processo de solicitação de emissão de portaria da pesquisa arqueológica, onde no referido caso foi o Núcleo de Estudos Arqueológicos (NEA), departamento da UFPE (Figura 53).

**Figura 53:** Amostra de objetos do cotidiano evidenciados durante as prospecções arqueológicas.



Fonte: Medeiros, 2005.

### 5.5.2 Projeto de intervenção

Após as prospecções arqueológicas, a Diretoria de Programas Especiais da URB/Recife permaneceu com a ideia inicial da exposição da estrutura do Baluarte Porta da Terra ao público com a intenção de fornecer um caráter museológico. Esta intervenção pode ser analisada de modo segmentado, em duas etapas. A primeira diz respeito às ações técnicas de consolidação da ruína da seção do Baluarte e a segunda é referente às obras de apoio necessárias ao tratamento de museu à céu aberto, que consiste no agenciamento de acesso e comunicação sobre o processo histórico do mesmo.

A primeira etapa foi realizada através de um convênio técnico e financeiro celebrado entre o CECI e a Empresa de Urbanização do Recife (URB) em 2004 para a Restauração da ruína. A intervenção buscou a reintegração dos vestígios arqueológicos através dos preenchimentos das lacunas na alvenaria causadas pela inserção dos dutos durante as obras de saneamento no início do século XX (Figuras 54 e 55).

**Figura 54:** Sítio Baluarte Porta da Terra com presença de acúmulo de água e manchas de infiltração.



Fonte: Autora, 2019.

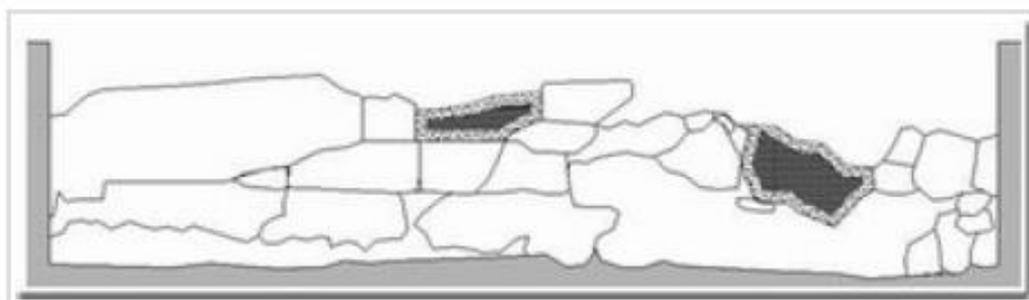
**Figura 55:** Guarda-corpo do sítio Baluarte Porta da Terra com vidro depredado.



Fonte: Autora, 2019.

Apesar da ação interventiva ter considerado na proposta a unidade estilística na busca por “facilitar a compreensão do monumento”<sup>34</sup>, se optou pela mínima intervenção em que se prioriza a preservação do valor histórico e arqueológico em detrimento do valor artístico (Figura 56). O fato é que a intervenção se ateu a materialidade do bem, desconsiderando os valores simbólicos e arqueológicos que o elencaram a condição de patrimônio.

**Figura 56:** Secção mostrando o preenchimento das lacunas realizado segundo projeto de restauro.



Fonte: CECI 2004-2007.

<sup>34</sup> <http://www.cec-br.org/cec-br/noticias/267-baluarte-porta-da-terra.html>. Citando a Carta de Veneza, Art. 15º e Carta de Restauro, 1972, Art. 4º.

A segunda etapa diz respeito à tentativa de fornecer um tratamento museológico com a inserção de mínimos elementos contemporâneos, entre eles um guarda-corpo com estrutura metálica e vidro temperado, com secção retangular, para resguardar a ruína; um painel informativo em vidro temperado e estrutura em alumínio e um banco em cimento (Figura 57).

O projeto não contemplou a exposição ou integração dos artefatos evidenciados durante as pesquisas arqueológicas, mostrando como objetivo a espetacularização da ruína e sem leitura do conjunto, ou nenhum recurso que fornecesse essa leitura em função de sua estrutura completa não ter resistido a passagem do tempo. A proposta de manter um sítio arqueológico a céu aberto sem uma leitura íntegra do valor simbólico da ruína culminou em na ausência de percepção de seu valor simbólico e arqueológico no presente.

**Figura 57:** Museu a céu aberto – Baluarte Porta da Terra.



Fonte: Imagem capturada do googleearth.com, 2020.

### **5.5.3 Análise da relação entre a arqueologia e arquitetura**

A situação de um monumento trazido à luz se distingue de uma realidade em que o bem vem sendo transformado na dimensão material e simbólica no contexto urbano com o passar dos anos. Esta é a realidade de uma ruína arqueológica em um meio urbano. A materialidade

permaneceu “adormecida” alheia às transformações e dinâmicas inatas da sociedade e quando “acordada” se transforma em uma janela no tempo.

O uso do Baluarte Porta da Terra como barreira e proteção da vila, fez sentido no período de consolidação da colônia e foi palco de muitos acontecimentos, entretanto, na atualidade terá o valor de rememoração celebrado através de uma função social, como é o caso do tratamento museológico fornecido à ruína.

A nova função atribuída possui o intuito de ressignificação da ruína ao reinseri-la em um novo contexto social, cultural e temporal. CARSALADE (2014) chama a atenção para o fato de que a ressignificação não se trata de uma atualização com o propósito de tornar o antigo palatável ao gosto contemporâneo, mas integrá-lo à dinâmica cotidiana não pelo contraste, mas pela naturalidade da inserção.

Outra reflexão que se alinha com a crítica realizada por Husseyn (2014) que foi tratada no Capítulo 3, é que se torna desafiadora a proposição de soluções para a preservação de uma ruína arqueológica numa sociedade corrompida pelo Capitalismo que não se relaciona de forma salutar com a decadência material renegando-a a um limbo temporal.

A proposta de intervenção mínima é recomendada considerando a preservação da materialidade da ruína, entretanto os acréscimos contemporâneos podem não ter sido eficientes na comunicação do valor simbólico que a torna um patrimônio. Soluções museológicas são frequentemente utilizadas como meio de informação para estruturas que não se comunicam por si, tal é o caso da secção do Baluarte Porta da Terra. Uma vez que o monumento íntegro é composto pela muralha construída pelos batavos no século XVII e os demais acessos. Há uma lacuna cultural e temporal que só poderá ser vencida com um projeto de conservação integrada que resolva esse desafio.

Portanto, dentre as informações arqueológicas sintetizadas no esquema disposto no Capítulo 4, como Metodologia de Análise, podem-se destacar as seguintes informações:

- Cronológica: 3 etapas construtivas em relação à construção da muralha;
- Funcional: a princípio para contenção contra o avanço das águas e posteriormente com a função de proteção da vila.
- Cultural: faianças finas e grossas, cachimbos, fragmentos de vasilhas, cerâmicas utilitárias, moedas, pequenas balas de chumbo, materiais férreos e vítreos, materiais

construtivos como argamassas, tijolos e telhas, escovas de dentes em madeira, complementos do vestuário, joias, talheres.

- Caráter Geral: O Baluarte Porta da Terra integrou-se à dinâmica da sociedade colonial. Relacionada a sua estrutura estavam as portas da cidade, a capela e a própria muralha. Sua materialidade pode ser representada como símbolo de resistência militar, marco de expansão urbana e transformação tecnológica. Os artefatos representam entre outras coisas a estrutura cultural e social do período colonial através do padrão de consumo, hábitos e comércio.

Seguindo-se com a proposta metodológica, dispõem-se os tópicos a serem considerados na relação entre as estruturas arqueológicas e o tratamento arquitetônico dispensado às mesmas:

- Preservação da ruína - Tratamento da ruína e integração com os acréscimos contemporâneos de apoio e acesso.

Além da do projeto de restauração da ruína em um nível inferior ao da rua, foram inseridos elementos de apoio e comunicação como o guarda-corpo em alumínio e vidro temperado, a placa de sinalização sobre a estrutura arqueológica e o banco em cimento.

- Distinguilidade - Distinção entre os períodos e as técnicas utilizadas.

Este princípio foi adotado tanto na restauração da ruína em si quanto nas inserções de apoio e sinalização.

- Unidade potencial - Harmonia entre o pré-existente e os acréscimos através dos preenchimentos das lacunas.

No caso primeiro caso, com o preenchimento das lacunas, foi realizado um trabalho de harmonização entre os extratos novos e antigos, sem grande contraste à primeira vista, mas evidente a uma curta distância alcançando a unidade potencial. Já as inserções contemporâneas optaram pelo contraste, marcando o período da intervenção.

- Adequação temporal e sustentabilidade - Função e sua relação com a configuração interna dos vãos.

Seguindo-se com o tom da discussão, torna-se possível realizar questionamentos sobre o tratamento interventivo fornecido à ruína do Baluarte Porta da Terra. Algumas contradições são observadas na intervenção, entre elas fica evidente que os elementos arquitetônicos como

o nível do piso e o guarda corpo circundante à estrutura demonstram a intenção de protegê-la das ações antrópicas, mas desconsidera as ações das intempéries como o acúmulo de águas pluviais.

O tratamento museológico se resume às estruturas inseridas. Os artefatos evidenciados durante a prospecção não foram incluídos no projeto. Não existe qualquer trabalho de manutenção da estrutura do museu ou de Educação Patrimonial de apoio ao “museu a céu aberto”.

- Falso histórico - Grau de preservação das estruturas pré-existentes perceptíveis no conjunto, sem o advento de falsificações, simulações ou réplicas.

Do ponto de vista da restauração não houve acometimento de um falso histórico, uma vez que o princípio da distinguibilidade entre os períodos de construção e restauro ficaram evidentes.

- Perda patrimonial – Sobreposição do contemporâneo sobre o pré-existente dotado de valor patrimonial através de mutilações e demolições.

A intervenção arquitetônica buscou na preservação da ruína do Baluarte Porta da Terra, manter exposto o testemunho material do período ocupação holandesa como narrativa histórica do Bairro do Recife. Entretanto, a inserção moderna do guarda-corpo causa mais isolamento do que a proteção do monumento contra as ações de depredação e das inundações ocasionadas pelas chuvas.

A crítica que se faz neste trabalho pretende alcançar o projeto de conservação na origem e integração com a imaterialidade produzida pela Arqueologia. Ainda que tenha existido uma iniciativa do poder público voltada para a musealização do sítio, em seguida não houve um processo de continuidade de ações que garantissem a sua conservação.

O bem cultural, principalmente o arqueológico precisa ser absorvido pela sociedade atual através de ações de Educação Patrimonial. Segundo o Manual de Arqueologia Histórica em Projetos de Restauração (2002), a integração dos vestígios arqueológicos ao projeto de intervenção, ainda mais nos casos em que se propõe o tratamento museológico são ferramentas eficientes na transmissão das informações sobre as sociedades passadas, pois a estrutura do Baluarte Porta da Terra é mais uma ponte de ligação.

Várias questões relativas ao processo de gestão e conservação do sítio arqueológico tais como: “...exposição sobre as Pesquisas Arqueológicas no Projeto de Restauração, drenagem e consolidação dos vestígios que permanecerão expostos, agenciamento, museografia, sinalização e comunicação visual, luminotécnica, manual de conservação do Museu-Sítio Arqueológico, Educação Patrimonial e outras” (Ibidem, p. 23) não foram exploradas o suficiente na intervenção do sítio e museu a céu aberto Baluarte Porta da Terra.

## 5.6 SINAGOGA KAHAL ZUR ISRAEL (2000-2002)

O interesse pela sinagoga Kahal Zur Israel (Rochedo de Israel) foi impulsionado pela decisão do conselho do IPHAN, em 1998, que considerou o Bairro do Recife como área de relevância patrimonial. Todo o significado simbólico da sinagoga, não apenas como templo religioso, mas como primeira referência cultural judaica nas Américas, reconhecida oficialmente após longos períodos de intolerância e perseguição na Europa, levou a Federação Israelita de Pernambuco a solicitar um aprofundamento das pesquisas através de prospecções arqueológicas. As quais ocorreram de outubro de 1999, a janeiro de 2000, coordenadas pelo arqueólogo Marcos Albuquerque.

Para que haja a compreensão da formação dessa significação histórica e cultural, é necessária uma breve síntese sobre seu processo histórico, uma vez que o tema já foi amplamente tratado na publicação “A Recriação do Paraíso”<sup>35</sup> fonte bibliográfica principal deste tópico. Em um primeiro momento, durante a ocupação holandesa, a antiga Rua dos Judeus (atual Rua do Bom Jesus) se encontrava localizada no “fora de portas” considerando a delimitação da primeira muralha em 1629. Entretanto, alguns anos depois, em 1638, outra paliçada foi construída ao redor do povoado. Neste momento a Rua passou a integrar o interior da vila. A reconstituição conjectural realizada pelas pesquisas históricas e arqueológicas inferiram uma paisagem que traduz o período em que os judeus gozaram de grande liberdade

---

<sup>35</sup> A Recriação do Paraíso (2015) compõe uma analogia da vida dos judeus em Amsterdã com a dinâmica criada em Recife, além de narrar o processo histórico que os levou a criação da Rua dos Judeus e todo o processo de pesquisa histórica e Arqueológica e as fundamentações que nortearam o processo de intervenção.

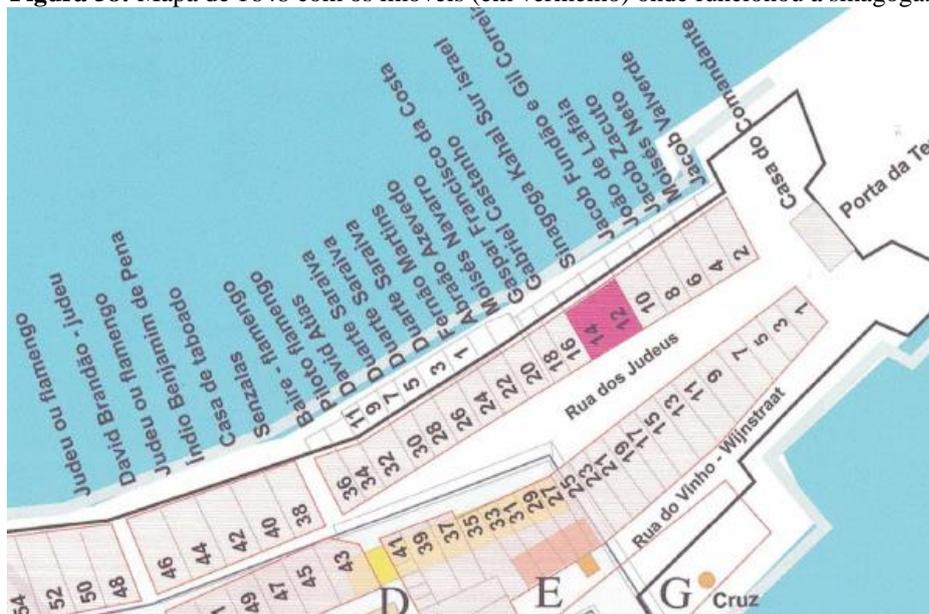
religiosa, que caracterizou entre outras coisas o período do governo do conde Maurício de Nassau.

Este breve período de menos de três décadas, marcaram a presença judaica no Recife de forma ativa. Na sua eloquente atividade de intermediação comercial entre os batavos e os luso-brasileiros, como senhores de engenho, como comerciantes de escravos, além de exercerem várias profissões.

Entretanto, após a vitória dos portugueses foi dado aos judeus um prazo de três meses para se retirarem da capitania. A Rua dos Judeus foi ocupada pelos que se destacaram nas batalhas dos montes Guararapes, tal o caso do novo proprietário da sinagoga João Fernandes Vieira (CUNHA, 2007). A partir desse momento a configuração dos edifícios foram sendo transformadas “(...) inclusive no parcelamento (foram unindo quando eram muito estreitos ou ainda desmembrados)” (MENEZES, 2015, p. 100).

Desta forma, o reconhecimento dos edifícios só pôde ser realizado através de pesquisa histórica e cartográfica minuciosa para identificação do local onde o templo havia funcionado entre os anos 1636-1654, durante a ocupação holandesa no Bairro do Recife. A pesquisa foi realizada por José Luís Mota Menezes com colaboração do historiador José Antônio Gonçalves de Mello, que identificaram os imóveis de número 12 (antigo nº197) e 14 (antigo nº203) (Figura 58), a partir do Inventário realizado pelo tabelião Francisco de Misquita em 1654 (MENEZES, 2015).

**Figura 58:** Mapa de 1648 com os imóveis (em vermelho) onde funcionou a sinagoga.



Fonte: Menezes, 2015.

Os imóveis que compõem a Sinagoga foram adquiridos pela Santa Casa da Misericórdia e entregues à Federação Israelita através dos recursos do Ministério da Cultura (MINC) e da Prefeitura da Cidade do Recife. A pesquisa histórica e cartográfica se estendeu por toda a Rua dos Judeus, que após a identificação das dimensões, tiveram a possibilidade de “(...) ser reconstituídas de forma conjectural, o que nos permitiu avaliar a paisagem urbana construída pelos judeus no Recife.” (MENEZES, 2015, p:111).

### 5.6.1 Prospecção Arqueológica

A prospecção arqueológica foi iniciada com dois objetivos principais, sendo o primeiro relativo à confirmação da localização apontada pelas pesquisas históricas e o segundo para localizar a continuidade das estruturas arquitetônicas originais do século XVII.

Desta forma, as pesquisas arqueológicas constataram a transformação da fachada frontal, evidenciando-se o acompanhamento do nível estratigráfico de ocupação em 55 centímetros de profundidade em relação ao atual, até 1654, quando os edifícios deixaram de funcionar como sinagoga. A fachada era marcada por seis portas em cantaria. As soleiras foram ajustadas gradativamente ao nível da rua, permanecendo sempre um pouco abaixo, tornando indispensável a inserção de degraus para acessar o piso de cota inferior. O próprio piso posteriormente foi reformado algumas vezes, onde a cota se aproximava do nível da rua.

No final do século XVII, o edifício foi dividido internamente em dois com a inserção de uma parede na longitudinal. Uma intervenção mais radical foi realizada na segunda metade do século XIX, onde o número de aberturas diminuiu de seis para quatro. O número de pavimentos foi alterado, as paredes internas aumentaram em altura, os balcões existentes no segundo pavimento foram removidos e finalmente a cota do térreo do edifício se igualou à do passeio público.

A configuração interna do edifício durante o funcionamento da sinagoga se dava no térreo, em casas independentes, com três cômodos cada, a ligação entre as duas se dava através do primeiro cômodo. No pavimento superior, os dois edifícios se transformavam em um único

cômodo, onde provavelmente ocorriam os rituais religiosos. É possível que tenha existido ainda um segundo pavimento em parte da casa reservado às mulheres.

As pesquisas arqueológicas identificaram elementos ritualísticos no térreo da casa de número 197, como o “mikvé”, que se trata de um pequeno poço para imersão de purificação, segundo os preceitos judaicos, associado a uma área retangular, com remanescentes de degraus que levam à área de cota negativa que pode também ter feito parte da antiga estrutura. Informação que foi fortalecida posteriormente pelo Tribunal Rabínico Internacional.

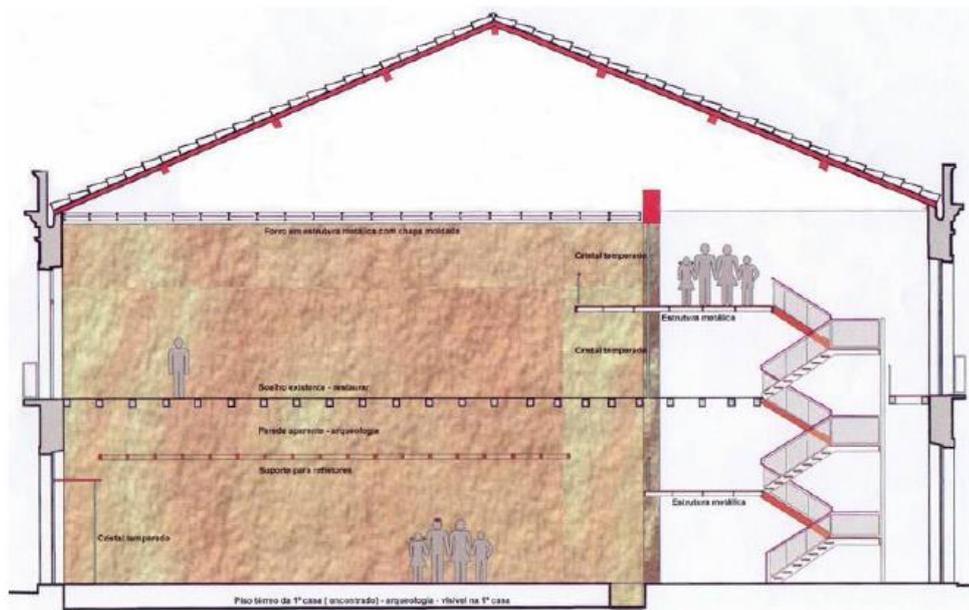
Outra informação alcançada pela Arqueologia foi a da ampliação do comprimento dos edifícios evidenciada pela transição dos materiais construtivos, pois as estruturas originais eram limitadas pela antiga muralha. Deste modo também foi identificada a muralha em alvenaria de pedras e cal, da qual não se possuía certeza da construção. Ela foi desativada após a expulsão da WIC. Através da remoção do reboco das paredes, não se identificaram as marcas das empenas da cobertura, tornando provável a informação de que a cobertura original se configurava de forma diferente da atual.

Através da remoção do reboco das paredes, não se identificaram as marcas das empenas da cobertura, tornando provável a informação de que a cobertura original se configurava de forma diferente da atual.

### **5.6.2 Projeto de intervenção**

O projeto de intervenção foi realizado seguindo-se os preceitos da conservação integrada, isto é, integrando-se a conservação dos valores arquitetônicos das várias etapas cronológicas através da materialidade do bem, cujos resultados vêm sendo duradouros e absorvidos pela sociedade (Figura 59). O projeto de intervenção também foi realizado pelo arquiteto e professor da UFPE José Luiz Mota Menezes. As funções propostas inicialmente foram de Centro de Documentação Judaica e de visitação turística, chegando a receber 500 visitantes por dia.

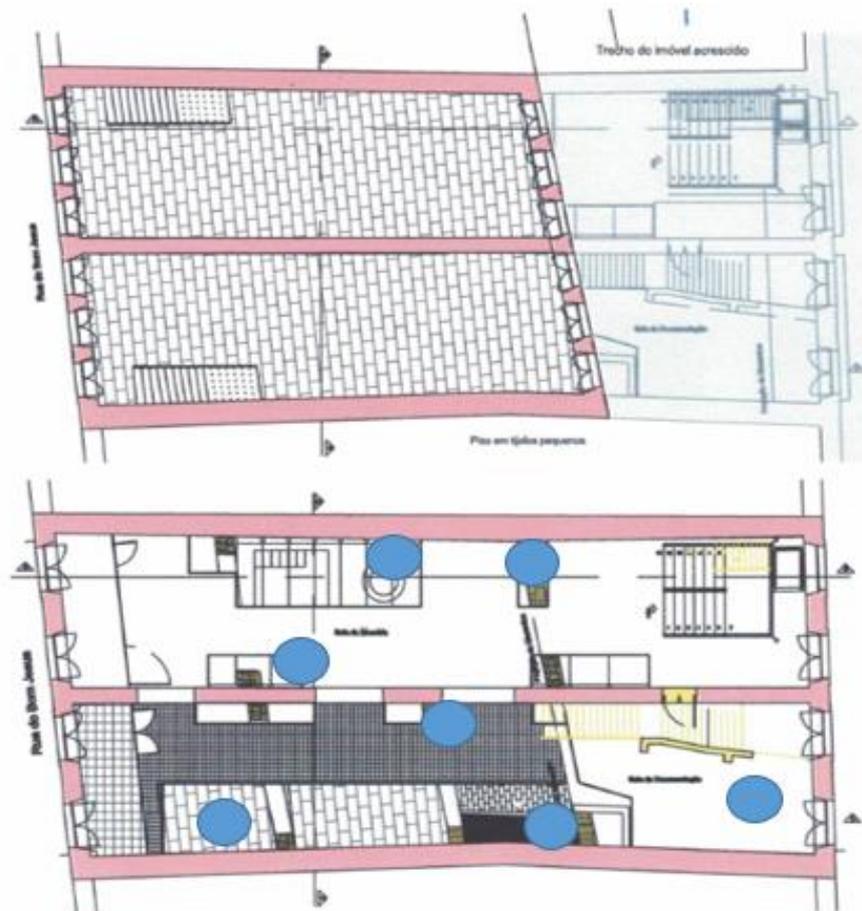
**Figura 59:** Corte longitudinal extraído do projeto de restauração distinguindo o antigo do contemporâneo.



Fonte: José Luiz Mota Menezes, 2000.

O partido do projeto de intervenção arquitetônica do edifício não se propunha a buscar a sinagoga do século XVII, pois isso seria impossível pelas diversas alterações realizadas durante o período de sua existência, mas se buscava sobretudo destacar os resultados obtidos pela pesquisa arqueológica. Desta forma, a intervenção tomou como partido a exposição das ruínas arqueológicas, deixando em evidência algumas estruturas descobertas durante a prospecção, dentre elas o “mikvé”, que se configura como um marcador da identidade judaica (Figuras 60 e 61).

**Figura 60:** Locais de vestígios arqueológicos preservados e integrados ao projeto de intervenção através de tratamento museológico.



Fonte: Alterado pela autora de Menezes, 2015.

Para marcar a distinguibilidade entre os períodos cronológicos, foi inserido um piso em estrutura metálica e vidro, além do granito na cor cinza, que remete à cor das pedras, preservando a harmonia entre os elementos (Figura 62).

**Figura 61:** O “mikvé” durante as prospecções arqueológicas.



Fonte: Marcelo Cunha

**Figura 62:** O “mikvé” após a intervenção arquitetônica de caráter expositivo



. Fonte: Marcelo Cunha

Na maior parte do edifício, os materiais contemporâneos demarcaram a intervenção, resguardando também o caráter da reversibilidade recomendado nas restaurações, como o uso dos vidros temperados e das estruturas metálicas, dos forros de gesso, das instalações elétricas e luminárias. Além de optar pela permanência das paredes sem reboco, alicerces e pisos à mostra, onde é possível se visualizarem outras etapas cronológicas do edifício. Também foram integrados ao projeto de intervenção artefatos evidenciados durante as prospecções arqueológicas através de exposição permanente (Figura 63).

**Figura 63:** Mobiliário para exposição dos objetos arqueológicos.



Fonte: Marcelo Cunha

A exceção é o Tribunal no pavimento superior, que foi idealizado com base em descrições históricas, com detalhes em alto relevo no forro de gesso. O que remete às ideias da restauração estilística defendida por Viollet-Le-Duc, citado anteriormente, mas não recomendadas segundo as ideias contemporâneas do restauro.

Entretanto não é possível designar este termo, pois nada foi restaurado neste pavimento, mas criado uma sala de reunião e rituais religiosos a partir de conjecturas volumétricas baseadas em pesquisas históricas, o que de fato é um viés aceitável visto que não havia qualquer vestígio ou inferência sobre como teria sido a sua configuração original.

### 5.6.3 Análise da relação entre a arqueologia e arquitetura

Portanto, dentre as informações arqueológicas sintetizadas no esquema disposto no Capítulo 4 como Metodologia de Análise, podemos destacar as seguintes informações:

- Cronológica: 2 etapas construtivas em relação aos vestígios da muralha;
- Funcional: a princípio como sinagoga e posteriormente como residência.
- Cultural: faianças finas e grossas, cachimbos, fragmentos de vasilhas, cerâmicas utilitárias, moedas, pequenas balas de chumbo, materiais férreos e vítreos, materiais construtivos como argamassas, tijolos e telhas. Diversos materiais referentes aos aterros de vários períodos. Além disso, o mikvê, estrutura que confirmou a função de sinagoga.
- Caráter Geral: A Sinagoga Kahal Zur Israel representou para os judeus residentes no Recife, um local de celebrações em um período de extrema liberdade religiosa e de atividades diversas que envolviam a dinâmica de vida no período colonial não apenas em relação à rua e à cidade, mas na relação com os batavos e luso-brasileiros.

Sua materialidade pode ser representada como símbolo de todos esses acontecimentos, agregando a isto os marcos de expansão dos aterramentos dos rios Beberibe e dos níveis de ocupação da rua do Bom Jesus relacionada à expansão urbana da cidade e transformações tecnológicas.

Seguindo com a proposta metodológica, dispõem-se os tópicos a serem considerados na relação entre as estruturas arqueológicas e o tratamento arquitetônico dispensado às mesmas:

- Preservação da ruína – Conservação das ruínas arqueológicas e integração ao novo projeto de intervenção. Seguindo os parâmetros dos resultados arqueológicos o projeto de intervenção foi concebido de forma a integrá-los através de exposição.
- Distinguibilidade - Distinção entre os períodos e as técnicas utilizadas.

Este princípio foi adotado considerando não apenas os materiais contemporâneos inseridos, mas a forma e o propósito de musealização. No pavimento superior não há distinguibilidade, mas a releitura baseada em conjecturas do que poderia ter sido utilizado no período de funcionamento da sinagoga. Neste caso, funciona artisticamente como um cenário expositivo, mas que exerce função tanto para a função de sinagoga como para o centro de documentação e memória.

- Unidade potencial - Harmonia entre o pré-existente e os acréscimos através dos preenchimentos das lacunas.

Não existe unidade potencial em relação ao contexto da paisagem foi atingido, entretanto, se considerado todos os pavimentos esta não foi alcançada. A intervenção no pavimento térreo integrou as ruínas pré-existentes à nova função do edifício e aos novos materiais sem perder a harmonia do conjunto. O primeiro pavimento, no qual houve uma reconstituição do tribunal optou por outra abordagem interventiva, o que influenciou no alcance da unidade potencial do edifício.

- Adequação temporal e sustentabilidade - Função e sua relação com a configuração interna dos vãos.

O projeto demonstrou ter sido desenvolvido pensando na sua significação no contexto atual. De fato, isto parece ter acontecido pela própria iniciativa e interesse de resgate histórico pela comunidade judaica. Os resultados arqueológicos permitiram a concretização de um projeto que garantissem usos potencialmente significativos na contemporaneidade. A função de sinagoga por si só já teria garantido um retorno a sociedade, mas estaria limitado aos judeus, enquanto a atividade de museu e centro de memória garantiu um retorno histórico para toda a sociedade através do acesso aos turistas, grupos escolares etc.

- Falso histórico - Grau de preservação das estruturas pré-existentes perceptíveis no conjunto, sem o advento de falsificações, simulações ou réplicas.

Do ponto de vista da restauração, a alusão a um período posterior da sala de reuniões localizada no primeiro pavimento poderia se configurar em um falso histórico. Entretanto, a função de museu o exime de o ser, uma vez que cenários podem ser criados com o objetivo de informar. Foi uma alternativa baseada na inexistência de qualquer mobiliário a ser restaurado.

- Perda patrimonial – Sobreposição do contemporâneo sobre o pré-existente dotado de valor patrimonial através de mutilações e demolições.

O caráter da intervenção foi de valorização histórica e arqueológica. Considerando-se o histórico do edifício e os resultados das pesquisas arqueológicas, verificou-se que a incorporação dos vestígios arqueológicos como o partido de intervenção na restauração do

edifício iria valorar o patrimônio de forma integralizada, isto é, materialmente, simbolicamente e garantindo a sua sustentabilidade através do uso.

### 5.7 IGREJA NOSSA SENHORA DO PILAR (2009-2013)

Após o período de ocupação da West-Indische Compagnie (WIC), ou Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, a área em sesmaria, localizada no istmo que levava à Olinda conhecida como “fora de portas” foi doada pelo governador Aires de Souza e Castro ao capitão-mor João do Rêgo Barros. A antiga capela foi construída no final do século XVII pelo senhor das terras, o qual foi responsável por trazer a imagem de Nossa Senhora do Pilar de Portugal para ocupar seu altar-mor.

A importância e significação da capela na comunidade pode ser identificada através da necessidade observada na doação de mais vinte e cinco braças para a construção de algumas casas para uso dos romeiros e outras como patrimônio da capela, todas na Rua de São Jorge, configurando-se no primeiro arruado fora de portas do bairro, daí emergiu o núcleo inicial de fora de portas, composto pela igreja e 130 casas (Figura 64). (COSTA, 1983; CAVALCANTI, 1977; MENEZES, 1988 APUD ALVES, 2016).

**Figura 64:** Contexto urbanístico da igreja do Pilar ao fundo, mostrando a quadra 55 onde foram evidenciados os enterramentos em acompanhamento arqueológico da Fundação Seridó.



Fonte: Modificação de Rosângela Alves a partir de imagem da década de 1980 do acervo do Museu da Cidade.

A igreja mesmo tombada desde 1965<sup>36</sup>, sofreu um longo período de abandono e consequente degradação. O processo que levou a situação lamentável da igreja foi diagnosticado por Giustina (2010) da seguinte forma: A primeira perda se deu no lugar de destaque, por ocupar o centro do espaço do primeiro núcleo urbano do istmo circundado por áreas livres.

No ano de 1891 foi construído o primeiro edifício da Fábrica de biscoitos Pilar, que seguiu ampliando as instalações, ocupando os espaços livres, obstruindo o acesso pela Estação do Brum, enclausurando a igreja em um beco, alterando bruscamente a paisagem em função da descaracterização tipológica e do gabarito.

Junto a esta interferência, houve a reforma de ampliação das instalações do Porto do Recife na década de 1970 já citada neste trabalho. Como resultado, a igreja do Pilar no início

<sup>36</sup> Tombamento Federal com Inscrição nº.483 do Livro de Belas Artes, folha 88 datada de 25/08/1965 e inscrição de nº. 385 do Livro Histórico, folha 62, datada de 25/08/65. Nº. Processo: 0761-T-65, submetendo o monumento ao Decreto Lei Nº. 25/1937. Por estar inserido na Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural 09/ZEPH 09 –SR: Setor de Renovação é submetido também à Lei 16.990/97

da década de 1980 (Figura 65) se encontrava isolada com a Rua de São Jorge que se dirige na direção tomadas por barracos.

**Figura 65:** Igreja Madre de Deus após a reforma da antiga capela.



Fonte: Prefeitura do Recife

Até a década de 1990, a guarda da igreja pertencia à Fábrica de Biscoitos Pilar, cuja sede se localizava no entorno. A partir deste período, a guarda foi transferida para a Arquidiocese de Olinda e Recife, que encerrou as atividades em 1998, por questões de falta de segurança, motivo também da transferência, com anuência do IPHAN, dos objetos religiosos (GIUSTINA, 2010). O edifício adquiriu feições Neoclássicas, na ocasião da reforma da antiga capela (1898-1906) para a atual igreja:

A Igreja do Pilar apresentava um aspecto notável em relação às demais igrejas do Centro Histórico do Recife, pela sua implantação isolada no pátio. Porém, com a construção da Fábrica do Pilar e a invasão que se deu ao seu redor, atualmente só possui um pequeno pátio frontal. Sua fachada é em estilo neoclássico, enquadrada por cunhais e cornija reta. Sobre a cornija, há um frontão triangular com óculo redondo no tímpano, pináculo e cruz. Na fachada lateral esquerda, no plano posterior encontra-se a torre sineira, coroada por bulbo, sobre cornijamento reto. O cornijamento da Igreja do Pilar atinge 7,40m (sete metros e quarenta centímetros), e o volume mais alto da fachada posterior mede 10,70m de altura (dez metros e setenta centímetros) (GIUSTINA, 2010, p. 62).

Logo é possível observar que os valores patrimoniais da igreja do Pilar foram construídos a partir das relações com a comunidade e com o entorno. O foco econômico observado nas ações de expansão do porto, levaram a comunidade da área à uma perda do sentido de lugar, das relações sociais e das práticas responsáveis pela formação da memória coletiva e da sensação de pertencimento indispensáveis à conservação do bem.

Essa ruptura da comunidade com o bem foi materializada alguns meses após o encerramento das atividades através de atos de vandalismo documentadas pelo Jornal do Comercio em 16 de abril de 1999:

Vândalos violam jazigos e espalham restos mortais pela Igreja do Pilar: Jazigos perpétuos da família Turton, localizados na Igreja de Nossa Senhora do Pilar, no Bairro do Recife, foram violados na madrugada de ontem. (...) As lápides foram arrancadas, as urnas jogadas ao chão e os restos mortais de pelo menos quatro membros da família espalhados pela igreja (GIUSTINA, 2010, p. 71).

Dentro desse discurso se reforça a indiscutível relevância do entorno para a igreja, entretanto não se justifica a ausência de pesquisas arqueológicas no próprio edifício antes do projeto de restauro, visto que o conhecimento arqueológico sobre o bem fornece informações inalcançáveis pela Arquitetura. Ainda assim, essa pesquisa realizará a análise da restauração associada às pesquisas arqueológicas desenvolvidas na área do entorno, com o objetivo de identificar o potencial patrimonial dentro da perspectiva da Conservação Integrada tratada anteriormente.

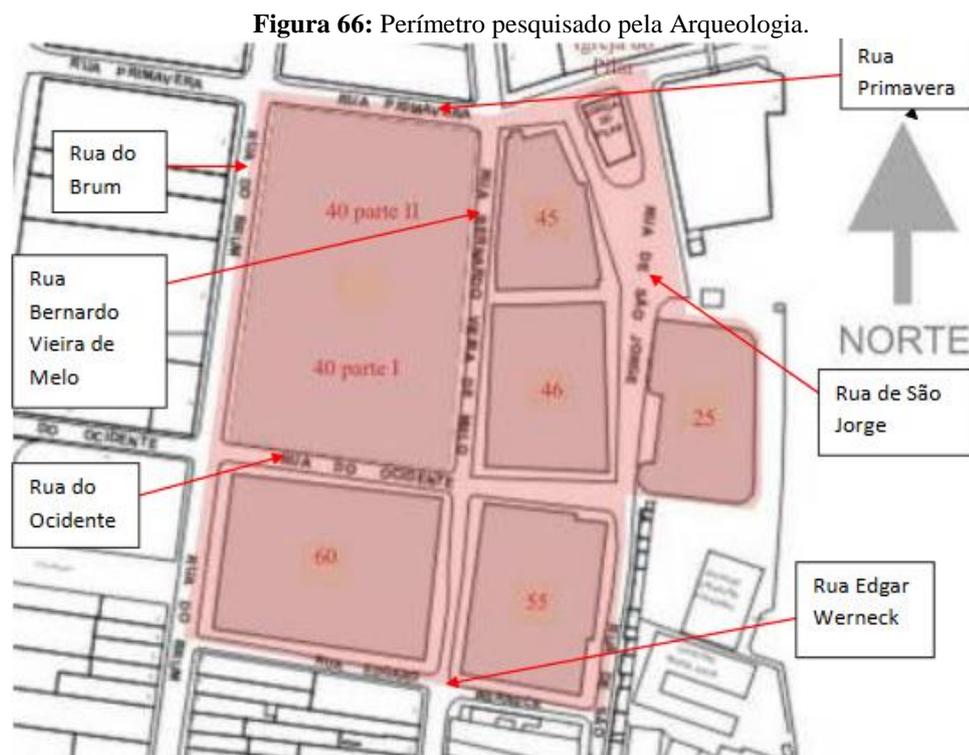
### **5.7.1 Prospecção arqueológica**

As pesquisas arqueológicas realizadas no Polo Pilar, ocorridas em 2013, nas adjacências na Igreja de Nossa Senhora do Pilar evidenciaram uma diversidade de artefatos. Desde as estruturas de fundação das casas localizadas no primeiro arruado mencionado no item anterior aos enterramentos na proximidade, ambos localizados na denominada atualmente Quadra-55 da Rua de São Jorge (Figura 66). Além destes, uma quantidade enorme de fragmentos de louças,

vidros, grés, metais etc. comuns aos aterros de outras áreas do Bairro do Recife compõem esse acervo.

Ainda que toda informação arqueológica seja relevante e indissociável da área da Arqueologia da Arquitetura, essa pesquisa deu uma atenção maior às evidências arquitetônicas que configuram as primeiras construções habitacionais da área atual do Pilar.

Desta forma, a pesquisa arqueológica buscou métodos desenvolvidos na área da Arqueologia da Arquitetura tais como processamento de dados das estruturas evidenciadas, materiais, aglomerados, espacialidade etc., que permitissem compreender como ocorreu a ocupação que passou por diversas transformações no decorrer da existência (ALVES, 2016).



Fonte: Rosangela Alves.

Logo, a pesquisa arqueológica desenvolvida nas estruturas arquitetônicas do Pilar, procurou estudar as dinâmicas e necessidade sociais dos diferentes períodos dos edifícios, assim como os contextos econômicos, social e cultural. Buscando essas respostas:

no viés da experiência da habitação e da ocupação do espaço, da forma de morar, a funcionalidade e tipologia das estruturas em causa, visando elucidar questões pertinentes a urbanização da cidade e a sociabilidade no fora de portas no Recife. (ALVES, 2016, p. 16).

A investigação arqueológica realizada nas estruturas arquitetônicas do Pilar, atual Rua de São Jorge justificou ainda a sua relevância como um meio para conhecer o contexto sociocultural que as produziu e as ideologias que podem as ter influenciado, assim como a demolição e transformação.

**Figura 67:** Demarcação das estruturas arquitetônicas evidenciadas pela Fundação Seridó.

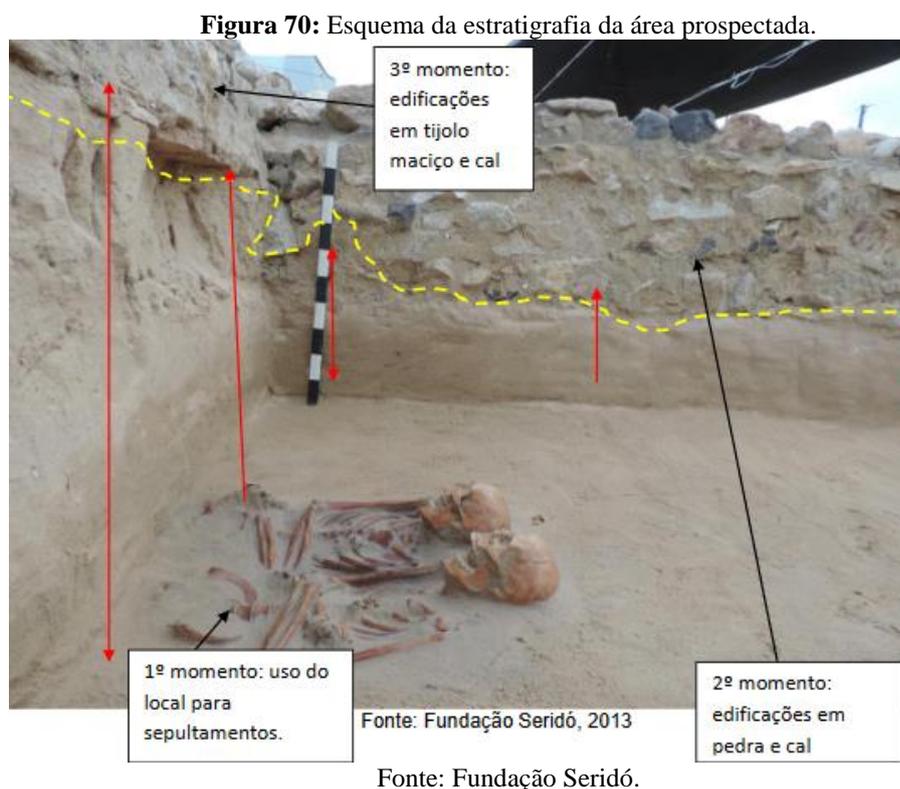


Fonte: Rosangela Alves.

No período de quinze meses de pesquisa foram identificadas estruturas de fundação de quatorze residências (Figura 67), com aprofundamento nas denominadas casas 1,2 e 3. A estratigrafia forneceu informações quanto aos aspectos construtivos relacionando-os a transformação da mentalidade social através da periodização dos vestígios materializados em louças, metal, vidros, cerâmicas entre outros (Figura 68) (IBIDEM, 2016).



As estruturas das fundações representam marcos arqueológicos para identificação do limite original do istmo com o rio Beberibe, confirmados pelo mapa de Évora de 1766<sup>37</sup>. Assim como o reconhecimento de outra etapa construtiva das edificações, cuja ampliação foi realizada após o aterro que só ocorreu a partir de meados do século XVIII. Assim como a adição de novas construções voltadas para a rua do Brum também respaldadas pela cartografia.



A maior parte das estruturas foi construída em alvenaria mista de tijolos maciços e pedra ligados por argamassa de cal, técnica tradicional no século XVII e XVIII em outras edificações no Bairro do Recife.

As pesquisas arqueológicas concluíram, segundo Alves (2016) que a Rua de São Jorge na área do Pilar, que corresponde ao istmo original era predominantemente residencial assim como seu entorno. Assim como fortaleceu o entendimento sobre o valor histórico da Igreja do Pilar, por ter sido a propulsora do desenvolvimento urbanístico da área “fora de portas”.

Fora as informações sobre as técnicas construtivas, as estruturas arquitetônicas permitiram o entendimento da configuração espacial das habitações assim como as várias fases construtivas.

<sup>37</sup> Disponível em BEZERRA (2016, p:75).

### 5.7.2 Projeto de intervenção

Ainda que a Igreja do Pilar tenha o valor histórico reconhecido como um dos mais relevantes monumentos do século XVII, o completo estado de abandono em decorrência do descaso das instituições públicas era latente na ocasião do início das obras de restauro. Sem uso, cercada por lixo e barracos, sem coberta, com as paredes danificadas e sepulturas profanadas (Figuras 70 e 71) (GIUSTINA, 2010).

**Figuras 70 e 71:** Parte frontal da igreja e lateral esquerda.

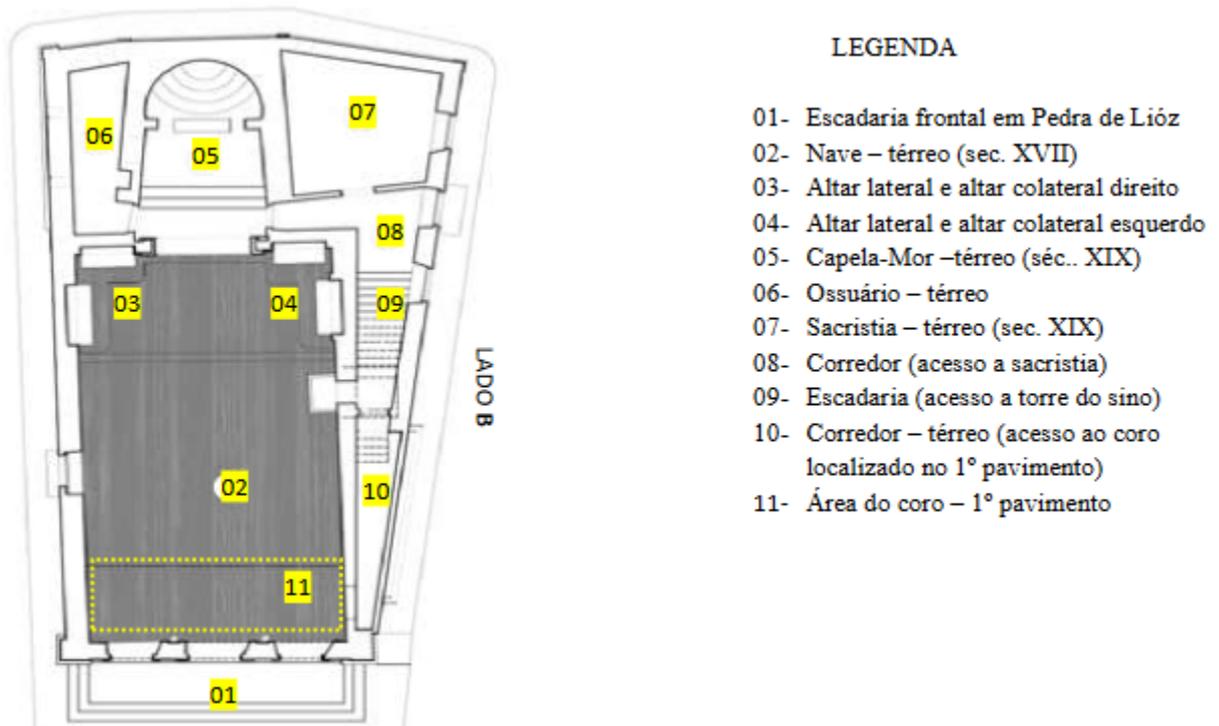


. Fonte: Pedro Valadares e Renata Lopes, 2009.

O projeto de restauração da igreja do Pilar foi contemplado como parte do Projeto de Requalificação Urbanística para a área do Pilar. Uma das primeiras ações foi o diagnóstico do estado de conservação do edifício denominado como Mapa de Danos. Este documento se configura como representação gráfica das patologias e danos causados ao edifício por diferentes fatores de origem antrópica e natural.

Do ponto de vista técnico da Arquitetura, o Mapa de Danos possui o potencial de direcionar as ações contempladas no projeto de restauração do bem. Este foi confeccionado pela Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural / Secretaria da Cultura (DPPC/SECULT) da cidade do Recife em 2008 (Figura 73).

**Figuras 72:** Planta baixa com a indicação dos espaços internos

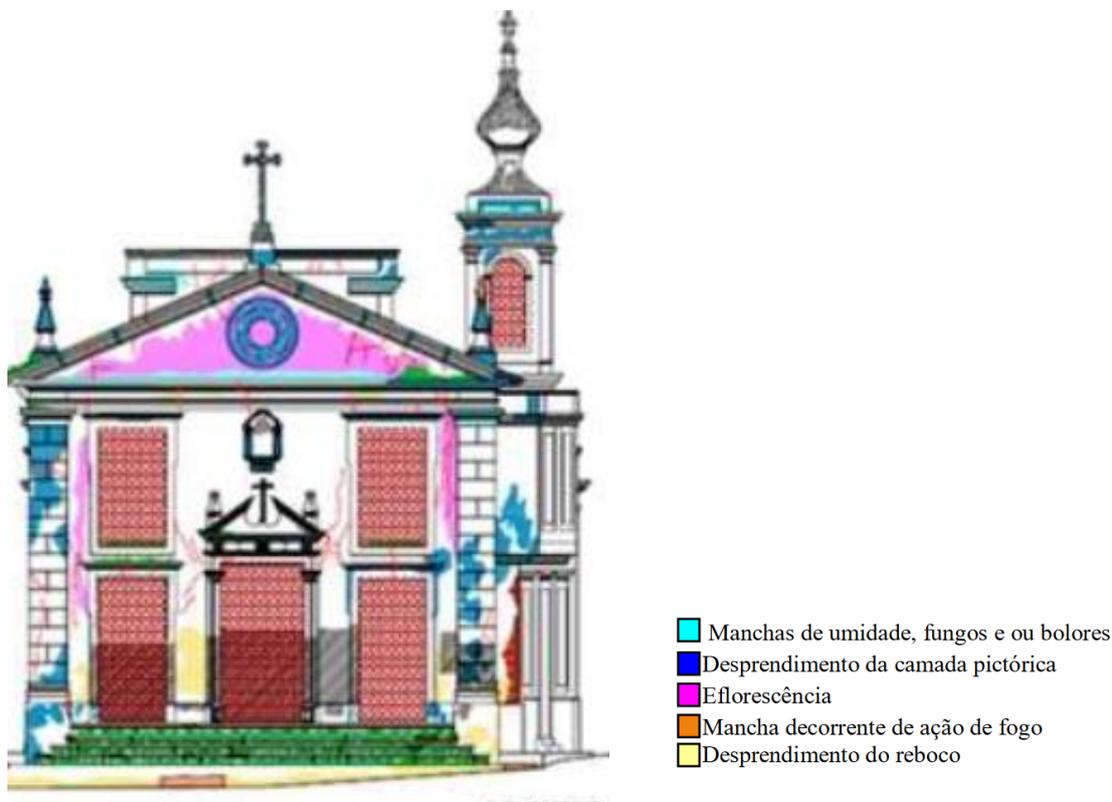


Fonte: Lêda Giustina

Dentre as ações realizadas no projeto de restauro estão a recomposição do reboco e da camada pictórica; escovação e imunização das alvenarias atacadas pelos mofos e bolores; repintura das esquadrias; remoção da vegetação e impermeabilizações.

Cabe lembrar neste momento que o foco da restauração é o objeto material, com o cuidado para não se cometer um falso histórico no reestabelecimento da unidade do edifício e para não eliminar traços da passagem do tempo (BRANDI, 1963). Logo não houve qualquer alteração na configuração interna espacial (Figura 7), mantendo-se a originalidade dos elementos.

**Figura 73:** Representação gráfica do mapa de danos da fachada principal



Fonte: SECULT, Prefeitura do Recife.

De modo geral o diagnóstico apresentou um edifício em estado de avançado estágio de arruinamento, mas passível de recuperação. Os danos materiais como o desprendimento de camadas pictóricas parietais, manchas de umidade, fungos, ausências de reboco e principalmente a ausência da cobertura poderia ser solucionada com as ações de restauro. Ainda se preservavam em bom estado de conservação a cúpula azulejada, o piso em ladrilho hidráulico, soleiras e degraus em cantaria (GIUSTINA, 2010)

As obras de restauro foram coordenadas pelo IPHAN, a partir de 2009. Um dos objetivos era resgatar o laço do monumento com a comunidade, desta forma foram realizadas algumas ações, como a oficina de Educação Patrimonial através da fotografia, um tapume informativo e uma exposição sobre os ofícios tradicionais da construção. Atividades de integração com a comunidade também consistiram na implantação de uma obra-escola, com a capacitação de mão de obra local para as obras de restauro.

A restauração em si focou não apenas no edifício, mas nos bens integrados. Revelou também a portada principal esculpida em pedra de Lioz; a cantaria em arenito e os arcos e

cimalhas, assim como a pintura em escaiola nas paredes da capela-mor e da nave e os azulejos portugueses originais do século XVII.

### **5.7.3 Análise da relação entre a arqueologia e a arquitetura**

Considerando-se o caráter peculiar dessa análise, em função da ausência de pesquisas arqueológicas no edifício da igreja, alvo da restauração, as pesquisas arqueológicas realizadas na quadra 55, levaram em conta a relação direta com o processo histórico. Portanto, dentre as informações arqueológicas sintetizadas no esquema disposto no Capítulo 4 como a Metodologia de Análise, podem-se destacar as seguintes informações:

- Cronológica: 3 períodos de ocupação, sendo 2 etapas construtivas e a fase de sepultamentos;
- Funcional: a princípio, como local de sepultamento e em um momento posterior, como habitação.
- Cultural: faianças finas e grossas, cachimbos, fragmentos de vasilhas, cerâmicas utilitárias, moedas, materiais férreos e vítreos, materiais construtivos como argamassas, tijolos e telhas e os sepultamentos.
- Caráter Geral: A restauração da igreja do Pilar foi inserida em um programa com amplitude prevista para o entorno e abrangência social nos moldes da Teoria da Conservação Integrada. A realidade é que mesmo após uma década do início da restauração da igreja, o entorno permanece sem melhorias e sem nenhum tratamento urbanístico de integração e conservação com o sítio arqueológico da Quadra-55. A Igreja, mesmo após a restauração, continua sem uso e sem sentido de apropriação pela comunidade. O isolamento geográfico e sociocultural do monumento permanece.

Seguindo-se com a proposta metodológica, dispõem-se os tópicos a serem considerados na relação entre as estruturas arqueológicas e o tratamento arquitetônico, neste caso especificamente foram consideradas as ações de conservação urbana na área de entorno da igreja do Pilar previstas no Programa de Requalificação Urbanística e Inclusão Social da Comunidade do Pilar, dispensadas as mesmas:

- Preservação da ruína – Tratamento da ruína e integração com os acréscimos contemporâneos de apoio e acesso.

Restauração arquitetônica da igreja do Pilar; abandono das estruturas arqueológicas evidenciadas durante o acompanhamento das obras de implantação dos Conjuntos Habitacionais localizados na quadra-55, no entorno imediato da igreja. Nenhum tratamento urbanístico foi executado até o momento desta pesquisa relacionando a igreja às estruturas arqueológicas evidenciadas na Quadra-55 da Rua de São Jorge.

- Distinguilidade – Distinção entre os períodos e as técnicas utilizadas.

A obra de restauro manteve a distinção entre os diferentes períodos históricos que a igreja vivenciou desde a construção como capela no final do século XVII, como a nave da igreja e a cúpula revestida em azulejaria portuguesa.

- Unidade potencial – Harmonia entre o pré-existente e os acréscimos através dos preenchimentos das lacunas.

Se considerada a unidade potencial do restauro da edificação da igreja, esse foi atingido, uma vez que a intervenção se restringiu em medidas de reparação dos danos identificados, não alterando sua configuração com acréscimos de elementos contemporâneos.

- Adequação temporal e sustentabilidade - Função e sua relação com a configuração interna dos vãos.

Entretanto, esta unidade garantida pela recente obra de restauro, não poderá ser assegurada em detrimento das relações sociais responsáveis por manter a função do bem, as quais deveriam ter sido desenvolvidas de acordo com Programa proposto há duas décadas.

- Falso histórico - Grau de preservação das estruturas pré-existentes perceptíveis no conjunto, sem o advento de falsificações, simulações ou réplicas.

Do ponto de vista da restauração não houve acometimento de um falso histórico, uma vez que o princípio da distinguibilidade entre os períodos de construção e restauro ficaram evidentes.

- Perda patrimonial – Sobreposição do contemporâneo sobre o pré-existente dotado de valor patrimonial através de mutilações e demolições. A perda patrimonial se deu no processo de transformação da área durante o século XX, como descrito no texto. As perdas atuais se dão no sentido de abandono do sítio arqueológico e na falta de soluções de conservação integradas que garantam a sua preservação.

## 6. PANORAMA DA CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO ATRAVÉS DAS INTERVENÇÕES ARQUITETÔNICAS NO BAIRRO DO RECIFE NO SÉCULO XXI

Com base na Metodologia de Análise proposta no item 4.3, foi possível levantar um panorama de como o patrimônio cultural está sendo construído através das intervenções arquitetônicas e do tratamento com os bens arqueológicos, dentro do contexto urbano e social do Bairro do Recife na contemporaneidade. Certamente, a delimitação geográfica da análise se configura como um microcosmo que reflete uma tendência da conservação do patrimônio arqueológico tratado através da Arquitetura e do desenvolvimento urbano dos centros históricos no Brasil, excluindo-se logicamente as particularidades pertinentes a cada contexto.

A análise dos estudos de casos se constituiu considerando os desdobramentos da relação ideal x práticas da conservação. Onde o ideal é reconhecido através das ações envolvidas no conceito de Conservação Integrada revelado nos documentos oficiais, artigos científicos etc. discutidos no Capítulo 1 dessa tese, em contraste com as ações práticas das intervenções arquitetônicas em relação a materialidade do patrimônio e sua relação com o patrimônio arqueológico cujo alguns modelos e variações foram apresentados no Capítulo 3.

O que se observou foi um avanço latente do discurso na direção da sustentabilidade dos bens culturais e da consciência de seu papel político ativo através da sua integração com o meio urbano e social, em contraste com a insatisfatória participação da construção sobre o conhecimento arqueológico dos bens. Com o propósito de sintetizar as fundamentações abaixo, o resultado da análise está representado na Tabela 1, separados entre as categorias de conceito; gestão e técnico-científica. O conceito e a gestão são fortemente motivados pelas ideologias, uma vez que traduzem “o que” e “por que” preservam, enquanto a técnica e o tratamento dos dados empíricos se relacionam mais diretamente ao “como”.

Isto explica por exemplo, o fato de que no projeto de intervenção do Shopping Paço Alfândega, a “**Técnica-científica**” não ter hesitado em avançar na perda patrimonial, através da sobreposição das instalações modernas sobre os elementos arquitetônicos e as estruturas arqueológicas de períodos anteriores. Visto que o projeto partiu na questão do “**Conceito**” na busca por atender ao que seria a viabilidade de um centro comercial, em que ficou evidente a sobreposição dos valores econômicos sobre os patrimoniais, assim como a falta de integração social com a comunidade residente e usuária do Bairro do Recife e seu entorno.

Fator esclarecido ainda mais pelo quesito “**Gestão**” em que a iniciativa privada garantiu o valor econômico que orientou o futuro do projeto, que do ponto de vista turístico e comercial tem sido sustentável, mas em relação as perdas patrimoniais e a segregação social, a intervenção se distanciou irremediavelmente dos ideais defendidos pela Conservação Integrada.

O conceito de museu a céu aberto para exposição da ruína arqueológica do Baluarte Porta da Terra, reproduziu um modelo já utilizado em outros locais como exposto no Capítulo 3. Se o restauro conservou a materialidade da ruína, garantindo a sua autenticidade, a falta de continuidade das ações de integração social com a comunidade local e com o público turístico descontinuou o processo de compreensão e conseqüente apropriação do bem, assim como sua integração ao contexto cultural contemporâneo.

No quesito Gestão, observa-se através do abandono pelo poder público e pelas ações de vandalismo, que o valor histórico e arqueológico da ruína não foi transmitido de forma eficiente pela conservação, em amplo sentido.

A Sinagoga Kahal Zur Israel, foi viabilizada economicamente pela Federação Israelita, cujos objetivos de preservar a memória da ocupação judaica no Bairro do Recife, convergiu para garantir a preservação dos valores patrimoniais a sustentabilidade cultural do Bem. Suas motivações predominantemente culturais, garantiram a consonância com os demais aspectos analisados. A sua condição histórica e arqueológica ressaltada pelo projeto de intervenção arquitetônica forneceu condições de transmissão e acessibilidade desses valores ao contexto atual, sustentados economicamente pelo turismo e ressignificando o bem para a comunidade judaica que continua se utilizando do espaço para eventos religiosos.

A Igreja do Pilar é o caso que abordou diretamente as conseqüências da ausência de integração na relação entre o bem x entorno e da Arquitetura x Arqueologia. Como exposto no Tópico 4.8, a relação direta da igreja com o seu entorno se configurou através do primeiro núcleo “fora de portas”, e recuperar o monumento isolado, excluindo os remanescentes arqueológicos e arquitetônicos da rua de São Jorge, foi um dos fatores determinantes para a permanência do isolamento social e urbano em que se encontra o monumento desde a construção da fábrica Pilar.

Por essas razões, na questão conceitual, o restauro da igreja foi ineficiente na medida em que não foi articulado com as ações mais abrangentes de integração social para garantir a

função do Bem e a sua sustentabilidade, ainda que o projeto de restauro sobre o edifício da igreja, tenha alcançado provisoriamente a sua preservação em sua perspectiva material.

Após a análise dos aspectos colocados acima, que traduziram o mecanismo como ocorreram as ações de conservação no Bairro do Recife, outra perspectiva se abre sobre o “por que” foram realizadas deste modo. Quer dizer, apesar de o discurso se apresentar sobre a forma de integração social e cultural, a realidade demonstra a perpetuação de ações de exclusão comprovadas principalmente pelo favorecimento dos projetos destinados as classes econômicas privilegiadas.

Uma das razões para a continuidade de ações e práticas incoerente pode ser esclarecida pela “estratégia” estabelecida pelo que Certeau (2014) denomina como uma ordem maior, representada neste caso pelas instituições governamentais (Ex: IPHAN, Prefeitura do Recife, Governo do Estado), pelas não governamentais (Ex: UFPE, UFRPE, Federação Israelita, Escritórios de Arqueologia e de Arquitetura) e pelas instituições privadas com fins claros de obtenção de lucro a exemplo das construtoras e demais empreendedores.

A ordem maior exemplificada acima, tem o papel de estabelecer o reforço ou enfraquecimento da “estratégia” anterior, através de suas ações (CERTEAU, 2014). O que se observou através das ações de conservação, é um esforço por parte dos agentes que geralmente compõem a questão “Técnico-científica”, mas que estão submetidas as questões denominadas neste trabalho como “Gestão” e “Conceito” ditados pelo interesse maior econômico como garantia de seu sucesso e integração no contexto contemporâneo. Logo, o que não produz lucro direto, depende da maior interferência da iniciativa pública, que termina por ceder espaço através de “flexibilizações” com vistas na função prática e econômica do Bem.

Isso se torna evidente no abandono do Pilar e do seu entorno, na falta de continuidade das ações de conservação e gestão da ruína do Baluarte Porta da Terra e na sobreposição contemporânea sobre os elementos originais do Shopping “Cultural” Paço Alfândega. A única exceção se tornou a Sinagoga e museu pelos propósitos em alinhamento das três vertentes, Conceito, Gestão e Técnica-científica, possibilitados sobretudo pela pluralidade de funções cultural, religiosa e turística, não conflitantes, desempenhadas pelo edifício. Com o objetivo de sintetizar as análises acima, as informações foram organizadas na Tabela 1 abaixo:

**Tabela 1** Tabela Instrumental Analítica da Conservação Integrada dos Bens Estudo de Casos.

Bem Patrimonial	Instrumental Analítico da Conservação Integrada		Sim	Não	Insatisfatório	Não informado
<b>1. Paço Alfândega</b>	Conceito	Inclusão social		x		
		Manutenção dos Valores patrimoniais			x	
	Gestão	Função Pré-estabelecida	x			
		Sustentabilidade			x	
	Técnica/Científica	Preservação da Ruína			x	
		Resultados Arqueológicos integrados			x	
		Integridade			x	
Autenticidade				x		
<b>2. Baluarte Porta da Terra</b>	Conceito	Inclusão social			x	
		Manutenção dos Valores patrimoniais	x			
	Gestão	Função Pré-estabelecida	x			
		Sustentabilidade		x		
	Técnica/Científica	Preservação da Ruína	x			
		Resultados Arqueológicos integrados	x			
		Integridade		x		
Autenticidade		x				
<b>3. Sinagoga Kahal Zur Israel</b>	Conceito	Inclusão social	x			
		Manutenção dos Valores patrimoniais	x			
	Gestão	Função Pré-estabelecida		x		
		Sustentabilidade	x			
	Técnica/Científica	Preservação da Ruína	x			
		Resultados arqueológicos integrados	x			
		Integridade		x		
Autenticidade				x		
<b>4. Igreja do Pilar</b>	Conceito	Inclusão social			x	
		Manutenção dos Valores patrimoniais	x			
	Gestão	Função Pré-estabelecida	x			
		Sustentabilidade		x		
	Técnica/Científica	Preservação da ruína	x			
		Resultados arqueológicos integrados		x		
		Integridade	x			
Autenticidade		x				

Fonte: A autora, 2021.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Todo conhecimento dissociado da justiça e das demais virtudes é considerado astúcia, não sabedoria. (Platão, Menexeno, 246de)*

Reafirmando o caráter multicomponencial da ação conservativa, se admite que a intervenção arquitetônica tem uma função limitada sobre o bem, porém determinante quando se trata da sua ressignificação. Por esta razão, fica evidente que a conservação do patrimônio arqueológico depende da perfeita articulação entre os aspectos classificados no capítulo anterior como: Conceito; Técnico-científico e Gestão na sua intervenção. Por esta razão se considera fortemente a adoção de um gestor do patrimônio com conhecimentos em arqueologia, arquitetura e áreas afins envolvidas no processo de conservação. Este servirá como o maestro regente desses aspectos na mediação entre o ideal e a prática. Esta função já é amplamente adotada em projetos desenvolvidos na Europa, entretanto na realidade local, o IPHAN desempenha esse papel submetido às lentes ideológicas do poder público.

Uma questão que merece destaque nesse contexto diz respeito a função dispensada aos edifícios históricos e ruínas arqueológicas. A função dos vestígios arqueológicos atualmente se coloca em situações extremas divididas entre o retorno a obscuridade, como foi o caso das ruínas arqueológicas do arco da conceição, ou da sacralização refletida em intervenções que estagnam a ruína sem ressignificá-la no contexto contemporâneo.

A “sacralização” do edifício histórico e dos sítios arqueológicos se coloca como aspecto negativo em sua conservação, porque o transforma em sinônimo de obstáculo em meio a um cenário de dinâmica e constante transformação do espaço urbano. A este problema se atribui a ausência de uma interface entre arqueólogos e arquitetos na busca por reinserirem o patrimônio arqueológico no atual contexto urbano sem prejuízo de seu valor patrimonial.

Às ruínas arqueológicas restam a sua atribuição de atração turística, museus ou centros culturais, acessíveis quase sempre somente as classes privilegiadas. O destino das ruínas poderia ser turístico como uma opção, mas não como única condição. O patrimônio arqueológico pode compor com naturalidade a história da transformação do edifício ou da cidade integrando-se as funções comerciais, serviços e habitacionais comuns ao tempo atual,

desde que haja o respeito pela sua condição patrimonial na preservação de seus valores imateriais. A intervenção arquitetônica nem sempre cumpre o seu papel de dar nova vida ao patrimônio neste cenário, criando um elo entre passado e presente. Seja na sobreposição dos valores econômicos sobre os patrimoniais, na falta de compreensão sobre o significado arqueológico, na própria intervenção que não integra a ruína na dinâmica da cidade, ou na falta de integração do monumento com o entorno.

Se observa um problema evidente na concepção de preservação dos extratos mais antigos ou na integração das ruínas arqueológicas, na medida em se identifica a prática de preservá-las através de seu isolamento do resto do edifício. Logo o problema não está na escolha da função, mas na falta de manejo em conciliar as adaptações modernas com o respeito aos extratos mais antigos, sem que para com isso tenha-se que isolá-lo

A sacralização do patrimônio arqueológico se torna um desserviço na medida em que condena o sítio a um limitadíssimo rol de funções, sujeitas a condição mercadológica turística como “maquiagem cultural”, servindo dissimuladamente às ideologias capitalistas.

Outra questão relevante identificada pela pesquisa se encontra na ausência de pesquisas arqueológicas na etapa de diagnóstico do edifício. A presença das pesquisas arqueológicas após o início das obras de intervenção não apenas suprime sua função no conhecimento do bem, como também pode se tornar destrutiva desnecessariamente. Ainda que o acompanhamento arqueológico tenha sido uma prática no período abordado na pesquisa, se observa a necessidade de estudos arqueológicos urbanos mais aprofundados na tentativa de se antecipar as questões de intervenção urbana que se apresentam frequentemente na transformação da cidade.

Ainda que a pesquisa arqueológica seja realizada na etapa recomendada, os métodos de prospecção e o uso de tecnologias mais avançadas não invasivas não se tornam viáveis na maior parte dos projetos, onde os recursos limitados destinados a Arqueologia inviabilizam sua utilização que diminuiria os prejuízos ao patrimônio e ao cronograma físico-financeiro da obra.

No quesito dos resultados arqueológicos, se observou que esses só são incorporados e considerados no projeto de intervenção, quando não se contrapõe a função comercial pré-estabelecida destinada ao edifício. De modo que tanto a Arquitetura quanto a Arqueologia terminam sendo submetidas aos objetivos econômicos que determinam o destino do patrimônio arqueológico.

O que se observou nas quatro intervenções analisadas, é a tentativa frustrada por parte dos arqueólogos de garantir que o patrimônio arqueológico seja integrado no plano de conservação urbana através das intervenções arquitetônicas, o que com base nas análises quase nunca acontece, exceto, quando este patrimônio está diretamente associado a um retorno econômico a curto prazo.

É provável que esta realidade esteja associada a ausência de uma função prática significativa no contexto atual e no breve retorno econômico dos vestígios arqueológicos. Esta condição relega o patrimônio arqueológico ao segundo plano no contexto urbano. O que explica, a limitação de verbas para a Arqueologia, assim como o constante atropelo das etapas do projeto de conservação, incompatível com as recomendações do IPHAN, isto é, onde as pesquisas arqueológicas devem preceder o projeto de intervenção.

Considera-se, portanto, a necessidade de um ideal norteador para as pesquisas arqueológicas em conjunto com as intervenções arquitetônicas. Esse princípio norteador é a base para a interface entre a Arqueologia e a Arquitetura, assim como as demais disciplinas. O projeto de restauro ao qual a intervenção serve não pode alcançar o êxito sem o alinhamento claro desses ideais aos quais as ações devem servir.



BAETA, R. NERY, J. **Conflitos entre Arqueologia e Arquitetura: O Templo Mayor na Cidade do México e o Pátio Franciscano em Olinda.** Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, v.21 n°28, 1° semestre, 2014.

BATE, Luis F. 1977. Arqueología y materialismo histórico. Mexico: Editorial Nueva Imágen. \_\_\_\_\_ . 1978. Sociedad, formación económico-social y cultura. Mexico: Editorial De Cultura Popular.

BASTOS, Rossano Lopes. **Especialização em Gestão de Políticas Públicas de Cultura. Módulo 1: Estado, governo e sociedade.** Brasília: UNB, 2007. CENTRO DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA/UNB.

BENAVIDES, O. Hugo. Retornando à Origem: Arqueologia social como filosofia latino-Americana. (Publicado originalmente na Revista Latin American Antiquity, vol. 12, n° 4, 2001. p. 355-370. Traduzido do inglês em 2013. Disponível e: << <http://file:///C:/Users/Ibyte/AppData/Local/Temp/17779-Texto%20do%20artigo-73006-2-10-20131127.pdf>>>. Acesso em 28/10/2020.

BENAVIDES, O. Hugo. 1999. Telling Stories, Producing the Nation: Archaeology's Role in the Construction of Contemporary Ecuador. Ann Arbor: City University of New York, University Microfilms, (Ph.D. Dissertation).

BISELLI, M. **Teoria e prática do partido arquitetônico.** Arquitectos, São Paulo, ano 12, n. 134.00, Vitruvius, jul. 2011. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/12.134/3974>>. Acesso em 24/08/2020.

BOITO. Camillo. **Os Restauradores** – Conferência feita na Exposição de Turim em 7 de junho de 1884. São Paulo. Ateliê Editorial. 2002.

BORRAZÁS, M.; P., ROTEÁ, Blanco R. e AYÁN VILA, X., “Arqueotectura I: Bases teórico-metodológicas para una Arqueología de la Arquitectura”, in TAPA **Traballos de Arqueoloxía e Patrimonio**, 25, Santiago de Compostela: Laboratorio de Patrimonio, Paleoambiente e Paisaxe, pp. 11-99, 2002.

BRENDLE, Betânia. **A Teoria de Restauração de Cesare Brandi aplicada na Arquitetura: o Neues Museum Berlin.** Pesquisa de Pós - Doutorado realizada na TU-Dresden com Bolsa Capes. Dresden: Technische Universität Dresden / Institut für Baugeschichte, Architekturtheorie und Denkmalpflege, 2015a.

CANDURU, R. Artíficos para Inventar e Destruir: Arquitetura, História e Preservação Cultural. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** N°34, p.131-145. Brasília, 2011.

CAPLE C. Conservation skills: Judgement, method and decision making. London: Routled, 2000.

CARBONARA, Giovanni. **Architettura D'oggi e Restauro.** Um confronto Antico - Nuovo. Milano: UTET, Scienze Tecniche, 2013.

\_\_\_\_\_. **Brandi e a restauração arquitetônica hoje.** *Desígnio*, 2006, n. 6, p. 35-47.  
Tradução: Beatriz Mugayar Kühl.

CARNEIRO, Ana Rita *et alii*. **Cais do Valongo:** patrimonialização de locais, objetos e herança africana. *Relig. soc.* vol.35 no.2 Rio de Janeiro dez. 2015. Disponível em: <<  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S01005872015000200384&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01005872015000200384&lng=pt&tlng=pt)>>. Acessado em 17/01/2019.

CARVALHO, Marcus Joaquim. **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife (1822-1850).** Recife: Editora Universitária, UFPE, 1998.

CARSALADE, F. de L. **A Pedra e o Tempo:** Arquitetura como Patrimônio Cultural. Ed. UFMG, Belo Horizonte, 2014.

CARTA DO RESTAURO. **Ministério de Instrução Pública.** Governo da Itália. 1972.

Disponível em:

<<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20do%20Restauro%201972.pdf>>>. Acessado em 15/11/2017.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:** 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

COPÉ, M. S. Arqueologia da Arquitetura: Ensaio Sobre Complexidade, Performance e Processos Construtivos das Estruturas Semi-Subterrâneas do Planalto Gaúcho. **Anais do V encontro do Núcleo Regional Sul da Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB/Sul.** 2006. Disponível em: <<<http://www.anchietano.unisinos.br/sabsul/V%20-%20SABSul/simposio/planalto/1.pdf>>>. Acesso em 21/11/2017.

CORONA, Eduardo & LEMOS, Carlos A. C. **Dicionário da arquitetura brasileira.** 2ª. ed. São Paulo: Romano Guerra, 2017.

CORREA, Miguel. A Salvaguarda do Patrimônio é um Fenômeno Internacional. **Revista P&C** Nº.59. julho > dezembro, 2015. Disponível em: <<  
[http://www.gecorpa.pt/Upload/Revistas/Rev%2059\\_Artigo%2010.pdf](http://www.gecorpa.pt/Upload/Revistas/Rev%2059_Artigo%2010.pdf)>>. Acesso em 11/07/2018.

CORRÊA, Marcus V. de M. **Cápsula do Tempo:** Arqueologia da Arquitetura da Catedral Metropolitana de Manaus. São Paulo: Biblioteca 24 horas, 2011.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio.** 6ª. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2017.

DINIZ, M. **Arqueologia Pós Processual ou o Passado Pós-Moderno.** OPHIUSSA - Revista do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Lisboa Nº 1, 1996.

FERRO, Sergio. *Arquitetura Nova. Arte em Revista.* 4 (2ª ed.), São Paulo: CEAC, março de 1983 (Art. de 1968), p. 89-95, 89

FREITAS, P. C. Preservação do Patrimônio Arqueológico do Pilar. IV Anais do Seminário de Preservação de Sítio Arqueológico, 2016. Disponível em: <<  
[http://site.mast.br/hotsite\\_anais\\_ivsppa/pdf/01/06%20Pollyana%20calado%20UFPE%20MAST%202016.pdf](http://site.mast.br/hotsite_anais_ivsppa/pdf/01/06%20Pollyana%20calado%20UFPE%20MAST%202016.pdf)>>. Acesso em 02/10/2020.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

- FONTES, L. Experiências portuguesas em Arqueologia da Arquitectura, in Estudos/Património, 9, Lisboa: Ministério da Cultura e IPPAR, pp. 44-55, 2006.
- FUNARI, Pedro Paulo A. **O amadurecimento de uma Arqueologia Histórica Mundial**. Revista de História, São Paulo, n. 135, p. 163-168, dez. 1996. Disponível em: <<[http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-83091996000200010&lng=PT&nrm=iso](http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-83091996000200010&lng=PT&nrm=iso)>>. Acesso em: 19/11/17
- GÁNDARA, Manuel; LÓPEZ, Fernando; RODRIGUEZ, Ignacio. 1985. **Arqueología y marxismo en México**. In: Boletín de Arqueología Americana, nº11, p. 5-17.
- GASPAR, M. D. História da Construção da Arqueologia Histórica Brasileira. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 13: 269-301, 2003.
- GEERTZ, Clifford. **The interpretation of cultures**. New York: Basic Books, 1973.
- GIUSTINA, L. B. D. **O Pilar que ficou: Um Estudo de Conservação em Bens Patrimoniais a partir do Conceito de Valor: O Caso da Igreja do Pilar do Recife**. Dissertação – Mestrado em Desenvolvimento Urbano – UFPE, 2010.
- GHIONE, Roberto. **Arquitetura, Ideologia e Utopia**. Ano 12, julho de 2013. Disponível em: <<<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/12.139/4802>>>. Acesso em: 10/10/2020.
- GONZAGA, Vanessa. **Comunidade do Pilar, em Recife (PE), luta por reconhecimento desde a sua fundação**. Brasil de fato, 2019. Disponível em: <<<https://www.brasildefatope.com.br/2019/09/19/comunidade-do-pilar-luta-por-reconhecimento-desde-a-sua-fundacao>>>. Acesso em: 02/10/2020.
- GUIMARÃES, C. M. **Mineração Colonial e Arqueologia: potencialidades**. Revista de Arqueologia, 9: 55-64. 1996.
- HEIDTMANN JUNIOR, Douglas Emerson Deicke. **Novos usos para edificações de interesse histórico e cultural: Lições da produção arquitetônica pelotense**. Florianópolis. 175 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-graduação, UFSC, 2007. Disponível em: <<<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp048161.pdf>>>. Acesso em: 08/03/2020.
- HODDER, Ian, PREUCCEL, Robert (Org.). **Contemporary archaeology in theory. Massachusetts**: Ed. Blackweel, 1996.
- HODDER, Ian. **Symbols in action: Ethnoarchaeological studies of material culture**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982a.
- HUSSEIN, A. **Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.
- JAMESON, Frederic. **Modernidade singular**, ensaio sobre a ontologia do presente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- JANEIRA, Ana Luísa. **Ruptura epistemológica, corte epistemológico e ciência**. Análise Social. Lisboa, sér. 2, 9 (34) Abr.-Jun. 1972, 629-644.

JAPIASSÚ, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976

JOKILEHTO, Jukka. *A History of Architectural Conservation*. Ed: Taylor and Francis, ICCROM, 1999.

\_\_\_\_\_. **Gestão do Patrimônio Cultural Integrado**. Recife: UFPE. 2002.

JOHNSON, Matthew. *Teoría arqueológica – Una Introducción*. Barcelona: Editora Ariel, S.A. 2000.

\_\_\_\_\_. Os marcos teóricos da arqueologia histórica, suas possibilidades e limites. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 28, n. 2, p. 7-23, 2002a.

\_\_\_\_\_. **Considerations on Authenticity and Integrity in World Heritage Context**. In: *City & Time 2 (1)*: 1. Disponível em << <http://www.ct.ceci-br.org>, 2006. Acesso em:20/04/2021.

KÜHL, B. M. **A restauração de monumentos históricos na França após a Revolução Francesa e durante o século XIX: Um período crucial para o amadurecimento Teórico**. 2007. Disponível em << <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/viewFile/15601/17175>>>. Acesso em:27/02/2018.

LA MORA, L. DE. **Os desafios a superar para desenvolver programas de conservação urbana integrada**. Publicado em “Gestão do Patrimônio Cultural Integrado”. CECI/MDU, 233-237. 2014.

LANDA, Beatriz. **Acompanhamento Arqueológico no Mercado Público Central de Porto Alegre**. Revista do CEPA, vol. 20, (23):77-104. 1996.

LEMOS, Carlos. **O que é arquitetura**. São Paulo, Brasiliense, 2003, p. 40-41

LENOX, R. **Building Archaeology and Conservation**. Institute of Historical Building and Conservation, 2019. Disponível em <<[https://www.designingbuildings.co.uk/wiki/Building\\_archaeology\\_and\\_conservation](https://www.designingbuildings.co.uk/wiki/Building_archaeology_and_conservation)>>. Acesso em:30/06/2019.

LEONE, M. **Interpreting ideology in historical archaeology: The William Paca Garden in Annapolis, Maryland**. In: MILLER, D.; TILLEY, C. (Org.). *Ideology, Power and Prehistory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

LIMA, A. M. S. **O Recife que ninguém vê: uma análise do morar no bairro do Pilar no Recife**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, UFRN, 2017.

LIMA, T. A. **Arqueologia Histórica no Brasil: Balanço Bibliográfico (1960-1991)**. Anais do Museu Paulista, História e Cultura Material, Nova série, 1, pp.225-262. 1993.

\_\_\_\_\_. **De Morcegos e Caveiras a Cruzes e Livros: A Representação da Morte nos Cemitérios Cariocas do Século XIX**. Anais do Museu Paulista, Nova Série, História e Cultura Material, São Paulo, vol.2: 87-150. 1994.

\_\_\_\_\_. **Arqueologia como Ação Política: O caso do Cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX**. Revista Vestígios, volume 7, (1):179-207. 2013.

\_\_\_\_\_. **Em busca do Cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX.** An. mus. paul. [online]. 2016, vol.24, n.1, pp.299-391. ISSN 0101-4714. Disponível em: <<<https://doi.org/10.1590/1982-02672016v24n0111>. >>. Acesso em:22/04/2020.  
LÓPEZ, Fernando. 1984.**Superfícies y volúmenes:** aspectos de la construcción teórica en arqueología. In: Boletín de Antropología Americana, nº 10: 1-32

LORETO, Marta K. **Intervenções Urbanas no Bairro do Recife: da cidade mercantil à cidade mercantilizada.** Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização. UFRJ, 2014. Disponível em: << <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/5480/1/MKLOreto.pdf>>>. Acesso em:04/02/2019.

LUMBRERAS, Luis. 1981.**La arqueología como ciencia social.** Lima: Ediciones Hista  
MAZZUCCHI Ferreira, Maria Letícia. **Patrimônio:** Discutindo Alguns Conceitos. Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol.10, núm. 3, 2006, pp. 79-88. Universidade Estadual de Maringá.

MELLO NETO, Ulysses P. **O Forte da Cinco Pontas** – um trabalho de arqueologia histórica aplicada à restauração de monumentos. Coleção Monumentos do Recife, 1, Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 170p. 1983.

MENEZES, J. L. M. **Olinda e seus Bens Culturais:** História e Restauração de Bens Culturais. Recife, 2018.

\_\_\_\_\_. **A Recriação do Paraíso:** judeus e cristãos-novos em Olinda e no Recife no século 16 e 17. Recife: Cepe, 2015.

MENESES, Ulpiano. **Arqueologia de Salvamento no Brasil:** uma avaliação crítica. Seminário sobre Política de Preservação Arqueológica. Rio de Janeiro: PUCRJ, 1988. Sessão: Arqueologia de Salvamento.

MÉSZÁROS, Istvan – **O poder da ideologia** – São Paulo, editora Ensaio 1996, tradução por LOPES, Magda do original *The Power of Ideology* Harvester Wheatsheaf, 1989.

MONTICELLI, Gislene. **Arqueologia em Obras de Engenharia no Brasil:** Uma Crítica aos Contextos. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. 2005. Disponível em<<<http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/3910/1/000386468-Texto%2BCompleto-0.pdf>>>. Acesso em:27/06/2019.

MOREIRA, André Renato Pina. **A Arqueologia Histórica na Cidade de Olinda.** Texto para Discussão – Série 2 – Gestão de Restauo. Centro de Estudos da Conservação Integrada - CECI. Olinda, 2007

MOREIRA, Pedro da Luz. **Projeto, ideologia e hegemonia,** em busca de uma conceituação operativa para a cidade brasileira – Rio de Janeiro, PROURB, FAU/UFRJ 2007.

MOURA, Eduardo Souto de. **A Ambição à obra anónima.** Lisboa: ed. Luiz Trigueiros. Blau. 2000 ISBN 972-8311-54-0 (p.29-34).

MÜLLER, Fábio. **Velha Nova Pinacoteca: De espaço a lugar**. 2000. Disponível em: <<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/01.007/951>>>. Acesso em:04/01/2019.

NAJJAR, Rosana. **Arqueologia histórica**: manual. Brasília: IPHAN, 2005.

O'BRIEN, M. J; Lyman, R. L; & Schiffer, M. B. **Archaeology as a Process: Processualism and Its Progeny**. Salt Lake City: University of Utah Press, 2005.

OLIVEIRA, C. A., SILVA, V. R. da. **Atividade Turística na Cidade do Recife: Levantamento e Diagnóstico de Sítios Arqueológicos**. Revista de Arqueologia Pública. V.9, n.2. p.13-18. Dez-2015. Campinas, SP.

ORSER, C. E. Jr. **Introducción a la Arqueología Histórica**. Buenos Aires: Asociación Amigos del Instituto Nacional de Antropología e Ediciones del Trinchente, 2000.

QUIRÓS CASTILLO, J. A. **Arqueología de la Arquitectura em España**. Universidad del País Vasco. 2002. Págs. 27-38. Disponível em <<<http://arqarqt.revistas.csic.es/index.php/arqarqt/article/view/4/4>>>. Acesso em: 12/08/19.

RAMALHO, M. D. M., "Arqueologia da Arquitectura: o método arqueológico aplicado ao estudo e intervenção em património arquitectónico", in Estudos/Património, 3, Lisboa: IPPAR, pp. 19-29, 2002.

RAMOS, A. C. **Além dos mortos da Cruz do Patrão** simbolismo e tradição no uso do espaço no Recife. 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil. 2008. Disponível em <<<https://www3.ufpe.br/clioarq/images/documentos/V23N2-2008/artigo3.pdf>>>. Acesso em: 30/06/19.

RENFREW, C. & BAHN, P. **Arqueología: Teorías, Métodos y Prácticas**. Barcelona: Akal. 1993.

RIEGL, Aloïs. **O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem**. Tradução de Werner Rotschild Davidsohn & Anat Falbel. São Paulo: Perspectiva, 2014 [1903].

ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. **Arqueologia em Perspectiva: 150 anos de prática e reflexão no estudo de nosso passado**. REVISTA USP, São Paulo, n.44, p. 10-31, dezembro/fevereiro 1999-2000.

RODRÍGUEZ, M. A. T. **Sistema de Análise Arqueológico de Edifícios Históricos**. Textos de Doutorado: Universidade de Sevilla. Sevilla, 2002.

RUSKIN, J. **A Lâmpada da Memória**. Tradução: Maria Lúcia Bressan Punheiro. Ed. Artes & Ofícios, 2013.

SCHULLER, M. **Building Archaeology**. VII – Monuments and Sites, ICOMOS. Paris, 2002.

SOUZA JR, M. A. DE. O conceito de ruína e o dilema da conservação em arte contemporânea. **Revista ARA** N° 2 - Outono+Inverno, 2017 • Grupo Museu/Patrimônio

FAU-USP. Disponível em << <http://www.museupatrimonio.fau.usp.br> >>. Acesso em: 21/02/18

RODRIGUES, A. R. **Ruínas e patrimônio cultural no Brasil**. São Paulo: FAUUSP, 2017. Originalmente apresentado como Tese de Doutorado.

SANTOS, N. F. **Interface entre Arquitetura e Arqueologia na Preservação do Patrimônio Cultural Urbano**. Dissertação de Mestrado. Pelotas, RS: Universidade Federal de Pelotas, 2009.

SANTOS, R. **Arqueologia da Arquitetura: Conceito e Metodologia**. Unicamp. parc vol4 n1 campinas abril2013 p.1-10. Disponível em: << <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/parc/article/download/.../2475> >>. Acesso em: 10/04/19.

\_\_\_\_\_. **Olhar Paredes Ver Vivências**. In: Revista de Arqueologia Pública, 1, Campinas –SP, pp.60-72, 2015.

SCHÁVELZON, Daniel. **Bio-bibliografía de Mario Buschiazzo**. Revista de la Sociedad Central de Arquitectos, pps. 24 – 29, número 141, correspondiente al mes de julio de 1988, Buenos Aires.

SILVA, V. R. F. da. **PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E MERCADORIA: uma reconstrução arquitetônica em Ouro Preto, Minas Gerais**. UFPEL, 2011.

SILVA JR, L. S. da. **O Forte do Matos e o Crescimento Urbano no Extremo Sul do Recife, 1680-1730: Uma Perspectiva Arqueológica**. Recife, 2006. Dissertação de Mestrado, UFRPE.

STASKI, E. **Advances in Urban Archaeology**. Advances in archaeological method and theory. V.5 p.97-149. New York, London: Academic Press. 1982.

STEDMAN, S. 1996. **Recent Research in the Archaeology of Architecture: Beyond the Foundations**. Journal of Archaeological Research 4 (1): 51-93.

SHANKS, M. and Tilley, C. **Re-Constructing Archaeology: Theory and Practice**. 2ªEd. London, Routledge. 1987.

SIMIS, Tereza Cristina. **Convento dos Oratorianos de São Filipe Néri**. Leituras arqueológicas de um convento de virou shopping em Recife/PE. 2005. Recife: UFPE, 2005. Originalmente apresentado como Dissertação de Mestrado em Arqueologia.

SOUZA, Marcos A. T. **Arqueologia da Paisagem e Sítios Militares**. Um estudo de um forte colonial em Laguna – Santa Catarina, Brasil. Historical Archaeology in Latin America 6:113-122. 1995.

SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. **O Domínio da Tática: práticas religiosas de origem africana nos engenhos de Chapada dos Guimarães (MT)**. Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica, v.1 (2):7-36. 2007.

SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. **Arqueologia Histórica no Brasil: Uma Revisão dos Últimos Vinte Anos.** In: Cenários Regionais de uma Arqueologia Plural. Organizadores: Walter Fagundes Morales e Flavia Prado Moi. Editora: Annablume/Acervo. 2009.

SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. **Arqueologia** – antropologia ou história? Origens e tendências de um debate epistemológico. *Tessituras, Pelotas*, v. 2, n. 1, p. 10-39, jan./jun. 2014.

TOCCHETO, F. **A Arqueologia da Cidade: Reflexões e Propostas para Porto Alegre.** Anais do IX Congresso de Arqueologia Brasileira, cd, 11p. 2000.

THOMASI, D. I. **Arqueologia Histórica: os metais da Estância Velha do Jarau.** Santa Maria: Editora UFSM, 2010.

TINOCO, Jorge E. L. **Prospecções Arquitetônicas e Arqueológicas – Orientações ao Gestor de Restauro.** Texto para Publicação – Série 2 – Gestão de Restauro. Olinda: CECI. 2007.

TIRELLO, Regina. **A arqueologia da arquitetura: um modo de entender e conservar edifícios históricos.** *Revista CPC, São Paulo*, n.3, p. 145-165, nov. 2006/abr. 2007. Disponível em:

<<[http://www.usp.br/cpc/v1/imagem/conteudo\\_revista\\_conservacao\\_arquivo\\_pdf/n3\\_regin.pdf](http://www.usp.br/cpc/v1/imagem/conteudo_revista_conservacao_arquivo_pdf/n3_regin.pdf)>>. Acesso em: 11/07/18

TOCCHETTO, Fernanda. **Fica dentro ou joga fora?** Sobre práticas cotidianas em unidades domésticas na Porto Alegre oitocentista. Porto Alegre: PUC, 2004, Originalmente apresentado como Tese de Doutorado em História.

VASCONCELLOS, Sylvio de. **Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos.** Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, 1979.

VIEIRA, Natália Miranda. **Integridade e Autenticidade: Conceitos Chave para Intervenções Contemporâneas em Áreas Históricas.** Anais do Arqumemória 3. Salvador, 2008.

\_\_\_\_\_. **The applicability of the Declaration of Amsterdam in Brazil: case studies of Bairro do Recife, Pelourinho and Praia Grande.** *City & Time*, v. 3, p. 7, 2007.

\_\_\_\_\_. **Gestão de Sítios Históricos: a transformação dos valores culturais e econômicos nas fases de formulação e implementação de programas de revitalização em áreas históricas.** Pernambuco: Universidade Federal de Pernambuco, UFPE. Recife, 2006.

ZANETTINI, P. E. **Calçada do Lorena: O Primeiro Caminho para o Mar.** *Memória*, ano III, n. 7 and 9. 1990.

ZÁTARE, D. L, MOREIRA F. D. **Conservação da Autenticidade em Centros Históricos: Um Estudo sobre o Polo Alfândega no Recife.** Texto para Discussão V.48. Série 2. **Gestão de Restauro.** Centro de Estudos Avançados de Conservação Integrada. Olinda, 2010.

ZARANKIN, A. FUNARI. P. P. **Arqueología Histórica en América del Sur: los desafíos del siglo XXI.** Bogotá. Colômbia. Ediciones Uniandes. 2004.

ZARANKIN, Andrés; SENATORE, María Ximena (Orgs.). **Arqueologia da sociedade moderna na América do Sul**. Buenos Aires: Ediciones Del Trindade, 2002. p. 31-62.

ZOREDA, L. Caballero. "**Arqueología y arquitectura: Análisis arqueológico e intervención en edificios históricos**", in Curso As Actuacións no Patrimonio construído: un diálogo interdisciplinar (1995, Santiago de Compostela). Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, pp. 131-158 e 457-469, 1997.

\_\_\_\_\_. "**Sobre límites y posibilidades de la investigación arqueológica de la arquitectura: De la estratigrafía a un modelo histórico**", in Arqueología de la ARTIGO Rev. Arqueología Pública Campinas, SP v.9 N°.1(11) p.60-72 Jan-Jun/2015 ISSN 2237-8294 Arquitectura, 1, Vitoria-Gasteiz: Diputación Foral de Álava, Universidad del País Vasco e CSIC, pp. 83-100, 2002.

\_\_\_\_\_. "**Registo e interpretação do edificado histórico**", comunicação proferida em Coimbra a 27 de Novembro de 2009 no âmbito do Plano de formação Dryas'09 "Introdução à Arqueologia do Edificado", 2009.

\_\_\_\_\_. "**Edificio Histórico y Arqueología: un compromiso entre exigencias, responsabilidad y formación**", in Arqueología de la Arquitectura, 6, Vitoria-Gasteiz: Diputación Foral de Álava, Universidad del País Vasco e CSIC, pp. 11-19, 2009a.

## ANEXOS

QUESTIONÁRIO INSTRUMENTAL PARA ANÁLISE DA TESE DO DOUTORADO EM ARQUEOLOGIA, NA UFPE, INTITULADA “ARQUEOLOGIA E RESTAURAÇÃO - ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS”.

ANEXO A – Questionário respondido pelo Arqueólogo Prof. Marcos Albuquerque

### **1. Qual o papel da Arqueologia Histórica no contexto da restauração do patrimônio em Pernambuco? Houve avanços ou transformações na atuação da arqueologia histórica desde seu início até os dias atuais?**

O início da prática da arqueologia histórica no Brasil corresponde aproximadamente a década de 60. Teve início, praticamente, em 3 focos: Pernambuco, São Paulo e Paraná. Nesta oportunidade muitos arqueólogos que praticavam a pré-história afirmavam que arqueologia histórica não era arqueologia. Era muito difícil se conseguir apresentar um trabalho de arqueologia histórica em um congresso. O trabalho de restauração ocorrido na Igreja da Graça em Olinda foi em grande parte norteado pela pesquisa arqueológica. Por ocasião de sua realização as pesquisas foram visitadas pelo respeitado arquiteto Saia (o pai) juntamente com uma turma de pós-graduação e afirmou a todos: “Observem que este é o primeiro trabalho de restauração ocorrido no Brasil que está sendo precedido por uma pesquisa arqueológica”. Realmente foi uma experiência muito feliz, inclusive pelos resultados obtidos.

Lamentavelmente esta saudável prática não teve a continuidade desejada. Muitos trabalhos de restauração no Brasil foram precedidos por uma pesquisa arqueológica, entretanto, uma significativa parte foi apenas restaurada a aparência externa desprezando completamente o passado do monumento que se encontra soterrado. Deve ser lembrado que muitos dados do cotidiano do monumento não são relatados nos textos referentes ao mesmo.

### **2. Quais são os pontos de interação e os limites entre as áreas da Arqueologia e da Arquitetura na restauração de um bem arquitetônico/ arqueológico?**

A arqueologia histórica deve fornecer dados suficientes para embasar as hipóteses do restaurador. Cabe ao arqueólogo informar como foi a história construtiva do monumento e cabe ao arquiteto/restaurador definir o que ficará exposto e qual o partido que será adotado. O ideal, acredito, é que o arquiteto mantenha um diálogo pelo menos semanal com o arqueólogo durante a execução da pesquisa. A experiência tem demonstrado ser extremamente positiva esta prática.

**3. Atualmente o termo “Arqueologia da Arquitetura” ou “Arqueologia da Restauração” aborda as questões citadas acima. Considera a discussão deste tema relevante para transformar positivamente a interdisciplinaridade e a relação entre os profissionais com a conservação do patrimônio de forma abrangente? Isto é considerando a imaterialidade através da materialidade?**

Ao longo de minha experiência profissional tenho encontrado construções que diferiram significativamente da planta original. Diferentes situações conduziram a isto. A associação de “saberes” traz indiscutíveis benefícios ao monumento. Acredito que a prática seja mais importante do que a nomenclatura. O tema é por demais importante, sobretudo se levado em consideração pelos órgãos envolvidos na preservação de monumentos, o que lamentavelmente não é. Gosto de fazer sempre uma analogia com a área médica. Acredito que os exames prévios do paciente devem anteceder a anestesia e a cirurgia. Seria terrível se esta ordem fosse invertida.

**4. Como se estabelece o papel institucional em prol da relação entre os profissionais da arqueologia e da arquitetura em relação ao patrimônio? É possível identificar alguma incongruência entre a teoria (leis e recomendações internacionais) e a prática no contexto do Recife?**

Diferentemente de um procedimento dogmático, o proceder científico muda de forma geométrica. Ouço com frequência “justificativa” do que foi realizado, ou não realizado, pelo restaurador sempre citando dois ou três teóricos da restauração. Teóricos estes pelos quais tenho o maior respeito e admiração, entretanto conceitos mudam, a realidade muda, as demandas mudam. Lembrar que o arqueólogo deve responder as questões do arquiteto que fará a restauração, mas que a forma não deve ser a única preocupação do arqueólogo. Além das informações prestadas ao arquiteto, o arqueólogo deve responder a outras questões científicas do passado do imóvel e sobretudo da sociedade que o construiu. Vou lhe enviar via We Transfer algumas reflexões sobre o tema.

ANEXO B – Questionário respondido pelo Arquiteto Prof. José Luiz da Mota Menezes

**1. Qual o papel da Arqueologia Histórica no contexto da restauração do patrimônio em Pernambuco? Houve avanços ou transformações na atuação da arqueologia histórica desde seu início até os dias atuais?**

Em 1967/68 acompanhei as pesquisas arqueológicas que estavam sendo realizadas em Beja, Portugal, em uma casa do período de ocupação romana. Dela restavam ainda os pisos, em mosaicos, e as piscinas: a de água fria e quente. A pesquisa gerou um relatório e ainda foi acompanhada por especialistas em história da arquitetura da moradia desse tempo de domínio de Roma. A arquitetura constrói, o tempo e as diversas gerações modificam, diante do caráter utilitário desta atividade, as disposições internas de uso da gente. A arqueologia desmonta o construído na busca desses diversos tempos, tentando descobrir, decodificar, hábitos e costumes, os quais estão vinculados aos vestígios materiais da presença dos diversos usuários. Uma vez desmontada as estruturas técnicas e estéticas um mal relatório ou um simples engano de interpretação deixa a informação desejada incompleta. Da mesma maneira que a moradia as edificações destinadas aos cultos religiosos ou para as defesas tem histórias e possuem características peculiares que necessitam de serem interpretadas da maneira a mais segura possível.

Quando retornei, em 1968 ao Brasil, logo teve início o Programa de Restauração das Cidades históricas do Nordeste. No interior da Igreja de Nossa Senhora da Graça, em Olinda, uma cripta foi acidentalmente descoberta na capela do falso transepto no lado Sul. Uma pesquisa arqueológica foi iniciada e a capela se estendeu para o restante da igreja. A utilidade dos achados foi importante para a redefinição do partido adotado no procedimento da restauração do edifício. Todo o resultado passou pelo crivo da História da edificação e a identificação dos diversos modos de usos da igreja, desde quando à serviço da Companhia de Jesus, até o momento de ser utilizada pelos seminaristas diocesanos. A presença de um arqueólogo, de um historiador e de outros especialistas foi fundamental para o bom resultado atingido.

Não tenho experiência em arqueologia dita pré-histórica, até não aceito bem esta clássica divisão de tal ciência. Vejo na arqueologia um excelente instrumento de diagnóstico e somente válido quando existir esta interdisciplinaridade. Uma vez desmontado o construído, considerando uma arquitetura ou área urbana, com arquiteturas, o resultado das pesquisas

depende muito da interpretação do visto e do bom acompanhamento dos trabalhos. De um modo geral, no Brasil o arqueólogo se reveste de conhecedor de tudo e isto é um bom descaminho para qualquer resultado. Em Pernambuco a prática do despir a edificação, utilizada pelo órgão federal de proteção do patrimônio material construído, nos legou alguns enganos e, ao surgir a utilização da arqueologia no âmbito da restauração desse patrimônio, o desejado é que nessa ciência predomine a ausência dos especialistas em tudo.

Tem existido avanços, mas ainda não existe a preparação conveniente, mais pertinente do historiador em arquitetura e arte.

## **2. Quais são os pontos de interação e os limites entre as áreas da Arqueologia e da Arquitetura na restauração de um bem arquitetônico/ arqueológico?**

O limite entre as áreas depende do que está no jogo. Em Olinda temos uma restauração, antes citada, no Recife, na Sinagoga apenas um bom relatório de arqueologia ao vivo. Não acontecendo a restauração, restaram os vestígios, aos quais se incorporaram peças símbolos quais os móveis utilitários destinados aos usos dos lugares.

## **3. Atualmente o termo “Arqueologia da Arquitetura” ou “Arqueologia da Restauração” aborda as questões citadas acima. Considera a discussão deste tema relevante para transformar positivamente a interdisciplinaridade e a relação entre os profissionais com a conservação do patrimônio de forma abrangente? Isto é considerando a imaterialidade através da materialidade?**

Arqueologia é conhecimento de História e em algum tempo sinônimo. Arquitetura é antes de mais nada construção, com a finalidade estética e utilitária do lugar do viver. A expressão arqueologia da arquitetura é talvez um engano ou sofisma nada consistente. Na primeira questão explicitarei o que penso da interdisciplinaridade desejada. Arqueologia passou a ser ciência, quando ela assumiu o papel importante da diagnose do lugar construído e dos seus tempos históricos, na busca dos vestígios da presença humana.

## **4. Como se estabelece o papel institucional em prol da relação entre os profissionais da arqueologia e da arquitetura em relação ao patrimônio? É possível identificar alguma incongruência entre a teoria (leis e recomendações internacionais) e a prática no contexto do Recife?**

Teorias existem aos montes. A racionalização do conhecimento e a procura de teorizá-lo tem levado o modo de restaurar e a arqueologia para construções teóricas e conseqüentemente a uma “maluqueira geral”. Fica-se a serviço de analistas que pouco sabem, mas improvisam bastante e se dizem fundamentados em alguma coisa e esta desmancha-se no ar. As Cartas Internacionais, são internacionais, nem sempre se aplicam aos locais de uma maneira correta e, assim, nem sempre são úteis às situações brasileiras. O pior é que tais decisões são impostas e por improvisadas, geram jurisprudência e os demais as seguem, sem refletir com grande prejuízo para a ciência.

ANEXO C – Questionário respondido pelo Arquiteto Prof. Jorge Eduardo Tinoco

**1. Qual o papel da Arqueologia Histórica no contexto da restauração do patrimônio em Pernambuco? Houve avanços ou transformações na atuação da arqueologia histórica desde seu início até os dias atuais?**

Pernambuco passou a ter um destaque maior por ocasião das intervenções de restauração na Igreja de Nossa Senhora da Graça, Olinda, PE, na segunda metade da década de 1970. Posteriormente, a SEPLAN-PR (Secretaria de Planejamento da Presidência da República) aceitou a sugestão da FUNDARPE (leia-se, arqueólogo Ulysses Pernambucano) de a restauração do Forte das Cinco Pontas ser antecedida de uma ampla investigação arquitetônico-arqueológica para embasar o projeto. O Forte foi restaurado para abrigar a sede da SEPLAN-PR. Posteriormente, essa conduta foi adotada nos projetos de restauração das igrejas: Matriz de Santo Antônio e N. Sra. do Rosário dos Homens Pretos de Tracunhaém; da Matriz de São Lourenço de Mata; de São Sebastião do Varadouro (autoria deste signatário). Ainda hoje esse ramo da História tem um papel de destaque na América Latina por sediar na UFPE dois renomados laboratórios.

No âmbito das pesquisas em edificações de valor cultural, alguns profissionais ainda guardam condutas anacrônicas de privilegiar pesquisas diretas, invasivas, em vez das indiretas. Há exemplos, inclusive, de remoção completa de revestimentos de paredes e pisos para buscar a identificação e a compreensão quanto ao uso dos materiais construtivos nesses componentes. O trabalho desenvolvido pelo CECI no projeto e obras de restauro da Igreja de São João dos Militares de Olinda mostrou que investigações pelo método indireto, associadas aos processos minimamente invasivos são exitosos. Veja-se: <http://www.ceci-br.org/ceci/br/restauro/noticias/143-igreja-sao-joao-militares.html>

**2. Quais são os pontos de interação e os limites entre as áreas da Arqueologia e da Arquitetura na restauração de um bem arquitetônico/ arqueológico?**

Um ponto importante de interação é a necessidade de conhecimento do bem. O Manual de Projetos do IPHAN contempla a exigência de pesquisas e investigações arqueológicas. Os limites referem-se às garantias da integridade e autenticidade do bem no conjunto dos seus

componentes construtivos e artísticos. Neste sentido, a nossa Carta Magna é incisiva quando diz: Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos na forma da lei (Fonte: <https://polimniadefariapereira.jusbrasil.com.br/artigos/457309094/responsabilidade-civil-na-preservacao-do-patrimonio-historico-cultural>). Levando-se em consideração que toda pesquisa arqueológico-arquitetônica, realizada pelo método direto, invasivo, é destrutiva, as ações de investigações devem ser feitas com parcimônia para não incorrer em delito grave.

**3. Atualmente o termo “Arqueologia da Arquitetura” ou “Arqueologia da Restauração” aborda as questões citadas acima. Considera a discussão deste tema relevante para transformar positivamente a interdisciplinaridade e a relação entre os profissionais com a conservação do patrimônio de forma abrangente? Isto é considerando a imaterialidade através da materialidade?**

Considero indispensável e a coordenação da interlocução deve caber ao IPHAN enquanto entidade de nível nacional de proteção aos bens culturais. Muito se tem perdido ou, no mínimo, desfigurado em razão da compreensão pelos profissionais de arqueologia dos princípios que regem o restauro, principalmente quanto às questões de valores e significados!

**4. Como se estabelece o papel institucional em prol da relação entre os profissionais da arqueologia e da arquitetura em relação ao patrimônio? É possível identificar alguma incongruência entre a teoria (leis e recomendações internacionais) e a prática no contexto do Recife?**

A relação institucional entre arquitetos e arqueólogos no âmbito dos projetos de restauro dá-se pelo ordenamento do IPHAN quando exige que sejam realizadas prospecções (Manual do Projeto). Para tanto, legalmente, só quem está apto a obter a Portaria de Pesquisa é o arqueólogo qualificado junto ao MEC. O Manual de Projeto é omissivo quanto à recomendação de interações junto aos demais membros do projeto.

Alguns exemplos passados e recentes: foyer e salão nobre do Teatro de Santa Isabel – janelas de prospecções, sem contextualizações, geram disfunção cognitiva quanto à percepção do espaço da arquitetura, fazendo foco à informações de interesse restrito.

ANEXO D – Questionário respondido pelo Arquiteto Restaurador Pedro Valadares

**1. Qual o papel da Arqueologia Histórica no contexto da restauração do patrimônio em Pernambuco? Houve avanços ou transformações na atuação da arqueologia histórica desde seu início até os dias atuais?**

Infelizmente, ainda não tive a oportunidade de desenvolver um projeto de restauro em conjunto com (ou subsidiado por) uma equipe de arqueologia. Entendo que a arqueologia é necessária e seus trabalhos deveriam ser iniciados antes ou durante a realização de um projeto de restauro de imóvel. Contudo, a nossa realidade social, cultural e econômica apresenta uma série de obstáculos para que isso ocorra de modo satisfatório. O proprietário de um pequeno sobrado no centro do Recife, por exemplo, teria grande dificuldade para entender a necessidade da arqueologia e também de obter os recursos financeiros necessários para tal. O próprio projeto arquitetônico de restauro é muitas vezes negligenciado, nos casos em que o proprietário contrata arquitetos que não são especializados no ramo. São muitos os casos.

Considero muito importante também a existência da arqueologia durante a obra de restauro, principalmente quando esta é mais invasiva, mais precisamente nos casos em que o imóvel será amplamente adaptado para novas instalações.

**2. Quais são os pontos de interação e os limites entre as áreas da Arqueologia e da Arquitetura na restauração de um bem arquitetônico/ arqueológico?**

Primeiramente, é necessário que haja respeito entre os especialistas, não apenas pessoal, mas profissional, pois ambas as áreas possuem conhecimentos específicos e que se complementam. Deve haver também um acordo consensual para que os limites sejam definidos, desde que sejam respeitadas as particularidades de cada caso.

O objetivo do restauro é preservar a edificação e pra isso há a necessidade do projeto arquitetônico de restauro que, por sua vez, deve ter o subsídio da arqueologia, o qual deve ocorrer também durante a obra.

**3. Atualmente o termo “Arqueologia da Arquitetura” ou “Arqueologia da Restauração” aborda as questões citadas acima. Considera a discussão deste tema relevante para transformar positivamente a interdisciplinaridade e a relação entre os profissionais com**

**a conservação do patrimônio de forma abrangente? Isto é considerando a imaterialidade através da materialidade?**

Sim, a discussão deste tema é de extrema relevância para a preservação do patrimônio e deve ocorrer de modo contínuo, com a contribuição de arqueólogos e arquitetos, além de outros profissionais que se envolvam no processo de restauro dos bens preserváveis. Esta interdisciplinaridade deve existir para que haja um processo de evolução constante nos procedimentos de restauro e intervenção, na busca por elementos que subsidiem as decisões projetuais, de gestão, etc.

**4. Como se estabelece o papel institucional em prol da relação entre os profissionais da arqueologia e da arquitetura em relação ao patrimônio? É possível identificar alguma incongruência entre a teoria (leis e recomendações internacionais) e a prática no contexto do Recife?**

Em alguns casos, principalmente em licitações e concursos, há a exigência de prospecções arqueológicas em imóveis a serem restaurados. Entretanto, dependendo da dimensão das prospecções, o impacto nos honorários finais é grande, podendo inviabilizar a contratação da arqueologia e conseqüentemente o atendimento às exigências contidas nos editais. Na maioria das vezes, as exigências não levam em consideração os valores justos, o que implica em contratação de profissionais que serão sub-remunerados. Em casos de grande limitação de recursos financeiros, a arqueologia deveria ser pontual, e não em todo imóvel, de modo a atender à necessidade específica. Este não é o ideal, mas talvez resolva, em parte, o problema da má remuneração.

Nos casos das contratações diretas, por entidades privadas ou pequenos proprietários, a contratação do projeto de arquitetura já é um problema, o que, muitas vezes, leva à uma diminuição considerável dos honorários, podendo também haver um enxugamento do produto a ser desenvolvido. Então, a contratação da arqueologia pelos proprietários se torna um problema ainda maior, principalmente porque eles, os contratantes, não entendem o que é a arqueologia e suas finalidades. Dessa forma, a visão mercadológica, imediatista e pragmática, termina por se sobrepor ao suposto “romantismo” da arqueologia e da arquitetura. Isso é muito evidente no Recife. Não conheço obra de restauro que tenha sido subsidiada por um bom projeto ou prospecção arqueológica no Recife que não nas obras de grande vulto, a exemplo do Paço

Alfândega. Nos imóveis menores, como casas térreas e sobrados, as obras ocorrem sem nenhum (ou quase nenhum) acompanhamento arqueológico, nem durante o projeto, nem durante a obra.

ANEXO E – Questionário respondido pelo Arqueóloga Prof<sup>a</sup> Ana Lúcia Nascimento

**1. Qual o papel da Arqueologia Histórica no contexto da restauração do patrimônio em Pernambuco? Houve avanços ou transformações na atuação da arqueologia histórica desde seu início até os dias atuais?**

A Arqueologia Histórica tem um papel fundamental na restauração do patrimônio do período denominado histórico, isto é, após da invasão estrangeiras no Brasil a partir do Brasil colonial. Essa importância se dá devido as elucidações feitas através dos vestígios evidenciados pelos arqueólogos que estudam este período. Essa atuação vem sofrendo transformações desde o início da chamada Arqueologia Histórica, devido às diferentes metodologias e técnicas que surgiram no decorrer do tempo que vem ajudando cada vez mais essa compreensão.

**2. Quais são os pontos de interação e os limites entre as áreas da Arqueologia e da Arquitetura na restauração de um bem arquitetônico/ arqueológico?**

Os pontos de interação são os achados arqueológicos que permitem esclarecer, muitas vezes, informações arquitetônicas ainda por ser confirmadas. Muitas vezes tem-se informações escritas, mas não identificadas e a Arqueologia auxilia com descobertas e confirmações.

**3. Atualmente o termo “Arqueologia da Arquitetura” ou “Arqueologia da Restauração” aborda as questões citadas acima. Considera a discussão deste tema relevante para transformar positivamente a interdisciplinaridade e a relação entre os profissionais com a conservação do patrimônio de forma abrangente? Isto é considerando a imaterialidade através da materialidade?**

A interdisciplinaridade tem um papel fundamental na Arqueologia. Daí é de grande importância que os profissionais da Arqueologia estejam em sintonia com os profissionais da Arquitetura para que permita uma melhor restauração e conservação do patrimônio, onde as ideias de ambos estejam direcionadas para a melhor forma de proteção desse patrimônio.

Muitas vezes nem se trata de imaterialidade e sim ajustes de objetos de pesquisa, no caso o arqueólogo trabalha com evidências materializadas do fazer humano que se encontravam encobertas por camadas de ocupação históricas e cronológicas, que auxiliam os arquitetos na reconstrução da história dos bens arquitetônicos.

**4. Como se estabelece o papel institucional em prol da relação entre os profissionais da arqueologia e da arquitetura em relação ao patrimônio? É possível identificar alguma incongruência entre a teoria (leis e recomendações internacionais) e a prática no contexto do Recife?**

Na Relação institucional entre os profissionais tanto de arqueologia quanto de arquitetura vejo um descompasso entre esses profissionais e as instituições responsáveis pela proteção dos bens patrimoniais. Muitas vezes permitindo um sentimento de impotência e prisão as normas e leis impostas, mas que não se coadunam com as práticas imediatas para a proteção do patrimônio.